

Anais do I Seminário em História Política e do
Poder da UFF e IV Colóquio Internacional do LCP

Poder e Política: Pensando a Tolerância e a Cidadania

25 a 28 de setembro de 2012

Organização:

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Jefferson de Almeida Pinto

Leonardo Coutinho Lourenço

Drielle da Silva Pereira

Realização:



Apoio:



Apresentação

O IV Colóquio Internacional do Laboratório Cidade e Poder e o I Seminário em História Política e do Poder da UFF, evento conjunto, foi realizado no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF entre os dias 25 e 28 de setembro de 2012. Em comemoração aos 20 anos do LCP, o evento teve como objetivo consolidar a divulgação de estudos de História Política realizados por alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado em torno dos temas do poder e das ideias políticas. Contou com a participação de pesquisadores de diferentes níveis, tanto na organização quanto na apresentação dos desdobramentos de suas pesquisas.

Além de mesas-redondas, compostas por professores nacionais e estrangeiros, o seminário foi dividido em grupos de trabalho, organizados tematicamente. Foram eles: *Justiça na História: Direito e Cultura Jurídica em longa duração*; *Conflitos e resistência em diferentes tempos*; *Relações Internacionais na História: Da América à África*; *Na linha de conflito: território e poder*; *O poder na letra e no discurso*; *Do poder da economia a economia do poder*. Nestes grupos partimos de uma perspectiva multidisciplinar para analisar as relações entre poder, política, religião e justiça a partir de diferentes temas e temporalidades. São os trabalhos apresentados nestes grupos por estudantes de graduação e pós-graduação que se encontram reunidos nestes Anais.

Niterói, janeiro de 2013.

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Comissão Organizadora

Coordenadora do Laboratório Cidade e Poder

Sumário

Os sindicatos de operários e de patrões do setor vestuário nas décadas de 80 e 90 do século XX na cidade de Nova Friburgo – <i>Alexsandro Magalhães Pinto</i>	6
A presença dos Grupos Financeiros e suas Associações no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003-2006) – <i>André Pereira Guiot</i>	14
Reflexões sobre intolerância no Tempo Presente: A quebrada da ressaca conservadora na Web – <i>Anita Lucchesi</i>	31
O protagonismo venezuelano na integração regional: a criação da ALBA – <i>Anne Lima</i>	42
Contributos da Nova História Política nos estudos referentes à União Ibérica – <i>Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva</i>	58
Entre livros e fuzis: Um estudo sobre a gênese da cultura política sandinista (1944-1962) – <i>Diego Gomes Souza</i>	71
Fundamentos Econômicos do Lulismo e o Horizonte do Desejo no Brasil Contemporâneo – <i>Eduardo Victor Viga Beniacar & Francisco Julião Marins Bedê</i>	86
Quando parecer tolerante é um imperativo político: o plano expedicionário britânico para a África Ocidental em 1841 – <i>Érika Melek Delgado</i>	102
“Jura pelo Senhor”? A ambiguidade religiosa nas canções de Sinhô – <i>Fernanda Epaminondas Soares</i>	115
A Onda Verde na Imprensa – A difusão do ideário conservacionista nas folhas da Revista Florestal (1929-1932) – <i>Filipe Oliveira da Silva</i>	129

Getúlio Cabral: Trajetória e Morte de um Militante Comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador – <i>Giselle dos Santos Siqueira</i>	147
As revistas de ano: um lugar entre as escolhas políticas de Arthur e do “público” – <i>Giselle Pereira Nicolau</i>	155
O estabelecimento naval do Itapura: a Marinha do Brasil na defesa das fronteiras imperiais na segunda metade do XIX – <i>Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva</i>	170
Joaquim Nabuco e a passagem à modernidade na virada do século XIX para o século XX – <i>Lara Novis Lemos Machado</i>	184
O juízo civil mineiro na questão do crime de feitiçaria no final do século XVIII – <i>Larissa Freire</i>	189
A província do Rio de Janeiro em tempo de “funestas paixões”: poder e política nos projetos de Joaquim José Rodrigues Torres como presidente de província (1834-1836) – <i>Lívia Beatriz da Conceição</i>	204
Raça, nacionalidade e o futuro da nação – <i>Lívia de Lauro Antunes</i>	220
O livro e suas edições: “O Paraná no centenário” e os projetos editoriais de 1900 e 1980 – <i>Mariana Tavares</i>	232
O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do golpe de 1964 – <i>Martina Sphor</i>	242
Tradição, Passado e Memória na Historiografia Farroupilha – <i>Nayara Emerick Lamb</i>	252
Hegemonia, poder e política: Extensão Rural, interesses patronais e cidadania no Brasil (1956-1966) – <i>Pedro Cassiano Farias de Oliveira</i>	268

Nos passos da lei: o marquês de Barbacena e sua trajetória social – <i>Rafael Cupello Peixoto</i>	284
Os serviços militares na manutenção dos domínios d’El Rei: o caso de Angola (1648) – <i>Thainá Campos Seriz</i>	299
Identidade Territorial e Resistência: A remoção da população ribeirinha da Travessa dos Palmares em Cruz das Armas, João Pessoa-PB – <i>Valéria Costa</i>	316
Recomendações para uma força policial mais eficiente: a polícia e o chefe de polícia da Corte no discurso dos ministros da Justiça (1833-1844) – <i>Welinton Serafim da Silva</i>	326

Os sindicatos de operários e de patrões do setor vestuário nas décadas de 80 e 90 do século XX na cidade de Nova Friburgo

Alexsandro Magalhães Pinto¹

Resumo: O presente estudo tem por objetivo apresentar os resultados obtidos durante o processo de elaboração do projeto de monografia intitulado: "Os Sindicatos de Operários e de Patrões do Setor Vestuário nas décadas de 80 e 90 do Século XX na cidade de Nova Friburgo." Tendo o referido estudo como diretriz a compreensão do processo ocorrido em Nova Friburgo nas décadas de 80 e 90 do último século, no tocante às relações entre trabalhadores, patrões e suas respectivas associações de classe. Este período foi marcado por inúmeras transformações no mundo do trabalho e é nesse contexto de rupturas e continuidades, de ascensão e queda que esteve vinculado o setor industrial de Nova Friburgo que está inserido a construção deste projeto. Os impasses, resistências e o colaboracionismo originados dentro da especificidade da formação da classe operária de Nova Friburgo serão apontados neste trabalho, com o intuito de possibilitar um arcabouço para a compreensão da experiência dos trabalhadores nesta cidade nas últimas décadas do Século XX. Partindo da análise de fontes primárias e bibliográficas referentes a atuação do sindicato de operários : Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Nova Friburgo (STIVNF) e o sindicato dos patrões: Sindicato das Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo (SINDVEST - NF), esta comunicação pretende levantar questões e encontrar algumas respostas dentro deste contexto espaço-temporal de lutas, conciliações, resistências e contradições.

Introdução

A formação da classe trabalhadora em Nova Friburgo e da burguesia industrial na cidade desde seu início caminharam lado a lado. Conflitos, resistências, parcerias e conciliações estiveram vinculadas nas relações de trabalho na região.

¹ Graduando em História - Universidade Federal Fluminense; Orientador: Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras.

Em 1911 o empresário alemão Julius Arp ganhou após uma acirrada disputa política o direito de concessão para explorar uma usina hidroelétrica, o que possibilitou o implemento de um cenário Industrial na cidade.

Tal disputa deu-se entre o grupo representado por Galiano das Neves Junior, que neste momento dirigia o poder municipal como presidente da Câmara dos Vereadores e adotava uma posição conservadora diante das idéias de progresso e industrialização, contra o grupo liderado por Dr. Galdino do Valle Filho, líder da oposição naquele momento e que divulgava o ideal liberal através do seu jornal A PAZ e vislumbrava o progresso e por consequencia a industrialização. O auge deste conflito aconteceu quando a população, a classe subalterna² entrou em cena motivados pelo grupo político de Galdino do Valle Filho no dia 17 do mês de maio de 1911, cansados com o atraso pelo qual passava a cidade e pela falta de empregos promoveu o que ficou conhecido como “O Dia do Quebra-Lampiões”. Em protesto contra o grupo de Galiano das Neves Junior, o povo saiu as ruas promovendo a quebra de lampiões movidos a gás por toda cidade deixando Nova Friburgo as escuras. Este ato, que teve o protagonismo popular foi o estopím para a vitória do grupo do Dr. Galdino do Valle Filho e, consecutivamente, a concessão dada ao empresário alemão Julius Arp para explorar a energia elétrica na cidade e promover a industrialização na região.

Durante os anos seguintes nas décadas de 1910 e 1920, a cidade de Nova Friburgo veria instaladas as primeiras fábricas têxteis: Fábrica de Rendas Arp - MARKEIS SINJEN & CIA. - 1911; Fábrica Ypu - MAXIMILIAN FALCK & CIA. - 1912; Fábrica Filó S/A - principais acionistas: Gustav Siems e seu filho, Ernst Otto Siems - 1925) e outras, além da criação da Companhia de Eletricidade, com capital privado do grupo Arp, o qual, por sinal, teria ações em todas as fábricas supracitadas, constituindo-se no principal representante dos capital alemão em Nova Friburgo. vinculada a inserção do país na economia internacional³, caracterizada no final do século XIX pelo imperialismo, pela concorrência monopolista que possibilitava a abertura de novos mercados. Através de uma política agro-exportadora, o Brasil foi inserido na economia internacional, desenvolvendo na cidade do Rio de Janeiro um importante porto de importação e exportação, com florescentes atividades comerciais e financeiras.⁴

O sindicato vinculado ao Estado, corporativista, prevaleceu durante o período que se estende desde a primeira ditadura de Vargas na década de 30 até o início da abertura política

² GRAMSCI, Antonio. EP (Escritos Politicos). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

³ CORRÊA, Helloisa Sersedello. *A Industrialização de Nova Friburgo*. Dissertação (Mestrado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História ICH/UFF, 1986.

⁴ IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

no fim da década de 70. Não que este período tenha sido de total imobilismo por parte da classe trabalhadora, mas foi o de menor visibilidade devido a toda estrutura cerceária ditatorial porque passou o país.

Novos Sindicalismos

O fim da década de 70 foi marcado por uma profunda crise no país provocada pelo modelo econômico implantado durante a ditadura militar. O chamado “milagre econômico” dava sinais de seu desgaste, aliado a dissidências no interior do próprio bloco do poder. Tratava-se de um momento extremamente propício para as mudanças no país. A abertura política e o início das mobilizações dos trabalhadores vinculados ao que viria ser chamado de “ Novo Sindicalismo” marcaram este momento da História do Brasil Contemporâneo.

Inevitavelmente estas transformações no mundo do trabalho tiveram reflexos no caso aqui estudado, partindo de uma análise do macro para o micro para compreender o caso do setor vestuário na cidade de Nova Friburgo e as relações entre sindicatos de trabalhadores e patronais, em sua especificidade dentro de um período que engloba as décadas de 80 e 90 do século XX.

Com a volta a legalidade dos partidos políticos e atuação dos sindicatos desatrelados do sindicalismo corporativista sob controle do Estado a classe trabalhadora da cidade, assim como a de todo país passou a ter maior mobilidade diante de suas reivindicações o que possibilitou maior pressão aos patrões através de reivindicações, paralisações e greves.

O órgão representativo da classe trabalhadora na cidade no setor do vestuário o Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Nova Friburgo (STIVNF) foi o representante, a organização de classe trabalhadora que defendeu e defende até os dias atuais os interesses da classe.

Neste cenário político progressista pelo qual passava o movimento dos trabalhadores surge uma organização em defesa dos interesses da burguesia industrial: A Associação Profissional da Indústria do Vestuário de Nova Friburgo, tendo como presidente Dalton José Melo Oliveira, Diretor da Filó S/A.

Neste mesmo ano é assinado um convênio com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), entidade representativa da classe industrial fluminense nas esferas regional e nacional, que congrega os interesses dos sindicatos e seus filiados. Tal Instituição ainda hoje atua como prestadora de serviços as empresas, com o pretexto de ser

um fórum de debates e gestão de informação para o crescimento econômico e social do estado.

A partir deste convênio a Associação passa a ter sede e fórum na Representação Regional FIRJAN no Centro-Norte Fluminense.

Em 1980 a Associação se transforma em Sindicato da Classe Patronal e acontece a primeira alteração estatutária da entidade, com alteração de delegados e representantes junto a FIRJAN e respectivos suplentes.

Com o arcabouço adquirido através de toda essa estrutura, a classe patronal friburguense representada através do SINDVEST, em união com a FIRJAN e outras entidades ligadas a esta instituição como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) desenvolvem na cidade toda uma conjuntura voltada para a profissionalização de operários para o setor do vestuário e fortalecimento da hegemonia burguesa na cidade.

Insta, por oportuno, salientar a função das mencionadas entidades: o SENAI tem por responsabilidade oferecer a capacitação profissional e formar mão de obra especializada para atuar nas empresas; por sua vez, o SESI se ocupa em oferecer atividades voltadas ao esporte, saúde e lazer além de educação formal básica e; o SEBRAE se encarrega de instrumentalizar, orientar e auxiliar aos aspirantes a burgueses locais, os livre empreendedores da região.

Neoliberalismo e Restruturação Produtiva

Na década de 90 se inicia um processo de desindustrialização ao lado de uma crescente restruturação produtiva na cidade. As empresas que anteriormente exerciam seu domínio através de fortes laços com os operários por meio das Vilas Operárias, passam a demitir em massa seus quadros. Em virtude do alto grau de demissões, verifica-se a junção de muitas costureiras que, através de empréstimos, do dinheiro obtido através do FGTS e rescisões de contrato de trabalho, começam a comprar suas próprias máquinas de costura e trabalhar autonomamente. Desta forma dá-se o ponta pé inicial do que, posteriormente, ficou conhecido como a capital da moda íntima da América Latina. Apesar dos laços de solidariedade, com a política neoliberalizante que começava ser adotada durante o governo de Fernando Collor de Mello, continuada durante o de Itamar Franco e consolidada com o de Fernando Henrique Cardoso, o setor do vestuário sofreu na pele as consequências realcionadas a este modelo

economico e mais uma vez se viu a mercê das diretrizes impostas pelo capital internacional que passou a ter um alto grau de mobilidade no país, vide as privatizações de empresas, flexibilização e precarização do trabalho⁵.

Na década de 90 a Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções foi umas das mais afetadas pela abertura econômica promovidas pelos governos neoliberais da década de 90. A FIRJAN, o (SEBRAE) e a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro contrataram, em 1997, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para desenvolver o “Estudo das Potencialidades Econômicas e Competitivas da Região Centro Norte Fluminense”⁶. Este estudo apontou o setor de confecção como um setor de expressão econômica na região. Em 1999, a FGV realizou um estudo sob encomenda da FIRJAN e do SEBRAE que se intitulou “Desenvolvimento do *Cluster* de Moda Íntima da Região Centro Norte Fluminense”, quase baseava na experiência da Emilia Romagna, na Itália.

A atuação dos sindicatos nesta década é marcada pelo viés da colaboração, o que acaba enfraquecendo os interesses da classe trabalhadora em detrimento de uma maior articulação nas barganhas por parte dos patrões. A Força Sindical, o maior representante do sindicalismo colaboracionista na década de 90 deixa claro a que veio nesta passagem de sua carta de princípios de 1991:

"A busca permanente de um entendimento nacional, através de uma postura crítica e construtiva, e com base, sempre, em uma negociação política geral”⁷.

Outro fato marcante deste período - e que existe até os dias atuais- são as Convenções Coletivas de trabalho que, com respaldo legal da CLT, firmam contratos legais entre trabalhadores e patrões beneficiando estes últimos com dispositivos legais. Herança esta que persegue como uma maldição a classe trabalhadora desde a implantação destas políticas ditas trabalhistas pelo governo de Vargas que através de atitudes, ações e práticas vinculadas ao modelo populista, criou leis de cima para baixo que concediam algumas benesses aos trabalhadores brasileiros e se convencional chamar de trabalhismo, mas que no fundo não passaram de ajustes na legislação trabalhista que beneficiaram muito mais o Estado e os patrões.

⁵ ANTUNES, Ricardo. “Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro”. In: *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.

⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. “História do tempo presente: desafios”. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p. 111-124, maio/jun., 2000.

⁷ “Nasce uma força – Força Sindical”, citado por ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Editora Pontes, 1995, p. 41.

Conclusão : O Íntimo da Moda

Durante o levantamento inicial e parcial deste trabalho vinculado a formulação do projeto de monografia intitulado “Os Sindicatos De Operários e de Patrões do Setor Vestuário nas décadas de 80 e 90 do século XX na cidade de Nova Friburgo” foi possível notar como se desenvolveu o processo de rápida ascensão e queda do setor do vestuário na cidade assim como os fatores que levaram a tal acontecimento.

Uma classe patronal interessada somente em obter cada vez mais dividendos, não comprometida com a economia da cidade, tanto que após o processo de desindustrialização da região parte para cidades vizinhas onde a mão de obra é mais barata e deixa a cidade a mercê do desemprego ou da superexploração⁸ das costureiras praticada pelos pequenos e médios empresários que restaram.

Desta breve análise do tema, é possível concluir que o sindicato de trabalhadores teve - e ainda tem - dificuldade em representar a classe devido a inúmeros fatores e impasses relacionados às mudanças ocorridas no Brasil nas três últimas décadas vinculado ao capital-imperialismo⁹, que será melhor abordado a frente durante a confecção da monografia.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Mundialização do Capital - A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização*. São Paulo: Editora Praxis, 1999.

_____. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. “Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro”. In: *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 10º Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

_____. *O novo sindicalismo no Brasil*. Editora Pontes, 1995.

ARAÚJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: o processo de urbanização da Suíça-Brasileira. (1890-1030)*. Dissertação (Mestrado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, ICHF/UFF, 1992.

⁸ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética de la Dependencia*. México: Editora Era, 1979.

⁹ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

_____. *Nova Friburgo: A Construção do Mito da Suíça Brasileira (1910 – 1960)*. Tese (Doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, ICHF/UFF, 2003.

_____; Mayer, Jorge Miguel (Orgs). *Teia Serrana – Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

BOITO, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

CASTRO, Rômulo de Souza. *Resistência e colaboração na reestruturação produtiva. Uma análise das operárias costureiras de Nova Friburgo/R.J.* Dissertação (Mestrado). Marília/SP: Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais UNESP, 2011.

COSTA, Ricardo da Gama R. *Visões do “Paraíso Capitalista”: Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República*. Dissertação (Mestrado). Niterói: Programa de Pós - Graduação em História ICHF/UFF, 1997.

CORRÊA, Helloisa Sersedello. *A Industrialização de Nova Friburgo*. Dissertação (Mestrado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História ICHF/UFF, 1986.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História do tempo presente: desafios”. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

GAZZONA, Raquel da Silva. “Trabalho feminino na indústria do vestuário”. *Educação e Sociedade*. Ano XVIII, nº 61. Campinas/SP: Unicamp, Dezembro/97.

GEREFFI, Gary; Korzeniewicz, Migyel; Korzeniewicz, Roberto. "Introduction: Global Commodity Chains". In: Gary Gereffi & Miguel Korzeniewicz Eds. *Commodity Chains and Global Capitalism*. Westport & London, Praeger, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *EP (Escritos Políticos)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6º Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HASENCLEVER, L. Et al. “Estratégia de Inserção das Incubadoras no Desenvolvimento Regional: O Caso do Núcleo de Desenvolvimento e Difusão Tecnológica em Nova Friburgo.” *Anais do X Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas*, Belém, 2000.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 4a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *Estado e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LIMA, Jacob Carlos. “Novas Formas, Velhos Conteúdos: Diversidade Produtiva e Emprego Precário na Indústria do Vestuário”. *Política & Trabalho* (15): 121-139. João Pessoa:UFPB, setembro de 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Expressão Popular, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y Revolucion*. México: Siglo Veintiuno Editores Sa, 1972, 4ª Edição. Cap. La superexploración del trabajo.

_____. *Dialética de la Dependencia*. México: Editora Era, 1979.

MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e Crise do Mundo Caipira: O Caso de Nova Friburgo*. Tese (Doutorado). Niterói: Programa de Pós Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2003.

MENEZES, Paula Cristina Santos. *Trabalho e Identidade em uma cooperativa de produção na cidade de Nova Friburgo, RJ*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Renato Cortes. *A formação do Pólo de confecção em moda íntima em Nova Friburgo*. Dissertação (Mestrado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Economia, UFF, 2004.

Sites

www.arp.com.br

www.avozdaserra.com.br

www.fashionbusiness.com.br

www.firjan.org.br

www.iprj.uerj.br

www.intimafriburgo.com.br

www.salaolingeriebrasil.com.br

www.sebrae.com.br

www.sindvest.com.br

*A presença dos Grupos Financeiros e suas Associações no Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social (2003-2006)*

*André Pereira Guiot**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir a presença dos grupos financeiros e suas associações no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) durante os anos 2003 e 2006, primeiro mandato de Lula da Silva na Presidência da República. Criado em 1º de janeiro de 2003 pela MP 103, o CDES propõe ser uma arena estatal que atende às distintas organizações da “sociedade civil” no Brasil cujas propostas, em articulação com o governo, seriam capazes de criar uma agenda de “desenvolvimento com sustentabilidade”. De forma distinta, entretanto, trabalhamos com a hipótese de que o CDES se configurou como um importante fórum de articulações e demandas, ou melhor, projetos de hegemonia, do empresariado no interior do aparelho estatal. Neste sentido procuramos mostrar que o Conselho é uma arena da sociedade política bastante permeável à inserção de vastas associações empresariais da sociedade civil, não se tratando de um órgão representativo dos “interesses gerais”, a fim de garantir o “bem comum” do conjunto da população, mas de atender a visões de mundo caras ao grande capital. Calcado na matriz teórica de Antônio Gramsci, o trabalho contribui para o desvendamento das formas pelas quais a fração financeira da classe dominante se faz presente no interior do Estado restrito por meio das associações a quais se conectam.

Para tanto, a pesquisa lança mão de fontes primárias, contidas no próprio site do CDES e das entidades da sociedade civil as quais os conselheiros-empresários se vinculam, e de fontes secundárias, especialmente de estudiosos sobre as formas pelas quais a presença da fração financeira da burguesia se faz presente no interior do Estado, sobre as trajetórias profissionais de destacados empresários, ou de seus prepostos, e de publicações que dão conta das redes corporativas existentes entre os grandes grupos financeiros atuantes no Brasil na última década.

1.0 - Introdução

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Orientadora: Profª Drª Virgínia Fontes (virginia.fontes@gmail.com).

O presente trabalho tem como objetivo discutir a presença dos grupos financeiros e suas associações no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) durante os anos 2003 e 2006, primeiro mandato de Lula da Silva na Presidência da República. Calcado na matriz teórica de Antônio Gramsci, o trabalho contribui para o desvendamento das formas pelas quais a fração financeira da classe dominante se faz presente no interior do Estado restrito por meio das associações a quais se conectam.

As aceleradas e profundas mudanças por que passou a sociedade brasileira nas duas últimas décadas não atenderam, contudo, às aspirações e demandas das organizações e movimentos do conjunto das classes subalternas. As mais destacadas e combativas formas organizativas dos trabalhadores atuantes durante os anos 80 do século passado, por razões díspares, ou agonizaram, ou se redefiniram, ou simplesmente desapareceram, evidenciando um dramático refluxo a partir dos anos 90. O avanço das imposições afeitas à reprodução ampliada de setores do capital no Brasil imprimiu alterações nas correlações de forças entre as classes e frações de classes sociais com vistas a garantir um novo patamar de acumulação, sem o qual o forte espraiamento e atuação da sociedade civil burguesa em articulação com as políticas emanadas do Estado restrito não seria possível. É do conjunto das tensões e contradições que atravessou este recente processo histórico no Brasil que se insere nosso objeto de pesquisa e, mais precisamente, a proposta deste trabalho.

2.0 – Sumária apresentação do Conselho

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um órgão do aparelho estatal criado em 1º janeiro de 2003 pela medida provisória nº 103, na ocasião da posse de Lula da Silva à Presidência da República. Regulamentado pela lei 10.683/03, o CDES foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico (SEDES) que, em 2005, desvinculou-se do gabinete da Presidência e passou a ser um órgão do Ministério das Relações Institucionais, conforme a lei 11.204. A “Secretaria do Conselho” tinha como um dos objetivos “coordenar e secretariar o funcionamento do CDES, visando promover a articulação da sociedade civil organizada para a consecução de um modelo de desenvolvimento capaz de configurar um novo e amplo contrato social”¹.

¹ Art. 2º, §1º e §2º da lei 10683/03. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11204.htm>

De acordo com o marco legal, compunha a plenária do CDES, além do Presidente, 17 ministros de Estado e 90 representantes da sociedade civil (conselheiros), “de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução”². Como órgão *consultivo* da Presidência, as plenárias realizavam-se quatro vezes ao ano e combinava temas apresentados pelo governo e pelos conselheiros. Os conselheiros apareciam como “parceiros estratégicos”, aptos a efetuar consensos com vistas a realização das reformas e de um projeto de desenvolvimento com inclusão³. Os objetivos legais do CDES foram definidos no artigo 8º da MP nº 103/2003:

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados⁴.

3.0 – Os grupos financeiros e suas entidades no CDES (2003-2006)

3.1 – Os grupos financeiros presentes no CDES

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme pesquisa realizada em seu *site*, conta com cerca de 90 conselheiros da sociedade civil⁵ e 17 ministros de Estado durante o período 2003-2006. Destes 90 conselheiros, encontramos 47 *diretamente ligados a setores empresariais* – o que significa 51% do total dos conselheiros. Num levantamento realizado a partir do exame da revista “Balanço Anual 2004”, publicado pela Gazeta Mercantil, dos 300 maiores Grupos Econômicos do país, foi possível encontrar 25 Grandes Grupos aos quais nossos conselheiros-empresários estavam nitidamente vinculados, destacando-se os setores industrial e financeiro, seguidos pelos de serviços e agrário. Como forma de exposição *meramente didática*, o quadro⁶ abaixo foi dividido setorialmente:

² Artigo 8º, §1º, inciso IV da lei 10683/03.

³ BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *O funcionamento do CDES*. Disponível em <www.cdes.gov.br>.

⁴ Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2003.

⁵ Apesar do artigo 8º, §1º, inciso IV da lei 10683/03 afirmar que o CDES deveria ser integrado por “noventa cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes (...)”, na prática, de acordo com pesquisas realizadas em www.cdes.gov.br, em 2003 estavam presentes 92 conselheiros, 90 em 2004, 89 em 2005 e 90 em 2006.

⁶ Os Quadros e Tabelas confeccionados se valeram das seguintes fontes: GAZETA MERCANTIL. *Revista Balanço Anual 2004: a mais completa radiografia dos negócios do País*. SP: Editora JB S.A., 2004; ABREU,

Quadro I – Grupos Econômicos setorializados presentes no CDES (2003-2006)

Setores	Grupos Econômicos
Industrial	a Vale do Rio Doce (CVRD), a Cia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), o Grupo Gerdau, as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), o Grupo Suzano, o Grupo Rosset, a Klabin S/A, o Grupo Alcoa Inc., a Petróleo Ipiranga, o Grupo Verdi, o Grupo Ouro Verde, o Grupo Dixie Toga S.A., o Grupo J. Macedo S/A, o Grupo Jereissati São Paulo, o Grupo Iochpe-Maxion, o Grupo Springer e o Grupo Gradiente. ⁷
Agroindústria	Grupo João Lyra (usinas em Alagoas), Grupo Sucocítrico Cutrale, Grupo Itamarati.
Serviços	Grupo Telefônica, o Grupo Telemar e a Cia. Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar).

Estamos lidando, como se percebe, com uma significativa parcela das frações do grande capital no CDES. Ainda que se apresentem como representantes deste ou daquele setor da economia, bem sabemos que a dinâmica recente do capitalismo no Brasil não nos autoriza segmentá-los. Muito pelo contrário, tais frações estão emaranhadas numa rede capilar de participações acionárias de todo tipo e origem, buscando incessantes valorizações do valor. Como nos lembra Virgínia Fontes:

Na forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, *pornograficamente entrelaçadas*⁸.

O que nos importa aqui é destacar são os grandes grupos financeiros por excelência, muito embora suas atividades, como grandes *holdings*, insistimos, os credenciem como partícipes (acionistas, sócios-proprietários, CEO's, diretores e/ou membros de conselhos de administração, etc) de muitos outros setores não-financeiros da atividade econômica. O quadro abaixo mostra a vinculação de muitos conselheiros-empresários com grupos/conglomerados financeiros mais destacados no Brasil.

Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001; pesquisas feitas em *sites* da internet, especialmente na página eletrônica do CDES.

⁷ Há firmas industriais menos expressivas cujos sócios-proprietários são conselheiros do CDES. Ressalta-se, ainda, que o Grupo Sadia estava representado na figura de Luiz Fernando Furlan, Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

⁸ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010, p. 198.

Quadro II – A presença de Grupos Financeiros Privados no CDES (2003-2006)

Conselheiros	Vinculações com Grupos Financeiros Privados
1) Benjamin Steinbruch	Proprietário do Banco Fibra (Grupo Vicunha).
2) Eduardo Eugênio Gouvea Vieira	Foi Membro do Conselho de Administração do Banco Sogeral S.A. (1987-1999).
3) Fabio Coletti Barbosa	Presidente do ABN AMRO Bank (1996) e Presidente do Banco Real (1998), após fusão entre os dois bancos. Presidente do Grupo Santander Brasil (2008), após fusão entre este e o Banco Real. Citibank (1986-1993).
4) Fernando Roberto Moreira Salles	Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston Representação e Participação S. A. (Holding controladora da Unibanco Holdings).
5) Gabriel Ferreira	Membro do Conselho de Administração do Unibanco e Diretor da E. Johnston Representação e Participações S.A.
6) Gustavo Carlos Marin Garat	Executivo do Corporate & Investment Bank and Consumer Bank no Citibank Brasil.
7) Jorge Gerdau Johannpeter	Proprietário do Banco Gerdau (Grupo Gerdau).
8) Márcio Artur Cypriano	Presidente do Bradesco.
9) Miguel João Jorge Filho	Vice-presidente Executivo de RH e de Assuntos Corporativos do Grupo Santander Banespa.
10) Milu Villela	Vice-Presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A.
11) Roberto Egydio Setubal	Presidente e Diretor Geral do Banco Itaú. Trabalhou no CitiBank (1983-1984).
12) Roger Agnelli	Foi Diretor Executivo do Banco Bradesco (1988-2000).
13) Viviane Senna	Membro dos comitês de orientação e investimentos sociais dos bancos Itaú e Unibanco. Membro do Conselho Consultivo do Citibank Brasil.
14) Waldemar Verdi Junior	Membro do Conselho de Administração do Banco Dibens S/A.

Como se percebe, com as exceções dos bancos Fibra, Sogeral, Dibens e Gerdau, de pequeno e médio portes, 10 conselheiros-empresários-financistas estavam em ligações orgânicas com grandes bancos nacionais e estrangeiros atuantes na economia brasileira, expressando cerca de 11% do total de conselheiros presentes no CDES e 21% dos conselheiros-empresários. Encontramos a inserção deles na Presidência, Vice-Presidência, Diretorias e em Conselhos de Administração de grandes grupos financeiros privados.

Não há dúvidas de que os grupos financeiros representados no CDES representavam a ponta-de-lança dos setores mais dinâmicos do capitalismo brasileiro. De acordo com o levantamento feito a partir da referida Revista “Balanço Anual 2004” da Gazeta Mercantil, as seis instituições bancárias privadas (Itaú, Bradesco, Santander/Banespa, Unibanco, ABN AMRO e Citibank) figuradas no CDES apareceram em destacadas posições em relação ao patrimônio líquido de 300 grupos econômicos listados (Quadro III). Informações tabuladas em Minella⁹, colhidas junto ao Banco Central, dão conta que as mesmas instituições eram vistas entre os dez maiores bancos privados por operações de crédito em 2005.

⁹ MINELLA, Ary Cesar. “Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico”. Porto Alegre, *Sociologias*, ano 9, n°18, jul/dez 2007, p. 119.

Quadro III – Origem do controle acionário e ranking (PL) dos Grupos Financeiros

Privados presentes no CDES

Grupos Financeiros presentes no CDES	Nº Conselheiros no CDES ¹⁰	Controle	Ranking 2004 PL (R\$ MIL)
Itaúsa	3	Nacional	6º lugar – 14.759.584
Bradesco	2	Nacional	7º lugar – 13.659.609
Santander/Banespa	1	Estrangeiro	14º lugar – 7.997.120
Unibanco	3	Participação estrangeira	15º lugar – 7.991.561
ABN Amro	1	Estrangeiro	17º lugar – 7.138.513
Citibank	2	Estrangeiro	35º - 3.290.287

Um dos aspectos mais importantes a ser destacado é a existência de concentração de grandes recursos em poucas instituições. Tal concentração era bem visível se pensarmos que somente seis grandes grupos financeiros (24% do total de 25 grandes grupos econômicos nele representados) somavam R\$ 54.836.674.000,00 de Patrimônio Líquido, isto é, 44,6% dos R\$ 122.790.245.000,00 do total de Patrimônios Líquidos contabilizados no exercício de 2003 de todos os grupos presentes¹¹. Gigantescas somas nas mãos de restritíssimos grupos financeiros mostravam a importância deles como atores privilegiados das operações econômicas em esfera global, o calibre corporativo – o “poder de fogo” – frente a seus concorrentes, sua influência sobre as políticas governamentais e seu papel no mundo do entretenimento e da cultura¹².

A inserção dos conselheiros-empresários-financistas de tal monta na sociedade política foi indicativa da atuação militante como organizadores das frações as quais pertenciam – intelectuais orgânicos – e, por outro lado, também do caráter *transformista* de um governo composto por ex-sindicalistas da esquerda majoritária, ou melhor, da esquerda para o capital.

Outro aspecto relevante a ser observado foi a presença marcante dos bancos estrangeiros no CDES. Dos seis grupos financeiros do Quadro III, somente dois eram nacionais (Itaú e Bradesco), um era nacional associado ao capital estrangeiro (Unibanco) enquanto três eram exclusivamente constituídos por capital estrangeiro – Santander/Banespa (Espanha), ABN AMRO (Holanda) e Citibank (EUA). Tal qual ocorria na concentração

¹⁰ O total de conselheiros no Quadro III é de 12 membros porque Viviane Senna participou, ao mesmo tempo, do Conselho de Administração de três grupos: Itaúsa, Unibanco e Citibank.

¹¹ GUIOT, André Pereira. “Sociedade Civil e Hegemonia Burguesa: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nos governos Lula da Silva”. *Colóquio Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*, NIEP-Marx-UFF, 2011.

¹² MINELLA, Ary Cesar. Grupos Financeiros e Associações de Classe do Sistema Financeiro. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. (Org.) *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005a, p. 164.

bancária, a presença de “tubarões” das finanças internacionais, por meio de formatos e caminhos os mais distintos, se relacionava com o movimento maior do capital-imperialismo no Brasil nas duas últimas décadas.

Além de estarem inseridos em grandes bancos nacionais e estrangeiros, a pesquisa nos revelou que alguns conselheiros-empresários-financeiros participavam de outros setores das finanças no Brasil, com destaque à BMF&Bovespa, mas também em corretoras de seguros e cooperativas de créditos, dentre outros.

Quadro IV – Vinculação de conselheiros com outros setores das finanças

Conselheiros	Vinculações com outros setores das finanças
1) Antoninho Trevisan	Membro da Comissão de Arbitragem da BMF&Bovespa.
2) Daniel Feffer	Conselheiro cotista da MDS Corretora e Administradora de Seguros.
3) Fernando Xavier Ferreira	Membro do Comitê Latino Americano da Bolsa de Nova York.
4) Gabriel Ferreira	Membro do Conselho Consultivo da BMF&Bovespa.
5) João Elisio F. de Campos	Presidente do Conselho de Adm. da Centauro Vida e Previdência S.A e da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação.
6) Márcio Lopes de Freitas	Presidente da Cooperativa de Crédito Rural (Credicoapec).
7) Mauro Knijnik	Foi Secretário de Fazenda do RS; Presidente do Conselho de Administração Banrisul e da Junta de Coordenação Financeira do RS.
8) Raymundo Magliano Filho	Presidente da BMF&Bovespa.

Ao compararmos as posições assumidas por estes mesmos conselheiros no Quadro I notaremos que, com a exceção de Raymundo Magliano Filho, Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, as atividades oriundas das vinculações com estes setores das finanças eram *ramificadas e/ou especializadas*. Com isso, não afirmamos que eram desimportantes, muito pelo contrário, mas que provavelmente fruto ou derivadas de conexões mais orgânicas, de “posições de classe” de destaque no circuito financeiro.

3.2 – As associações da sociedade civil do setor financeiro atuantes no CDES

Um brevíssimo histórico das associações de classe do sistema financeiro no Brasil, apresentado por Minella¹³, dá conta que, já na década de 1960, foram constituídas a FENABAN (Federação Nacional dos Bancos), de caráter sindical, e a FEBRABAN (Federação Brasileira das Associações de Bancos), de caráter civil. Em 1969 foi criada a ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento) e nos anos 70

¹³ Ibidem, p. 159-160; MINELLA, Ary Cesar. “Reestruturação do sistema financeiro brasileiro e a representação de classe do empresariado 1994-2004”. In: GROS, Denise [et al.]. *Empresas e grupos empresariais: atores sociais em transformação. IV Workshop Empresas, Empresários e Sociedade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 263-264.

proliferaram diversas associações do setor, tais como a ABEL (Associação Brasileira de Empresas de Leasing), em 1970 e a ANDIMA (Associação Nacionais das Instituições do Mercado Aberto), em 1971.

Na década de 1980, o movimento associativo da burguesia financeira no Brasil apresentou duas tendências contrapostas: uma delas apontava para maior articulação e centralização da representação, consubstanciada na fusão entre a FENABAN e a FEBRABAN e na criação da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF),¹⁴ reunindo entidades de diversos segmentos financeiros; a outra tendência acenava para uma disputa maior na representatividade do setor por meio da criação de novas associações de bancos, como a Associação Brasileira dos Bancos Comerciais (ABBC), aglutinando os pequenos e médios bancos e a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), entidade criada pelos bancos estrangeiros. No segmento das financeiras, foi criada a ACREFI, em 1993, que recebeu a representação da extinta Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ANFIC) e, em 1999, foi constituída a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF), agregando várias federações sindicais¹⁵.

Os conselheiros-empresários-fincancistas do CDES, no período aqui tratado (2003-2006), estavam presentes, direta ou indiretamente, em *todas as entidades do empresariado financeiro* acima elencadas. Diretamente porque ocupavam, eles próprios, postos de comando de importantes entidades do setor, com destaque à FEBRABAN, seguida da CNF. Indiretamente porque os grupos financeiros, os quais também ocupavam cargos de destaque, se faziam representar nas demais entidades das frações financeiras brasileiras (ver Quadro VI).

Quadro V – Entidades da sociedade civil do setor financeiro presentes no CDES

Entidades do Setor Financeiro	Conselheiros	Nº
FEBRABAN	Fabio Coletti Barbosa (Presidente); Gabriel Ferreira (Presidente); Gustavo Carlos Marin Garat (Membro do Conselho Diretor); Márcio Artur Cypriano (Membro do Conselho Diretor); Miguel João Jorge Filho (Vice-Presidente); Roberto Egydio Setubal (Presidente); Viviane Senna (Membro do Conselho Consultivo).	7
CNF	Fabio Coletti Barbosa (Diretor Presidente); Gabriel Ferreira (Presidente); Márcio Artur Cypriano (Membro do Conselho); Roberto Egydio Setubal	4

¹⁴ A CNF é composta pela FEBRABAN/FENABAN, ANBID, ABECIP, ADEVAL, ABEL, ANDIMA, ANCOR e a ACREFI.

¹⁵ Integram a CONSIF as seguintes federações: Nacional dos Bancos (FENABAN), Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (FENACREFI), Nacional das Empresas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (FENADISTRI) e Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização (FENASEG).

	(Membro do Conselho).	
CONSIF	Gabriel Ferreira (Presidente).	1
ABBI	Fábio Coletti Barbosa (Presidente).	1
ANBID	Roger Agnelli (Vice-Presidente).	1
CNSeg/FENASEG	João Elisio Ferraz de Campos (Presidente)	1

A análise das associações de classe das finanças deve levar em consideração as transformações pelas quais o setor atravessou. A desregulamentação dos mercados e a liberalização dos fluxos de capitais patrocinaram dois processos: a *concentração*, ocorrida através de fusões, incorporações e privatizações e a *internacionalização*, resultando no incremento do número de instituições estrangeiras e no volume de ativos sob seu controle¹⁶, ocasionando significativa presença delas “nas direções dos órgãos de representação de classe em muitos países, incluindo o Brasil, destacando-se grandes grupos internacionais dos Estados Unidos e da Europa”.¹⁷

Realçando este contexto, Minella apresenta em seus trabalhos duas hipóteses bastante pertinentes: a) as entidades de classe do setor atuaram no sentido de contribuir na definição dos ritmos e condições da abertura financeira e, para tanto, o autor buscou verificar em que medida *grupos financeiros internacionais* construíram uma *política de participação ativa* na direção das associações de classe do empresariado financeiro no Brasil; e b) os conglomerados nacionais e estrangeiros desenvolvem uma estratégia de *participação simultânea* nas entidades de classes dos diversos segmentos do sistema financeiro, formando *redes transassociativas*, e, para tanto, o autor tomou como indicador a presença dos grupos financeiros na diretoria das associações.

Ora, a considerar o que até agora expomos, a primeira hipótese de Minella parece ter sido comprovada para os agentes que compunham o nosso objeto de estudo. De fato, no CDES assistimos a presença de prepostos do grande capital monetário nacional, associado e (especialmente) internacional. Mas reparem que foram justamente os conselheiros da fração internacionalizada e associada das finanças - Fábio Coletti Barbosa (ABN AMRO) e Gabriel Ferreira (Unibanco) – os que apresentaram mais inserções (três) em entidades tipicamente representativas do setor em que atuaram e em todos em altos cargos de direção (presidência). Olhando atentamente, foi a Febraban a entidade que mais abrigou os conselheiros representantes do grande capital financeiro internacional e associado em cargos de direção (quatro), seguidos pelos conselheiros da fração financeira nacional (três cargos). Na CNF a repartição ficou empatada entre os dois grupos. Do total de quinze colocações dos

¹⁶ MINELLA, A. C. Op. cit, 2005a, p. 160-161.

¹⁷ MINELLA, A. C. Op. cit., 2007, p. 106.

conselheiros-empresários-financeiras nas seis entidades encontradas, apenas seis (40%) se referiam aos grupos nacionais, enquanto que o restante (nove inserções – 60%) se deviam aos grupos associado e internacional. Esta situação é certamente ilustrativa da questão levantada por Minella.

A segunda questão também se apresenta como válida para os grupos financeiros representados no CDES: eles atuavam, *simultaneamente*, em diferenciadas entidades da sociedade civil do empresariado financeiro. O Quadro VI tem como propósito mostrar, para o ano de 2004, a vinculação concomitante em três ou mais entidades dos grupos financeiros presentes no CDES.

Quadro VI - Cargos ocupados pelos grupos financeiros presentes no CDES que participavam simultaneamente em três ou mais associações (2004)

Grupo	Cnf	Consif	Febraban	Anbid	Abbi	Abel	Andima	Acrefi	T
Bradesco	VP	D	P			D, P	D	VP	7
Itaú	DS	D	D	P		D	D	VP	7
Unibanco	P	P	D	VP		DT	D	S	7
Citigroup			D	D	VP,DT		D	VP	6
ABN Amro			VP	VP	VP	DT			4

Fonte: Adaptação de MINELLA, Ary Cesar. Grupos Financeiros...op. cit., p. 273.

Cargos: P: Presidente; VP: Vice-Presidente; D: Diretor; DT: Diretor Técnico; DC: Diretor Conselheiro; T: Tesoureiro; DS: Diretor Secretário; S: Secretário

Como podemos observar, os grupos financeiros representados no Conselho participavam de uma ampla e variada gama de entidades ligadas ao setor financeiro. Numa amostra maior de agentes, Minella¹⁸ assevera que o comando dessas entidades no Brasil se caracteriza por uma alta participação de um conjunto reduzido de grupos financeiros, em especial os estrangeiros – situação que não foge à realidade do quadro acima. Outrossim, convém realçar que a participação simultânea nestas entidades leva a cada uma de suas direções ser composta por vários prepostos de diferenciados grupos financeiros. Por sua vez, o entrelaçamento é também percebido não apenas no interior de cada entidade mas também na abrangência participativa de cada grupo financeiro, de sorte que é possível sustentar a hipótese de Minella (de uma rede transassociativa) também para os atores financeiros no CDES.

As implicações desta rede, segundo o autor, reforçam as assimetrias de poder em favor dos grupos financeiros nacionais e internacionais em relação aos demais atores sociais porque: i) potencializa a capacidade de atuação coordenadas no âmbito político e corporativo;

¹⁸ MINELLA, A. C. Op. cit., 2005a, p. 174.

ii) cria um canal privilegiado de fluxo de informação sobre a dinâmica interna das associações; iii) define estratégias de relacionamento com o governo, os demais segmentos empresariais e com os trabalhadores do sistema financeiro.¹⁹

As implicações sugeridas correspondem ao que a literatura sobre o tema sustenta e devem ser consideradas. Na outra ponta, porém, preferimos pensar que o adensamento organizativo das frações financeiras do capital em suas entidades tenha sido, salvo melhor juízo, um dos principais *motivos* de sua convocação para o ingresso no CDES. Malgrado tenham sido consideradas como lideranças de uma sociedade civil “bem-intencionada”, foi no decorrer da construção das condições da hegemonia das frações do capital monetário, sob uma dramática guerra de posição iniciada há mais de duas décadas no Brasil, que suas associações tentaram se credenciar como porta-vozes do “interesse geral” apoiadas numa suposta racionalidade econômica imanente.

Uma terceira hipótese levantada mas não trabalhada pelo autor, é a de que, como a maioria dos conglomerados se constitui como grupo financeiro, ou seja, atuante também no setor não-financeiro, a rede transassociativa alcança outras esferas associativas, se envolvendo na representação de classe de outros setores ou ramos econômicos. No que concerne aos conselheiros-empresários-financistas do CDES, de fato suas conexões se estendiam a setores econômicos não-financeiros, principalmente em vários segmentos da indústria, *mas isto não significou a ampliação dos vínculos com entidades não-financeiras*.

Os exemplos a seguir mostram as conexões realizadas por alguns conselheiros entre as finanças e setores não-financeiros:

- Benjamin Steinbruch: Sócio-proprietário do Banco Fibra. Presidente da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) e do Grupo Vicunha. Participava ainda do Conselho de Administração do BNDES e da Petrobrás.
- Daniel Feffer: Conselheiro Quotista da MDS Corretora e Administradora de Seguros e Vice-Presidente da Suzano Holding S/A (papel e celulose).
- Eduardo Eugênio Gouvea Vieira: Membro do Conselho de Administração do Banco SOGERAL S/A (1987-1999); Diretor-Presidente do Inter-Continental Seguradora S/A (1979-1990). Membro do Conselho Superior da Petróleo Ipiranga. Presidente do Conselho de Administração da Cia. Petroquímica do Sul, dentre outras empresas do setor. Integrava o Conselho de Administração do BNDES.

¹⁹ MINELLA, A. C. Op. cit., 2005, p. 268-269.

- Fernando Xavier Ferreira: Membro do Comitê Latino Americano da Bolsa de Nova York e Presidente do Grupo Telefônica do Brasil.
- Fábio Coletti Barbosa: Presidente do Banco ABN AMRO no Brasil (1996) e do Banco Real (1998). Assumiu, posteriormente, a presidência do Grupo Santander Brasil. Diretor Executivo e de Finanças da CVRD. Membro do Conselho de Administração da Petrobrás.
- Jorge Gerdau Johannpeter: Proprietário do Banco Gerdau (Grupo Gerdau). Membro do Conselho de Administração da Petrobrás.
- Miguel João Jorge Filho: Vice-presidente Executivo de RH, Assuntos Corporativos e Jurídicos do Grupo Santander Banespa (2002-2007), cargo assumido na Volkswagen do Brasil (1995-2000). A Volkswagen encontrava ainda seus interesses representados no CDES até julho de 2004 por meio de seu institor, o conselheiro Ricardo Luiz dos Santos Carvalho, presidente da ANFAVEA.
- Roger Agnelli: Presidente do Bradespar S.A até o ano 2001 e também do Conselho de Administração da Cia. Vale do Rio Doce que, por sua vez, possuía 22% do controle acionário da Usiminas. O Bradespar tinha participações em dois grupos representados no CDES: a Gerdau, a Usiminas²⁰, a Sadia, do ministro Furlan, e a Iochpe-Maxion.²¹
- Waldemar Verdi Júnior: Membro do Conselho de Administração do Banco Dibens S/A e Vice-Presidente do Grupo Verdi (hoje conhecido como Grupo Rodobens), *holding* que atua em várias áreas: concessionárias de caminhões, ônibus e automóveis, seguradora, importações de veículos, consórcios, etc. Em 2004, o Banco Dibens foi integralmente vendido para o Unibanco, ocasião em Verdi passou a ter acento no Conselho.

Todos os grupos econômicos não financeiros expostos acima estavam presentes no CDES. Tratava-se, sem dúvidas, de uma *rede corporativa no interior do Conselho* viabilizada pela superconcentração de megaempresários que, *nomeados* pelo Presidente da República, representava os elementos mais avançados de alguns setores do capitalismo brasileiro. Sua composição apresentava forte conteúdo empresarial, com presença proeminente de grandes grupos econômicos responsáveis pelo processo de monopolização e internacionalização da economia brasileira.

²⁰ MINELLA, Ary Cesar. “Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados”. V *Workshop Empresa, Empresário e Sociedade*, 2006, p. 19. Disponível em <www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa03_ary.pdf>. Acesso 19/07/2012.

²¹ GAZETA MERCANTIL. Op. cit, 2004, p. 41 e 70.

3.3 – As vinculações de conselheiros-financeiros em associações não financeiras da sociedade civil

E as redes transassociativas intersetoriais, sugeridas por Minella? Se defrontarmos o Quadro V (entidades financeiras) com o Quadro VIII (entidades industriais e comerciais) veremos que poucos conselheiros (Miguel João Jorge Filho, Roger Agnelli e Viviane Senna) satisfaziam a presença em associações de diferentes setores da atividade econômica (financeira e industrial/comercial). Para o caso do CDES, a rede corporativa evidenciada não foi replicada, senão de forma bastante exígua ou tímida, numa rede transassociativa intersetorial.

Quadro VIII – A presença de conselheiros vinculados ao setor financeiro com participação em entidades corporativas industriais e comerciais

Entidades Industriais e Comerciais	Conselheiros	Nº
FIESP/CIESP	Antoninho Trevisan; Benjamin Steinbruch; Daniel Feffer; Fernando Xavier Ferreira; Jorge Gerdau; Miguel João Jorge Filho; Roger Agnelli; Viviane Senna; Waldemar Verde Júnior.	9
FIRJAN	Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira.	1
CNI	Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Viviane Senna.	2
ACSP/ACRS	Antoninho Trevisan; Mauro Knijnik (ACRS); Miguel João Jorge Filho; Raymundo Magliano.	4

Mesmo dentre os conselheiros ligados às finanças, onze deles estavam organizados nas mais destacadas entidades corporativas dos setores industrial e comercial. Salta aos olhos igualmente a preponderância das associações industriais e comerciais do estado de São Paulo. Supremacia esta que não é por acaso: em pesquisa anterior²², verificamos que dos 47 conselheiros-empresários pesquisados, 37 (79%) deles concentravam-se na região Sudeste e, de longe, São Paulo destacava-se como sendo o estado que mais abrigava as sedes empresariais e associativas, com 29 conselheiros (62%), seguido de Minas Gerais e Rio de Janeiro, ambos com 4 conselheiros (8%) cada.

A exposição fria dos números não pode estar separada do significado político que ela busca retratar ou ocultar. O complexo FIESP-CIESP, a CNI e a FIRJAN são entidades patronais da sociedade civil historicamente imersas na defesa, organização e atuação política do empresariado – aparelhos de hegemonia –, principalmente paulista, em suas frentes de batalha que, via de regra, extrapolam o muro dos interesses puramente econômico-

²² GUIOT, A. P. Op. cit, 2011.

corporativos. Trata-se de associações do Estado-Maior industrial no Brasil e, portanto, produzem e difundem hegemonia/cultura para as demais frações do empresariado, para o conjunto das classes subalternas, mas encontram mesmo sua consagração quando conseguem introjetar seus projetos na sociedade política.

A extensão dos vínculos associativos dos conselheiros-empresários-financistas orbitava em entidades de natureza e feição diversas. Assim, a pesquisa realizada encontrou-os coligados a várias associações espalhadas na sociedade civil (Quadro IX) caracterizadas pela organização e difusão de centros de estudos e pesquisas com o objetivo de criar plataformas de políticas públicas com vistas à intervenção no Estado, bem como à formulação da ideologia empresarial, disseminando o ideário liberal.

Quadro IX – A presença de conselheiros vinculados ao setor financeiro em entidades de formulação, doutrinação e divulgação

Entidades empresariais	Conselheiros
IEDI	Daniel Feffer; Benjamin Steinbruch; Jorge Gerdau.
Sociedade brasileira pró-inovação tecnológica (PROTEC)	Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Luiz Carlos Delben Leite.
Movimento Brasil Competitivo	Daniel Feffer; Antoninho Trevisan; Jorge Gerdau.
PNBE	Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Luiz Carlos Delben Leite.
Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável	Benjamin Steinbruch; Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Roger Agnelli; Jorge Gerdau.
Instituto Millenium	Jorge Gerdau e Daniel Feffer.
Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social	Antoninho Trevisan, Daniel Feffer, Mauro Knijnik, Roberto Egydio Setubal.

Não pretendemos realizar, no âmbito deste trabalho, uma detalhada avaliação de cada entidade acima. Numa abordagem panorâmica, porém, trata-se de associações mais ou menos recentes (IEDI e PNBE, as mais antigas, foram erguidas na virada dos anos 80 para os anos 90), *voltadas para a organização da ação empresarial* em duas grandes frentes: a) aos desafios requeridos pelas contínuas e rápidas mudanças no capitalismo brasileiro recente, especialmente no que tange à inserção da economia brasileira no circuito globalizado e suas implicações (políticas de industrialização e de reestruturação do setor, mecanismos de promoção da competitividade, etc) e b) à edificação de uma nova cultura empresarial, uma iniciativa de vontade com fins à unificação de concepções, comportamentos e ações comuns em torno da reanimação do senso de pertencimento à classe por meio do ideário da *responsabilidade socioambiental empresarial*. Trata-se de papéis bem definidos e complementares, na frente econômica e político-cultural, a fim de retroalimentar a coesão

interna do empresariado em torno de um projeto que o reafirme numa posição hegemônica no interior do bloco no poder.

Mas a organização empresarial aprendeu a não se voltar apenas para si. As experiências expostas pelas forças políticas populares em luta no período da redemocratização educaram e capacitaram frações das classes dominantes para outras empreitadas. Nelas o empresariado aprendeu que *precisa* aprimorar o jogo instável do consenso para além de sua própria classe e isto mobiliza engenhosos recursos institucionais, organizativos e culturais. Para tanto, retraduziu aspirações, conceitos e práticas dos setores populares em refluxo nos anos 90, apostando na disseminação mercantil-filantrópica de intervenção social. ONGs, institutos, fundações, entidades “sem fins lucrativos” das mais diversas (alcançadas de “Terceiro Setor”) seriam criadas e/ou readequadas pelo empresariado *com vistas ao atendimento (precário) das necessidades básicas e prementes da população*, privatizando a questão social. Os conselheiros não se furtaram de delas participar, como revela o quadro seguinte:

Quadro X – A presença de conselheiros ligados ao setor financeiro às entidades voltadas à população

Entidades voltadas à população	Conselheiros
Movimento Todos pela Educação (MTE)	Fábio Coletti Barbosa; Daniel Feffer; Milu Vilella; Viviane Senna; Jorge Gerdau.
Ação Fome Zero	Antoninho Trevisan; Gabriel Ferreira.
Associação Parceria Contra as Drogas	Fábio Coletti Barbosa; Fernando Xavier Ferreira; Márcio Artur Cypriano; Milu Vilella; Roberto Setúbal.
Sociedade de Cultura Artística	Fernando Xavier Ferreira e Milú Vilella.

Percebam que não são associações *dos* setores populares, mas *voltadas para os* setores populares, já que foram fundadas pelo próprio empresariado. Confrontando os nomes dos conselheiros, perceberemos que cinco deles aparecem *simultaneamente* vinculados às entidades do setor financeiro (Quadro V) e às entidades voltadas ao atendimento da população,²³ equivalendo pouco mais da metade do número de conselheiros do Quadro X, o que revela que a fração financeira presente no CDES estava atenta às novas exigências de seu *modus operandi* na sociedade civil.

4.0 – Conclusão

²³ São eles: Fábio Coletti Barbosa, Gabriel Ferreira, Márcio Artur Cypriano, Roberto Egydio Setúbal e Viviane Senna.

Estudar o Estado em sociedades capitalistas ocidentalizadas requer o investimento na pesquisa sobre as formas pelas quais frações das classes dominantes se organizam e se articulam nas associações burguesas da sociedade civil com objetivo de fazer presentes no Estado restrito seus projetos societários. O estancamento ou a dissociação entre as duas esferas conduz ao ofuscamento, não sendo incomum o antagonismo, das relações organicamente imbricadas que as atravessam.

Este trabalho visou ir na contramão das correntes estabelecidas. Tomando como objeto de estudo uma agência estatal – o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – penso que foi possível tratar o Estado no seu sentido “integral”, pensado por Gramsci há cerca de 80 anos.

Na esperança de que uma “democracia dialógica” conferisse saídas “concertadas” frente aos impasses pelo desenvolvimento capitalista brasileiro, os ex-sindicalistas alçados aos postos chaves da administração estatal, numa “pirueta” teórico-ideológica digna de aplausos pelos setores dominantes, afastando-se de qualquer referência ao arcabouço marxista, especialmente ao de “espírito de cisão”, resignificaram o conceito de sociedade civil, bem como o de democracia, esvaziando-os de toda e qualquer expressão de luta social, irmanando-se às demandas postas pelas frações do empresariado.

Ora, o CDES é, em grande parte, rebento de todo este processo de alterações múltiplas, intrincadas, conflituosas por que ainda atravessa a sociedade brasileira. Em sentido mais preciso e literal, como buscamos mostrar, é uma arena da sociedade política bastante permeável à inserção de vastas associações empresariais da sociedade civil, cuja fração financeira foi aqui enfatizada, mas não a ela restrita - como revelamos em outro estudo.²⁴ Não se trata, desta forma, de um órgão representativo dos “interesses gerais”, a fim de garantir o “bem comum” do conjunto da população, mas de atender a visões de mundo caras ao grande capital.

Referências Bibliográficas e Fontes

ABREU, Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

²⁴ GUIOT, A. P. Op. cit, 2011.

BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *O funcionamento do CDES*. Disponível em <www.cdes.gov.br>.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GAZETA MERCANTIL. *Revista Balanço Anual 2004: a mais completa radiografia dos negócios do País*. SP: Editora JB S.A., 2004.

GUIOT, André Pereira. “Sociedade Civil e Hegemonia Burguesa: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nos governos Lula da Silva”. *Colóquio Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*, NIEP-Marx-UFF, 2011.

MENDONÇA, Sônia Regina de. (org.) *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MINELLA, Ary Cesar. Grupos Financeiros e Associações de Classe do Sistema Financeiro. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. (Org.) *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005a.

_____. “Reestruturação do sistema financeiro brasileiro e a representação de classe do empresariado 1994-2004”. In: GROS, Denise [et al.]. “Empresas e grupos empresariais: atores sociais em transformação”. *IV Workshop Empresas, Empresários e Sociedade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005b.

_____. “Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados”. *V Workshop Empresa, Empresário e Sociedade*, 2006. Disponível em <www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa03_ary.pdf>. Acesso 19/07/2012.

_____. “Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico”. Porto Alegre, *Sociologias*, ano 9, nº18, jul/dez 2007.

***Reflexões sobre intolerância no Tempo Presente: A quebra da ressaca
conservadora na Web***

*Anita Lucchesi**

Resumo: O objetivo desta comunicação é refletir sobre o território “sem leis” da Web, particularmente aberto, fluido e colaborativo como espaço ideal para a propaganda intolerante. Pretendemos analisar aqui uma das várias facetas da intolerância, que vem ganhando cada vez mais força junto aos jovens no ciberespaço. Nossa preocupação é analisar o ciberespaço como ambiente propício e facilitador da reprodução de preconceitos e movimentos de ódio gratuitos às minorias, dada à suposta facilidade de “apagar” os rastros deixados na rede e ao anonimato que tornam ainda maior o lastro de impunidade que, no mais das vezes, acompanham este tipo de crime.

São alvo de nossa atenção certas manifestações isoladas que, apesar de serem julgadas, a priori, inofensivas, crescem silenciosamente e assumem proporções inesperadas e assustadoras. Seja em Realengo (Rio de Janeiro-RJ), seja na Noruega, na pele e gatilho de um Wellington Menezes ou de um Anders Behring Breivik, as redes sociais não podem ser encaradas como meros espaços de sociabilidade. A rede mundial de computadores inaugura uma série de novos espaços públicos que vêm sendo frequentados por indivíduos das mais variadas tribos e, vale lembrar que, embora desejemos tratar aqui dos aspectos técnicos relativos às novas tecnologias de comunicação e informação que facilitam a difusão do ódio na Internet, é sempre de seres humanos que estamos falando.

É justamente sobre a ocupação destas tribos no ciberespaço e das dinâmicas e – por que não? – das políticas implementadas por elas, que vamos tratar aqui. De certo, nossa incursão não percorrerá, nem de longe, a fração milionésima deste imenso território de discussão que se abre para a História a partir do advento da Internet, mas entendemos que por em movimento algumas peças e personagens deste novo cenário, contrapô-las umas às outras, confrontá-las com outros elementos do nosso Tempo Presente e fazer um esforço de compreensão, ainda que primário, é já um primeiro passo para abrir o diálogo acerca deste tema e convidar os colegas à reflexão sobre o atualíssimo e tão urgente avanço das extremas-direitas na Web.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientanda do Prof. Dr. Dilton Cândido Maynard. Bolsista CAPES. E-mail: anita.lucchesi@gmail.com

A rede mundial de computadores já é quarentona, mas as tecnologias de informação e comunicação do século XXI e o advento da Web 2.0 são relativamente jovens. Ainda ficamos estupefatos diante de certas invenções. E quem diria que já nos anos 2000 seria possível fazer videoconferências com pessoas das mais variadas regiões do nosso Globo? Vivemos há pouco a primeira Copa do Mundo tuitada. Assistimos, em parte sem nos darmos conta, à formação de coleções de memória na rede - *timelines* acima, *timelines* abaixo. Criamos nossas próprias rádios online, somos livres(?) para escolhermos a informação que vamos consumir na Internet. As famosas Listas Amarelas e os mapas de papel – aqueles enormes, dobráveis – tornaram-se obsoletos, pelo menos para a geração nascida a partir dos anos 1990, em famílias com facilidades para o acesso à Internet.

O digital se faz muito presente. Difícil encontrar hoje atividades cotidianas, principalmente nos grandes centros urbanos, que não envolvam etapas online. Compramos, pagamos, vendemos, namoramos, estudamos e nos divertimos online. Trabalhamos online. Cada vez mais rápido, parece, caminhamos de uma cultura alfabética e textual em direção a uma cultura digital e hipertextual. O historiador italiano, Dario Ragazzini, já em 2004, alertava:

Acontece que a atividade cotidiana – alta ou baixa, excepcional ou extraordinária – deixa traços do tipo informático, que serão os documentos e as fontes da história futura do nosso presente. Como a historiografia de uma cultura alfabética é diferente daquela oral, assim também a historiografia de uma cultura digital será – e já o é – diferente daquela de uma cultura alfabética¹.

Já o francês Denis Rolland, diferentemente de Ragazzini, não julga que, necessariamente, junto à cultura digital tenhamos alcançado também uma escrita da história diferente. O que Rolland chama atenção é para a importância de considerarmos a Internet como uma nova fonte para a História, inscrita no tempo presente e que ainda demanda detidos e cautelosos exames críticos. Segundo o francês, na Internet, a história assume frequentemente a forma de narrativas cujo nível de credibilidade científica,

¹ RAGAZZINI, Dario. *La Storiografia Digitale*. Torino: UTET Libreria, 2004, p. VII.

quase sempre desconhecido, pode acabar levando a certo “mal-estar da história”, por ser muitas vezes repleta de “dissimulações” ou “amnésias-construtivas”².

Ora, o que estamos apresentando, tomando emprestadas as ideias de Ragazzini e Rolland, é que no século XXI a rede mundial de computadores já é um problema a ser pensado pelas Ciências Sociais. Para a História, queiramos ou não reformular um paradigma historiográfico, como sugere Ragazzini, a Internet, com seus bancos de dados, *softwares*, motores de pesquisa, redes sociais e, sobretudo, com todas as pessoas que “circulam” no seu ciberespaço, abre uma miríade bastante interessante de questionamentos para nós historiadores.

Carlo Ginzburg, nos avisa, porém, que lidar com História em meio à superinformação característica do *World Wide Web*, em plena “Era Google”, tomando emprestada a expressão do próprio, não é brincadeira. Toda cautela é pouco, pois no “No presente eletrônico o passado se dissolve”³.

O que motiva esta comunicação, enfim, são os desafios que se abrem diante dos riscos desta “dissolução”. Preocupa-nos o tanto de passado que se dissolve na espuma da ressaca conservadora que estoura em nosso presente, tão eletrônico, nos mais diversos sítios da Web. Nestas circunstâncias, se torna mais que desejável pensarmos nos usos e abusos que a história pode sofrer nestes ambientes digitais e como certas narrativas podem, impugnamente, servir para legitimar falácias históricas ou, como veremos aqui, discursos de ódio e intolerância. Para Dilton Cândido Santos Maynard, há espaços virtuais sendo utilizados como suportes pedagógicos para projetos de doutrinação bastante perigosos, do ponto de vista historiográfico e, quiçá, pensando nas consequências dessa onda, ameaçadores também da paz e integridade física de determinados grupos.

As tensões para a escrita da história em si, dizem respeito a reconstruções historiográficas, como as que o Maynard destaca em relação às memórias sobre Holocausto e II Guerra encontradas na Internet:

Em inversões interpretativas, os algozes são vítimas, qualquer tipo de documentação que evidencie tortura, prisão, assassinatos e a racionalização das mortes em campos de concentração e câmaras de gás é descartada como “falsificação”. (...) Em meio a apropriações simbólicas e batalhas da

² ROLLAND, Denis. “Internet e história do tempo presente: estratégia de memória e mitologias políticas”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 59-92. jan. 2004.

³ GINBURG, Carlo. “Conferência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul”. Porto Alegre. *Fronteiras do Pensamento* 2011. “História na Era Google”. Disponível em: <http://www.frenteirasdopensamento.com.br/portal/noticias/2011/03/13/fronteiras-no-youtube-carlo-ginzburg> Último acesso em: 16.09.12.

memória, estes portais são exemplos de ferramentas eletrônicas dedicadas a promover uma leitura intolerante da história sob pretensa pátina de luta por liberdade de expressão⁴.

Seguindo as preocupações de Maynard sobre a Web com espaço propício para a criação e repercussão deste tipo de investimento historiográfico no Tempo Presente, e tendo participado do *Observatório das Atividades da Extrema-Direita na Internet*⁵, intentamos aqui propor uma reflexão, ainda que de caráter introdutório, sobre o território “sem leis” da Web como terreno fértil para a atuação de certos grupos, identificados aqui, sob um termo guarda-chuva bem amplo de extrema-direita. Optamos de antemão pela não classificação dos mesmos como fascistas, nazistas, neofascistas ou neonazistas por entender que estas nomenclaturas e conceitos estão passando em nosso tempo por uma profunda reavaliação, sobretudo nos confrontos destes com a atualização que sofrem quando experienciados na Web. Tal escolha, não nos impede, de modo algum, de generalizá-los, sob a tarja de promotores de intolerância.

O que o Grupo de Estudos do Tempo Presente⁶ mostrou com a pesquisa desenvolvida pelo Observatório das Atividades da Extrema-Direita na Internet é que há não apenas grupos, mas também indivíduos isolados se utilizando da Web para propagandear intolerâncias e se apoiarem mutuamente ou se manterem no anonimato que lhes garantem a segurança para continuar suas atividades impunemente.

A conexão a sites e pessoas de qualquer ponto do planeta, graças à “transnacionalidade do mundo virtual” e sua “anomia geográfica” fizeram da Internet uma atraente aliada de projetos de ódio e intolerância que criam inflamadas narrativas pró-perseguição do “outro” sem o inconveniente de serem facilmente rastreados e identificados pela polícia.⁷ Sem falar, é claro, do baixo custo e facilidade para troca e

⁴ MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *Escritos sobre história e internet*. Rio de Janeiro: FAPITEC/MULTIFOCO, 2011, p. 45.

⁵ Projeto contemplado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) através do seu Edital Universal (06/2009) e realizado no âmbito do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS). Seu objetivo central foi realizar o levantamento, classificação e análise da presença dos movimentos da Extrema-Direita na Internet entre 1996 e 2008. Tal pesquisa, realizada pelos integrantes do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq), culminou na publicação do volume *História, neofascismos e Intolerância: reflexões sobre o Tempo Presente* (MAYNARD, 2012), precioso para as considerações que teceremos daqui por diante.

⁶ Página disponível em:

⁷ MAYNARD, Dilton Cândido Santos. “Intolerância em rede: apropriações da Internet pela extrema-direita (1999-2009)”. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 5, Nº10, Rio, 2010 [ISSN 1981-3384] Disponível aqui: http://tempo.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5285%3Aintolerancia-em-rede-apropriacoes-da-internet-pela-extrema-direita&catid=222&lang=en

divulgação mais ampla de mensagens que fazem do ciberespaço essa promessa quase perfeita de “espaço mais democrático” no cenário da informação.

Até aqui, muito falamos de ódio e intolerância, mas afinal, qualitativamente, de que ódio estamos falando? Os projetos extremistas não são nada homogêneas, mas, algumas características gerais já podem ser destacadas de um primeiro raio-x destas manifestações:

1) a retórica de unidade racial/nacional e destino em comum; 2) concepções de diferenciação racial; 3) visão de mundo utópica/revolucionária que busca derrubar a ordem vigente. Tais comportamentos aparecem diluídos em agendas extremistas bastantes variadas, mas todas preocupadas em combater o que consideram uma traição da civilização à raça branca. Entre seus temas prediletos encontram-se a xenofobia, o anti-multiculturalismo, o anti-Estado Social, a identificação dos estrangeiros como os responsáveis pelos crimes e desemprego⁸.

No Brasil, desafortunadamente, não são raros os exemplos que podemos citar. Em novembro de 2010, um perfil do Twitter (@HomofobiaSIM) cujo nome era “Pela moral e pela família” tinha escrito na sua bio “A maioria dos homossexuais pouco ou nada acrescenta para a sociedade. São eles os responsáveis pela propagação das DSTs no mundo.”. O perfil reuniu, em aproximadamente 15 horas, mais de 15 mil seguidores. Em reação ao destaque da hashtag #HomofobiaNAO no Twitter, em rechaço a episódios de violência contra gays ocorridos naquele mesmo mês no Rio de Janeiro e em São Paulo, um tuiteiro ou tuiteira resolveu se esconder atrás do anonimato para postar no microblog suas mensagens de ódio e incitar a violência contra homossexuais. Um de seus polêmicos tuites dizia “Um viadinho brasileiro foi espancado, aí que esta o erro, ele deveria ter sido é morto, acabe com AIDS, mate um gay.”. E apenas para ilustrar o que dizíamos acima sobre a facilidade de divulgação de mensagens na rede, basta dizer que estas palavras foram retuitadas por 32 pessoas.

Em dezembro de 2011, outro Twitter, desta vez da arroba @KarineMelS2 disparava seus preconceitos: “Negro racista = #discriminacaopositiva Branco indignado = #racismo Aborto de brancas = #direito Aborto de negras = #fascismo”, e ainda “Tudo q estou falando desses negros, nordestinos, cotistas, macacos é a realidade, estou ganhando muitos fãs e seguidores e isso é um #Fato”. O perfil não poupa caracteres: É o que eu digo, a nordestina é uma mulher vulgar, é um povo sem cultura. Eles não fazem amor, se reproduzem como animais...”. Quantos preconceitos podemos extrair dessas

⁸ LUCCHESI, A.; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. “@Intolerância – Redes Sociais e Extremismos no Ciberespaço”. P17-44. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos (Org.) *História, Neofascismos e Intolerância – Reflexões sobre o Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012, p. 33-34.

cápsulas de ódio? Será possível dimensionar o alcance de ideias como essa na sociedade? Como essa atitude, a princípio, fechada no ambiente virtual, se desdobra no dia-a-dia das pessoas que acreditam nisso? Perguntas cujas respostas ainda estamos a procurar.

Em março do ano corrente, por ocasião do aniversário do Golpe de 1964, o perfil @HomemSancto do perfil nominado “Ministro Claudio” no Twitter, dava visibilidade através da repostagem (retuite) a um post de outra arroba de Extrema-Direita, o @VerBolsonaro. Conteúdo do post: “Recortes d jornais comprovam q o povo pedia intervenção dos militares em 64” mais um link para postagem do dia no blog “Família Bolsonaro” que anunciava em letras garrafais: “OBRIGADO FORÇAS ARMADAS, POR GARANTIR QUE HOJE NÃO VIVAMOS EM UMA DITADURA COMO A DE CUBA.”⁹.

Poderíamos entrar nos pormenores da apropriação simbólica que a postagem deste blog faz da memória do Golpe, mas fugiríamos demais às margens que delimitamos para este artigo. Cumprindo o intuito do presente texto, é suficiente lembrar, como já dissemos acima, dos possíveis ataques à memória que se fazem na Web através da produção e reprodução de material revisionista.

O que vimos acima foram apenas breves exemplos de manifestações preconceituosas e ideologicamente carregadas de certos discursos conservadores, e de apologia à violência. Vimos nos ataques aos negros e nordestinos que as ideias eugenistas continuam aí e que, definitivamente, este não é o país da democracia racial.

Daqui por diante, convidamos-lhe a desgostosa, mas necessária apresentação a um dos mais famigerados blogs de ódio já caçados no Brasil pela Polícia Federal. Trata-se de um blog¹⁰ produzido por um grupo que se autodenomina “masculinista”. A linha de descrição do blog vai direto ao ponto “Blog para chutar a cara das feministas, meter a real no mangina e massacrar toda a escória esquerdista e politicamente correta. Eu sou o perdedor mais foda do mundo”. O espaço, aparentemente mantido por mais de uma pessoa, reúne um sem fim de posts escabrosos, pregando estupro corretivo contra lésbicas, denunciando o assalto das “fêmeas”/“vadias” aos postos de trabalho

⁹ Blog Família Bolsonaro, postagem citada <http://familiabolsonaro.blogspot.com.br/2011/03/parabens-forcas-armadas-pelo.html> Último acesso em: 16.09.12.

¹⁰ Blog “Sílvia Koerich”- <http://silviokoerich.org> (atualmente, fora do ar) - Quanto ao título do blog, é imperativo um esclarecimento: o nome “Sílvia Koerich” foi apropriado indevidamente pelos autores do blog em represália a uma terceira pessoa que rejeitou as declarações preconceituosas, homofóbicas e intolerantes postadas em um fórum de debates feminista na internet.

masculinos, incitando violência contra animais e pedofilia. Tudo justificado na lógica misógina “sancto masculinista” de desprezo às mulheres, às Humanidades e aos negros de modo geral. Os sanctos se identificam pelos seus ódios. Sancto que é sancto é solteiro, branco e hétero.

Para nossa grata surpresa com as autoridades brasileiras, dois dos responsáveis pela *hate page* foram presos em mês de março numa ação da Polícia Federal, não casualmente nomeada “Operação Intolerância”¹¹, que até o dia 14 daquele mês tinha recebido 69.729 denúncias a respeito do conteúdo criminoso do site. Segundo a Polícia Federal, os presos responderão pelos crimes de incitação/indução à discriminação ou preconceito de raça, por meio de recursos de comunicação social (Lei 7716/89); incitação à prática de crime (art. 286 do Código Penal) e publicação de fotografia com cena pornográfica envolvendo criança ou adolescente (Lei 8069/90-ECA).

Estas prisões, sem dúvidas, representaram uma vitória para aqueles que, como nós, vigiaram, denunciaram, debateram e lutaram com todas as armas lícitas que tinham para tirar esta página do ar. Certamente, é fruto também de uma ação policial bem sucedida e de uma determinação judicial. Foi, portanto, uma conquista! Contudo, por tudo o que dissemos acima, o Brasil ainda precisa se preparar muito para encarar os crimes digitais, pois, lamentavelmente a Operação Intolerância não dá conta de toda a oferta de horrores que encontramos rede afora.

No dia em que foram realizadas as prisões, um visitante do blog cujo *nickname* é “MacacoBranco” atacou: “Aahhhhahaaa foi preso otário. Quero ver postar essa mistura horrenda de cristianismo, ultra-direita e machismo. Bicha recalcada!” Provocação a que outro usuário identificado pela alcunha “Filho de Adolf Hitler”, respondeu, apenas seis minutos depois: “Lembre-se que um homem honrado sem perspectivas de futuro fica altamente motivado a fazer um ataque suicida. O nobre Wellington perdeu sua motivação, estava muito danificado e resolveu colocar um fim levando as putinhas com ele.”, referindo-se ao massacre de Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em abril de 2011, cujo atirador foi o jovem Wellington Menezes, de 23 anos, que causou a morte de 12 crianças.

A rebatida talmente veloz à espetada do “MacacoBranco” sugerirá que o blog tem outros membros masculinistas além dos que foram presos horas antes desta troca de mensagens - Emerson Eduardo Rodrigues e Marcelo Valle Silveira Mello? Ainda não

¹¹ Sobre a Operação Intolerância, ver: <http://www.dpf.gov.br/agencia/noticias/2012/marco/operacao-intolerancia-prende-responsaveis-pelo-blog-silvio-koerich201d>. Último acesso: 16.09.12.

sabemos a resposta, mas tudo indica que sim, pois antes de ser definitivamente tirado do ar, o blog ainda foi atualizado algumas vezes com uma espécie de “Diário de Silvio Koerich na Cadeia”.

No dia 13 de abril (portanto, após a prisão), no blog havia uma nova publicação que ameaçava um ataque às Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB). O que segue é a reprodução de um trecho da postagem que reúne, em um só parágrafo, toda sorte de preconceito e violência que o grupo de Koerich orgulhosamente sustenta, mesmo tendo dois de seus mentores presos pela Polícia Federal - O ódio contra a esquerda e as minorias é total:

Nós estamos preparados para o dia da vingança, o ódio nos rege dia e noite, não vamos morrer porque já estamos mortos, nossas metralhadoras e granadas já estão prontas para a nossa ação armada e mais dia menos dia, a mídia judaica irá noticiar uma verdadeira hecatombe no campus de ciências sociais da UnB, professores esquerdopatas serão metralhados sem dó e sem piedade, vagabundos em prol da legalização da maconha esfaqueados ficarão irreconhecíveis para a família, os necrotérios de Brasília não darão conta dos cadáveres, e nós iremos passar para a posteridade como mártires em luta contra a opressão judaica-maçônica-matriarcal que domina todos os governos ocidentais fazendo leis em benefício a escoria desse país que são: **Negros, Judeus, Mulheres, Nordestinos e Homossexuais**. Ninguém irá se importar com eles, não fará diferença alguma no balanço social, os mesmos são como baratas, seres asquerosos e nojentos¹². (grifo nosso)

Interessante observar o fórum que se forma no espaço destinado aos comentários nestes tipos de blogs. No mesmo blog, em outro post, intitulado “Está na hora de começar a agir, deixar o ódio fluir” (12/03/2012), um usuário identificado pelos números da besta 14-88, diz:

Eu quero usar o meu direito a liberdade de expressão que é garantido pela constituição federal em seu artigo 5. Eu quero andar na rua com uma camiseta que expresse a minha opinião. Eu quero uma camiseta escrito ‘Tenho nojo de viado’ isso não é homofobia, isso é meu sentimento que deve ser respeitado. Eu quero uma camiseta escrito ‘Não gosto de preta’ para evitar ser abordado por negras miscigenadoras. Aonde está a liberdade? Liberdade abra as asas sobre nós.

Na mesma discussão, outro leitor do blog identificado como “Reihardt Heydrich - O capitão do Reich”, acrescenta:

Não temos ódio de mulheres, temos ódio de comportamentos repulsivos, temos ódio do caráter sórdido, frívolo, leviano e psicopata das merdalheres feministas (todas se tornaram) a verdadeira mulher é leal, submissa e FEMININA e não FEMINISTA. FEMINISTAS são travestis de mulher, são na verdade seres abjetos, como temos repulsa ao homossexualismo e merdalheres assim se assemelham à

¹² A respeito das ameaças à UnB, ver: <http://apolinariopassos.com.br/blog/unbameacada-confira-aqui-como-foi/> Último acesso em: 16.09.12.

TRAVESTIS REPULSIVOS, nós atacamos mesmo. Se a carapuça te serve, o problema é seu e não meu!
E tem mais, merdalheres miscigenadas, pardas e pretas afins não são mulheres, são bichos.

Submissa e feminina, a dócil fêmea do mundo masculinista que encontramos na Internet é humana apenas se branca. A falta de limites à criatividade e ambição destes internautas está bem registrada nos comentários de um dos posts do blog da feminista Lola Aronovich¹³. Lola que já virou alvo de chacota, trollagens e ameaças dos masculinistas, não censura os comentários violentos dos seus leitores menos tolerantes. Abaixo, segue a reprodução de um comentário anônimo do que seriam, praticamente, as 25 Teses Masculinistas que, a nosso ver, justificariam sozinhas, a redação deste texto:

- 1- expulsar todas femeas da policia e forças armadas.
- 2- não permitir femea fazendo segurança a não ser em eventos exclusivos para femeas.
- 3- dar incentivo a empresas contratarem pais de familia.
- 4- revogar toda permissão de femea dirigir caminhões e tratores, pilotar aviao, barco, etc.
- 5- incentivo as mulheres a serem do lar.
- 6- baixa renda receberiam bolsa familia apartir de 1 filho e com 2 seria cortado o beneficio pela metade e com 3 seria cortado de vez o beneficio.
- 7- revogar os direitos das femeas votarem.
- 8- banir o divórcio
- 9- crime para femeas que praticarem o adultério.
- 10- extinguir a aposentadoria antecipada de 5 anos das usurpadoras, ou fazelas contribuir proporcionalmente, pois do jeito que ta os homens est ao financiando essa regalia para elas.
- 11- eliminar o desconto no seguro-auto das usurpadoras porque este desconto esta sendo financiado pelos homens quando pagam mais pelo mesmo produto (seguro-auto)
- 12- revisar a lei maria da penha e todas as leis sexistas
- 13- se elas tem direito de abortar um filho nosso a revelia - tambem queremos o direito de desistirmos da paternidade (aborto masculino)
- 14- extinguir a pensao alimenticia
- 15- aprovar o extatuto do homem que tramita na camara federal imediatamente
- 16- extinguir as turmas mixtas nas escolas publicas assim como EUA, China e mais de 30 paises estao comprovando serem melhor para ambos os sexos.
- 17- iniciar a comercializacao da pilula anticoncepcional masculina imediatamente (gossypol 20mg)
- 18- greve de casamento / namoro e assemelhados.
- 19- Criminalisar as Maes Solteiras (como na China)
- 20- criacao de cotas masculinistas nos jornais, cinema, TV, etc
- 21- Banir a palavra TPM (fraude) dos jornais e TV
- 22- Tornar MASCULINISMO como materia escolar obrigatoria imediatamente
- 23- Cota minima para os professores 50% no ensino fundamental, pre-escolar e medio
- 24- A viuva recente estara automaticamente subordinada ao filho mais velho, na ausencia deste ao irmao mais velho, ou primo, ou tio, ou sobrinho, etc

¹³ Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br>. Último acesso em 16.09.12.

25- Criminalisar as fêmeas usuárias de novelas, shows de calouros, programas voltados ao público fêmeo/gay (90% da programação)¹⁴.

Esperamos que o exposto até aqui provoque reflexões. Acreditamos que diante destas novidades que vieram a reboque do advento da Internet, se faça urgentemente necessário um esforço crítico em relação ao universo da “cultura digital” e aos novos problemas que os historiadores, especialmente aqueles do Tempo Presente, se colocam a partir dela. Sejam estes problemas relativos ao surgimento de novos objetos possíveis para as Ciências Humanas - quais as dinâmicas sociais e econômicas desta “sociedade em rede”¹⁵, os novos tipos de “escritas de si” que surgem com os blogs¹⁶, a suposta transformação do ethos político e cultural do “novo espírito do capitalismo” em tempos de cibercultura etc¹⁷, questionamentos inerentes à própria “operação histórica”, seus protocolos e suas etapas¹⁸ ou, como tentamos empreender aqui, sobre os desdobramentos do ciberativismo político e das apropriações que a extrema-direita faz da Internet¹⁹ em nossa contemporaneidade²⁰.

Referências Bibliográficas

BOLTANSKI, Luc. ; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

CASTELLS, Manuel. *Comunidades Virtuais ou Sociedade de Rede? A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2003.

GINBURG, Carlo. “Conferência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, *Fronteiras do Pensamento 2011*. “História na Era Google”. Disponível em:

¹⁴ Inadequações gramaticais e ortográficas foram mantidas para respeitar o texto original do comentário.

¹⁵ CASTELLS, Manuel. *Comunidades Virtuais ou Sociedade de Rede? A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 2003.

¹⁶ KOMESU, Fabiana Cristina. “Blogs e práticas de escritas de si na internet”. In: XAVIER, Antônio Carlos; MARCUSHI Luiz. *Hipertexto e gêneros digitais - Novas formas de construção de sentido*, 2nd ed., Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005, p. 110-119 Disponível em: <http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5628/material/hipertexto%20e%20generos%20digitais%5B1%5D.%20novas%20formas%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20sentido.pdf>. Último acesso: 16.09.12

¹⁷ BOLTANSKI, Luc. ; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

¹⁸ SÁ, A. F. DE A. “Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet”. Rio de Janeiro: *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 3, n. 07, Rio, 2008. [ISSN 1981-3384]

¹⁹ MAYNARD, D. S. Op. cit, 2010.

²⁰ Como o blog do Silvio Koerich está fora do ar, foram utilizados para fins de consultas as fichas e *screenshots* das telas do blog realizadas em março através do software zotero.org e para demais trechos de Twitter citados no texto, utilizamos os arquivos PDF das páginas citadas gerados pelo software *Do PDF*.

<http://www.frenteirasdopensamento.com.br/portal/noticias/2011/03/13/frenteiras-no-youtube-carlo-ginzburg> Último acesso em: 16.09.12.

KOMESU, Fabiana Cristina. “Blogs e práticas de escritas de si na internet”. In: XAVIER, Antônio Carlos; MARCUSHI Luiz. *Hipertexto e gêneros digitais - Novas formas de construção de sentido*, 2nd ed., Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005. p.110-119 Disponível em:<http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5628/material/hipertexto%20e%20generos%20digitais%5B1%5D.%20novas%20formas%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20sentido.pdf>. Último acesso: 16.09.12

LUCCHESI, A.; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. “@Intolerância – Redes Sociais e Extremismos no Ciberespaço”. P17-44. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos (Org.) *História, Neofascismos e Intolerância – Reflexões sobre o Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *Escritos sobre história e internet*. Rio de Janeiro: FAPITEC/MULTIFOCO, 2011.

_____. “Intolerância em rede: apropriações da Internet pela extrema-direita (1999-2009)”. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 5, Nº10, Rio, 2010 [ISSN 1981-3384] Disponível aqui: http://tempo.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5285%3Aintolerancia-em-rede-apropriacoes-da-internet-pela-extrema-direita&catid=222&lang=en

_____. (Org.). *História, Neofascismos e Intolerância – Reflexões sobre o Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

RAGAZZINI, Dario. *La Storiografia Digitale*. Torino: UTET Libreria, 2004.

ROLLAND, Denis. “Internet e história do tempo presente: estratégia de memória e mitologias políticas”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, nº 16, p. 59-92. jan. 2004.

SÁ, A. F. DE A. “Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet”. Rio de Janeiro: *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 3, n. 07, Rio, 2008. [ISSN 1981-3384]

O protagonismo venezuelano na integração regional: a criação da ALBA

Anne Lima

Resumo: A Venezuela é hoje, ao lado do Brasil, protagonista das ações e políticas direcionadas à integração regional do continente americano. A atual postura venezuelana distingue-se da assumida no passado, quando o país isolou-se em sua autossuficiência de petróleo e sua parceria econômica com os Estados Unidos, o que acabou também por nortear durante décadas os rumos políticos do país com o Pacto de Punto Fijo.

Aponta-se nas Ciências Sociais o papel fundamental da ascensão de Hugo Chávez ao poder (1999) na configuração da nova política venezuelana no que concerne tanto os parâmetros internos como externos. Além de romper categoricamente com o revezamento de poder entre COPEI e AD, base do puntofijismo, Chávez inverteu a premissa de isolamento cujo expoente eram as garantias que as grandes reservas petrolíferas conferiam à Venezuela e transformou essas mesmas reservas em respaldo para suas ações sociais, bem como suas divisas em financiadores de seu projeto político: o Bolivarianismo.

O Bolivarianismo é a política implementada por Hugo Chávez a qual engloba diversas ações de caráter, segundo o próprio, antissistêmicas e anti-hegemônicas. Dessa forma, o Bolivarianismo busca frear o imperialismo das grandes potências, em especial o imperialismo estadunidense, e construir uma América forte e independente. Com base nesse pensamento, Hugo Chávez elaborou a ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, que mais tarde tornou-se ALBA-TCP, cuja última sigla significa Tratado de Comércio dos Povos. Assim, Hugo Chávez assume uma postura de embate e confronto direto ante as intervenções e políticas estadunidenses para América do Sul, onde a ALBA-TCP configura-se como um grande projeto de sua política Bolivarianista. É sensível a mudança compreendida entre o governo Chávez e os anteriores, principalmente em sua retórica.

Dessa forma, o presente trabalho pretende abordar a atual política venezuelana do Bolivarianismo a partir da especificidade de atuação da ALBA-TCP, seus avanços, retrocessos e perspectivas. Dessa forma, o recorte temporal dessa pesquisa é bem recente e compreende os anos iniciais do governo Chávez (início dos anos 2000) até os dias de hoje. As fontes consultadas condizem com a temporalidade dos acontecimentos, tendo sido consultados artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e materiais midiáticos em geral.

A posição da Venezuela é considerada geopoliticamente muito interessante. Localizada na porção norte da América do Sul, o país encontra facilidade em relacionar-se tanto com as nações caribenhas, como Cuba e Nicarágua, quanto com as nações do chamado Cone Sul, como Brasil e Argentina. Contrariando as várias décadas de isolamento do século XX, a Venezuela de hoje, Chavista, aproveita justamente sua potencialidade e busca um maior protagonismo nas relações geopolíticas interamericanas.

A ascensão de Chávez ao poder, em 1999, reconfigura a política externa venezuelana, colocando-a sob o prisma do Bolivarianismo, o qual adquire papel central – e fundamental – na condução do país no que tange a relação com seus vizinhos. A política externa chavista pode ser avaliada como sustentada por quatro eixos: o anti-imperialismo, a defesa de uma ordem internacional multipolar frente ao unipolarismo, os desafios de consenso energético como espaço de trabalho estratégico e a liberdade de ação e interpretação para toda a América Latina, livre de intromissões, principalmente dos Estados Unidos¹.

O anti-imperialismo pode ser compreendido como uma posição política representada por um conjunto de medidas e ações que se configuram em barreiras ao controle e ao domínio impostos pelos países considerados centrais em relação aos periféricos e semi-periféricos. O imperialismo imprimido pelos países europeus e a potência norte-americana aos Estados latinoamericanos é caracterizado pela centrifugação dos recursos econômicos, além das intervenções políticas e culturais que acabam por ratificar a hegemonia desses países centrais no cenário mundial.

Caminhando na mesma direção da premissa anti-imperialista, a busca por um mundo multipolar para Chávez significa maior igualdade e liberdade de ação para aqueles países cujo papel no cenário mundial é secundarizado ou mesmo dependente das decisões tomadas pelos países centrais. O mundo multipolar hoje se apresenta em três poderes: União Europeia, Estados Unidos e Japão, estando os demais Estados em um patamar abaixo, em busca de maior visibilidade, autoridade e até mesmo soberania.

A construção de um mundo multipolar envolve uma oposição aberta à potência estabelecida, os Estados Unidos, a quem acusa de conspiração contra seu governo, especialmente após a tentativa de golpe de abril de 2002. As relações econômicas com esse país, entretanto, seguem fortes e crescendo. Em primeiro lugar porque nos

¹ ZUCK, Débora Villetti. *A integração da América Latina expressa na educação Venezuelana dos governos Chávez: 1999-2009* / Débora Villetti Zuck – Cascavel, PR: UNIOESTE, 2011.

Estados Unidos estão as instalações apropriadas para o refino do petróleo da Venezuela e aquele país segue comprando cerca de 60% da produção total do óleo venezuelano. Em segundo lugar, porque o excesso de reservas cambiais estimula as importações, especialmente daquele país².

Os dois últimos eixos supracitados podem ser entendidos como os principais da política externa de Hugo Chávez. A integração energética abrange a principal fonte de renda venezuelana, o petróleo, sendo foco da política, economia e responsável pelos avanços sociais que o governo Chávez vem empreendendo no país#. Já uma América unida e livre de intromissões é o grande pilar do bolivarianismo, que ganha nova interpretação pelo chamado “socialismo do século XXI”, onde livrar-se das intromissões estadunidenses é a principal agenda.

Chávez defende uma aliança das empresas petrolíferas estatais latino-americanas, a Petrosur, que incrementaria a integração regional no setor energético, e propôs ainda, entre outras iniciativas, a criação de um Banco do Sul, como alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, um consórcio nuclear entre Argentina, Brasil e Venezuela, o desenvolvimento de um gasoduto no MERCOSUL, a integração das Forças Armadas da América Latina e a criação de uma aliança de defesa regional que excluiria os Estados Unidos; criou, ainda, a Petrocaribe e a Telesur³.

Assim, podemos inferir que a proposta de integração regional venezuelana pode ser entendida como um projeto de regionalismo contra-hegemônico, isto é, uma alternativa à vigente globalização política e econômica de sobreposição e opressão às lutas sociais e em busca da emancipação. Pautado no Bolivarianismo, a visão de integração chavista é uma “discussão que reaparece quando o grosso do progressismo havia se acostumado a omitir qualquer referência ao socialismo”⁴.

Com o ideário de nações livres, independentes e unidas, com a futura conformação de uma federação de países, Bolívar enfrentou muitos problemas em sua tentativa de consolidação do projeto de federação. Estando a América Latina ainda enfraquecida tanto política como economicamente, Bolívar entendia que era preciso um maior controle e centralismo de poder na fase inicial e de libertário passou a ser visto como o símbolo do autoritarismo no continente.

Hugo Chávez passa por problema semelhante ao que passou Bolívar ainda no século XIX. Tido pela oposição interna – cuja visão é amplamente divulgada pela mídia – como um

² NEVES, Rômulo Figueira. *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana*. Brasília : FUNAG, 2010, p. 152 .

³ VILLA, Rafael Duarte. “Venezuela: Mudanças Políticas na Era Chávez”. In: *Estudos Avançados* 19 (55), 2007, p. 37.

⁴ KATZ, 2010.

antidemocrata e mero populista, é visto com muita desconfiança externamente por muitos vizinhos, entre eles o Brasil. Essa relação de ora afastamento, ora aproximação com os demais países sul-americanos elucida que nem sempre os governos com propostas e natureza política semelhantes serão mais cooperativos entre si⁵.

Por conseguinte, entendemos que a visão chavista de integração regional possui não apenas interpretações contemporâneas e revisadas do bolivarianismo, como também interpretações e propostas incitadas pelo próprio Simón Bolívar, no século XIX. Porém, o momento de Hugo Chávez pode ser mais oportuno do que foi o de Bolívar. A América Latina é hoje um dos maiores cenários de resistência às medidas neoliberais e ao imperialismo, onde os movimentos sociais são cada vez mais eloquentes e abrangentes.

O contexto latino-americano atual incita, portanto, a retomada dos programas anticapitalistas em vários terrenos. Mas essas orientações se materializam em estratégias diferentes. Uma via possível seria a de se desenvolver a luta popular, alentar reformas sociais e radicalizar as transformações propiciadas pelos governos nacionalistas. Esse curso exigiria desmascarar as duplicidades dos governos de centro-esquerda, questionar o projeto novo-desenvolvimentista e fomentar a ALBA como um passo para a integração regional pós-capitalista⁶.

Dessa forma, o momento latino-americano é não apenas de maior aproximação de governos pontuais com o socialismo, mas também da aproximação deste com o bolivarianismo, o qual não esteve presente em outros projetos nacionalistas. A vulnerabilidade financeira da região e a sujeição a um padrão de crescimento muito dependente dos preços da matéria-prima são apontados como os motivos para o desejo de momento incutido nos movimentos sociais latino-americanos⁷. Hugo Chávez intenciona colocar em prática o socialismo do século XXI através da ALBA - TCP (Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos).

A ALBA se configura como a alternativa latino-americana para a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), uma iniciativa norte-americana que atualmente é um projeto que não está entre as prioridades de seu governo. Na verdade, a ALBA nasceu da proximidade de relação entre a Venezuela e Cuba#, sendo apresentada por Fidel Castro e que encontrou em Hugo Chávez seu maior promotor e financiador do projeto.⁸ Teve seu primeiro passo dado em 2003 com a definição de seus princípios fundamentais que são a oposição às reformas

⁵ VILLA, R. D. Op. cit, 2007.

⁶ KATZ, 2010.

⁷ KATZ, 2010.

⁸ VILLA, R. D. Op. cit, 2007.

liberalizantes e à limitação ao papel regulador do Estado⁹. O acréscimo do termo TCP ao seu título faz referência à entrada da Bolívia através da iniciativa de livre-comércio firmada em 2006 com a Venezuela e Cuba:

Elaborarão um plano estratégico para garantir a mais benéfica complementação produtiva baseada na racionalidade, no aproveitamento de vantagens existentes nesses países, na poupança de recursos, na ampliação do emprego, no acesso a mercado ou outras considerações, apoiado numa verdadeira solidariedade que desenvolva os respectivos povos; trabalharão em conjunto, em coordenação com outros países latino-americanos, para eliminar o analfabetismo, empregando métodos de aplicação em massa, de comprovada e rápida eficácia, levados à prática com grande sucesso na Venezuela; enviarão esforços para que o país sede possua, pelo menos, 51% das ações, nos casos de empresas binacionais ou trinacionais de importância estratégica, desde que a natureza e o custo do investimento o permitam#

Inicialmente formulada por Chávez como Alternativa Bolivariana das Américas, a ALBA passou a ter o significado que tem hoje em dia justamente para reforçar o sentido de identidade e, principalmente, de unidade de sua iniciativa e propostas e para firmar a compreensão de que “o crescimento e fortalecimento político da ALBA constitui uma força real e efetiva”¹⁰. Hoje a ALBA é composta apenas por Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, São Vicente e Granadinas e Antígua e Barbuda.

Assim como a ALBA emerge em contraponto à ALCA, os Tratados de Comércio dos Povos (TCPs) são postos como formas de enfrentar os Tratados de Livre Comércio (TLCs), propostos pelos Estados Unidos. A Venezuela alcança com a ALBA um protagonismo dentro das propostas de integração pela sua diferenciação. Os três projetos de integração que vemos atualmente incluem propósitos estratégicos de relançamento do neoliberalismo (ALCA), regulação do capitalismo regional (MERCOSUL) e gestação de formas de cooperação solidária compatíveis com o socialismo, que é a proposta da ALBA¹¹.

*Reconocieron el fortalecimiento del ALBA-TCP y su consolidación como una alianza política, económica y social en defensa de la independencia, la soberanía, la autodeterminación y la identidad de los países que la integran y de los intereses y aspiraciones de los pueblos del Sur frente a los intentos de dominación política y económica. Reconocieron también los notables avances del ALBA – TCP como mecanismo de unión de nuevo tipo basado en la solidaridad, la cooperación, la complementariedad y la justicia. Destacaron su vital importancia en la construcción de un mundo pluripolar, que reconozca la integración de valores sociales y humanistas heredados de nuestros pueblos originarios*¹².

⁹ KFURI & FLORES. Fidel Irving Pérez, Regina. “O significado da Alba no contexto do regionalismo sul-americano”. In: *Observatório Político Sul-Americano*, 2008.

¹⁰ ZUCK, D. V. Op. cit, 2011.

¹¹ KATZ, 2010.

¹² ALBA, 2009.

Existem também outros componentes no bolivarianismo que ajudam a moldar o ideário de Hugo Chávez no que concerne a integração regional. Além da figura central do El Libertador – Simón Bolívar – há também a interlocução com Simón Rodríguez, professor de Bolívar e defensor de uma educação igualitária e inclusiva, defendendo que América deveria ter sua própria identidade, a partir de suas próprias raízes (negros e índios) ao invés de simplesmente imitar as grandes potências. Outro líder do século que também contribui para os preceitos bolivarianistas que Hugo Chávez põe em prática é Ezequiel Zamorra. Zamorra tinha verdadeiro horror à oligarquia e defendia que os movimentos de camponeses e militares deveriam lutar pela reforma agrária e pela democracia direta.

É preciso, entretanto, avaliar em que grau a retórica e a prática andam juntas na ALBA-TCP e no contexto de integração regional chavista. Sabe-se das dificuldades enfrentadas pelo chefe de Estado venezuelano, principalmente pelas desconfianças que o mesmo causa, como já discutido anteriormente. Ressalta-se que o projeto Bolivarianista de Hugo Chávez representado pela ALBA-TCP não coloca em debate a instauração plena do socialismo, discute-se apenas o lançamento desse projeto levando em consideração as plenas condições latino-americanas para a sua implantação:

A América Latina ocupa um lugar periférico na estrutura global do capitalismo, mas conta com recursos sólidos para começar um processo socialista. Essas fundações são comprováveis em diferentes terrenos: terras férteis, jazidas minerais, mananciais hídricos, riquezas energéticas, bases industriais. O grande problema da região é o desaproveitamento dessas potencialidades¹³.

Há também que se ponderar que toda iniciativa é composta de avanços e retrocessos, bem como de reavaliações e ajustes, e a ALBA não foge à regra. Com encontros periódicos e propostas ousadas que visam a ampliação de sua institucionalidade ainda muito rarefeita, principalmente quando comparada a outras propostas de integração regional como o próprio MERCOSUL e a UNASUL, a ALBA ainda é pouco efetiva e até mesmo difundida nas Ciências Sociais, mas vem em busca de mais espaço onde seu maior apelo é justamente a presença de Hugo Chávez como principal liderança desse projeto.

A partir das transformações políticas internas em outros países e da incorporação de novos membros em 2006, os contornos da Alba foram se tornando mais complexos até atingir as atuais tentativas de conformação de uma institucionalidade regional. A análise dessa trajetória e seus componentes permitirá diferenciar entre os usos retóricos da Alba no contexto dos embates político – discursivos do presidente Hugo Chávez e uma dimensão mais estruturada onde a Alba é um mecanismo de

¹³ KATZ, 2010.

concretização do projeto de integração em nível latino-americano proposto pela política externa venezuelana¹⁴.

3.1 A teoria e a prática do projeto Bolivarianista da ALBA

A ALBA faz parte da política externa venezuelana de maneira muito abrangente. Se no capítulo anterior fez-se referência à prioridade que Hugo Chávez conferia a uma integração política antes mesmo da econômica, a ALBA configura-se como carro-chefe de inúmeras frentes de atuação venezuelana, onde o social tem bastante peso nas decisões do grupo, mas a infraestrutura – questões energéticas – é também de grande prioridade para Chávez na ALBA, explorando bastante seus hidrocarbonetos e parcerias, tanto novas como revitalizadas.

A ALBA-TCP retoma a proposição bolivariana de integração da América Latina. A unidade dos nossos povos, defendida por Bolívar, seria uma necessidade que se impunha no destino enquanto região, do passado ao presente e com perspectiva de futuro. A busca da grande nação soberana e autodeterminada que constituiu o ideário integracionista de Bolívar¹⁵.

Nesse intuito, a Venezuela de Hugo Chávez caminha por acordos bilaterais com diversos países, principalmente Brasil e Cuba, porém com agendas similares. A integração energética configura o primeiro ponto de interseção da ALBA-TCP entre seus países membros e também de acordos entre o bloco e demais países sulamericanos, como ressalta Rafael Villa:

A forte novidade se relaciona com o crescente interesse da Venezuela em mobilizar os recursos de política externa, basicamente o petróleo e o voluntarismo de seus governantes atuais, para desenvolver um papel protagonista na América do Sul (...). Esse objetivo mistura a mobilização de elementos ideológicos com recursos políticos pragmáticos¹⁶.

Foi criada em 2006 a Petrocaribe que é um Acordo de Cooperação Energética proposto pelo Governo Bolivariano da Venezuela, com o fim de resolver as assimetrias no acesso aos recursos energéticos das nações caribenhas#, com destaque para Cuba. Já o acordo bilateral Brasil-Venezuela de integração energética, que já foi mencionado no capítulo anterior, ganha contornos de extrema importância no contexto da ALBA:

Na integração da América do Sul, na área de energia, Brasil e Venezuela aprofundaram parcerias, desde dezembro de 2002, quando foi vendido à Venezuela um navio petroleiro com 82 milhões de litros de combustível para enfrentar o desabastecimento provocado pela greve da PDVSA e evitar sua desestabilização. Em 2003, para intermediar uma solução pacífica para a crise, é enviado a Caracas o

¹⁴ KFURI & FLORES. Fidel Irving Pérez, R. Op. cit, 2008.

¹⁵ ZUCK, D. V. Op. cit, 2011.

¹⁶ VILLA, R. D. Op. cit, 2007.

assessor de Assuntos Internacionais Marco Aurélio Garcia. Posteriormente, PETROBRAS e PDVSA assinaram 15 acordos, que tratam de exploração de gás e de extração de petróleo pesado pela indústria brasileira na região do Orinoco, entre outros.¹⁷

O petróleo é mesmo, sem questionamentos, destaque nas relações político-econômicas da Venezuela e da ALBA-TCP, e é através dele que podemos analisar a relação entre a retórica e a prática do governante venezuelano. É correto dizer que a ação de Chávez em revogar certas privatizações ocorridas nos anos 1990 e “afastar os diretores ligados ao imperialismo estadunidense que forneciam petróleo da PDVSA por preços inferiores do mercado em troca de privilégios próprios”¹⁸ é coerente com seu discurso anti-imperialista, entretanto existem outras medidas que poderiam ter sido tomadas para ratificar e fortalecer seu governo, assim como a própria ALBA, mas que não se efetivaram até hoje e se configuram como um anacronismo enquanto discurso de Hugo Chávez, mas uma similaridade enquanto planos de projeção externa:

Tem existido uma linha de continuidade no objetivo de internacionalização do petróleo venezuelano nos governos de Chávez. O presidente venezuelano, apesar de suas ácidas críticas aos Estados Unidos e ao neoliberalismo, nunca propôs seriamente desmontar a Citgo (filial da PDVSA nos Estados Unidos) ou a Veba Oil (outra filial da PDVSA) na Alemanha; sua política vai mais na direção de reestruturar essas filiais e articular seu funcionamento com sua filosofia de governo, antes de se desfazer delas¹⁹.

Não obstante, se a total intervenção por parte do Estado venezuelano nas forças produtivas ainda não é um fator preocupante para as grandes potências, podemos inferir que a aproximação de Chávez com Cuba contrapõe e desafia a hegemonia norte-americana. A ilha de Cuba sofre um embargo econômico imposto pelos Estados Unidos já há 50 anos, desde a Guerra Fria, por ter sido aliada da extinta União Soviética e seguir até hoje a ideologia comunista. O embargo debilitou economicamente o país, mas ainda assim Cuba possui índices sociais invejáveis, como a taxa de analfabetismo, que é menor do que 1% de sua população.

É nesse diapasão que devemos entender as seguintes iniciativas: intercâmbio em diversas áreas com Cuba como fornecimento de combustível com preços subsidiados e construção de refinarias, tendo em contrapartida: o recebimento de 13.000 médicos para atendimento popular nas periferias das grandes cidades venezuelanas, aplicação da metodologia pedagógica cubana para alfabetização em

¹⁷ KFURI & FLORES. Fidel Irving Pérez, R. Op. cit, 2008.

¹⁸ ALMENDRA, Carlos César. “Hugo Chávez e a Revolução Bolivariana na Venezuela”. In: *IV Colóquio Marx e Engels*, 2005, Campinas. 4o. Colóquio Marx e Engels, 2005.

¹⁹ VILLA, R. D. Op. cit, 2007.

massa, remédios populares subsidiados; do estabelecimento da ALBA no lugar da ALCA²⁰.

O estreitamento de relações com Cuba marca a política externa de Hugo Chávez e evidencia a maior preocupação da ALBA-TCP com aspectos sociais e políticos em detrimento de acordos meramente comerciais e esvaziados de relevância para os povos dos países envolvidos. Corroborando essa postura que a ALBA-TCP assume, o presidente venezuelano e líder do grupo declarou não ter interesse em fazer parte do que classificou como “velho MERCOSUL” em referência justamente ao caráter massivamente econômico de integração regional proposto pelo Bloco e que gerou tensão à época com o então presidente brasileiro, Lula da Silva. Essa fala de Hugo Chávez diz mais do que parece; ela evidencia que existem nuances de comportamento no contexto regional que causam embates. Para KATZ “o grande objetivo dos conservadores do MERCOSUL é justamente diluir a ALBA” (2007).

O distanciamento venezuelano e brasileiro revela algumas diferenças importantes. Primeiro, que os países sulamericanos, mesmo os que parecem ter algumas coincidências ideológicas, não têm um projeto de política externa em comum. Dentro da esquerda de diferentes totalidades que existe na América do Sul – que vai de um espectro mais radical aos de centro-esquerda – parecem existir três projetos de política externa: o do MERCOSUL com uma agenda positiva em relação aos Estados Unidos; um segundo projeto mais orientado a uma relação forte com os Estados Unidos, em que se inserem o Chile e a Colômbia e, finalmente a perspectiva do bloco do ALBA, uma proposta mais radicalizada, em que se inserem basicamente três países andinos (Venezuela, Bolívia e Equador), mas cujo principal promotor é o governo da Venezuela²¹.

Esses embates no plano externo regional que são culminados em sua maioria pelo projeto nacionalista e anti-imperialista venezuelano são caracterizados como “mecanismo de reverso”, ou seja, funcionam como um freio dos demais países cujos governos são tidos como progressistas à batalha travada por Chávez ao criticar radicalmente o sistema atual²². O “mecanismo de reverso” se confere tanto para países com afinidades e relações de parceria como para aqueles em situação contrária. Em uma situação contrária, as diferenças ideológicas nem sempre se configuram como uma barreira à relação entre dois países. Exemplo disso é a Nicarágua, país membro da ALBA e parceiro econômico venezuelano, com um presidente que dá aval a privatizações, defende a supervisão do FMI e aceita a continuidade do tratado de livre-comércio com os Estados Unidos, além de estar envolvido em escândalos de corrupção²³.

²⁰ ALMENDRA, C. C. Op. cit, 2005.

²¹ VILLA, R. D. Op. cit, 2007.

²² KATZ, 2010.

²³ KATZ, 2010.

Essa conjuntura ressalta a naturalização da idéia de que existem duas frentes de poder regional representadas pelos governos centro-esquerda e centro-direita, não havendo então uma representação anticapitalista tanto no plano de governo como de integração regional, o que limita a discussão do socialismo do século XXI proposto pela ALBA-TCP ao colocar tanto Hugo Chávez como Evo Morales em um mesmo bloco de centro-esquerda.

Essa estratégia pressupõe que as organizações populares e os governos de centro-esquerda tendem a convergir naturalmente, como se os interesses das classes dominantes e dos movimentos sociais fossem espontaneamente coincidentes. Essa associação exigiria, na realidade, um árduo trabalho de afrouxamento prévio de todas as reivindicações majoritárias²⁴.

Não obstante, as dificuldades do relacionamento interamericano pré-existentes estão longe de ser o principal problema para uma ação mais efetiva da ALBA-TCP na integração regional. Por ser ainda um grupo recente carece de institucionalidade e bases mais concretas. Os países-membro vêm tentando, ainda sem atingir profundidade, sobrepor as desconfianças e tornar plausível o socialismo do século XXI. Com esses fins, foi criado em 2006 com a adesão da Bolívia, o Banco da Alba, cuja proposta foi justamente do presidente boliviano, Evo Morales.

El Banco surgió por iniciativa de la VI Cumbre del ALBA celebrada en la Ciudad de Caracas, el 26 de enero de 2008. Es el Banco de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA), organismo de Derecho Internacional Público de carácter financiero, con personalidad jurídica propia. Es una entidad financiera creada para dar respuesta a la necesidad de tener un organismo que permita financiar y apoyar económicamente proyectos que impulsen la sustentabilidad de los países de América Latina y el Caribe, así como, la motivación de los diferentes países que integran el Grupo del ALBA a involucrarse en proyectos destinados al desarrollo integral de los pueblos²⁵.

O Banco da Alba acompanha o status da ALBA-TCP como um todo e ainda está em amadurecimento, mas sua idéia é a contraposição aos agentes financiadores do sistema hegemônico, como o FMI e o Banco Mundial. Segundo Zucki²⁶, o banco objetiva aumentar os investimentos, ampliando os programas de cooperação e os projetos de desenvolvimento produtivo. Em funcionamento desde 2008, servirá como incentivador dos projetos no âmbito da ALBA-TCP quando esta atingir um patamar mais assertivo de atuação. O grupo também já conta com uma moeda única, o SUCRE (Sistema Unitário de Compensação Regional), o qual é supervisionado por um comitê regional:

²⁴ KATZ, 2010, p. 66.

²⁵ ALBA, 2010.

²⁶ ZUCK, D. V. Op. cit, 2011.

O SUCRE é o primeiro passo para a moeda comum dos países da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América). Devido à complexidade da tarefa, o ALBA começou a partir da construção de uma Zona Monetária que incluía inicialmente aos países membros da ALBA (Dominica participaria de qualidade de observadora), mediante o estabelecimento da Unidade de Conta Comum SUCRE (Sistema Unitário de Compensação Regional) e de uma Câmara de Compensação de Pagamento²⁷.

Além da criação do Banco da Alba, o grupo também busca maior funcionalidade e agilidade em seu funcionamento através dos Projetos Grannacionais (PGs) e Empresas Grannacionais (EGs), os quais também são um espelho da posição chavista contrária ao sistema hegemônico e imperialista que assola os países periféricos e semiperiféricos. Os PGs são relativos à infraestrutura que irão possibilitar o avanço do bloco, como o Banco da ALBA e o SUCRE; já os EGs surgem em oposição às empresas transnacionais, portanto sua dinâmica econômica se orientará a privilegiar a produção de bens e serviços para a satisfação das necessidades humanas[#], mas ainda não há nenhum projeto em andamento. A autora Débora Zucki os definem:

São, assim como Projetos Grannacionais (PGs) e Empresas Grannacionais (EGs), uma das formas de integração desenvolvidas pela ALBA-TCP, acordados entre os países para avançar no desenvolvimento sustentável, aproveitando as potencialidades de cada país e atendendo às necessidades sociais de maior urgência para a população (ALBA, 2010). Os projetos desenvolvidos concretizam os processos sociais e econômicos da integração e unidade. São programas de ação dirigidos para cumprir os princípios e fins da ALBA-TCP, validados pelos países integrantes e cuja execução envolva dois ou mais países (ALBA-TCP, 2010). Abarcam distintos âmbitos, tais como: político, social, cultural econômico, científico e industrial. Já as empresas são resultado de projetos que orientam seu desenvolvimento. Surgem em oposição às empresas transnacionais²⁸.

.Os PGs e EGs são divididos por área de atuação, criando programas e soluções para cada segmento. Em geral, constituem-se, economicamente, pela produção de bens e serviços que facilitem e, mais ainda, supram as necessidades humanas, em contraposição ao organismo capitalista de acumulação e produção em massa cujo intuito é apenas o abastecimento do mercado internacional.

É possível observar que as propostas da ALBA visam justamente a criar novas empresas estatais em detrimento das multinacionais que dominam os diversos ramos de atuação acima expostos no quadro de atuação das EPs e EGs. Para a viabilização dos projetos, ao invés de recorrer aos órgãos financiadores corriqueiros e por isso mesmo sistêmicos foram elaboradas instituições financeiras alternativas, como o próprio Banco da ALBA, além do fato

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem.

da grande maioria de projetos serem realizados em parcerias entre dois ou mais países, como a criação da Petrosul, em parceria da Venezuela de Chávez com Brasil e Argentina.

Embora os projetos tenham a preocupação de explorar as potencialidades regionais em prol dos países latinoamericanos e reverter a ordem hegemônica de espoliação de nossos recursos, é evidente a grande soma de investimento necessária para alavancar os projetos. Levando-se em consideração que a maior economia do grupo é a venezuelana e extremamente dependente do petróleo e do preço do *commodity* no mercado, não é necessário ter formação em Ciências Econômicas para saber dos riscos de assumir a responsabilidade sobre esses empreendimentos praticamente sozinho.

Além do mais, os conflitos regionais colocam em risco que a ALBA-TCP se concretize de fato mesmo que consiga colocar em prática seus PGs e EGs. “Com poucos recursos políticos e com sobrados recursos econômicos, a liderança venezuelana tem agido com pouca visão estratégica do que deve ser o exercício de convivência e de mecanismos de consultas com seus vizinhos sulamericanos”.²⁹ Mas as parcerias firmadas pela Venezuela fora do âmbito da ALBA-TCP já podem significar ganhos para o grupo.

Nesse sentido, além da parceria petrolífera com Brasil e Argentina, a Venezuela também intenta engendrar um projeto de energia nuclear também com esses dois países do Cone Sul, bem como a consolidação do canal televisivo Telesur com Argentina, Cuba e Uruguai. Este veículo de comunicação apresentaria uma programação de valorização da cultura latino-americana, ao invés dos corriqueiros *sitcoms* norte-americanos e europeus, promovendo entretenimento e informação de latinos para os latinos.

Ressalta-se ainda que os TCPs propõem regras alternativas e diferenciadas dos tratados comerciais comuns no estabelecimento do intercâmbio entre os países. A intenção é contemplar a esfera social substancialmente. Para Chávez, os tratados de livre comércio de ordem imperialista não representam ganhos reais para a população e são abstratos. O intuito dos TCPs é estabelecer relações comerciais mas também desenvolver e fomentar políticas públicas nos ramos da educação, saúde, cultura etc. Com os avanços alcançados prevê-se sumariamente embasar o caráter anti-imperialista idealizado por Chávez na condução da ALBA-TCP. Inclusive, a Telesur constitui uma estratégia midiática de divulgação dos ideais e também realizações do Bloco.³⁰

É por esse motivo que mesmo com uma proposta de atuação tão ampla, até mesmo com projetos de segurança e defesa unificados visando a “blindagem” anti-imperialista dos povos

²⁹ VILLA, R. D. Op. cit, 2007.

³⁰ KFURI & FLORES. Fidel Irving Pérez, R. Op. cit, 2008.

latinos, sempre presente nos discursos Chavistas, talvez seja a união dos povos e nações a base do pensamento de Chávez para a real consolidação da ALBA-TCP. O último encontro oficial da entidade (*X Cumbre – Otavalo/Equador*), realizado em 2010 teve como pauta a valorização das nações indígenas e afrodescendentes:

Entende-se, aqui, que a Venezuela, enquanto parte formuladora da ALBA-TCP e membro efetivo, expressa sua concepção de integração, de forma mais concisa, por meio desse mecanismo, uma vez que suas ações no âmbito regional estão a ela articuladas, pois a temática da integração latino-americana compõe a política externa do governo bolivariano da Venezuela e também faz parte das relações diplomáticas estabelecidas com os países do sul e do norte. Inclusive, está expresso no preâmbulo da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de 1999, que explicita que se promova a cooperação pacífica entre as nações e se impulse e consolide a integração latino-americana de acordo com o princípio da não intervenção e da autodeterminação dos povos, a garantia universal e indivisível dos direitos humanos e a democratização da sociedade internacional³¹.

Ainda que busque atingir suas metas e objetivos que, segundo o governante venezuelano, prismam por uma nação americana livre, unida e forte tanto política como econômico-socialmente, a ALBA-TCP ainda carece de decisões mais assertivas e menos superficiais, além de uma institucionalidade que dê o respaldo necessário para viabilizar sua ampla gama de projetos que constituem os PGs e EGs.

Outro fator que emperna os objetivos da ALBA-TCP reside no fato da mesma ser idealizada por Hugo Chávez em parceria com Fidel Castro e Evo Morales. O projeto do socialismo do século XXI causa receio, pois Chávez já demonstrou que seu idealismo não é solitário:

Possivelmente, o que mais preocupa o governo brasileiro é que essa influência não seja feita de maneira responsável, o que pode fazer com que o governo venezuelano perca a noção das consequências políticas de posturas abertamente intervencionistas, como ocorreu no Equador e no Peru, nas eleições presidenciais³².

Mas o medo não é apenas externo. Chávez enfrenta desde o seu primeiro governo, quando chegou a sofrer um golpe de Estado e ser derrubado, uma ampla oposição que, embora não articulada e desunida, possui visibilidade internacional principalmente através da mídia. Mesmo com o descontentamento pontual de alguns segmentos políticos, Chávez teve desde o início amplo apoio de diversas camadas sociais nos primeiros anos de mandato, mas agora vem sofrendo sucessivas quedas de popularidade.

A pressão sobre o presidente venezuelano vem aumentando e cada vez mais têm sido divulgadas notícias de perseguição a seus opositores, bem como a repressão severa a manifestações – legítimas – que apontam as ambiguidades de seu governo. As organizações

³¹ ALBA, 2010.

³² VILLA, R. D. Op. cit, 2007.

defensoras dos direitos humanos também acusam o líder venezuelano de abuso de poder, bem como de instaurar uma ditadura camuflada no país, em referência a seu passado com as forças armadas. A direita venezuelana vem se organizando.

Socialmente, o presidente é pressionado em explicar o porquê de não cumprir com as palavras ditas em seus discursos, como o boicote à dívida externa, que é paga com as divisas do petróleo, principal *commodity* do país e responsável majoritário pelos números do PIB nacional. A dívida externa, inclusive, confere à Venezuela uma situação singular, pois não existe caso anterior, dentre os países periféricos, que conseguisse manter os pagamentos dos juros da dívida externa e ao mesmo tempo não solapar sua economia interna, realizando investimentos sociais³³.

Sendo assim, a Venezuela de Hugo Chávez, embora com a retórica firmemente pautada em medidas antihegemônicas e anti-imperialistas, não rompeu frontalmente com o capital até o presente momento, sendo alvo de duras críticas tanto daqueles que o apoiavam como dos tradicionais opositores de seu governo. Nessa premissa, ainda que a ALBA seja uma proposta de integração mais abrangente do que simples acordos e brechas comerciais, como podemos compreender em um primeiro momento o MERCOSUL, ela não pode ser descolada das demais propostas existentes e, por esse mesmo motivo, sofre dos mesmos problemas de impasses internos e externos. Ainda assim, a ALBA-TCP é um mecanismo de integração latino-americano diferenciado até mesmo por ser elaborado pela Venezuela, um país com um passado de exclusão e distanciamento de seus vizinhos.

Simbolizando ainda mais a atual situação de queda relativa da popularidade de Hugo Chávez, aumentam as pressões internas pela diversificação de suas bases econômicas uma vez que é muito forte a dependência dos excedentes da receita petrolífera para as divisas do país, o que é visto com receio pelos investidores, pois simboliza a vulnerabilidade da economia venezuelana às oscilações de preço do hidrocarboneto. Isso se reflete diretamente na ALBA, pois a mesma no passado surgiu apenas para nomear uma série de acordos bilaterais entre Cuba e Venezuela, acordos esses que tinham como prioridade a integração energética – petróleo – e seu avanço tecnológico³⁴.

A posição da ALBA, e consequentemente de Hugo Chávez, de se contrapor às medidas e intervenções estadunidenses também causa problemas:

A persistente valorização da retórica da parte dos próprios construtores da ALBA, que definem em termos negativos a maioria de suas iniciativas, ou seja, em

³³ ZUCK, D. V. Op. cit, 2011.

³⁴ KFURI & FLORES. Fidel Irving Pérez, R. Op. cit, 2008.

permanente oposição e confronto com os Estados Unidos, definido como um império a ser derrotado. A ALBA é tanto um projeto específico de integração regional como um fator político a ser considerado pelo regionalismo sul-americano³⁵.

Ainda segundo os autores, a ALBA é o marco de diversas iniciativas de cooperação, transformando-se em um grande “guarda-chuva” debaixo do qual são abrigados diversos acordos da Venezuela com seus vizinhos, sendo muitos destes acordos bilaterais. No entanto, o “guarda-chuva” abriga também a criação de instituições multilaterais (EPs e EGs) que apontam uma trajetória de integração regional particular e única.

Podemos compreender a ALBA como um convite a uma nova alternativa política para as nações americanas, mas que é enfraquecida pela presença de seu próprio criador e idealizador. Podemos também, a partir disso, inferir que as nações americanas, assim como não estiveram prontas a aceitar os ideais de Bolívar no século XIX ao compreenderem seu modelo como autoritário e limitador, tampouco estão hoje em dia por enxergarem cada vez mais em Hugo Chávez tendências antidemocráticas, muito embora seu governo se paute em consultas populares periódicas.

Sendo assim, é demasiado cedo para pressupor quais caminhos a ALBA deve percorrer para firmar-se como principal projeto de integração regional e, dessa forma, fazer com que a Venezuela desponte também como protagonista nesse processo. Entretanto, parece evidente o comportamento receoso dos países quanto a presença de Chávez enquanto condutor dessa iniciativa.

De fato, o que se conhece como ALBA existe até o momento na base da mobilização dos recursos petrolíferos venezuelanos, capaz de subsidiar o petróleo que consome Cuba e uma parte dos programas sociais que se desenvolvem na Bolívia, no Equador e na Nicarágua. Em outras palavras, o órgão é uma espécie de clientelismo de política externa que funciona na base da troca de influência por petróleo (os seus recursos). No entanto, esse clientelismo tem conseguido pouco entusiasmo em países-chave.

Não obstante, continua sendo senso comum nas Ciências Sociais que a chegada de Hugo Chávez ao poder mudou os rumos da política externa venezuelana, tornando-a mais densa e diversificada quando vista economicamente e mais restrita politicamente, pois a aceitação do projeto do Socialismo do Século XXI não foi a esperada. Tratando-se de suas premissas ideológicas, o projeto de política externa certamente colocou um “tempero” mais latino no plano da integração regional.

³⁵ Ibidem.

Referências Bibliográficas

ALMENDRA, Carlos César. “Hugo Chávez e a Revolução Bolivariana na Venezuela”. *IV Colóquio Marx e Engels*, 2005, Campinas. 4o. Colóquio Marx e Engels, 2005.

KFURI & FLORES. Fidel Irving Pérez, Regina. “O significado da Alba no contexto do regionalismo sul-americano”. In: *Observatório Político Sul-Americano*, 2008.

NEVES, Rômulo Figueira. *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana*. Brasília : FUNAG, 2010.

VILLA, Rafael Duarte. “Venezuela: Mudanças Políticas na Era Chávez”. In: *Estudos Avançados* 19 (55), 2007.

ZUCK, Débora Villetti. *A integração da América Latina expressa na educação Venezuelana dos governos Chávez: 1999-2009* / Débora Villetti Zuck – Cascavel, PR: UNIOESTE, 2011.

“Adhesion de Haiti, Santa Lucia y Surinam al ALBA como invitados especiales”. Disponível em: www.alba-tcp.org, consultado em Janeiro 2012.

Contributos da Nova História Política nos estudos referentes à União Ibérica

*Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva**

Resumo: A incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica mediante uma união dinástica foi um importante capítulo da história europeia. Após longos anos de peleja dos cristãos na Reconquista, a reintegração da Península Ibérica foi um projeto religioso e político que ganhou muitos partidários ao longo do século XVI, concretizando-se com Filipe II. A monarquia dual simbolizava, portanto, o sucesso desse propósito de recomposição da cristandade. Além de celebrar a união de dois reinos com extensas dimensões imperiais. A notoriedade desse acontecimento, entretanto, contrasta com a marginalidade de seus estudos na produção histórica. A União Ibérica foi preterida por representar a perda da soberania para um rei estrangeiro. Essa forma de conceber a união dos reinos tornou reduzidos os trabalhos portugueses que contemplaram o período, sendo que a escrita foi marcada por um sentimento de lástima e melancolia. As perspectivas assumidas pelos estudiosos de História Política nos últimos anos se mostraram fundamentais para questionar esse tipo de abordagem dotada de acentuado caráter nacionalista, bem como incentivar as pesquisas e novas abordagens acerca desse singular período da história lusa, como será discutido na comunicação.

A incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica mediante uma união dinástica foi um importante capítulo da história europeia. Após longos anos de peleja dos cristãos na Reconquista, a reintegração da Península Ibérica foi um projeto religioso e político que ganhou muitos partidários ao longo do século XVI e por pouco não ocorreu no reinado de D. Manuel, concretizando-se com Filipe II. A monarquia dual simbolizava, portanto, o sucesso desse propósito de recomposição da cristandade. Além de celebrar a união de dois reinos com extensas dimensões imperiais¹. A notoriedade desse acontecimento, entretanto, contrasta com a marginalidade de seus estudos na produção histórica. A União Ibérica foi preterida por representar a perda da soberania para um rei estrangeiro. Conforme Hernani Cidade, “Quando, em 1580, morre Camões, Portugal imerge na sombra da sua subalternidade na

* Aluna do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

¹ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 11.

monarquia dual filipina, onde correu o risco de submergir-se como Nação”². Essa forma de conceber a união dos reinos tornou reduzidos os trabalhos que contemplaram o período, sendo que a escrita foi marcada por um sentimento de lástima e melancolia. As perspectivas assumidas pelos estudiosos de História Política nos últimos anos se mostraram fundamentais para questionar esse tipo de abordagem dotada de acentuado caráter nacionalista, bem como incentivar as pesquisas acerca desse singular período da história lusa.

Dentre os historiadores que partilharam do esforço está António M. Hespanha. O historiador advoga que, embora os muitos testemunhos de época indiquem um claro e extenso sentimento anticastelhano, o significado político do nacionalismo deve ser relativizado para não se cair em proposições anacrônicas. No momento da união dos reinos, a legitimidade era mais importante que qualquer consideração nacionalista, principalmente aquelas relacionadas à naturalidade do novo rei³. Inclusive, a existência de reis não naturais era algo comum no panorama político de toda Europa, o que tornava difícil o estabelecimento de qualquer teoria jurídica e de legitimidade pautada no requisito da naturalidade para o poder real⁴.

Outro historiador que criticou o caráter nacionalista da historiografia lusa foi Jean-Frédéric Schaub. Segundo ele, a compreensão da união das coroas e do movimento restauracionista a partir da ideia de perda e recuperação da soberania nacional, presente na historiografia portuguesa dos séculos XIX e XX, esteve ancorada em tradições textuais oriundas dos discursos políticos daqueles que vivenciaram a Restauração e buscaram justificá-la. Observa-se que, diferente dos sessenta anos que marcaram a integração das coroas, o movimento restauracionista dispôs de grande prestígio historiográfico, à medida que representava, por sua vez, a viragem dinástica que culminou na independência de Portugal. De tal modo que, o *Dicionário de História de Portugal*, publicado na década de 1960, não há um verbete destinado à União Ibérica; a discussão sobre o período é incorporada ao verbete sobre a Restauração, para justificar as ações empreendidas pelos participantes do golpe, escrito por Vitorino Magalhães Godinho. O historiador recorre à União Ibérica a análise para justificar as ações empreendidas pelos participantes do golpe⁵.

Godinho argumenta que as conjunturas ocorridas em 1640 eram legítimas e tinham caráter de restituição, para isso ele analisa a União Ibérica, período considerado por ele

² CIDADE, Hernani. *A Literatura Autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, s/d, p. 11.

³ HESPANHA, A. Manuel. “O governo dos Áustria e a ‘Modernização’ da constituição política portuguesa”. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n. 2, FEV.1989, p. 50.

⁴ HESPANHA, A. Manuel. “As estruturas políticas em Portugal na Europa Moderna”. In: TENGARRINHA, José (Org.) *História de Portugal*. SP: UNESP, 2001, p. 140.

⁵ GODINHO, Vitorino Magalhães. “1580 e a Restauração”. In: *Ensaio sobre a História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968, vol 2.

imprescindível para se compreender a Restauração. “1640 reenvia-nos desde logo a 1580, sem cuja compreensão não a podemos compreender”⁶. Segundo o historiador, foi herdado e jurado ao ducado de Bragança a coroa portuguesa, que, como dito pelo próprio Godinho, foi “usurpada” por Filipe II e mantida “ilegalmente” por seus sucessores. Portanto, a Restauração seria a restituição do trono à Casa dos Bragança, identificada como a única legítima. Outra variável apresentada pelo historiador diz respeito ao que foi acordado nas Cortes de Tomar. Os monarcas espanhóis juraram preservar as leis, foros e costumes do Reino de Portugal, que, mediante este acordo, ficaria única a Castela e Aragão pela mesma cabeça, porém manteria seu senhorio independente. No entanto, “o próprio Filipe II de Espanha começou a faltar com os compromissos jurados, o seu sucessor resvalou para a tirania, em que caiu sem rebuços Filipe IV”⁷. Deste modo, os privilégios prometidos a Portugal foram progressivamente se esvaindo e foi imposto ao reino algo além da unidade dinástica, a unificação institucional. A Restauração traria, então, de volta a restituição da soberania lusa.

Em uma argumentação semelhante àquela tecida por António M. Hespanha, Shaub diz que esse tipo de abordagem fundada na noção de perda e recuperação da soberania “Não toma em consideração as formas de agregação territorial próprias das monarquias do Antigo Regime nem os debates teóricos sobre a emergência da soberania na sociedade de corpos”⁸. Além disso, o historiador diz que entender 1640 como um retorno a independência não seria palatável à medida que o momento não estaria relacionado ao colonialismo ou ao imperialismo do século XIX⁹.

Os historiadores supracitados ainda refutam as interpretações que creditam os movimentos de resistência e revolta ao “nacionalismo”. Segundo eles, o sentimento nacional não seria capaz de desencadear nenhuma manifestação anticastelhana. As revoltas eram provocadas quando determinava medida governativa resvalava nos interesses dos grupos sociais, que faziam uso do “nacionalismo” como suporte ideológico para legitimar suas contestações. Ambos os historiadores destacam a importância dos trabalhos desenvolvidos a partir da década de 1970 por António de Oliveira. O historiador minimiza a repercussão dos aspectos “nacionalistas” na conjuntura filipina, embora não se possa ainda dizer sobre a superação de uma tradição de afirmação nacional. Oliveira pesquisou as revoltas populares da primeira metade do século XVII e observou que os movimentos antiespanhóis eram efeitos de

⁶ Ibidem, p. 135.

⁷ Ibidem.

⁸ SCHAUB, J. Op. cit, 2001, p. 9.

⁹ SCHAUB, Jean-Frédéric. “Novas aproximações ao Antigo Regime Português”. *Penélope*, n. 22, 2000, p. 132-133.

ações socioeconômicas do governo, notadamente medidas fiscais¹⁰. Schaub, em outra discussão concernente, critica as generalizações feitas nos estudos sobre os conflitos da época, que ficavam limitados a uma oposição entre escolha “popular” nacional e escolha “política” pró-castelhana. Essa leitura binária, conforme o historiador, tornar-se-ia ultrapassada a partir de um estudo minucioso das revoltas. Outrossim, Schaub diz sobre o fato desses estudos desconsiderarem as repercussões da crise econômica que assolou todo o Império Hispânico e constituiu um incentivo aos levantamentos¹¹.

As contribuições de Jean-Frédéric Schaub não se limitam às discussões historiográficas. Em seu livro *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, ele propõe o estudo sobre as revoltas ou formas de rejeição que teriam permeado todo o período filipino, mesmo nos primeiros anos do reinado de Filipe II. Assim como também discute as formas de composição que conferiram durabilidade a união de modo que, até no tempo de Olivares, havia o estabelecimento de laços entre o reino português e a corte madrilena. No que tange o estudo das formas de oposição, a relevância em destacá-las está em persuadir que a união não estava consolidada por laços tão seguros, logo a Restauração não pode ser entendida como um movimento desencadeado por conjunturas breves. Além disso, diferente da forma simplificada como os historiadores analisaram os conflitos do período, entendendo a guerrilha antoniana, a corrente Sebastiana e as revoltas populares como manifestações inconfluentes, Schaub argumenta que, por mais distintas que aparentam, estão fundadas em uma mesma dinâmica social, cultural e política. Já com relação aos fatores que favoreceram a união, o estudo oferece bases para questionar uma interpretação dicotômica que sublinhava que Portugal estaria subjugado à Espanha em uma relação de dominação do mais fraco pelo mais forte¹².

Os trabalhos de António M. Hespanha foram também destacados pela historiografia referente à União Ibérica. O historiador busca compreender as reações sociais que ocorreram durante o regime filipino face às mudanças estruturais que ocorreram na “forma do Poder”. Com características estruturais distintas, a “forma do Poder” portuguesa era de matriz mais tradicional, enquanto a espanhola mais centralizada e livre das barreiras corporativas. Desta forma, a monarquia dual seria entendida pelo historiador a partir das tensões presentes em alguns setores da sociedade decorrentes das iniciativas do governo hispânico em modernizar o

¹⁰ OLIVEIRA, A. *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.

¹¹ SCHAUB, J. Op. cit, 2000, p. 132.

¹² SCHAUB, J. Op. cit, 2001.

aparelho estatal português¹³. No entanto, o próprio Hespanha admitirá as limitações do modelo interpretativo utilizado em seus trabalhos que se mostrava muito genérico e simplista¹⁴. Nessa ocasião, o historiador escrevia o prefácio do livro de Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura e Representações*, cujos trabalhos representam um divisor de águas da historiografia referente à União Ibérica.

O livro supracitado reúne os artigos produzidos por Fernando Bouza Álvarez ao longo da década de 1990 que tinham como proposta o estudo das representações culturais (as ficções, imagens e tópicos) expressas durante a união dos reinos pelos grupos e facções de corte para imaginar aquela nova realidade política portuguesa. O estudo realizado por Bouza Álvarez mostrou como os atores políticos desses tempos souberam impor e questionar os seus interesses. Dentre as repercussões interpretativas, está a releitura do processo que instaurou o regime filipino, denominado por ele como *Sucessão de Portugal*. Segundo o historiador, o advento da União Ibérica deve ser entendido como resultado de uma legitimidade dinástica, uma negociação de benefícios e uma conquista militar. Entrementes, apesar de dizer sobre a importância dessas três variáveis, o que se percebe em seus trabalhos é a valorização do elemento negociação em detrimento do conjunto. Em outras palavras, Bouza-Alvarez diz que, embora Filipe II fosse neto varão de D. Manuel, o Venturoso, assim herdeiro legítimo ao trono luso, e dispusesse de meios para intimidar e conquistar militarmente Portugal, foi imprescindível à *Sucessão* que esse monarca dialogasse com os portugueses de modo a mostrar suas pretensões e as vantagens de serem incorporados ao Império Hispânico. A compreensão do período a partir da perspectiva das representações culturais e o destaque que confere aos sujeitos históricos são evidências de que os trabalhos de Bouza Álvarez estão integrados às novas perspectivas da História Política¹⁵.

O estudo do político passou por significativas transformações a partir do final do século XX, oferecendo novas interpretações para temas já balizados pela historiografia, que passaram a ter uma abordagem mais culturalista. Aliás, a História Política e a História Cultural estabeleceram entre si uma dependência recíproca nos últimos anos. Xavier Gil Pujol discute essa proximidade e diz ainda que o estudo da História Moderna serviria como laboratório para essa nova experiência¹⁶. O sucesso da confluência entre esses âmbitos deve-

¹³ HESPANHA, A. Manuel. “As cortes e o reino. Da União à Restauração”. *Cuadernos de História Moderna*, n.11, 1991.

¹⁴ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura e Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 11-13.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ PUJOL, Xavier Gil. *Tiempo de política*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, p. 410.

se à similitude de algumas de suas perspectivas, dentre as quais a feição por uma história que destaca o sujeito e sua ação, em detrimento de análises coletivas, e o uso da narrativa e do acontecimento¹⁷. Uma das tendências advindas dessa articulação com a História Cultural é a tentativa de apreender o polimorfismo político a partir de uma análise que também incorporasse percepções culturais e sociais. Desta forma, o estudo do político mostrou-se múltiplo e mais complexo. A interdisciplinaridade seria um processo recorrente e inevitável, que se manifestou em todo meio acadêmico, tornando cada vez mais imprecisas as divisões que se fazem presentes na história¹⁸.

Outra renovação identificada por Xavier Gil Pujol é a *rehumanização* da história. Essa tendência aluminou as ações humanas, dando ênfase a grupos que até então eram marginalizados pela historiografia. A Nova História Política buscou compreender a atuação desses grupos, evidenciando sua relevância histórica. Nessa tentativa de adotar uma perspectiva dos excluídos, por vezes foi necessário aos estudiosos trabalhar com uma escala particular de observação. Pode-se falar do recurso da micro-história que também se impôs como uma tendência historiográfica. O projeto micro-histórico não propõe somente reduzir a graduação de análise, mas principalmente a ação do historiador em identificar a escala que oferecerá resultados potenciais à sua pesquisa. No caso específico, permitir compreender como os grupos de ação reduzida podem influenciar e explicar contextos históricos mais abrangentes¹⁹.

Diogo Ramada Curto também discorre sobre a necessidade de trazer para o centro dos estudos históricos um modo de pensar e trabalhar que articule diferentes graduações de análise, mesmo quando a pretensão for perspectivas mais gerais. Segundo o historiador, a utilização de escalas particulares de análise permitiu a reconstituição das decisões, estratégias e interpretações, em outras palavras, formas de toma de consciência, adotadas pelos mais diversos agentes, que foram postos em causa a partir de uma perspectiva histórica mais culturalista²⁰. O objeto de estudo visado pela História Política passou a ser as linguagens e formas de comunicação usadas para pensar o poder e as formas de viver associado. Desta sorte, a proposta dos estudos de Diogo Ramada Curto é apreender as mais variadas linguagens do pensamento econômico e político dos séculos XVI e XVII português, o que envolve um

¹⁷ PUJOL, Xavier Gil. “La historia política de la Edad Moderna europea, hoy: progresos y minimalismo”. In: BARROS, Carlos (Ed.). *Historia Debate. Otros Enfoques. Tomo III*. Actas del Congreso Internacional “A Historia a Debate” en 1993. Santiago de Compostela, 1995, p. 195.

¹⁸ Ibidem, p. 195-196.

¹⁹ Ibidem, p. 198-199.

²⁰ CURTO, Diego Ramada. *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 12.

trabalho de recuperação das tipologias, classificações ou dos vocabulários dos discursos da época. Mostrando que faz uso de uma abordagem hermenêutica nas suas investigações, sendo tributário principalmente de John Pocock, o historiador destaca a compreensão de que as linguagens devem ser entendidas a partir de seus usos, sendo imprescindível analisá-las como atos e acontecimentos, situados em determinado tempo e espaço, e proferidos por indivíduos que se relacionam de distintas formas com os seus e as instituições²¹.

Outro historiador de relevo historiográfico é Rafael Valladares que vem suscitando nos últimos anos importantes debates historiográficos. Em seu livro *La Conquista de Lisboa*, o historiador propõe o seguinte questionamento: se o fracasso da negociação teria causado a necessidade de guerra ou se a negociação foi um artifício pensado para facilitar a invasão hispânica ou ainda se a guerra teria precedido a negociação, contribuindo para a intimidação dos portugueses. Independente do enfoque historiográfico que se escolha, torna-se claro que, em um diálogo direto com as perspectivas de Bouza-Álvarez, que o objetivo de Valladares é desqualificar a negociação como signo principal para se compreender o processo de *Conquista*, “*una agregación política, la de Portugal en 1580, que en buena medida resultó negociada, pero no en menos grado impuesta por una conquista militar*”²². Assim, Valladares adota uma perspectiva que enfatiza a conquista militar que permaneceu muitas vezes esquecida pela historiografia específica. O livro supracitado então representa um esforço em recuperar a violência a qual Portugal foi submetida na guerra de 1580 e compreender os impactos que proporcionou no corpo político luso, cujos estamentos privilegiados e suas instituições não estiveram na prática protegidos. Deste modo, ele articula a história militar com reflexões de abordagem política, além das recorrentes incursões no campo das representações.

Por mais que adote um posicionamento distinto ao de Bouza-Álvarez, Valladares também foi influenciado pelas discussões propostas pelo historiador. Como pode ser observado em seus trabalhos anteriores, dentre os quais *La Rebelion de Portugal*, quando analisa os fatores que desencadearam o movimento de Restauração e credita grande importância à tônica da ausência real. A repercussão do seu último livro foi tal que Bouza-Álvarez fez uma réplica em seu novo livro, *Felipe II y el Portugal dos Povos. Imágenes de esperanza y revuelta*. O historiador concorda com a atenção oferecida ao elemento bélico, identificado como definidor da incorporação de Portugal à Monarquia dos Áustrias, e a

²¹ CURTO, Diego Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988, p. 306.

²² VALLADARES, Rafael. *La Conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política em Portugal, 1578-1583*. Madri: Marcial Pons Historia, 2008, p. 25.

proposição de que o enfrentamento militar teria ocorrido logo nos primeiros momentos da sucessão. Contudo, questiona o fato de Valladares ter como recorte temporal os anos de 1578 a 1580, desconsiderando o que aconteceria ao longo da União Ibérica, como se esse período fosse por si mesmo um processo histórico. Bouza-Álvarez, também fazendo uso declarado das reflexões de Pocock, ainda aproveitou a oportunidade para responder aqueles que o acusam de fazer uso excessivo dos tópicos da retórica e das simbologias de tal modo a desvincular sua análise da realidade social e dos agentes históricos. Também fazendo uso das reflexões de Pocock, o historiador que os textos devem ser entendidos como forma de ação e olhá-los não significa abandonar a realidade dos acontecimentos, mas sim poder perceber as muitas possibilidades da realidade²³.

Os estudos da Política e do Estado realizados anteriormente enfocavam a relação centro e periferia de modo dicotômico. O Estado Moderno possuía um caráter centralizador e impessoal, enquanto a periferia permanecia submetida a um poder caracterizado como absoluto. Conforme Xavier Gil Pujol, ao conceber o poder de forma mais abrangente, atualmente é possível considerar as variedades do poder local e a forma com que este interagia, em uma relação não necessariamente de submissão ao poder central. Os balanços historiográficos estão pautados nessa nova conceitualização do Estado Moderno, que destaca a existência de uma relação dinâmica e múltipla entre centro e periferia, e a atuação dos mais diferentes grupos sociais. E questiona a aplicabilidade de uma noção absoluta do poder central, procurando instigar os historiadores de política a diminuir seu foco sobre este poder, assumindo assim temáticas mais localistas²⁴.

A análise das redes sociais também corroborou para a superação desse modelo de interpretação que antagonizava centro e periferia. Ao propor compreender a Monarquia Hispânica dos séculos XVI e XVII a partir das suas elites, Bartolomé Yun Casatilla destaca a importância do estudo de redes para mostrar a existência de uma colaboração entre as elites centrais e locais, sendo estas de fundamental importância na mediação entre os dois âmbitos do poder. O diálogo entre as elites permitia o estabelecimento de redes clientelares que intuía e legitimavam uma hierarquia social que as beneficiavam. O historiador também indica a necessidade de rever o conceito de Monarquia Compósita que foi utilizado para caracterizar a Monarquia Hispânica do período contemplado. Esse conceito ganhou espaço entre os historiadores depois dos trabalhos de John Elliot. Muitos Estados Modernos

²³ BOUZA-ÁLVAREZ, F. Op. cit, 2010, p. 21-22.

²⁴ PUJOL, Xavier Gil. "Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII". *Revista Penélope*, n. 5, 1991.

vivenciaram uma organização política de caráter supranacional, assim Monarquia Compósita seria mais de um Estado subordinado a um só governante²⁵. O questionamento estabelecido a esse conceito diz respeito ao fato de apenas considerar a existência de uma relação vertical entre as elites, em outras palavras, as elites dos Estados agregados dialogando com aquelas que pertencem ao Estado agregador; não levando em conta que também havia uma relação horizontal entre as comunidades imaginadas, isto é, as elites dos Estados agregados relacionando entre si e com outros²⁶.

Os apontamentos feitos por Bartolomé Yun Castilla estão presentes no livro *Las Redes del Imperio*. Dirigido pelo próprio Castilla, o livro reúne pesquisas e reflexões de especialistas compassados com as atuais tendências historiográficas, dentre os quais o trabalho da historiadora portuguesa Mafalda Soares da Cunha. A historiadora advoga que Madri foi utilizada pela Monarquia Católica como espaço de atração e articulação das diversas elites políticas e sociais que compunham seu império. Ela volta suas atenção a análise de dois instrumentos utilizados pelos Áustrias para captar essas aristocracias: a concessão de títulos e o incentivo a matrimônios entre a nobreza dos territórios para a formação de uma nobreza comum. Essas ações permitiram “*la minimización de las tensiones entre las varias partes que la constituía, era también importante generar e construir intereses compartidos; desarrollar mecanismos de vinculación y estimular sentimientos de lealtad y pertenencia*”²⁷. Madrid, desta forma, desempenhava um ativo papel político ao trazer as elites dos diferentes reinos que compunham a monarquia espanhola e permitir que os interesses dessas se entretecessem aos da monarquia. Deste modo, o trabalho de Mafalda Soares da Cunha permite identificar uma relação estreita entre os grupos nobiliárquicos portugueses como as elites espanholas, assim como também as elites dos outros reinos que integravam o Império Hispânico.

O conceito de Monarquia Compósita proposto por John Elliot também foi criticado por outros historiadores. De acordo com Elliot, essa organização política supranacional podiam incorporar os domínios de duas formas: uma primeira forma, chamada de *união acessória*, em que o reino é incorporado juridicamente ao outro, estando submetido aos mesmos direitos e leis; e, uma segunda forma, chamada de *aeque principaliter*, em que se reconhece as particularidades do Estado incorporado e mantém mesmo com a união o

²⁵ ELLIOT, John. *España en Europa*. Universidade de Valencia. 2003.

²⁶ YUN, Bartolomé. *Las redes del imperio: élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 11-38.

²⁷ CUNHA, Mafalda Soares da. “Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica”. In: YUN, Bartolomé (Coord.). *Las redes del imperio: élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 207.

ordenamento político, jurídico e social tradicional. A Espanha optou pela última na maioria das suas conquistas, dentre estas, a do território português. O historiador explica que por mais que a união do tipo *aeque principaliter* traga vantagens para governantes e governados, ao passo que, ao garantir a sobrevivência das leis e costumes, estes estabelecem uma relação mais estrita com o novo rei, ficando mais dispostos a aceitar a sua autoridade; o governante, por sua vez, fica menos suscetível a represálias. Esse modelo político tem uma fragilidade inerente que o torna questionável a longo prazo, principalmente em conjunturas de guerras e depressões econômicas, tais como aconteceu com a Monarquia Hispânica a partir da década de 1620. Isso porque, a autonomia concedida aos domínios traz obstáculos à ação real, tornando moroso qualquer processo decisório. Em contrapartida, a escolha por adotar modelos que concentrem mais poder e permitam maior integração, como foi feita ainda no século XVII, representou o cerne da crise da Monarquia Compósita. Vide o exemplo da Política de Olivares²⁸.

No esforço de oferecer novos contornos a esse conceito que se apresenta na historiografia referente à União Ibérica, Bouza-Álvarez advoga que o Império Hispânico não deve ser pensado apenas como uma monarquia de domínios agregados que mantiveram a sua estrutura costumeira. Mas também destaca que esses reinos são iguados pela circunstância de não possuir em seus domínios um rei, necessitando que estes reinos incorporados, assim como Estado agregador, desenvolvessem estratégias políticas para suprir essa ausência. Reiterando que a ausência real se impõe como a principal tônica para se compreender o Portugal sob os Filipes²⁹. Além disso, a Restauração não pode ser pensada como resultado de conjunturas breves, como argumentado por aqueles que explicam a crise da União Ibérica a partir da política de Olivares. O historiador credita a crise da Monarquia Hispânica à incapacidade de criar artifícios para remediar a “saudade” do Príncipe nos domínios em que exigiam a sua presença.

Apesar do conceito de Monarquia Compósita ter sido alvo de críticas no meio acadêmico, John Elliot é identificado como um dos principais expoentes da renovação historiográficos na História Política. Este historiador se destacou não apenas como estudioso da história espanhola, mas acima de tudo como estudioso da história europeia. Em seus estudos sobre a decadência, procurou estabelecer um panorama dos países europeus que se encontravam em crise no século XVI, centrando-se no caso espanhol. Sua análise sobre a

²⁸ ELLIOTT, J. Op. cit, 2003.

²⁹ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura e Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 115.

decadência é interessante, pois compreende a complexidade do evento, dessa forma, busca analisá-los utilizando uma abordagem mais ampla, que engloba o político, o social, o econômico e o cultural, sendo que este ganhou cada vez mais ênfase em seu trabalho. Além disso, defendeu uma perspectiva mais localista e questionou uma concepção absolutista dos Estados Modernos, desmitificando a ideia de um domínio espanhol centralizado ao evidenciar a sua característica participativa.

Muito embora a produção histórica sobre o período não se limite aos autores supracitados. Os estudos sobre a União Ibérica permanecem muito incipientes e existem muitos assuntos que precisam ainda ser explorados, mas certamente é no âmbito político que se encontra os principais avanços. A proposta do artigo foi apresentar algumas das discussões historiográficas que permearam a história política lusa do período filipino, evidenciando o seu esforço em superar os entraves proporcionados por uma leitura nacionalista. Pode-se dizer também que, o artigo buscou refletir sobre algumas das renovações adotadas pelo âmbito político nos últimos anos que o tornaram mais próximo das perspectivas culturais. E, por fim, foi mostrado como essas novas tendências podem ser observadas em algumas das produções que contemplam o período tocante.

Referências Bibliográficas

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura e Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

_____. *Felipe II y el Portugal dos Povos. Imágenes de esperanza y revuelta*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.

CIDADE, Hernani. *A Literatura Autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, s/d.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas Senhoriais e redes Clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

_____. “Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica”. In: YUN, Bartolomé (Coord.). *Las redes del imperio: élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009.

CURTO, Diego Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988.

_____. *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.

ELLIOT, John. *Espanha em Europa*. Universidade de Valencia. 2003.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “Restauração”. In: SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Livraria Figueirinhas, vol V, 1963.

_____. “1580 e a Restauração”. In: *Ensaio sobre a História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá Costa Editora, 1968, vol 2.

HESPANHA, A. Manuel. “As cortes e o reino. Da União à Restauração”. *Cuadernos de História Moderna*, n.11, 1991.

_____. “Depois do Leviatã”. In: *Almanack Brasiliense*. São Paulo: IEB, n. 5, maio de 2007.

_____. “O governo dos Áustria e a ‘Modernização’ da constituição política portuguesa”. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n. 2, FEV.1989, p.49-73.

_____. “As estruturas políticas em Portugal na Europa Moderna”. In: TENGARRINHA, José (Org.) *História de Portugal*. SP: UNESP, 2001, p. 117-181.

OLIVEIRA, A. *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.

PUJOL, Xavier Gil. *Tiempo de política*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006.

_____. “Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la historia política – Pedralbes”. *Revista d’Historia Moderna*, Barcelona, n. 3, 1983.

_____. “Culturas Políticas y Clases dirigentes regionales en la formación del Estado Moderno”. In: LAMBERT-GORGES, Martine. *Les Élités locales et L’Etat dans L’Espagne Moderne. Du XVI^e au XIX^e Siècle*. Paris: CNRS Éditions, 1993

_____. “La historia política de la Edad Moderna europea, hoy: progresos y minimalismo”. In: BARROS, Carlos (Ed.). *Historia Debate. Otros Enfoques. Tomo III*. Actas del Congreso Internacional “A Historia a Debate” en 1993. Santiago de Compostela, 1995.

_____. “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII”. *Revista Penélope*, n. 5, 1991.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1996.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

_____. “Novas aproximações ao Antigo Regime Português”. *Penélope*, n. 22, 2000.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco Libros, 2000.

_____. *La Conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política em Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2008.

YUN, Bartolomé. *Las redes del imperio: élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009.

*Entre livros e fuzis: Um estudo sobre a gênese da cultura política sandinista (1944-1962)*¹

Diego Gomes Souza*

Resumo: O presente trabalho tem por objeto o conjunto de ideias políticas que animou não só os guerrilheiros sandinistas, como também grande parte dos atores sociais que participaram do processo revolucionário nicaraguense no final dos anos 1970. No entanto, abordaremos o sandinismo não como um ideário político apenas, ou mesmo uma ideologia, mas como uma cultura política específica. Cientes de que as culturas políticas são um fenômeno evolutivo, buscaremos investigar as origens sociais do sandinismo no período que antecedeu a formação da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) – organização político-militar que encabeçou todo o processo insurrecional. Dessa forma, nosso recorte cronológico abrange o período que vai de 1944, quando se dá a consolidação do movimento estudantil como força política importante na Nicarágua, até 1962 – ano da fundação da Frente Estudantil Revolucionária (FER), organização estudantil que manteve relações mais estreitas com a FSLN. O corpus documental analisado constitui-se, basicamente, de textos políticos produzidos pelos principais dirigentes políticos da Frente Sandinista.

Quando e como nasce a cultura política sandinista? Que atores e grupos sociais participam de sua produção? Quais são as suas principais referências políticas? De que maneira ela é disseminada socialmente? Essas são algumas das questões que buscaremos responder ao longo do trabalho. Para isso, concentraremos a nossa argumentação em dois eixos principais. Primeiramente, a partir da reflexão acerca da potencialidade do uso da noção de geração como instrumento de análise histórica, indicaremos a estreita ligação do processo de constituição do sandinismo com um fenômeno mais global: o da valorização da violência como instrumento legítimo de ação política durante as décadas de 1960 e 70. Em seguida, apontaremos o papel decisivo do movimento estudantil nicaraguense, em fins da década de 1950, no surgimento da FSLN, e, consequentemente, o modo pelo qual ele impactou a conformação inicial da cultura política sandinista.

¹ Este texto é uma versão modificada de um dos subcapítulos do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que se encontra em processo de finalização.

* Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Falar sobre a origem e evolução de um movimento, tradição ou família política partindo-se exclusivamente de seu ideário político tem sido a crítica feita há muito à história política tradicional. Esse tipo de abordagem – que ignora a historicidade das ideias políticas e, portanto, a sua ancoragem social – foi responsável por produzir uma história de “ideias desencarnadas”, ou seja, uma história na qual as ideias políticas eram circunscritas a uma dimensão descolada da realidade social, ficando, assim, impossível identificar as pessoas de carne e osso que estiveram envolvidas em sua dinâmica política.

Nesse trabalho, pretendemos nos afastar dessa perspectiva ao propor que o sandinismo constituiu, muito mais do que um conjunto de ideias políticas, uma cultura política específica. Cientes de que as culturas políticas são um fenômeno evolutivo “de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo”², buscaremos investigar as origens sociais e a conformação inicial da cultura política sandinista no período que antecedeu a formação da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Quando e como nasce a cultura política sandinista? Que atores e grupos sociais participam de sua produção? Quais são as suas principais referências políticas? De que maneira ela é disseminada socialmente? Essas são algumas das questões que buscaremos responder ao longo do texto.

Para tanto, concentraremos nossa argumentação em dois eixos principais. Primeiramente, a partir da reflexão acerca da potencialidade do uso da noção de geração como instrumento de análise histórica, indicaremos a estreita ligação do processo de constituição do sandinismo com um fenômeno mais global: o da valorização da violência como instrumento legítimo de ação política durante as décadas de 1960 e 70. Em seguida, apontaremos o papel decisivo do movimento estudantil nicaraguense, em fins da década de 1950, no surgimento da FSLN, e, conseqüentemente, o modo pelo qual ele impactou a conformação inicial da cultura política sandinista.

O fator geracional: a juventude radicalizada dos anos 1960-70

Quando a Nicarágua passou a ocupar os noticiários internacionais durante as décadas de 1960 e 1970, em função dos sucessos e reveses do movimento guerrilheiro em curso naquele país, um detalhe talvez tenha chamado mais a atenção do público espectador: o rosto jovem – por trás, às vezes, de longas barbas – daqueles combatentes em uniforme verde-oliva.

² BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 355.

Esse fato pode parecer trivial, porém, para o historiador que não deixa passar a importância dos indícios, ele pode revelar aspectos imprescindíveis para o entendimento do processo histórico em questão. Pois notar que a maioria esmagadora desses guerrilheiros era composta de jovens nos faz inserir o caso nicaraguense num fenômeno bem mais amplo, não circunscrito apenas ao seu contexto nacional e que abarca processos semelhantes passados em outros países ao redor do mundo.

Esses jovens guerrilheiros eram membros de uma organização cujo nome ganharia cada vez mais notoriedade naquele contexto: a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Tendo a sua gênese na radicalização de estudantes universitários – muitos deles dissidentes do partido comunista local, o Partido Socialista Nicaraguense (PSN) – que, inspirados pela Revolução Cubana, aderem à luta armada contra o regime ditatorial então vigente no país, a FSLN seria responsável por encabeçar, já no final da década de 1970, a vitória do movimento insurrecional que derrubou a ditadura somozista e iniciou uma nova fase na história do país do ponto de vista político-institucional. Alguns fatores mencionados nessa breve caracterização da FSLN (como o referencial do modelo cubano e o rompimento com a política do partido comunista) já apontam a relação do seu contexto social com fatores que ultrapassam a escala nacional.

Isso porque o forte vínculo existente na tríade esquerdas-juventude-radicalidade política está longe de caracterizar apenas o caso da FSLN. Aliás, como aponta Maria Paula Nascimento Araújo³, apesar dessa ter sido a marca inequívoca das décadas de 1960 e 1970 na América Latina – sendo a sua maior expressão, em diversos países da região, a proposta da luta armada –, essa atração pelo radicalismo político, manifesta na opção pela violência revolucionária, não atingiu apenas a juventude latino-americana, pois foi um fenômeno internacional e de forte impacto no mundo ocidental. Nossa exposição tomará essa radicalidade não só como um sintoma político da época, mas principalmente como um dos componentes principais de uma determinada geração: a dos jovens guerrilheiros sandinistas e simpatizantes da sua luta – representantes nicaraguenses da geração de jovens que compunham uma parte significativa das organizações e partidos de esquerda latino-americanos e que optaram por seguir o caminho da luta armada –, para a qual é difícil encontrar uma descrição tão precisa quanto a de Sergio Ramírez.

³ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970”. In: FICO, C.; FERREIRA, M.; ARAÚJO, M.; QUADRAT, S. (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 248.

(...) uma geração que abominou o imperialismo e teve fé no socialismo e nos movimentos de libertação nacional, em Ben Bella, Lumumba, Ho Chi Minh, no Che Guevara, em Fidel Castro; uma geração que presenciou o triunfo da Revolução Cubana e o fim do colonialismo na África e na Indochina, e que protestou pelas ruas contra a guerra do Vietnã; a geração que leu *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon, e *A verdade sobre Cuba*, de C. Wright Mills, e ao mesmo tempo leu os escritores do *boom* latino-americano, todos de esquerda naquela época; a geração dos cabelos compridos e das sandálias, de Woodstock e dos Beatles; a da rebelião nas ruas de Paris em maio de 1968, e da matança na praça de Tlatelolco, na Cidade do México; a que viu Salvador Allende resistir no Palácio de la Moneda e chorou pelas mãos cortadas do compositor Victor Jara no Estádio Nacional em Santiago do Chile, e que encontrou enfim na Nicarágua uma revanche após os sonhos perdidos no Chile, e, mais atrás ainda, após os sonhos perdidos da República espanhola, recebidos como herança. Era a esquerda. Uma época que foi, também, uma época.⁴

Apesar de longa, a citação é muito oportuna por revelar uma série de “fatos inauguradores”⁵ que exerceram influência direta na formação dessa geração. Além disso, pesa o fato de seu autor ter sido um participante direto e destacado do processo histórico em questão. Embora não tenha participado dos aspectos militares da luta contra a ditadura somozista, Sergio Ramírez foi um dos principais articuladores do movimento sandinista na esfera civil. Era um dos integrantes do Grupo dos Doze,⁶ além de ter sido membro da junta de governo formada logo após a queda da ditadura (1979-84) e vice-presidente do país entre os anos de 1985 e 1990. Vindo, então, de um personagem como este, a percepção do fator geracional ganha um destaque importante, pois possibilita a inclusão de códigos culturais dos próprios atores estudados nas análises feitas sobre seu comportamento político.⁷

Contudo, tomar a noção de geração como um instrumento conceitual válido para a análise histórica nem sempre foi uma operação bem recebida em nossa área. Segundo Jean-François Sirinelli, tal situação devia-se à dupla atitude dos historiadores em relação ao

⁴ RAMÍREZ, Sergio. *Adiós muchachos: a História da Revolução Sandinista e seus protagonistas*. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 35-36.

⁵ A expressão é de Jean-François Sirinelli. Cf. SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 133.

⁶ Organização política, mas não partidária, criada em meados de 1977 por iniciativa dos integrantes da Tendência Insurrecional (TI) da FSLN. Sua principal função era a de, em meio ao processo insurrecional no final dos anos 1970, promover esforços de negociação entre os diversos setores antisomozistas. Para muitos, o Grupo dos Doze era, na verdade, a face legal da FSLN, ou, mais especificamente, dos “terceiristas” – como os integrantes da TI eram chamados, de forma pejorativa, pelos sandinistas das outras tendências. Cf. MIRE, Fernando. “La longa marcha del sandinismo”. In: *Las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 2001, p. 418-19.

⁷ Ângela de Castro Gomes destaca que uma das potencialidades do conceito de cultura política seria, justamente, a de possibilitar explicações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos a partir de seus próprios códigos culturais, permitindo que o investigador se desloque no tempo e no espaço com menos chances de postular orientações normativas estranhas ao contexto social dos fenômenos por ele estudados – evitando, assim, possíveis anacronismos. Cf. GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 30.

conceito. Primeiramente, nutria-se uma profunda suspeita em relação às análises sobre os fenômenos de geração, uma vez que eles supostamente escondiam dois perigos: de um lado a banalidade, tendo em vista o fato de que a dinâmica social teria na sucessão das faixas etárias seu próprio móvel; de outro a generalidade, devido à suposta tendência dos estudos sobre geração se limitarem à superficialidade dos fenômenos estudados, tornando a noção mais um elemento de descrição do que um fator de análise. Em segundo lugar, erguiam-se inúmeras restrições ao seu uso, recorrendo-se a sua suposta associação com as noções de tempo curto e acontecimento – o que, numa época em que apenas as histórias de longa e média duração gozavam de prestígio, acabou relegando tal abordagem a segundo plano⁸.

O mesmo autor, no entanto, defende uma espécie de duplo estatuto do conceito de geração: o de objeto de história e de instrumento de análise. Faz isso elencando uma série de vantagens que a utilização de tal noção traria para a análise histórica, e que têm apoiado a fecundidade de seu uso entre os historiadores. Uma delas se refere a sua “virtude periodizante”: longe de propor uma espécie de geração-padrão, pautada numa estrutura cronologicamente invariável, ela seria marcada por um caráter elástico que permitiria a sua dilatação conforme a frequência dos fatos inauguradores, garantindo, portanto, a relativização do papel de padrão. Concebida como uma escala móvel do tempo, a geração seria marcada também por uma geometria variável de acordo com as dimensões estudadas – econômica, social, política ou cultural. Por fim, o autor destaca a importância operatória de tal noção para a história das “culturas políticas”, pela qual o domínio do político também é afetado⁹.

E é justamente nesse campo de pesquisa, aberto pelo estudo das culturas políticas, que pretendemos incluir a perspectiva da geração. Nesse sentido, a maior referência tem sido a reflexão de Serge Berstein sobre a concepção e o trabalho com tal conceito. Num primeiro momento, tratando especificamente do fenômeno dos partidos políticos, o autor parte de uma noção sociológica de geração, segundo a qual ela é constituída por “homens que, vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum”¹⁰. Em outro estudo, já dedicado exclusivamente ao campo das culturas políticas, Berstein afirma não existir domínio em que o fenômeno de geração encontre maior justificação que este. Pois, indo além da determinação das motivações do ato político individual, a cultura política seria simultaneamente um

⁸ SIRINELLI, J. Op. cit, 1998, p. 132-133.

⁹ Ibidem, p. 134-137.

¹⁰ BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In: Rémond, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 72.

fenômeno coletivo, partilhado em sua totalidade por grupos sociais “que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências”¹¹. Ainda segundo o autor:

Submetido à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos.¹²

Refletindo sobre as gerações em texto mais recente, Berstein continua advogando a relevância dessa noção para o estudo das culturas políticas. Porém, identifica algumas nuances desse fenômeno. Afirma, por exemplo, que as experiências comuns vividas por uma mesma geração não são necessariamente o principal fator de adesão a uma determinada cultura política, podendo esta ser constituída por gerações diferentes. No entanto, apesar de tais matizes, reconhece que o fator geracional está por trás de uma das características mais marcantes das culturas políticas, a saber, a formação da identidade coletiva¹³. Essa é uma das justificativas mais fortes do uso da noção de geração, pois permite que se ultrapasse o seu caráter biológico, seu estatuto de dado natural, para tomá-la também como um fato cultural que é “por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da autoproclamação: o sentimento de pertencer – ou de ter pertencido – a uma faixa etária com forte identidade diferencial”¹⁴.

Tomar a geração como fato cultural permite, por outro lado, que se equacione a questão das diversidades que também marcam as diferentes gerações, visto não serem elas fenômenos homogêneos. Afirmar que a radicalização política da juventude nas décadas de 1960 e 1970 constitui uma marca dessa época não significa dizer que todos os jovens pertencentes àquela mesma faixa etária partilhassem desse mesmo ideal. Para isso, basta lembrar que ao mesmo tempo em que uma parcela dessa juventude optava pela luta armada, pelo caminho do radicalismo político e do confronto direto, outra parte dela aderiu ao movimento *hippie*, ao enaltecimento da paz e do amor¹⁵. Contudo, como destaca Sirinelli¹⁶, “um estrato demográfico só se torna uma geração quando adquire uma existência autônoma e uma identidade”, e esse processo se verifica às vezes em um setor bem determinado da sociedade. Assim, apesar de não ter abrangido a totalidade dos jovens da época, cremos ser

¹¹ BERSTEIN, S. Op. cit, 1998, p. 361.

¹² Ibidem.

¹³ BERSTEIN, Serge. “Culturas políticas e historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília. et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 43-44.

¹⁴ SIRINELLI, J. Op. cit, 1998, p. 133.

¹⁵ ARAÚJO, M. P. Op. cit, 2008, p. 248.

¹⁶ SIRINELLI, J. Op. cit, 1998, p.133.

legítimo falar da juventude politicamente radicalizada desse período – que fez da violência seu instrumento legítimo de ação política – enquanto uma geração particular.

No entanto, como destacamos acima, a opção política pela violência e pela luta armada não pode ser encarada como um fenômeno restrito à realidade política da América Latina. Segundo Maria Paula Araújo, a valorização da violência como forma de ação política, nesse período, deve ser entendida dentro de um quadro mais amplo e complexo, referenciado no questionamento, no interior da esquerda, das práticas políticas e tradicionais do sistema parlamentar, que eram seguidas, inclusive, pelos partidos comunistas e socialistas à época. Utilizando-se amplamente das reflexões de Hannah Arendt em seu livro *Sobre a violência*, a autora argumenta que o enaltecimento e a valorização da violência como parte essencial da ação política significaram uma ruptura com uma tradição de revolução consagrada na primeira metade do século XX (cujo maior modelo teria sido a Revolução Russa), na qual a violência em si não era um valor, sendo um recurso periférico à revolução socialista – integrante dela, porém não essencial¹⁷. A Revolução Cubana, juntamente a outras matrizes teóricas e políticas da valorização da violência – como a Revolução Chinesa e as guerras anticoloniais da Argélia e do Vietnã –, apontava o primado da ação, da vontade e das armas para o caminho da transformação social, em contraposição ao jogo político-parlamentar das democracias representativas¹⁸.

O que salta aos olhos, no entanto, é que as organizações armadas ao redor de todo o mundo eram compostas majoritariamente por indivíduos jovens (do Grupo Baader-Meinhof, na Alemanha, até às múltiplas organizações guerrilheiras latino-americanas surgidas na esteira da Revolução Cubana, passando também por grupos da Nova Esquerda americana). Além disso, outra recorrência interessante surge da análise da composição social dessas organizações: uma parcela significativa dos seus quadros era formada de jovens egressos ou recém-saídos das universidades¹⁹. Esse protagonismo político dos estudantes foi outra marca significativa da época, sendo o movimento de maio de 1968, na França, certamente a sua maior expressão. Na Nicarágua não foi diferente, pois seu movimento estudantil também viveu um período de intensa atividade nas décadas de 1960 e 1970.

O movimento estudantil nicaraguense e o nascimento da cultura política sandinista

¹⁷ ARAÚJO, M. P. Op. Cit, 2008, p. 262-263.

¹⁸ Ibidem, p.255.

¹⁹ Ibidem, p. 249.

Após o assassinato de Anastasio Somoza García – inaugurador da ditadura que se manteria no poder por mais de quatro décadas na Nicarágua²⁰ –, em 1956, o comando do regime político no país passou a ser exercido por seus filhos: primeiramente, assumiu o poder Luis Somoza Debayle, que, à época, já era o principal nome na cadeia de comando da Guarda Nacional – braço armado do somozismo; logo em seguida, com a morte desse último em 1963, foi a vez de Anastasio Somoza Debayle assegurar a manutenção da família no controle direto do sistema político. A troca de Somoza no poder significou pouca coisa em termos de mudança da natureza do regime ditatorial implantado no país pela “dinastia”. As expressões mais características do poder político sob domínio direto da família Somoza continuaram a ser praticamente as mesmas: concentração das decisões políticas na figura do presidente; controle irrestrito sobre o exército e a burocracia estatal; emprego permanente da repressão, com variações de intensidade de acordo com a conjuntura política; ausência dos direitos democráticos; alinhamento com os interesses econômicos e políticos dos EUA; além da flagrante corrupção nas mais diversas esferas da administração pública como forma de enriquecimento pessoal²¹.

Se se quer encontrar as mudanças no cenário político nicaraguense a partir da década de 1960, as atenções devem se voltar para a oposição ao regime. Além do uso de mecanismos de repressão, a hegemonia política dos Somoza passava também pelo manejo de expedientes mais sutis, pelos quais conseguiam administrar as contradições dentro do bloco dominante, apesar de todo o autoritarismo de seu regime. Dessa forma, a família conseguia arrefecer o ímpeto daqueles que supostamente compunham a oposição ao seu governo. Porém, as coisas começaram a mudar com o *boom* algodoeiro da década de 1950, que provocou uma extrema concentração de riquezas por parte do grupo dos Somoza, tornando-se um fator de ativação das disputas inter-oligárquicas que passaram a desestabilizar o bloco dominante. Isso porque certos setores sociais, que eram ligados anteriormente ao regime, passaram a ser marginalizados economicamente devido ao desequilíbrio na repartição dos recursos econômicos – o que na conjuntura nicaraguense significava também uma marginalização política. Essas contradições interclassistas provocaram uma conjuntura de divergência entre o

²⁰ Em 1936, após dismantelar o movimento político de Augusto César Sandino, Anastasio Somoza García chegou ao poder na Nicarágua, através de um golpe militar, dando início a uma ditadura de caráter familiar que se manteve no poder até 1979 – quando acabou sendo derrubada pela Revolução Sandinista. Cf. BARAHONA PORTOCARRERO, Amaru. “Breve estudo sobre a história contemporânea da Nicarágua”. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Org.). *América Latina: história de meio século*. 3 vols. Brasília: EdUnB, 1990; MARTÍNEZ, Marco A. V. “La dictadura somocista: sus orígenes y asentamiento”. *Revista de Historia*, Manágua, n. 1, p. 111-31, 1990; MIREs, F. Op. cit, 2001; ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaraguense*. São Paulo: Unesp, 2006.

²¹ BARAHONA PORTOCARRERO, A. Op. cit, 1990, p. 265-266.

regime e a sua tradicional base de sustentação, o que deu margem ao surgimento das condições para a formação da oposição civil ao regime²².

Uma das instituições que expressaram mais intensamente essa desconformidade foi justamente a universidade. Durante as décadas de 1960 e 1970, os estudantes universitários se converteram no principal núcleo de oposição à ditadura dos Somoza. Porém, o processo de consolidação do movimento estudantil como força política importante na Nicarágua remonta, pelo menos, a década de 1940. Num primeiro momento, a instauração da ditadura somozista contou com o apoio de grande parte dos estudantes universitários, especialmente da juventude liberal da Faculdade de Direito de León, em razão do suposto “liberalismo” de Somoza. No entanto, com a conformação ditatorial do regime, os estudantes, em sua maioria, passaram a integrar a oposição ao governo. Prova disso foi o papel decisivo do movimento estudantil durante as manifestações populares em 1944, opondo-se ao projeto de reforma constitucional que permitiria a Somoza conseguir um novo mandato presidencial.²³ A oposição dos estudantes, tanto conservadores quanto liberais, ao pretendido continuísmo de Somoza, acabou sendo decisiva na desistência deste em candidatar-se novamente. Esse acontecimento foi tão significativo para o movimento estudantil no país, que os estudantes que dele participaram passaram a ser reconhecidos como a “Geração de 44”²⁴. Isso porque, a partir de 1944, o movimento estudantil nicaraguense *“adquirió mayor nivel de desarrollo y aunque influenciado por fuerzas opositoras tradicionales, que aspiraban a sustituir Somoza y mantener la esencia del régimen, por primera vez asumieron masivamente una actitud política de oposición a la dictadura”*²⁵.

²² MIRES, F. Op. cit, 2001, p. 408-409.

²³ Com o intuito de dar um aparência legal à continuidade de seu regime, Somoza enviou à Câmara dos Deputados, em 1943, um projeto de reforma constitucional que permitiria a sua reeleição em 1947. Aprovado em 1944, esse projeto foi alvo de uma série de protestos liderados por jovens membros do Partido Conservador que, inspirados em movimentos em prol da democracia em El Salvador e na Guatemala naquele mesmo ano, se opuseram aos acordos políticos de partilha do poder feitos com Somoza pelo seu partido. Foram organizadas manifestações contra o governo em Manágua e León, às quais se juntaram liberais dissidentes que haviam abandonado o partido do presidente para fundar o Partido Liberal Independente. O movimento foi duramente reprimido por Somoza, que prendeu os manifestantes e exilou seus líderes. Nesse ambiente, Somoza resolveu não concorrer à presidência, apoiando um outro candidato. Frente à tentativa dos partidos políticos de retirá-lo da chefia da Guarda Nacional, isolando-o politicamente, Somoza recorreu a um novo golpe militar em 25 de maio de 1947. Cf. MARTÍNEZ, M. A. Op. cit, 1990, p. 126; ZIMMERMANN, M. Op. cit, 2006, p. 34.

²⁴ Duas figuras que se destacariam no cenário político nicaraguense posteriormente foram líderes estudantis nessa época: Pedro Joaquín Chamorro, dono do *La Prensa* – maior e mais influente jornal do país – e principal líder da oposição civil ao regime, sendo, por isso, assassinado a mando de Somoza em janeiro de 1978; e Ernesto Cardenal, padre jesuíta, expoente do setor cristão que apoiou os revolucionários da FSLN ao longo do processo insurrecional e Ministro da Cultura durante o governo sandinista na década de 1980. Cf. PALMER, Steven. “Carlos Fonseca and the Construction of Sandinismo in Nicaragua”. *Latin American Research Review*, Vol. 23, n. 1, p. 91-109, 1988, p. 94.

²⁵ GALEANO, Marcia Traña. “Algunas notas sobre el movimiento estudiantil nicaraguense en la primera mitad del siglo XX”. *Revista de Historia*, Manágua, n. 1, p. 97-111, 1990, p. 104.

No entanto, numa análise retrospectiva, Carlos Fonseca²⁶ não poupou críticas a esse momento do movimento estudantil nicaraguense. Em texto intitulado “*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) a los estudiantes revolucionarios*”, datado de 15 de abril de 1968 – e que circulou, como a maioria dos textos políticos da FSLN à época, em versão mimeografada –, Carlos aponta os acontecimentos de 1944 como o símbolo da situação de debilidade que predominou no movimento estudantil ao longo dos primeiros vinte anos do regime somozista, o que, por tabela, acabou determinando a sua renúncia a um envolvimento mais estreito na luta pela resolução dos problemas nacionais. Para ele, o movimento estudantil dessa época “*no logró romper con las camarillas políticas tradicionales y en lo fundamental la acción estudiantil se desplegó bajo el signo de los anticuados objetivos liberaloides. La acción estudiantil de 1944 caració de calor social.*”²⁷

Desde então, as eleições para a direção do Centro Universitário (C.U.) – primeira organização estudantil do país, fundada em 29 de dezembro de 1914, em León –, passaram a ser disputadas pelas juventudes dos Partidos Conservador, Liberal Independente e Liberal Nacionalista. Nas eleições presidenciais de 1946, os estudantes apoiaram massivamente o candidato de oposição ao regime. Em represália, Somoza mandou fechar a Universidade Central, em Manágua, fundada por ele mesmo em 1941, e também o *El Universitario* – jornal dos estudantes da mesma faculdade, criado em 1944, e que por dois anos seguidos, com 51 edições, foi responsável por uma intensa campanha antisomozista. A relação do regime com o movimento estudantil oposicionista passou a ser marcada, então, por forte repressão, fosse com expulsões, exílios, fechamento de instituições estudantis e mesmo faculdades, e até mortes – como foi o caso do assassinato de Uriel Sotomayor, um dos mais destacados dirigentes estudantis da Nicarágua, em 18 de dezembro de 1948. Em março de 1947, por exemplo, com o intuito de enfraquecer a organização dos estudantes, Somoza elevou a Universidade de León à categoria de Universidade Nacional. Porém, essa decisão teve um resultado inverso. Pois obrigou os estudantes de Manágua a se transferirem para León ou Granada a fim de continuarem os seus estudos, o que acabou fortalecendo o movimento estudantil. A experiência com o incremento da repressão apenas acabou cristalizando o

²⁶ Principal fundador da FSLN e mais importante liderança intelectual da organização. Foi um dos líderes estudantis mais conhecidos do Partido Socialista Nicaraguense (PSN) em fins da década de 1950. Sob a influência da Revolução Cubana, Carlos Fonseca se afastou da militância política, tanto no partido quanto na universidade, para aderir à luta armada e fundar a FSLN. Foi, sem dúvida, o mais destacado dirigente da organização e a sua principal referência em termos de formulação política até 1976, ano de sua morte. Cf. ZIMMERMANN, M. Op. cit, 2006, p. 40-41.

²⁷ AMADOR, Carlos Fonseca. “Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) a los estudiantes revolucionarios”. In: *Bajo la bandera del sandinismo*. Manágua: Editorial Nueva Nicaragua, 1981, p. 142.

sentimento de rechaço ao somozismo por parte dos estudantes organizados, que, assim, acabaram se tornando uma importante força política contra a ditadura²⁸.

A partir da década de 1950, os estudantes universitários passaram a se concentrar na luta pela autonomia universitária (uma bandeira histórica do movimento), como forma de impedir a ingerência da ditadura nos assuntos da universidade. Foi nesse contexto que, em 1956, confluem para a Universidade Nacional de León, dentre outros, os estudantes Carlos Fonseca, Silvio Mayorga e Tomás Borge – considerados, por uma das versões existentes, os três fundadores da FSLN. Depois de experiências políticas no ensino secundário e em algumas organizações políticas, esses três jovens estiveram à frente da estruturação da primeira Célula Estudantil Marxista na Nicarágua. A partir da problemática estudantil, a célula buscou potencializar a mobilização política dos estudantes, conscientizando-os de que, para conseguir mudanças na universidade, se devia primeiro lutar por uma mudança do sistema social em favor dos trabalhadores. Daí seu trabalho, na época, de mobilização dos estudantes em apoio a uma greve de estivadores em Corinto, importante cidade portuária do país, e também às demandas da liga de inquilinos e aos protestos contra a carestia de vida²⁹. De acordo com Marcia Traña Galeano, o impacto da atuação desse grupo sobre o movimento estudantil nicaraguense foi bastante significativo:

Si bien, esta célula no tuvo de manera absoluta la dirección del movimiento estudantil, se proyectaron como dirigentes, y con muchas dificultades se plantearon la lucha por desterrar la influencia libero-conservadora en la universidad e incidir en el desarrollo político-ideológico de los estudiantes. A través del CUUN y “El Universitario”, cuyo jefe de redacción era Carlos Fonseca, trataron de imprimirle un nuevo contenido a la lucha estudantil.³⁰

O Centro Universitário da Universidade Nacional (CUUN) – como passou a ser conhecido o Centro Universitário após a elevação da Universidade de León –, foi um dos mais destacados órgãos de oposição estudantil ao regime de Somoza. Em 1958, com a retomada de diversas ações da oposição em função da suspensão do estado de sítio (decretado em 1956, logo após o assassinato de Anastasio Somoza García), e aproveitando-se das condições da recém-conquistada autonomia universitária, os ativistas do CUUN estiveram à frente da organização da primeira greve nacional estudantil do país, em outubro daquele ano, e do primeiro congresso de estudantes secundaristas, em dezembro³¹. Quando, em 1960, o

²⁸ GALEANO, M. T. Op. cit, 1990.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

³¹ ZIMMERMANN, M. Op. cit, 2006, p. 39.

governo nicaraguense expulsou os diplomatas cubanos de seu território, o CUUN, juntamente com a Frente Unitária Nicaraguense (FUN),³² publicou um comunicado denunciando a ligação do regime de Somoza com os interesses intervencionistas norte-americanos.

La expulsión de los diplomáticos cubanos por el régimen tiránico de los Somoza en Nicaragua, es una clara advertencia de que el imperialismo yanqui acelera los planes de agresión contra Cuba y su Revolución.

Los Somoza son los mozos de estribo de los monopolios norteamericanos en el área de Centroamérica y es bien sabido que sus acciones son ordenadas directamente por el Departamento de Estado en Washington. Detrás de las provocaciones diplomáticas de la tiranía somocista se suceden frecuentemente las agresiones armadas en la zona del Caribe.³³

Com a vitória da Revolução Cubana no início de 1959, verifica-se, não só na Nicarágua como também no restante da América Latina, um acréscimo considerável na agitação e na mobilização dos estudantes. No dia 23 de julho de 1959, ocorreram protestos e passeatas nas ruas de León contra a detenção e morte de estudantes que participaram de uma expedição militar com o objetivo de derrubar Somoza, ocorrida em El Chaparral, Honduras, em junho daquele ano.³⁴ Essas manifestações tiveram apoio da direção da Universidade Nacional, e, embora tenham participado delas membros do Partido Conservador e do Partido Liberal Independente, não foram organizadas ou comandadas por nenhum partido político específico. Apesar disso, a violência da Guarda Nacional na repressão ao movimento foi inesperada e significativa. Mesmo tendo sido uma marcha legal e pacífica, isso não impediu que a Guarda atacasse, com força desproporcional, milhares de estudantes e cidadãos desarmados. Tal ação acabou tendo por resultado quatro mortes e mais de uma centena de feridos. Com isso, esses eventos acabaram se tornando um momento marcante da história do movimento estudantil nicaraguense, sendo importante inclusive para a sua auto-representação. Pois as lideranças estudantis e intelectuais radicais participantes desse episódio, e aproximadamente da mesma faixa etária (nascidos ao longo da década de 1930 e

³² Organização formada por exilados nicaraguenses que tentava organizar, no exterior, a articulação dos grupos revolucionários anti-somozistas. Cf. BERGE, Tomás. *La paciente impaciencia*. Havana: Casa de las Américas, 1989, p. 129.

³³ “*En Nicaragua rechazan los universitarios expulsión de diplomáticos*”. Comunicado do CUUN e da FUN publicado no jornal *Combate*, Havana, 10 de junho de 1960. Cf. BERGE, T. Op. cit, 1989, p. 131.

³⁴ Apesar de apoiada e treinada pelos cubanos (inclusive com a contribuição logística de Che Guevara), os membros dessa operação – batizada de Brigada Rigoberto López Pérez, nome do poeta que assassinou Anastasio Somoza García – não possuíam experiência de combate, pesando contra ela, também, o fato de ter sido constituída por indivíduos politicamente heterogêneos. Esses fatores contribuíram para que a expedição nem ao menos chegasse em território nicaraguense, tendo sido cercada pelo Exército hondurenho e pela Guarda Nacional da Nicarágua em El Chaparral, Honduras. Nove dos revoltosos foram mortos e os demais foram capturados, entre eles o próprio Carlos Fonseca (que, além disso, também foi ferido). Cf. ZIMMERMANN, M. Op. cit, 2006, p. 41.

politicamente ativos em fins de 1950), passaram a se denominar ulteriormente como a “Geração de 23 de julho”³⁵.

A vitória dos revolucionários cubanos deu o incentivo decisivo para a radicalização de muitos desses jovens, influenciando diretamente a formação de diversas organizações de estudantes radicais durante os anos de 1959 e 1960. A Juventude Democrática Nicaraguense (JDN) – que era ligada ao Partido Socialista Nicaraguense –, a Juventude Revolucionária Nicaraguense (JRN) e a Juventude Patriótica Nicaraguense (JPN) são alguns dos principais exemplos. A grande maioria desses grupos tinha como principais lideranças os estudantes revolucionários que, à semelhança de outros jovens da América Latina, viajaram para Cuba nos primeiros meses após a revolução, e retornaram com o intuito de fazer avançar o processo revolucionário em seus respectivos países. De acordo com M. Zimmermann³⁶, apesar da proliferação desses grupos, muitos deles possuíam diversas semelhanças entre si e partilhavam os mesmos princípios e posições (como a defesa da Revolução Cubana e o anti-somozismo), ao ponto de alguns indivíduos chegarem a pertencer a vários deles ao mesmo tempo.

No entanto, a mais importante organização estudantil, a nosso ver, foi a Frente Estudantil Revolucionária (FER), fundada em dezembro de 1962. Sua relevância se deve, sobretudo, ao papel que exerceu na radicalização dos estudantes da Universidade Centro-Americana (UCA). Fundada em 1960, na capital Manágua, a UCA era uma universidade católica particular dirigida pelos jesuítas. A participação dos Somoza na sua fundação (o terreno para a construção da universidade foi doado pela família, além do primeiro reitor ter sido um tio de Luis Somoza) fortalece o argumento de que um de seus objetivos era fazer frente à Universidade Nacional, que já havia se tornado o principal núcleo político dos estudantes revolucionários, opositores do governo. Porém, paradoxalmente, a UCA logo se transformou, graças as ações da FER, em um dos bastiões do movimento estudantil, tornando-se tão radical quanto a universidade estatal³⁷. Embora, num primeiro momento, isso possa parecer contraditório – visto que os filhos das famílias mais ricas eram mandados para a UCA –, deixa de sê-lo quando se leva em consideração que, justamente por provirem das famílias mais abastadas, esses estudantes expressavam também, e talvez de forma mais radical, os conflitos que se apresentavam no interior do bloco dominante³⁸.

³⁵ Ibidem, p. 42.

³⁶ Ibidem, p. 45.

³⁷ Ibidem.

³⁸ MIREs, F. Op. cit, 2001, p. 414.

O que mais importa destacar, no entanto, é que, além da defesa da Revolução Cubana como tema comum e da oposição ao somozismo, esses grupos de estudantes radicais – formados na virada da década de 1950 para a de 1960, na Nicarágua –, também se notabilizaram por terem sido o foco do qual saíram alguns dos fundadores e principais líderes da FSLN. Dentre as organizações apontadas por Tomás Borge como os antecedentes mais visíveis da FSLN encontram-se as já citadas entidades estudantis JDN, JRN e JPN. Um dos aspectos que tornam a Frente Estudiantil Revolucionária um caso particular em relação aos demais grupos, por exemplo, é justamente a sua estreita ligação com a Frente Sandinista de Libertação Nacional. A simbiose que se estabeleceu entre as duas organizações foi tão grande que, além de ter servido como uma fonte de recrutamento de novos contingentes antisomozistas para a Frente, “*el FER actuaría prácticamente como la representación del FSLN entre los estudiantes*”³⁹.

Dessa forma, levando-se em conta a necessidade de se dar atenção aos vetores pelos quais passa a integração de uma cultura política, é possível afirmar que essas organizações estudantis foram, juntamente com as universidades, os primeiros canais de socialização política presentes na formação da cultura política sandinista. Atuando como polos de “difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio”⁴⁰, elas contribuíram na formação de indivíduos que se tornaram sensíveis à recepção de determinadas ideias e à adoção de certos comportamentos: como o radicalismo político, o antisomozismo, a defesa da Revolução Cubana e, posteriormente, a adesão à luta armada. Lembrando sempre que tal processo não ocorre de forma doutrinária, pois a multiplicidade dos vetores de socialização política impede que algum deles exerça uma influência exclusiva sobre o indivíduo.

Em suma, pode-se dizer, então, que o nascimento da cultura política sandinista antecedeu a própria fundação da Frente Sandinista de Libertação Nacional – ocorrida em 1961. No entanto, as respostas fornecidas por ela aos problemas e crises da sociedade na qual encontrava-se inserida, critério que para Bernstein⁴¹ marca o nascimento de uma determinada cultura política, só encontrariam uma conformação mais sólida a partir da atuação política da organização que trazia o selo sandinista em seu próprio nome.

Referências Bibliográficas

³⁹ Ibidem, p. 415.

⁴⁰ BERSTEIN, S. Op. cit, 1998, p. 357.

⁴¹ Ibidem.

AMADOR, Carlos Fonseca. “Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) a los estudiantes revolucionarios”. In: *Bajo la bandera del sandinismo*. Manágua: Editorial Nueva Nicaragua, 1981.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970”. In: FICO, C.; FERREIRA, M.; ARAUJO, M.; QUADRAT, S. (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BARAHONA PORTOCARRERO, Amaru. “Breve estudo sobre a história contemporânea da Nicarágua”. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Org.). *América Latina: história de meio século*. 3 vols. Brasília: EdUnB, 1990.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. “Culturas políticas e historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília. et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. “Os partidos”. In: Rémond, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BORGE, Tomás. *La paciente impaciencia*. Havana: Casa de las Américas, 1989.

GALEANO, Marcia Traña. “Algunas notas sobre el movimiento estudiantil nicaraguense en la primera mitad del siglo XX”. *Revista de Historia*, Manágua, n. 1, p. 97-111, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

MARTÍNEZ, Marco A. V. “La dictadura somocista: sus orígenes y asentamiento”. *Revista de Historia*, Manágua, n. 1, p. 111-31, 1990.

MIRES, Fernando. “La longa marcha del sandinismo”. In: *Las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 2001.

PALMER, Steven. “Carlos Fonseca and the Construction of Sandinismo in Nicaragua”. *Latin American Research Review*, Vol. 23, n. 1, p. 91-109, 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2503321>>. Acesso em: 9 mai. 2011.

RAMÍREZ, Sergio. *Adiós muchachos: a História da Revolução Sandinista e seus protagonistas*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaraguense*. São Paulo: Unesp, 2006.

Fundamentos Econômicos do Lulismo e o Horizonte do Desejo no Brasil Contemporâneo

Eduardo Victor Viga Beniacar

Francisco Julião Marins Bedê

Resumo: Este trabalho consiste numa contribuição às análises do sociólogo André Singer presente no texto “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo”, onde se descreve o realinhamento eleitoral ocorrido em 2006, no qual o subproletariado, que sempre se manteve distante de Lula, aderiu em bloco a sua candidatura, ao passo que a classe media se afastou dela. A explicação estaria em uma nova configuração ideológica, mistura de elementos de esquerda e de direita, onde a manutenção da estabilidade e ação distributiva do Estado, encontram-se na raiz da formação do lulismo.

A contribuição que queremos dar para a hipótese formulada por André Singer consiste em ampliar as bases explicativas do fenômeno sócio-político ali descrito a partir da reflexão da economia política, visto por nós como fundamental para pensar os fatores em questão no desencadeamento desse processo representado pelos governos Lula e propor uma contribuição teórica com base no conceito de “horizonte do desejo” desenvolvido por Wanderley Guilherme dos Santos, conceito que propomos como elemento explicativo que conflui nossos reflexões no campo da economia política com a hipótese desenvolvida por André Singer.

A reflexão com base na economia política surge e se embasa empiricamente a partir dos dados encontrados e das análises presentes em nossas distintas pesquisas que nos colocaram em contato com a necessidade de equacionar o papel de determinação política da conjuntura e dos processos econômicos em curso na sociedade brasileira, em especial o papel do setor primário e financeiro.

Eleito contrapondo-se ao governo neoliberal de FHC, Lula manteve o tripé macroeconômico que marcou a direção do BC nos anos 90. A hegemonia política do capital financeiro manteve-se nos principais fundamentos da economia brasileira. Doutro lado, os incentivos governamentais ao setor primário seguiram vigorosos. A exportação de commodities, na esteira do efeito China, tornou-se fator preponderante para o reequilíbrio da balança comercial - permitindo a formação de um Tripé Paralelo, descrito por Neri como o 'Real do Lula', essencial para a criação de um mercado de massas sem efeito inflacionário. Projeto este que se alinha com a histórica estratégia política das massas populares no Brasil tal como descritas por Wanderley Guilherme dos Santos com o conceito de horizonte do desejo,

que nos permite fundamentar a hipótese de Singer em bases mais amplas, objetivo do presente trabalho.

Introdução às Raízes do Lulismo

Uma simples análise numérica da segunda vitória eleitoral de Lula, em 2006, parece idêntica ao resultado eleitoral que o consagrou presidente da República pela primeira vez, em 2002. Os 20 milhões de votos que separaram Lula de Alckmin é praticamente a mesma quantidade de votos que o separou de Serra, quatro anos antes. Essas cifras, quase idênticas, não revelam o significado encoberto do importante realinhamento político de estratos decisivos do eleitorado a favor do candidato petista.

Com este artigo, desejamos contribuir com a hipótese de André Singer em 'Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo', reafirmando 'que a emergência do lulismo como fator político expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização. (...) achamos conveniente acrescentar a combinação de ideias que, a nosso ver, caracteriza a fração de classe que por ele seria representada: a expectativa de um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida'¹, acrescentando aquilo que a nosso ver poderia ajudar a explicar a combinação de ideias desta camada miserável da população a partir das reflexões de Wanderley Guilherme dos Santos em sua obra "Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social" e ainda lhe acrescentando, a esta hipótese, uma leitura econômica do período que amplie as bases explicativas do processo e das conjunturas em que se deram a formação das representações desta fração de classe e a emergência do lulismo.

O deslocamento da população de baixíssima renda para o eleitorado de Lula surpreendeu os articulistas sobretudo por conta do grande impacto político do escândalo que envolveu o principal articulador do governo além de muitos deputados de sua base de apoio parlamentar. Enquanto os setores com maior poder aquisitivo e instrução dos grandes centros urbanos - a 'classe média tradicional' - se distanciava do ex-líder sindicalista, milhões de

¹ SINGER, André. "Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo", *Revista Novos Estudos*, 83-102. São Paulo. CEBRAP, 2009.

miseráveis passaram a apoiá-lo como nunca haviam feito. Em 1990, o então líder oposicionista já afirmara:

A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade [...]. Nós temos amplos setores da classe média com a gente — uma parcela muito grande do funcionalismo pública, dos intelectuais, dos estudantes, do pessoal organizado em sindicatos, do chamado setor médio da classe trabalhadora.

Como afirma Singer, os eleitores de menor renda estavam identificados com uma opção que não se coloca a ordem em risco, "a esquerda era preterida em favor de uma solução pelo alto, de uma autoridade já constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade."² Como o autor deixa claro, a mesma abordagem é trabalhada em “O XVIII Brumário de Luís Bonaparte”, de Karl Marx: “a projeção de anseios em uma força previamente existente, que deriva da necessidade de ser constituído como ator político desde o alto, e típica de classes ou frações de classe que tem dificuldades estruturais para se organizar”³.

O processo em que se constituí o lulismo no universo político brasileiro, lulismo entendido como força política com a qual as camadas pauperizadas da população se identificam e acolhem como representativa de seus interesses, implica uma ampla e complexa relação de dois aspectos que, relacionados, a nosso ver constituem o cerne das bases explicativas para a compreensão desse fenômeno político: por um lado, os fundamentos infraestruturas e macro políticos a partir do qual esse fenômeno se viabiliza e, a partir daí, manifesta suas facetas para essas camadas pauperizadas, e, por outro, os fundamentos do comportamento político dessas camadas pauperizadas da população brasileira e que explicam a íntima relação que a política lulista foi capaz de estabelecer com estas. A partir desses dois eixos pretendemos contribuir para ampliar as bases explicativas da hipótese de Singer de que o lulismo constituiu a força política de representação dos interesses do subproletariado a partir da qual ele explica o resultado das eleições presidenciais de 2006.

Começamos, primeiramente, com o aspecto dos fundamentos infraestruturais e macro políticos, dos quais nossa visão a respeito foi construída a partir dos objetos de nossos referidos projetos de pesquisa, e se referem essencialmente ao papel do setor primário e do setor financeiro nesse processo da construção dos governos Lula.

Fundamentos Econômicos

² Ibidem.

³ Ibidem.

O aspecto conservador, de manutenção do *status quo* da atuação do Estado na economia, no que concerne ao governo Lula se refere, a nosso ver e de maneira central, a dois aspectos que entramos em contato a partir de nossas distintas pesquisas:

- 1) a manutenção da hegemonia dos atores ligados ao setor do agronegócio e;
- 2) a manutenção da hegemonia dos atores econômicos ligados ao setor financeiro-rentista.

Esses dois fatores constituem o cerne das bases econômicas na qual se estruturou a política do governo Lula e determinaram seu leque de atuação.

O primeiro projeto de pesquisa teve como objetivo ajudar construir um retrato das potencialidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro como um polo científico de relevância nacional. Dada a amplitude da proposta acima enunciada este projeto se concentrou, nesse momento, em mapear as pesquisas desenvolvidas na área das biotecnologias, sejam elas classificadas como verdes ou vermelhas, isto é, às (bio)tecnologias aplicadas na agricultura, e seus impactos ambientais, e àquelas utilizadas pela biomedicina, respectivamente.

Nas últimas décadas, por exemplo, poderosas empresas que participaram como protagonistas desta revolução tecnológica – Monsanto, Novartis, DuPont e Aventis – decidiram se desfazer ou diminuir significativamente suas divisões químicas para se concentrarem majoritariamente em pesquisas, tecnologias e produtos com base genética.⁴ Ao propor um olhar sobre a RMRJ a questão que se coloca é: como essas tendências de investimento nas chamadas novas tecnologias, sobretudo nas biotecnologias, se expressam no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil?

Nesse contexto, as patentes em biotecnologia constituíram fator fundamental para o desenvolvimento dos setores da economia que investiram nesta seara.

Is it not too great an exaggeration to say that without patents the biotechnology industry as we know it, with all its revolutionary economic and social potential, could not have come into being. Especially in the United States, patents played a foundational role in the development of the biotechnology industry at several levels⁵.

⁴ RIFKIN, Jeremy. *O Século da Biotecnologia*. São Paulo: Makron Books, 1999.

⁵ JASANOFF, Sheila. *Designs on Nature: science and democracy in Europe and United States*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

O Projeto de Lei que se transformou na nova norma brasileira de patentes que estendia a possibilidade do monopólio a organismo geneticamente modificados, aprovada em 1996, entrou na agenda da política nacional a partir da pressão do Departamento de Estado Norte-Americano.

Para dominar o mercado emergente, o mercado de patentes se tornava crucial. Assim, em 1987, atendendo a um pedido da indústria farmacêutica americana, Washington conclamou a Brasília a reconsiderar a legislação de patentes; mas como prevaleceu a inércia e surgiram resistências, no ano seguinte os Estados Unidos impuseram sanções comerciais às exportações brasileiras, que duraram até que a administração Collor prometeu fazer aprovar um Código de Propriedade Industrial Adequado, em 1989⁶.

Como nos relata Laymert Garcia dos Santos, a proposta governamental sobre uma nova lei de patentes permissiva às ‘tecnologias da vida’, de 1996, dividiu o Congresso Nacional em dois blocos. De um lado, os políticos de centro direita e os industriais, assim como o PFL, a Câmara Americana de Comércio de São Paulo, e a embaixada americana apoiaram o texto de Ney Lopes, que teria sido escrito a quatro mãos, com a contribuição fundamental de pesquisadores da Interfarma⁷. De outro lado, se consolidou a coalizão da “Emenda da Salvação Nacional”, formada pelos tradicionais partidos oposicionistas de esquerda e centro-esquerda (PT, PSB, PCdoB e PDT) em aliança incomum com os conservadores da União Democrática Ruralista – principal representante do setor primário brasileiro.

A estranha coalizão entre as forças de esquerda - que queriam barrar aquilo que o próprio ‘Financial Times’ chamou de ‘A Derradeira Privatização’ – e os ruralistas da UDR (parte da base de sustentação parlamentar de FHC) – que se propunham a defender a vida, em sentido religioso – foi capaz de derrotar parte da proposta governista, restringindo o patenteamento de biotecnologias a microrganismos, o que frustrou as expectativas da indústria farmacêutica norte-americana, mas manteve intactos os interesses do agronegócio local.

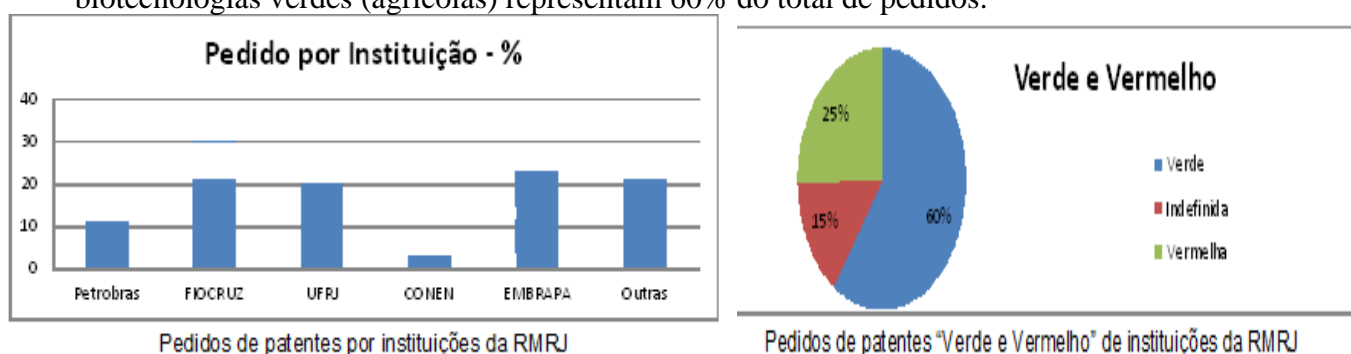
Ao ser eleito em 2002, Lula – que prometia ‘fazer a Reforma Agrária com uma canetada’ - ainda assustava os representantes do agronegócio, que se mantiveram formalmente, via de regra, fora do governo Lula até 2005. Entretanto, sua pujança econômica o impunha políticas. O ministério de Ciência e Tecnologia, por exemplo, que foi ocupado por dois expoentes representantes do setor industrial – Roberto Amaral e Eduardo Campos,

⁶ SANTOS, 2003.

⁷ REBELO, 1992.

ambos do PSB – foi responsável pela aprovação de legislação (no âmbito específico das biotecnologias) que beneficiou o setor agroexportador, como as Leis de 2003 e 2004 que dispunham sobre normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada – que sofreram forte oposição dos movimentos sociais do campo, tradicionais aliados de Lula e do PT.

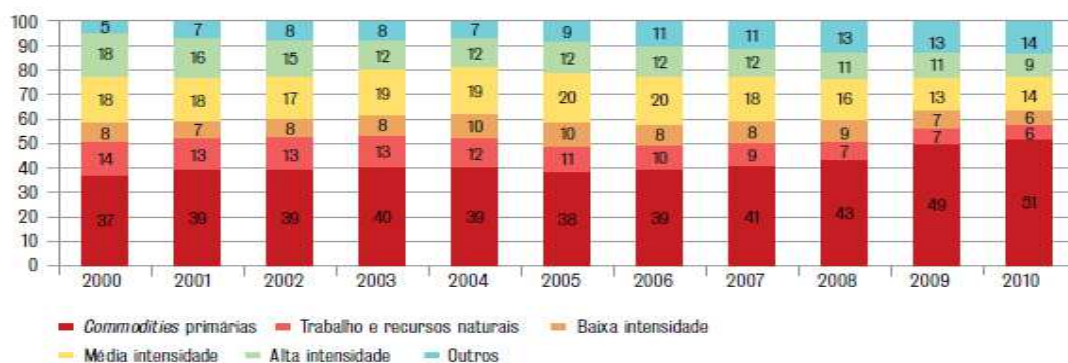
Assim como no contexto econômico mais amplo, os dados coletados nesta pesquisa sobre as biotecnologias também indicam o avanço comercial do agronegócio. A Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas, é a recordista de pedidos de patentes, e as biotecnologias verdes (agrícolas) representam 60% do total de pedidos.



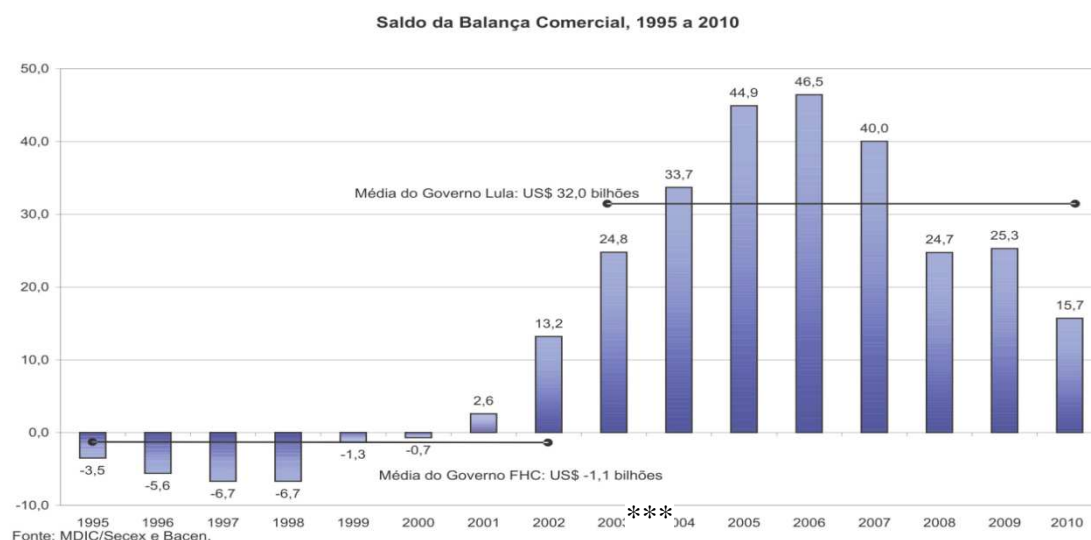
A hegemonia política do setor agrário, que sequer dependeu de espaço no início do governo Lula – ao menos não no caso do Ministério de Ciência e Tecnologia – se deu por conta de sua própria força econômica, impulsionada pelo efeito da demanda chinesa aos produtos agrícolas brasileiros. Como já é sabido, a exportação de *commodities* foi capaz de virar a balança comercial brasileira nos últimos anos.

O saldo da balança comercial promoveu, per si, um ajuste no câmbio que, apesar de prejudicial à indústria, tornou possíveis a grande importação de produtos chineses manufaturados, além da expansão do crédito, dos programas sociais e do aumento real do salário mínimo - o 'Real do Lula', segundo Marcelo Neri – sem grandes impactos inflacionários.

Gráfico 2: Participação dos diferentes grupos de produtos, segundo intensidade tecnológica, nas exportações brasileiras (2000 a 2010) (Em %)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC). Elaboração dos autores.
Obs.: Classificação por intensidade tecnológica feita com base na metodologia disponível em UNCTAD (2002).



O segundo projeto de pesquisa teve como objetivo fundamentar a assertiva de Luiz Carlos Bresser Pereira⁸ de que a política macroeconômica brasileira, a partir do plano Real, sofreu um processo de captura por uma coalização política financeiro-rentista que se beneficia, dentre outros fatores importantes, centralmente dos juros altos e do câmbio sobrevalorizado.

A contribuição para essa hipótese efetuada pelo projeto de pesquisa consistia em embasá-la em termos empíricos e construir sua fundamentação teórica a partir da teoria da captura, corrente teórica inserida no tradicional quadro das teorias pluralistas em ciência política americana, que avalia que os grupos de interesse buscam capturar o processo decisório do Estado no sentido de gerar políticas públicas que lhe beneficiem⁹.

A análise de dados que corroboram essa hipótese podem ser observados através da análise institucional, tanto da formação das instituições quanto de sua atuação, e da análise do comportamento dos grupos de interesse que buscam influir, dentre outras coisas, na formulação da política das instituições¹⁰, no caso dos grupos de interesse do sistema financeiro, essencialmente o Banco Central do Brasil (BCB) e o Tesouro Nacional (TN). Segue abaixo tabela que sistematiza dados empíricos que corroboram a hipótese da captura da política macroeconômica por uma coalizão financeiro-rentista:

Tabela de dados empíricos sobre a captura do BCB e do TN por grupos financeiros

⁸ BRESSER PEREIRA, L. C. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.

⁹ Ibidem.

¹⁰ IANONI, Marcus. "Relações com Investidores: Um Objeto de Estudo em Relações Internacionais". *Data Venia*, v. 23, p. 2-8, 2008.

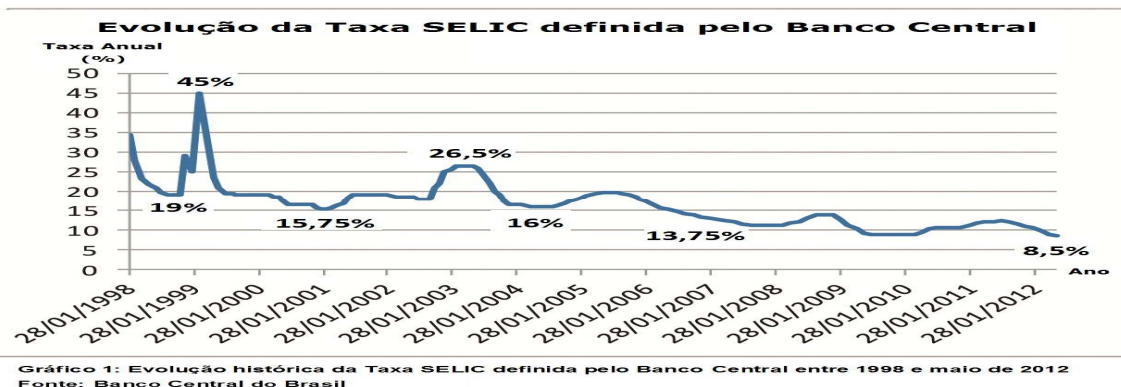
Indicadores Econômicos	Instituições Econômicas e Jurídicas e Gestão Pública	Instituições Políticas e Política Competitiva
Crescimento dívida pública/PIB (1995-2003); caiu depois, mas segue superior a período pré-estabilização (1991-94)	Insulamento burocrático e composição minimalista do CMN <i>vis-à-vis</i> aproximação institucional entre BCB e grupos financeiros	Delegação de poderes do Congresso Nacional (CN) ao CMN e ao BCB – e.g. Lei 9.069/1995 e Emenda Constitucional 40/2003
Volumosa arrecadação de superávit primário, sobretudo desde 1999	Centralização da autoridade monetária no BCB	Demais medidas legislativas de interesse do capital financeiro no CN, e.g. Lei Complementar 109/2001 (previdência privada)
Elevação da carga tributária (1993-2007)	Vínculos profissionais duplos da alta burocracia do BCB (migram do setor público para privado e vice-versa)	Padrão de <i>accountability</i> de política monetária atualmente existente
Tendência de sobrevalorização do real (desde 1994)	Vínculos do FMI com as autoridades monetária, cambial e fiscal brasileiras	Participação do capital financeiro no financiamento de campanhas eleitorais
Elevada taxa básica de juros desde 1994	Política regulatória do BCB e da CVM; abertura do setor bancário ao capital estrangeiro, e.g.	Presença dos grupos financeiros no CN e nos partidos
Elevados <i>spreads</i> e tarifas bancárias	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer)	Enfoque que grande mídia (ator relevante do sistema político) dá desequilíbrio fiscal, não o relacionando aos juros elevados ¹¹
Concentração bancária	Agências de RI (BCB, TN e CVM) e análise de outras agências do BCB e do Ministério da Fazenda	
Aumento dos lucros dos bancos x baixa arrecadação tributária das entidades financeiras	Programa <i>Best</i>	
Forte aumento da renda das empresas financeiras <i>vis-à-vis</i> as não-financeiras	Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)	
Elevação da participação do setor financeiro no PIB	Alterações no Código de Processo Civil	
Crescimento dos milionários no Brasil	Nova lei das Sociedades Anônimas	
Lucro financeiro de empresas do setor produtivo maior que o operacional	Lei da lavagem de dinheiro	

Avaliamos que esse processo de manutenção da situação de captura da formulação das políticas públicas em diversos âmbitos por uma coalização financeiro-rentista foi mantida durante os governos Lula e a compreensão desse fator é essencial para analisar a viabilização do lulismo como política que beneficie a camada que Singer qualifica de "sub-proletariado" sem que abandone uma postura conservadora, ou seja, que não rompa com o *status quo* da configuração política anterior e não apresente uma postura conflitiva.

O setor financeiro no Brasil, e no mundo como um todo, apresenta crescente penetração nos processos econômicos, crescente volume de capitais e, conseqüentemente, crescente influência política. A hegemonia das políticas neoliberais financistas se consolidou a partir da política implementado nos governos FHC a partir das bases do Plano Real. Essas políticas acarretaram fatores centrais na compreensão de que favorecerem os interesses dos grupos financeiros e, através da observação desses fatores, podemos observar que eles estão plenamente presentes durante a chamada Era Lula.

Esses fatores da política macroeconômica capturada por interesses financeiros-rentistas, que Luiz Carlos Bresser Pereira nomeia de “macroeconomia da estagnação”¹², apresentam três preços macroeconômicos que definem esse modelo - a inflação, a taxa de juros e a taxa de câmbio – e apresentam, respectivamente, o seguinte comportamento: 1) taxa de inflação baixa, 2) taxa de juros de curto prazo elevada e 3) taxa de câmbio sobrevalorizada.

Observemos, primeiramente, a questão dos juros elevados no gráfico abaixo. Atente-se ao fato que, apesar da queda consistente da taxa Selic também a partir de 2003, esses números representam, ao longo dos dois governos Lula, a maior taxa de juros real do mundo.



¹² BRESSER PEREIRA, L. C. Op. cit, 2007.

Observe agora no gráfico abaixo a constante de câmbio valorizada a partir do Plano Real que se mantém ao longo de 2003 a 2010:



Podemos observar claramente, através dos dados macroeconômicos, que os governos Lula mantiveram, ao longo de toda a sua trajetória, políticas que geram esse comportamento dos preços macroeconômicos. Esse processo de corroboração da hegemonia neoliberal na formulação das políticas públicas monetárias e em boa parte do que, no sentido lato, se pode chamar de macroeconomia, constitui importante fator político na compreensão lulismo em dois aspectos: 1) foi essencial no sentido de garantir uma postura não conflitiva, ou seja, para se constituir como uma política que não representa ameaça para a ordem em decorrência da hegemonia das ideologias neoliberais e do amplo poder dos grupos econômicos constituintes do setor financeiro (fator central para uma política que represente a política do "subproletariado" segundo a hipótese de André Singer); e 2) foi essencial no sentido de compreender sobre que condicionantes e sobre que processo econômico o lulismo efetuou suas políticas, visualizando-se assim suas possibilidades e seus limites.

O horizonte do desejo no Brasil contemporâneo

A hipótese de André Singer para o comportamento político da camada social nomeada por ele como subproletariado se baseia na avaliação de que esse subproletariado anseia por dois princípios centrais em sua busca de representação política: ganhos reais e manutenção da estabilidade.

Na visão desse trabalho, contribui-se para a ampliação da análise explicativa desse comportamento político abordado por André Singer através da abordagem da questão proposta por Wanderley Guilherme dos Santos através da hipótese explicativa centrada na noção de horizonte do desejo (reflexão apresentada, como dito anteriormente, no seu livro "Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social", escrito em 2006)

A reflexão de Wanderley busca responder o seguinte questionamento: a sociedade brasileira passou por dois extraordinários processos de transformação ao longo do século XX, sendo um deles o acelerado crescimento econômico e ebulição da divisão social do trabalho e sendo o outro um processo político, processo de transformação de habitantes em eleitores a partir da segunda metade do século passado realizado em escalas e velocidades sem precedentes na história dos sistemas representativos. Sendo assim, como explicar que, não obstante essas transformações, a sociedade brasileira manteve enormes parcelas da população em condições de pobreza e miserabilidade, além da estável manutenção de enormes taxa e variedade de desigualdades? Por que a manutenção dessas condições não gerou movimentos de amplas reivindicações ou revoltas? Por que, até então, o Brasil salvo raros momentos não foi capaz de levar a cabo um processo de crescimento econômico acompanhado de distribuição dos ganhos e redução das desigualdades?

A partir desses questionamentos, Wanderley Guilherme dos Santos busca explicar esse cenário a partir da compreensão do comportamento político das massas de despossuídos e desfavorecidos. Começamos então, a partir de agora, a expor às elaborações do autor que a nosso ver contribuem para a reflexão da temática presente na hipótese de Singer. A exposição dessas reflexões passa por três pontos: 1) a questão da privação relativa (em sua relação com o horizonte do desejo); 2) a questão da inércia social e dos custos da ação coletiva; 3) a questão do conservadorismo em função do *status quo* e sua relação com o processo eleitoral.

Em sua obra, o autor rejeita e combate a visão hobessiana de que o desejo dos indivíduos seja, em qualquer momento e sob quaisquer circunstâncias, sempre insatisfeito. Ao contrário, parte da noção de que existe um limiar de ambição possessiva mensurável que constituiria a representação social do que seriam condições boas e satisfatórias (para corroborar essa visão no que tange ao caso brasileiro, o autor demonstra pesquisas de opinião do IBGE a respeito do que seriam boas condições de vida segundo os entrevistados. Ouve espantosa consensualidade entre todos os extratos de renda sobre qual nível de renda constituiria uma situação ruim e sobre qual nível de renda constituiria uma situação satisfatória). E é com base nessa avaliação não-hobessiana que será pensada a noção de privação relativa, a distância entre as condições objetivas de vida e aquilo que se aspira possuir por mérito ou direito (horizonte do desejo), e suas bases para o comportamento político dos despossuídos.

Assumindo uma hipótese tocquevilliana, Wanderley Guilherme dos Santos assume que, enquanto a acumulação capitalista introduzir ganhos no topo da pirâmide e estagnação na

base durante longo período, então não é esperável efervescência social reivindicatória porque o horizonte temporal do desejo (aquilo que se deseja e que se considera possível obter num futuro relativamente próximo) das bases permanecerá estagnado. No entanto, se os acréscimos de riqueza forem mais equanimemente distribuídos entre as bases, aí sim, paradoxalmente haverá movimentação no horizonte temporal do desejo. Esse movimento tende a se deslocar da curva de acréscimos do presente e ganhar velocidade e dinâmica própria, ou seja, com ganhos reais para as massas após longo período de estagnação gera-se aceleração do horizonte do desejo de forma mais veloz que os ganhos e, conseqüentemente, gera-se insatisfação e estímulo reivindicatório.

É para a explicação dessas representações das "ambições possíveis" que o autor considera como essenciais os conceitos de inércia social e custos do fracasso da ação coletiva. Em outros termos, considera-se então essencial estabelecer a relação entre as aspirações humanas (e seus efeitos políticos) e as bases materiais.

No que concerne à noção de inércia social, define-se como a capacidade que a interação e o desenvolvimento das massas sociais, das resultantes das múltiplas relações sociais, possuem de oferecer resistência às tentativas de alteração e mudança. Quanto maior for a amplitude e a profundidade dos agregados em questão, maior será a necessidade de amplitude e força das ações para que ela tenha efeito socialmente relevante. No caso brasileiro, o autor assiná-la, através da análise da comparação entre valores relativos de diversos momentos da sociedade brasileira, que processos como as diversas desigualdades (de renda, de raça, de gênero...) e a massificação da pobreza estão atrelados a poderosas forças inerciais.

É sobre esse fator da inércia social que se analisa a questão dos custos do fracasso da ação coletiva, nas palavras do próprio autor: "É que a ação coletiva, para ser efetivada e notada, necessita de vencer o obstáculo da inércia natural das sociedades, as quais, quanto mais complexas, maior efeito multiplicador produzem nos custos de organizar ações coletivas".

Compreende-se então a questão dos custos do fracasso das ações coletivas a partir da noção da "manutenção do *status quo*". Wanderley Guilherme dos Santos avalia que, com o desenvolvimento das forças produtivas e a complexificação da sociedade, aquilo que se chama "Estado mínimo conservador" (a política de um governo que somente interfere para manter as coisas como estão, um governo que não governa a não ser na medida de garantir a regulação que impeça que a sociedade sofra em excesso efeitos de externalidade conseqüente

das relações dadas. Simplificadamente, um governo que não haja a não ser no sentido de permitir a reprodução da acumulação nas bases até então dadas) tornou-se um "Estado enorme", na medida em que a complexidade da sociedade torna os custos da manutenção do *status quo* extremamente elevados. O autor avalia também que: "Países em desenvolvimento e com maiúsculos desequilíbrios sociais enfrentam em grau superlativo o problema da manutenção do *status quo*". Precisamente porque são países em sua maioria deficitários em proporcionalidades sociais, o mero custo de evitar a deterioração do *status quo* é relevantemente bem mais elevado que nos países ricos. "Ou seja, subdesenvolvimento e profundas desigualdades sociais apresentam para as populações carentes um perigo constante de piora nas suas condições de vida". Tendo em vista sua situação material, a piora das condições atuais de vida (a deterioração do *status quo*) constitui um perigo enorme para essas camadas miserabilizadas, não possuindo elas condições de arcar com o risco de mínimas perdas, constituindo-se assim um comportamento político extremamente refratário a qualquer política que pareça oferecer riscos de instabilidades. Um conservadorismo que emana dos enormes custos de se manter as atuais bases sociais e econômicas de acumulação nos países tal como vinham ocorrendo, um conservadorismo decorrente do enorme custo da reprodução do *status quo*.

Têm-se então os elementos da compreensão de um comportamento eleitoral seguindo o raciocínio do autor com base na questão da manutenção do *status quo* e do custo do fracasso da ação coletiva, revelando o papel central exercido pela democratização e a inclusão eleitoral: a participação político-eleitoral é a única ação política de fato que as massas despossuídas podem executar com custo de participação relativamente nulo e sem riscos de deterioração do *status quo*. Sendo que a participação política possibilidades de retaliação, de quatro em quatro anos pode-se rejeitar candidatos e aderir a outras candidaturas.

Parte-se agora então para a relação dessas análises teóricas com as reflexões de André Singer quanto ao lulismo e o subproletariado. Entende-se então, a partir das elaborações de Wanderley, que a busca do subproletariado brasileiro por uma representação política que apresente possibilidades de ganhos reais sem ameaças a manutenção da ordem como uma estratégia política extremamente coerente com sua situação perante o panorama social brasileiro. Os miseráveis possuem extrema aversão a qualquer sinalização de possíveis instabilidades porque não podem arcar com o risco da deterioração do *status quo*, não somente apesar da situação nefasta desse *status quo*, mas justamente em função do nível de

precariedades dessa situação. Não podem arriscar que piore, pois as consequências seriam devastadoras.

Bonaparte é a figura política que dá voz e vez aos anseios das massas subproletárias por melhorias nas condições materiais de vida, sem os custos de um possível fracasso da ação coletiva organizada reivindicatória de seus próprios interesses. A voz rouca em sentenças mal conjugadas de um nordestino torna ainda mais sólida a face da liderança que realiza e amplia o horizonte do desejo das camadas miseráveis da população brasileira - sem com isso por em risco a ordem estabelecida e o miserável - subalterno e vulnerável - *status quo* desses milhões de famélicos. Em suma, o subproletariado busca então a alteração positiva do *status quo* que não apresente riscos para a deterioração desse próprio *status quo*.

A partir dessas reflexões compreende-se, a nosso ver, de forma mais aprofundada a política estabelecida pelo lulismo. O lulismo é, por definição, a direção política a partir dos interesses das bases pauperizadas não obstante seu caráter conservador, mas, acima de tudo, com devido ao seu caráter conservador, pois, até então na história brasileira, foi à política que realizou de forma mais ampliada e consistente o duplo processo de manutenção do *status quo* da acumulação e a alteração do mesmo a partir da alteração das precariedades sociais e econômicas desse *status quo* e a consequente redução dos custos de sua manutenção, abrindo assim espaço para maior ação na redução da precariedade da manutenção do *status quo* (a partir do espaço aberto pela redução dos custos de sua manutenção e a partir das possibilidades abertas pelos pactos conservadores de manutenção dessas bases de acumulação) e maior alteração das bases do mesmo...

Seguindo essa linha de raciocínio por nós estabelecido, concluímos que a força política denominada lulismo se comporta no sentido de se vincular a realização do horizonte do desejo, acelerado a partir do surgimento de um período de ganhos e possibilidades reais de melhoras num futuro próximo, das massas despossuídas e que realiza vínculos políticos e acordos sempre no sentido de não oferecer risco ao sentido político de manutenção da ordem. Da mesma forma, só contraria os vínculos estabelecidos e os acordos políticos firmados na medida em que esse rompimento não representa mais perigo para seu estatuto de política capaz de assegurar a estabilidade.

Observa-se essa linha de forma bastante clara a partir das sinalizações governo Dilma (que, a nosso ver, insere-se no universo da forma política do lulismo). As mudanças na política monetaristas e o embate com os interesses até então consolidados dos bancos só se realizam na medida em que: 1) se faz necessário o embate na medida em que não seria

possível continuar reiterando o horizonte do desejo das massas pauperizadas ascendente sem que se se contraria o modelo financista até então dado (em função das crise econômica mundial, da queda do valor das commodities e de um esgotamento relativo dos efeitos econômicos das medidas redistributivas) e 2) esse enfrentamento agora não representa, em função de novas configurações de hegemonia das linhas políticas, perigo para o estatuto de "garantidor da estabilidade e da ordem" que a política lulista busca assumir perante a sociedade, em especial, perante o subproletariado e a "nova classe média" derivada da ascensão de subproletariado a partir das políticas lulistas.

Estabelecida à análise do quadro, como pensar então as possibilidades e as possíveis consequências do lulismo como direcionamento político?

A nosso ver, o lulismo como cria, a partir de bases conservadoras, efeitos que podem ter como consequência o rompimento com a inércia da aceitação das bases sócio-políticas nacionais, efeitos esses desencadeados a partir da alteração das bases do processo de acumulação brasileiro. Seguindo a linha da hipótese tocquevilliana de Wanderley Guilherme dos Santos, tendo as políticas de ganhos para as camadas precarizadas atingido certo ponto de superação da inércia social, o horizonte do desejo da população poderá acelerar-se com desencadeamento da intensificação dos sentimentos de privação relativa. Com a alteração das condições que tornam os custos do fracasso ação coletiva tão nefastos, a necessidade de representação política exterior dos anseios teria seus efeitos diluídos, abrindo-se assim a possibilidade de construir ações reivindicatórias como forma de ter seus interesses atendidos.

O lulismo, essa força que se constrói e se viabiliza com base na pactuação com diversas das políticas conservadoras de longa data da sociedade brasileira, a partir dos processos socioeconômicos desencadeados pelas políticas que lhe são próprias poderia gerar as sementes de rompimento com essas fundações conservadoras reproduzidas de longa data pela inércia social e pelo resultado das disputas sócio-políticas na sociedade brasileira.

Através da pactuação com aspectos de um horizonte político de longa data conhecido, efeitos desencadeados pelo lulismo podem ser a superação de um quadro de desejo de horizonte por um quadro de horizonte do desejo cujos anseios ultrapassem as possibilidades oferecidas pelos fundamentos dos lapsos de modernização conservadora característica de nossa trajetória política.

Referências Bibliográficas

BRESSER PEREIRA, L. C. *Economia Brasileira, Uma Introdução Crítica*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

_____. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.

IANONI, Marcus. “Relações com Investidores: Um Objeto de Estudo em Relações Internacionais”. *Data Venia*, v. 23, p. 2-8, 2008.

MARX, KARL. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JASANOFF, Sheila. *Designs on Nature: science and democracy in Europe and United States*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

SINGER, André. “Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo”. *Revista Novos Estudos*, 83-102. São Paulo. CEBRAP. 2009.

SANTOS, Laymert Garcia dos. “A Informação após a virada tecnológica”. In: Laymert Garcia dos Santos... [et. al.] *Revolução tecnológica, internet e socialismo*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção Socialismo em Discussão).

_____. *Politizar as novas tecnologias – o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Horizonte do Desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIFKIN, Jeremy. *O Século da Biotecnologia*. São Paulo: Makron Books, 1999.

Quando parecer tolerante é um imperativo político: o plano expedicionário britânico para a África Ocidental em 1841

*Érika Melek Delgado**

Resumo: A Europa em meados do século XVIII começava a patrocinar iniciativas que incitavam viagens privadas ao interior do continente africano. A história natural emergia, como uma estrutura de conhecimento, e havia o impulso à exploração continental em oposição à marítima. Uma nova etapa do capitalismo marcou a busca por matérias primas, como também a tentativa de expandir o comércio costeiro para o interior, e a direção de olhares imperialistas aos territórios ultramarinos. Uma nova forma de se perceber o planeta começava a emergir. Dentro dessa nova “consciência planetária”, como denominado por Mary Pratt autora de *Os olhos do império*, a segunda metade do século XVIII traz à tona um novo catalisador de energias e de alianças entre as elites comerciais e intelectuais por toda a Europa: a expedição científica.

O objetivo desta comunicação é apresentar parte das primeiras reflexões de minha dissertação. Pretendo refletir sobre o plano expedicionário da Primeira Expedição Oficial Britânica de 1841-1842 ao interior do Delta do Níger, conhecida como *The Niger Expedition*, patrocinada pela *African Civilization Society* e pela Coroa Britânica teve como bandeira o humanitarismo inglês. Concebida com a ideia de negociar tratados de abolição com cada um dos governantes do oeste africano, o plano seria fazer com que tais governantes renunciassem ao tráfico de escravos e permitissem o estabelecimento de assentamentos britânicos em suas terras para desenvolver e incentivar a “exploração legítima” de produtos para preencher o vácuo deixado pela abolição do comércio escravo.

O que trago hoje são questões relativas à análise de um corpo de fontes que denomino como oficial. Cartas oficiais trocadas entre um parlamentar e organizador da expedição por parte da Coroa, John Russell, futuro primeiro ministro inglês, e os quatro escudeiros reais que encabeçaram o empreendimento. Por entender que neste documento se expressam tão fortemente intencionalidades, desejos, opiniões e preceitos da Coroa, que selecionei como ilustração da política de poder britânica para África Ocidental no período pré-colonial. A apresentação de um planejamento bastante sistemático, como apresentarei, é o que diferencia a Expedição de 1841 das demais patrocinadas apenas por interesses privados. A Coroa ia até a África, com uma bandeira humanitária e acordos não tão humanos assim.

Expedições europeias ao longo do século XIX destinavam-se há vários territórios do globo, botânicos franceses chegavam ao Brasil, geógrafos alemães passavam por toda a América, capitães do governo belga atravessam a África Central e postos coloniais ingleses se fortificavam na Austrália e Índia. Dentro desse século de descobertas, afirmações e imposições que ocorreu a Primeira Expedição Oficial Britânica para o Delta do rio Níger em 1841-1842, também conhecida como *Niger Expedition*. Particular por ser a primeira expedição financiada pela Coroa Inglesa, *The Niger Expedition*, tinha como ideal básico enfraquecer o comércio de escravos, principalmente como um recurso no interior do continente africano, pelo estabelecimento de um modelo de fazenda sob supervisão e proteção europeia.

A expedição deixou a Inglaterra no mês de abril do ano de 1841, com fortes esperanças. Os navios a vapor, fornecidos pelo governo britânico, foram especialmente construídos sob o comando de experientes oficiais navais. A *African Civilization Society*, fundada em 1840, forneceu os equipamentos científicos. A *Church Missionary Society* enviou representantes para fazer um reconhecimento missionário. E por fim, uma associação privada especializada em questões agrícolas ficou com a responsabilidade de criar os modelos das fazendas.

Todavia, a expedição oficial que contou com cerca de três navios a vapor: *Albert*, *Wilberforce* e *Soudan* foi considerada um verdadeiro fracasso, principalmente por causa da alta taxa de mortalidade entre os europeus, dos quais mais de um terço morreram, principalmente de malária. Além desses problemas em terreno africano, a expedição também foi comprometida pela mudança de governo na Grã-Bretanha em 1841: enquanto o governo Whig¹ de Lord Melbourne havia assumido o projeto na esperança de fortalecer sua posição parlamentar, atraindo o suporte do lobby anti-escravidão, o novo governo conservador de Sir Robert Peel esteve menos dispostos a incorrer em responsabilidades políticas e militares que ameaçavam se envolver.

Este artigo pretende focar no período de negociações que originaram a expedição, momento o qual o humanitarismo inglês se encontrava com mais forças nos braços do

¹ Partido político britânico.

governo. Documentos oficiais destinados aos comissários da expedição, como as cartas enviadas pelo parlamentar John Russell aos quatro escudeiros reais que encabeçam o empreendimento de 1841, trazem o plano político e expedicionário inglês para o interior da África Ocidental. Esse tipo de documentação deu aos capitães os rumos primeiros desta expedição, cujo processo de configuração será abordado a seguir.

O documento analisado consiste em uma carta enviada, datada de 15 de setembro de 1840, aos quatro comissários reais: Henry Dundas Trotter, escudeiro real e capitão da Royal Navy, Willian Allen e Bird Allen escudeiros reais e comandantes da Royal Navy, e Willian Cook, escudeiro real. Ao começarem a escolha de quem seria o capitão que conduziria a expedição, Thomas Foxwell Buxton, seu maior idealizador e porta-voz da causa abolicionista na Inglaterra, escreveu para o Capitão Trotter, um homem jovem com 37 anos e com conexões com a aristocracia inglesa, distinto por seus conhecimentos de alguns territórios do globo, mas especialmente pelos quatro anos de experiência no Esquadrão Africano. O segundo homem selecionado foi do comandante Willian Allen, uma óbvia escolha por ser o único oficial naval com experiência de navegação no Níger. Como comissário civilizador, William Cook foi percebido como bem qualificado. São a esses quatro endereçadas cartas assinadas por John Russell, mas em nome da Sua Majestade Rainha Vitória. A primeira carta endereçada aos quatro, em nome da rainha Vitória, inicia felicitando os comissários reais que irão para África com lealdade, integridade e habilidade para representá-la. Por entender que neste documento se expressam tão fortemente intencionalidades, desejos, opiniões e preceitos da Coroa, que o mesmo foi selecionado como ilustração das possibilidades interpretativas que se abrem no trabalho documental desenvolvido.

Deste modo, percebesse que as prescrições e o planejamento Real explícito em cada etapa do avanço europeu no continente africano, presentes na carta de Russel, realmente delinearam o processo expedicional, não apenas determinando trajetos, mas também colocando quais questões deveriam ter maior ou menor relevância ao longo do caminho. E é este planejamento tão sistemático, como veremos adiante, que diferencia a expedição de 1841 das demais patrocinadas apenas por interesses privados.

A Europa em meados do século XVIII começava a patrocinar iniciativas que incitavam viagens privadas ao interior do continente africano. Como Mary Pratt defende em seu livro *Os olhos do império* (1999), havia uma emergência da história natural, como uma estrutura de conhecimento, e o impulso à exploração continental, em oposição à marítima. Para a autora foram estas iniciativas que promoveram uma mudança no modo de se perceber o

planeta. Uma nova etapa do capitalismo marcou a busca por matérias primas, como também a tentativa de expandir o comércio costeiro para o interior, e direcionou os “primeiros” olhares imperialistas aos territórios ultramarinos.

Dentro de uma nova “consciência planetária”, como Mary Pratt denomina, a segunda metade do século XVIII traz à tona um novo catalisador de energias e de alianças entre as elites comerciais e intelectuais por toda a Europa: a expedição científica. Não se restringindo às elites, a importância dada pelas expedições científicas foi de intenso interesse público, que produziu um dos “mais poderosos aparatos ideológicos e de idealização, por meio dos quais os cidadãos europeus se relacionaram com outras partes do mundo”²: os relatos de viagem.

As expedições científicas britânicas tiveram um relativo aprimoramento do final do século XVIII até meados de 1830, e todas praticamente com o mesmo objetivo: mapear a África Ocidental. O desenvolvimento cartográfico é um exemplo palpável da evolução do olhar europeu para África. De acordo com Jeffrey Stone, em seu artigo *Imperialism, colonialism and cartography*, as circunstâncias metodológicas críticas para o mapeamento da África, desde sua pré-colonial cartografia, que trouxe o conceito de Ptolomeu e suas pesquisas sobre o Nilo, até quatro séculos depois, com cartógrafos europeus e sua sede de conhecimento sobre o território africano, não impediram a disseminação de um impulso comercial por estas publicações na Europa. Porém, o autor enfatiza a necessidade de perceber as diferenças de significado da produção cartográfica de cada período. Para a segunda metade do século XIX é preciso perceber que,

Imperialismo europeu na África é caracterizado pelo internacionalismo colaborativo e continuidade histórica, ao passo que o colonialismo foi uma relativa e breve afirmação competitiva do nacionalismo europeu. A diferença é de grande importância para a compreensão da evolução cartográfica da África³.

As associações e sociedades de interesses privados tiveram um papel fundamental nesta saga. Foram o motor propulsor de intensas viagens ao interior da África. Cabe ressaltar que, tais associações eram formadas por elites que em grande parte estavam ligadas à questão da abolição do tráfico de escravos. A descoberta da foz do rio Níger, pelos irmãos Richard e John Lander no ano de 1832, foi um dos maiores resultados alcançados desde o início das expedições britânicas.

² PRATT, Mary. *Os Olhos do Império*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 53.

³ STONE, Jeffrey C. “Imperialism, colonialism and cartography”. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 13, 1, 1988, p. 58.

As configurações da primeira expedição oficial britânica começaram em meados do ano de 1837, quando seu mentor, Thomas Foxwell Buxton, iniciou uma campanha mobilizadora propondo ações mais efetivas para o fim do comércio ilegal de escravos via Atlântico. Howard Temperley demonstra em seu livro *White Dreams Black Africa: The antislavery Expedition to the Niger 1841-1842* (1991) que a saída da Grã-Bretanha do comércio de escravos e posteriormente a tentativa de supressão do mesmo, não foi tão eficiente quanto esperado:

Como muitos haviam alertado na época, o efeito da retirada da Grã-Bretanha foi criar um vácuo, que os outros se apressaram em preencher. Suas tentativas subseqüentes para suprimir o comércio por meio de tratados navais, apenas exacerbou o problema, transformando um tráfico legítimo em um clandestino.⁴
tradução livre

Thomas Foxwell Buxton declarava que as atitudes oficiais inglesas para o controle do tráfico na costa ocidental africana foram bastante ineficientes, em uma conversa com seu cunhado, banqueiro e também participante da *African Civilization Society*, Samuel Gurney, exclamou:

Você acredita que o tráfico de escravos é agora o dobro do que era quando Wilberforce começou, que e os seus horrores não apenas agravaram pelo aumento total, mas em cada caso particular, são muito maiores do que eram em 1788?⁵
tradução livre

A Primeira Expedição Oficial Britânica para a África Ocidental, *The Niger Expedition*, patrocinada pela *African Civilization Society* e pela Coroa Britânica, teve como bandeira o humanitarismo inglês. Ela foi concebida com a ideia de negociar tratados de abolição com cada um dos governantes da oeste africano. Os governantes deviam renunciar ao tráfico de escravos e permitir o estabelecimento de assentamentos britânicos em suas terras para desenvolver e incentivar a exportação legítima de produtos para preencher o vácuo deixado pela abolição do comércio escravo. Buxton e outros abolicionistas viam esta como a única possibilidade de acabar definitivamente com o tráfico para a América, secando a fonte produtora, proibindo o comércio de escravos no interior do continente.

⁴ “As many had warned at the time, the effect of Britain’s withdrawal had been to create a vacuum which others had hastened to fill. Her subsequent attempts to suppress the trade by means of naval treaties had merely exacerbated the problem by turning a legitimate traffic into a clandestine one.” In: TEMPERLY, Howard. *White Dreams, Black Africa: the British and slavery expedition to the river Niger, 1841-1842*. Londres: Yale University Press, 1991, p. 15

⁵ “Will you believe it, he informed Gurney, ‘the Slave Trade is now double what it was when Wilberforce first began, and its horrors not only aggravated by the increase of the total, but in each particular case are much greater than they were in 1788?’” Op. cit.

A Grã-Bretanha tentava estabelecer desde 1807, o que manterá até meados de 1884, na região da foz do Níger, o que Phillip Ehreansaft e outros autores como Gallegher e Robson chamam de “imperialismo de livre comércio”. No ano de 1807, ao decidir abolir o tráfico de escravos e iniciar uma política de presença militar na costa ocidental africana, também teve como objetivo promulgar um comércio “legítimo”; o óleo de palma foi o primeiro e principal item escolhido para substituir o comércio de escravos africanos.

A política do comércio “legítimo” e a proibição do tráfico de escravos, não se deram apenas por questões econômicas. Phillip Curtin defende que a influência de pensamento humanitário foi percebida deste o fim do século XVIII no Parlamento Britânico. Porém, foi no período entre a década de 30 e 40 do século XIX que a opinião humanitária teve um acesso realmente efetivo aos braços do governo, como no *Colonial Office*.

Em primeiro de junho de 1840 é inaugurada a *African Civilization Society*, em Londres no Exeter Hall, que após sete anos de sua abertura, tornara-se o templo do filantropismo britânico. A inauguração contou com membros importantes da sociedade britânica, nobres e associações religiosas. O que demonstra a importância deste feito é a presença do então coroado príncipe Albert, que concordou em ser o presidente da sociedade.

Contudo, Curtin argumenta que o pensamento humanitário inglês não se preocupou estritamente com a África Ocidental. De acordo com o autor, o que ocorreu foi o oposto, os olhares ingleses estavam voltados para as questões da abolição e reformas coloniais nas Américas. Como também um interesse maior na Austrália, Nova Zelândia e na América do Norte Britânica (Canadá) que foram consideradas mais promissoras. A Índia Britânica, neste momento, já era um grande império e, em pouco tempo, a África do Sul receberia olhares mais interessados do *Colonial Office* do que a África Ocidental. O autor conclui: “Pensamento e escrita sobre África Ocidental se manteve o que tinha sido - um campo de grande interesse para um pequeno grupo de entusiastas, apoiada por excursões ocasionais de importantes teóricos ou grandes estadistas.”⁶ *Tradução livre*.

Todavia, apesar de Curtin narrar um desinteresse maior pela África Ocidental, é importante reafirmar que o interesse econômico naquele território aumentava, e uma das mercadorias mais desejadas era o óleo de palma. A demanda britânica por óleo lubrificante e por sabão desencadeou o forte comércio com a África. As décadas de 30 e 50 marcaram o

⁶ “Thought and writing about West Africa remained what it had been - a field of great interest for a small group of enthusiasts, supported by the occasional excursions of major theorists or major statesmen”. CURTIN, Philip D. *The Image of Africa*. Vol. II, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1973, p. 292.

início de um comércio organizado exclusivamente entre Liverpool e o Delta do Níger, por meio da primeira grande expansão das importações de óleo.

Esse interesse ambíguo, não só humanitário, mas também comercial, é claro não apenas para seus idealizadores mas também para os participantes da expedição. Além do “objetivo da missão”, a assinatura do tratado, como gostava de dizer John Russell, a exploração do Rio Níger, a aquisição terras, o estabelecimento de um modelo de fazenda e o fechamento de acordos comerciais eram projetos secundários, por traz da bandeira humanitária. Mas até que ponto secundários?

Em carta enviada aos comissários, John Russell iniciou com uma saudação aos senhores, e esclareceu que Sua Majestade, há muito, queria por fim ao tráfico de escravos e estabelecer uma comércio amigável com os africanos, por isso, enviava pessoas de sua confiança para abrir a comunicação com os chefes nativos. Informou que os três barcos (Albert, Wilberforce e Soudan) foram construídos especialmente para a Expedição, e traçou todo a trajetória que seria seguida. As primeiras paradas foram em Serra Leoa, Cape Coast e Fernando Pó. Notificou que arranjos deveriam ser feitos para facilitar a entrada na boca do Rio Niger, e seguiriam até encontrar Eboe, onde deveriam começar imediatamente as operações, iniciando as execuções dos objetivos principais da missão. Russell propõe que eles precisariam iniciar as “visitas” aos vários chefes nativos até o ponto mais alto do Niger, e aos afluentes que conseguiriam atingir. Esclareceu que eles eram livres para mudar os planos, mas sempre haveria a necessidade de avisá-lo para a informação chegar à Coroa.

O discurso oficial encontrado no documento analisado é o de uma política comercial somada a ideias filantrópicas, que tem como objetivo principal o fim ao comércio de escravos. Russell apresenta na carta cinquenta pontos estratégicos para a realização da Expedição. O conjunto destes pontos poderia ser lido – como estamos lendo – como uma espécie de cronograma prescritivo para os viajantes, no qual concorrem diferentes projetos expedicionários oficiais, isto é, idealizado pela a própria Coroa.

A propósito destas prescrições, é de grande valia notar, que elas podem ser qualificadas, segundo a finalidade da viagem a que visam, de modo que, a classificação e o agrupamento dos pontos elencados por Russell na carta se revelou um percurso metodológico indispensável para se alcançar com mais clareza que projetos de expedição a própria Coroa colocava em disputa, já antevendo eventuais problemas e obstáculos que deveriam ser superados.

Se do primeiro ao nono tópico as informações são mais práticas, por onde eles deveriam passar e como chegar até o interior; do tópico dez ao vinte e dois, o parlamentar é mais direto ao dar as coordenadas sobre qual seria o tratamento dispensado aos chefes locais. Russell destacou, "(...) E em todas as relações com o ele, você cuidará para que seja tratado por ele com o devido respeito, e você não irá negligenciar, também o tratará com o devido e grande respeito pertencente a ele."⁷ *tradução livre*

Ainda nesses primeiros vinte tópicos, o nomeado da rainha discorre detalhadamente como deveria ser a negociação entre os comissários e os chefes locais para a assinatura do tratado abolicionista. O que deveria ser levado em consideração, quando os presentes deveriam ser apresentados, o momento em que se deveria falar em nome de Sua Majestade e até mesmo, se fosso o caso, oferecer apoio militar. Estes tópicos apresentam a bandeira humanitária, de como todo e qualquer esforço deveria ser feito para o que objetivo maior da missão fosse alcançado. O que é interessante notar é o teor estratégico do documento, que propõe ações a cada resposta obtida pelo viajante e como eles deveriam agir a cada atitude do soberano africano. As atitudes iam desde promessa de presentes, de apoio militar contra outro país africano que fosse contra o fim da escravidão, promessa de comércio de artigos nomeados “inocentes” pelos oficiais ingleses e até uma branda ameaça caso a resposta fosse negativa. Os tópicos 18 e 20 exemplificam muito bem:

Descrição do processo de negociação: Tópico 18. “Você vai, se permitido estar presente na conferência e declarar que a rainha, o sua soberana, contudo poderosa, está ansiosa apenas para promover a paz e a prosperidade entre eles, que ela lhes oferece, através de você, todas as vantagens que eles podem querer, e que ela pode aumentar, no inofensivo e caminho certo, a riqueza e o poder do país; que você vai mas para pedir-lhes para dar fim ao costume de exportar os seres humanos como escravos, e, em troca oferecer-lhes o mais lucrativo substituto no comércio inocente; que se eles desejam, além disso, qualquer mercadoria ou a arte em benefício de seu país, Sua Soberana está disposta a ajudá-los, e seus súditos estarão dispostos a fornecer, a uma taxa moderada, o que eles desejam; e você expressará a Sua Majestade os desejos deles e as suas opiniões por esse efeito.”⁸ *tradução livre*

⁷ “(...) and in all your intercourse with him, you will take care that you are treated by him with the proper respect; and you will not neglect, also, to treat him with the respect which is due to rank which belongs to him.” In: ALLEN, W.; RICHARD, T.; THOMSON, H. “A narrative of the expedition sent by Her Majesty's Government to The River Niger”. In: 1841. Vol. I, London: Richard Bentley, 1848, p. 415.

⁸ “You will, if permitted to be present at such conference declare that the Queen, your Sovereign, however powerful, is anxious only to promote peace and prosperity among them; that she offers them, through you, every advantage that they can want, and that she can give towards increasing, in a harmless and sure way, the wealth and power of the country; that you come but to ask them to give up the custom of exporting human beings as slaves, and, in return to offer them a more profitable substitute in innocent trade; that if they wish, moreover, any commodity or art for the benefit of their country, your Sovereign is disposed to assist them, and her subjects will be willing to supply, at a moderate rate, what they desire; and that you will express to Her Majesty their wishes, and forward their views to that effect.” Ibidem, p.418.

Como agir quando a resposta final, após várias tentativas, for negativa: Tópico 20. Se depois de todas as tuas tentativas para alcançar o objeto imediato de sua incumbência, você falhar, você concluirá dizendo ao Chefe e os governantes, que Sua Majestade é obrigada a utilizar todos os seus meios navais, em conformidade com os tratados já celebrados com outras grandes potências, para tentar acabar inteiramente com a exploração dos escravos, dos domínios de cada chefe Africano, e que o Chefe e seus súditos irão, quando talvez tarde demais, ver motivos para lamentar sua conduta.⁹
tradução livre

O documento muito se parece com um livro de estratégias, de como convencer o africano a verdadeiramente comprar a ideia britânica. A primeira coisa que deveria sempre ser oferecida era a assinatura do tratado pelo fim do comércio de escravos, oferecendo benefícios concretos, e aí que aconteceria uma sensível mudança no tom das recomendações. Os tópicos 23 até 43 seguem esse viés, pois partem da possibilidade de aceite do soberano africano. A primeira atitude a ser tomada seria de fazer com que o chefe proclamasse o mais rápido possível sua decisão de cessar com o comércio de escravos, e, se possível, os viajantes deveriam estar presentes nesse momento. As negociações não terminavam por aí, pois o britânico ainda teria que incentivar o chefe a produzir *commodities* que seriam de interesse inglês.

As aspirações inglesas presentes na carta não eram objetivos construídos apenas em um mundo das ideias. Suas postulações eram estabelecidas em dialética com as realidades dos diversos reinos por que pretendiam passar e das diferentes respostas dos seus soberanos. Assim, o caráter humanitário desta expedição se apresenta mais uma vez, ainda que discreto, neste avançar apenas até aonde lhes for permitido. Após o início das discussões sobre o que deveria ser plantado, Russell destaca que há dois termos adicionais especiais, mas que deveriam ser apresentados apenas aos chefes que demonstrassem estar de acordo com aos temas discutidos anteriormente.

O primeiro, seria a possibilidade de por fim aos sacrifícios humanos. O inglês deveria mostrar ao soberano que não só a Rainha Vitória, a Coroa, mas também o “viajante” respeitavam as leis, os usos e hábitos da população. Nesse momento seria indicado que o viajante reverenciasse o chefe. Mas, seria necessário informar que no caso de sacrifícios humanos, a doutrina, a religião cristã e como em qualquer princípio de certo e errado europeu, seria completamente proibido a prática de certos atos bárbaros, e o sacrifício humano estaria entre um dos mais execráveis.

⁹“If after all your attempts to attain the immediate object of your Commission you shall fail in it, you will conclude by telling the Chief and his Headmen, that Her Majesty is bound to use all her naval means, in conformity with treaties already entered into with other great powers, to Endeavour entirely to put a stop to the exploration of Slaves, from the dominions of every African Chief, and that the Chief and his subjects will, when perhaps too late, see cause to regret their conduct.” Ibidem, p. 419-420.

Os comissários, que eram orientados a não usar de violência, de só utilizar armas quando tivessem sua vida posta em jogo, nem sempre eram tão cordiais em suas considerações sobre os chefes que encontravam. William Cook, comissário civil do navio Wilberforce, declara em seu diário sua total falta de credibilidade em um soberano africano, e ao vê-lo assinar o tratado que poderia por fim aos sacrifícios humanos dizia: “Eu não gosto deste tipo – Eu sou da opinião que ele assinaria qualquer coisa que perguntássemos. A questão é, como serão esses tratados forçados? E vigiados?”¹⁰ *tradução livre*.

O segundo termo especial está vinculado à permissão de adquirir terras para a construção de fortes. Os comissários deveriam barganhar com o chefe africano a possibilidade de adquirir as terras, mas seriam os europeus que escolheriam o lugar. Passariam sempre atentos aos terrenos, tentariam recolher o máximo de informações necessárias para se chegar a uma conclusão efetiva, nenhuma questão deveria ser deixada de lado, não só a topografia era importante, os conflitos sociais a que estariam expostos eram um dos grandes delineadores do espaço a ser escolhido. Russell propõe uma argumentação:

Considera-se desejável pelo Governo de Sua Majestade, ter o poder para erguer um ou mais pequenos fortes no Níger, donde, e por meio da qual, vigiar a execução dos devidos acordos, para auxiliar na abolição da Tráfico de Escravos, e para proteger e promover o comércio inocente dos artigos de Sua Majestade.¹¹ *tradução livre*.

Adquirir terras para além da construção de fortes estava nos planos da Coroa. Se caso houvesse algum lugar que o viajante se sentisse interessado em construir alguma residência, deveria primeiramente barganhar o espaço e pagar uma primeira parte da parcela ao soberano, colocar algum oficial de sua confiança e comunicar a Coroa, para saber se a negociação deveria continuar. Ao mesmo tempo em que o autor da carta fala de territórios, presentes e tratados a serem preenchidos e outras questões pontuais, também demonstra a necessidade de coletar informações sobre o possível espaço que futuramente seria ocupado. Recolher informações sobre qualquer tipo de questões culturais, conflitos e a tentativa de mensurar o real poder de cada chefe local, informações sobre todo o tipo de comércio, e principalmente,

¹⁰ “I don’t like this fellow – I am of opinion that he would sign anything we might ask. The question is, how are these Treaties to be enforced? And watched over?” Citação retirada de páginas avulsas digitalizadas. O diário não publicado, o qual, no período foi considerado muito inflamatório para ter sua publicação. O manuscrito se encontra no Admiralty Records, Public Record Office, Kew. In: COOK, William. *Journal of Mr. William Cook, one of the commissioners attached to the Niger expedition* [manuscript]. London, 1841.

¹¹ “It is considered desirable by her Majesty’s Government, to have power to erect one or more small Forts on the Niger, from whence, and by means of which, to watch over the due execution of the agreements, to assist in the abolition of the Slave Trade, and to protect and further the innocent trade of her Majesty’s subjects.” ALLEN, W.; RICHARD, T.; THOMSON, H. Op. cit, 1848, p. 422.

sobre comércio de escravos eram fatores muito importantes que tomaram praticamente os quinze últimos tópicos do documento.

“Você irá em qualquer conferencia com os Chefes Africanos, assegurá-los que a Rainha ordenou-o no serviço o qual você está engajado, para o benefício e felicidade da Raça Africana.”¹² *tradução livre*. O tópico 27, supracitado, demonstra a real intenção que o viajante deveria deixar por onde passava. Embora esta mensagem só esteja explícita neste tópico, esta é a essência de apelo humanitarista que perpassa todo o documento, ou pelo menos a intenção que estes homens deveriam deixar ao se despedir de mais um soberano africano, que os benefícios e felicidade que estavam em jogo eram os deles, e por isso que os europeus lá estavam, para garantir que a “Raça Africana” tivesse tempos de felicidade.

Cidades visitadas, tratados assinados, acordos feitos, territórios adquiridos, informações anotadas, só faltaria então, guardar as anotações, pendurar a pena e fechar o diário. Como proposto nos tópicos 44 até 50, esse material deveria ser copiado e enviado a Inglaterra. Toda a produção de mapas, textos e gravuras a partir desse momento pertenceriam a Sua Majestade Rainha Vitória. A palavra pertencer é usada da maneira mais assertiva possível, porque após a realização dos cinquenta tópicos propostos, a certeza do pertencimento de mais um pedaço da África à Coroa era absoluta.

Atentar às porosidades da estratégia que vemos construída neste documento é importante pois nos permite identificar um desejo de negociação com os africanos, da parte da Coroa britânica, ao mesmo tempo que, tal negociação também se transmuta em um próprio teste no mais genuíno modelo “tentativa e erro” das linhas estratégicas traçadas para o contato com este desconhecido que, geralmente, caminhavam de uma abordagem mais pacífica para *approaches* mais interventores, ainda que investidas mais violentas ficassem fora dos planos ou fossem disfarçadas pelo verniz humanitarista desta empreitada inglesa.

Fontes

ALLEN, W., RICHARD, T., THOMSON, H. *A narrative of the expedition sent by Her Majesty's Government to The River Niger*. In: 1841. London: Richard Bentley, 1848.

Digitalização de citação da obra:

¹² ALLEN, W.; RICHARD, T.; THOMSON, H. Op. cit, 1848, p. 423.

COOK, William. *Journal of Mr. William Cook, one of the commissioners attached to the Niger expedition [manuscript]*. London, 1841 [FCO Historical Collection DT360 COO]

Parliamentary Papers:

A return of the mortality which occurred on board the ships sent to explore the Niger, 1843 (83).

A return of the cost of building and outfit of the vessels employed in the Niger Expedition, 1842 (429).

Copies or extracts of any correspondence which may have passed between Her Majesty's Secretary of State for the Colonial Department and the Lords Commissioners, relating to an expedition to be sent to the River Niger, 1840 (57).

Papers relative to the Expedition to the River Niger, 1843 (472).

Referências Bibliográficas

AJAYI, J. F. A.; CROWDER, Michael. *History of West Africa*. London: Logman Group Limited, 1971.

CURTIN, Philip D. *The Image of Africa*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1973.

EHRENSAFT, Philip. "The Political Economy of Informal Empire in Pre-Colonial Nigeria, 1807-1884". In: *Canadian Journal of African Studies*, VI, iii, 1972, p. 451-490.

FYFE, Christopher. "Freed Slave Colonies in West Africa". In: *The Cambridge History of Africa*, vol.V, Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

GEBARA, Alexsander. *A África de Richard Francis Burton*. São Paulo: Alameda, 2010.

GREEN, Willian A. "The West Indies and British West African Policy in the Nineteenth Century – A corrective Comment". In: *Journal of African History*, xv, 2, 1974, p. 247-259.

KEENE, Edward. "A Case study of the Construction of International Hierarchy: British Treaty-Making against the Slave Trade in the Early Ninetenth Century". In: *International Organization*, vol.61, 2, 2007, p. 311-339.

KORIEH, Chima J. "The Nineteenth Century Commercial Transition in West Africa: The Case of the Biafra Hinterland". In: *Canadian Journal of African Studies*, vol.34, 3, 2000, p. 588-615.

LYNN, Martin. "Change and continuity in the British Palm Oil Trade with West Africa, 1830-55". In: *Journal of African History*, 22, 1981, p. 331-348.

PRATT, Mary. *Os Olhos do Império*. Bauru: EDUSC, 1999.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STONE, Jeffrey C. "Imperialism, colonialism and cartography". In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol.13, 1, 1988, p. 57-64.

TEMPERLEY, Howard. "White Dreams, Black Africa: The British and slavery expedition to the river Niger, 1841-1842". London: Yale University Press, 1991.

WILLIAMS, Judith B. "The development of British Trade with West Africa, 1750 to 1850". In: *Political Science Quarterly*. vol.50, 2, 1935, p. 194-213.

“Jura pelo Senhor”¹: A ambiguidade religiosa nas canções de Sinhô

*Fernanda Epaminondas Soares**

Resumo: Esta comunicação é fruto de um artigo resultante da conclusão de disciplina "Intelectuais Negros Brasileiros" que tratava as trajetórias de vida de intelectuais negros de maneira a entender como lidavam com o racismo, a cidadania e a modernidade. José Barbosa da Silva, músico brasileiro conhecido como Sinhô, foi o intelectual sugerido por mim à análise. Consagrado "Rei do Samba" na década de 1920, através de sua trajetória de vida, o objetivo foi pensar a religiosidade do artista para buscar compreender sua identificação racial e o possível trânsito que mantinha entre as elites, se aproximando de intelectuais modernistas e se valendo da religião católica, e entre as classes populares, com as afro-religiosidades. Para a viabilidade deste trabalho, foram analisadas algumas músicas compostas por Sinhô que abordassem as religiões afro-brasileiras e católica gravadas entre 1923 e 1931. A finalidade disso consiste em pensar e problematizar suas possíveis estratégias políticas e as possibilidades de luta que o contexto do espetáculo-negócio poderia sugerir ao músico, pois vale lembrar que José Barbosa da Silva viveu no contexto de uma sociedade do recente pós-abolição carioca.

A proposta deste trabalho consiste em analisar a trajetória do sambista José Barbosa da Silva, o Sinhô, através da abordagem de suas composições com recorte sob o viés religioso. O objetivo é analisar a questão da religiosidade do sambista de modo que se possa pensar sobre sua identificação racial com o reconhecimento ou não de sua mestiçagem e, o possível trânsito que ele mantinha entre a elite com a religião católica e entre as classes menos abastadas com as afro-religiosidades.

Sendo assim, a intenção também está em procurar argumentos que ajudem a esclarecer este trânsito e, como Sinhô tentou circular entre os intelectuais modernistas de seu tempo ao mesmo tempo em que retratou nas suas letras a cultura afro-religiosa.

¹ Título inspirado no verso “*Jura pelo Senhor*” da composição “*Jura*” (ou “*Cassino-Maxixe*”) da autoria de Sinhô, transformado em forma de pergunta a fim de problematizar, desde logo, a suposta ambiguidade religiosa do sambista.

* Graduanda do curso de História da Universidade Federal Fluminense.

Como embasamento e, principalmente, para problematizar as questões colocadas, usarei pesquisas e conceitos de outros autores, porém, com destaque para a ideia da “dupla consciência” presente no livro *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência* de Paul Gilroy. Nesse sentido, vale conhecer quem foi o sambista consagrado como o “Rei do Samba”, em 1927, por ter sido considerado o maior expoente do samba nos anos 1920.

José Barbosa da Silva era seu nome de batismo. Nascera no ano da abolição, na data de 8 de setembro de 1888 e falecera jovem em 4 de agosto de 1930 com 42 anos vítima de uma hemoptise. Quando descobriu que estava tuberculoso, decidiu ir morar na Ilha do Governador e falecera na ocasião em que pegava uma barca na Ilha para o Rio de Janeiro. Seu corpo foi removido e levado para um hospital, no Estácio. Toda a imprensa carioca registrou, no dia seguinte e com comoção, a morte do "Rei do Samba".

Incentivado por seu pai, o sambista além de compositor, dominava diversos instrumentos musicais: piano, viola, cavaquinho e flauta. Chegou a ter um emprego como estafeta nos Correios e Telégrafos, mas por pouco tempo, pois às vezes, ao invés de entregar as correspondências, ia para as rodas de samba.

Nasceu na Rua Riachuelo, no Centro do Rio de Janeiro. Seu pai, Ernesto Barbosa da Silva, conhecido pelo apelido de “Tené”, era pintor e decorador de paredes de botequins e clubes dançantes, enquanto sua mãe era dona de casa e atendia pelo nome de Graciliana Silva. Sinhô tinha um irmão, Ernesto, apelidado de “caboclo”. E, além desse, seu pai adotara mais um irmão, Francisco.

José Barbosa da Silva morou ainda, na Rua Senador Pompeu, onde conheceu outros futuros sambistas, como João da Baiana e Caninha. Com apenas 17 anos de idade, envolveu-se com uma mulher casada, a portuguesa Henriqueta Ferreira, que mesmo assim foi viver com o músico. Com ela teve três filhos: Durval, Odalis e Ida. Henriqueta faleceu em 1914, deixando-o viúvo com 26 anos.

Sinhô teve outras mulheres, como Cecília, que era pianista da Casa Beethoven e uma grande incentivadora de sua carreira. Além dela, Carmen e a última, Nair Moreira, apelidada de "Francesa" com quem viveu por dez anos e que, depois da morte do compositor, conta-se que num momento de desespero ou de dificuldades financeiras, rifou o violão de madrepérola do marido e, além disso, queimou todo o seu arquivo com músicas antigas, composições inéditas, fotos etc.

Em seu enterro foram arrecadados quase três contos de réis, com os quais se pagou o enterro e o restante do dinheiro doado à viúva Nair. Segundo Manuel Bandeira, o velório e o

cortejo até o Cemitério São Francisco Xavier, reuniu amigos e admiradores do compositor, como malandros, macumbeiros, soldados, prostitutas, seresteiros e chorões do Catumbi e da Cidade Nova, baianas vendedoras de doces, artistas de teatro e músicos.

O sambista tinha a fama de ser um homem elegante, vaidoso, conquistador, brigão e boêmio. E, segundo a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, cresceu ouvindo choros e atabaques nos candomblés de João Abadá, tio Obedê e, sobretudo, de Pai Assumano com quem teve uma relação de devoção permanente ao longo de sua vida. Além disso, frequentava a casa das tias baianas, dentre elas, uma das mais conhecidas, Tia Ciata.

Em um trecho da composição *Macumba Gegê*², essa convivência com o mundo do choro, candomblé, terreiros e cultura afro pode ser evidenciada:

(...)

Eh! **Gegê** [grifo meu]
Meu **encanto** [grifo meu]
Eu tinha medo
Se não tivesse **bom santo** [grifo meu]

A inveja é um fato
Que nunca tem fim
Podes vir de **feitiço** [grifo meu]
Pra cima de mim

Como se nota, as expressões: *Gegê*; *encanto*; *bom santo* e *feitiço* são imagens e figuras relacionadas às tradições afro-religiosas presentes em cultos de candomblé. A canção parece ser um diálogo entre o compositor e um pai de santo (*Gegê*), no qual Sinhô coloca que se não tivesse *bom santo*, teria medo da inveja que, naquele momento, o compositor poderia ser alvo. Assim, o sambista enfatiza que a inveja poderia resultar em um *feitiço* contra ele, mas que poderia ser feito sem que lhe causasse mal, visto que tinha um *bom santo*.

Outra canção que evidencia elementos da afro-religiosidade com a proteção de santo, muito presente na vida de Sinhô, está em *Virou Bola*³:

(...)

Com todo **corpo fechado** [grifo meu]
Não deixo de ser chutado
O **despacho** foi mal feito [grifo meu]
Ficou todo esburrachado

² Música gravada em 1923.

³ Música gravada em 1929.

Nesse trecho, Sinhô retrata que mesmo tendo o *corpo fechado*, não deixava de ser "chutado", ou seja, não deixava de ser vítima do mau agouro de quem lhe tinha inveja ou algum outro sentimento maléfico. Na sequência dos versos, o compositor coloca que isso se deu pelo *despacho* mal feito, dando a entender que em sua vida pessoal, poderia ser muito provável que fizesse despachos a fim de ter proteção.

Essa questão fica mais clara na dissertação de mestrado de Bianca Miucha Cruz Monteiro, quando atenta para o fato de que José Barbosa da Silva antes de publicar suas canções, as apresentava ao pai de santo e amigo Pai Assumano para que ele as abençoasse. Nesse sentido, vale considerar mais uma canção com temas afro-brasileiros, com o título *Burro de Carga*⁴:

Eu tenho um **breve** [grifo meu]
Que me deram na Bahia
Num **candomblé** [grifo meu]
Que se **rezava** noite e dia [grifo meu]

Deus fez o homem [grifo meu]
E disse num sussurro
Tu serás burro de carga
E a mulher carga do burro

(...)

Segundo a dissertação de mestrado de Caroline Moreira Vieira, o *breve* que lhe deram na Bahia, num *candomblé*, é uma espécie de patuá em pequeno formato de envelope de pano ou couro no qual, poderia ter uma oração ou a imagem de algum santo para que o seu portador tivesse proteção contra feitiços ou sentimentos alheios que pudessem causar-lhe algum mal.

Essa ideia do *breve* como proteção sobre o qual se rezava noite e dia, nos indica uma devoção ligada às práticas religiosas afro-brasileiras como o *candomblé*. Sobre isso, Bianca Monteiro indica que o *breve* seria como um pano costurado e benzido por um Orixá, que deve ser usado junto ao corpo sem que seja visível a outras pessoas.

Mas, mesmo com o amuleto, o compositor na sequência dos versos, identifica uma espécie de “destino” sobre os males que a mulher ou o amor causa no homem, pois *Deus*, o criador do mundo e dos homens e, portanto, imagem de maior poder, teria feito o homem para ser “burro de carga” e a mulher “carga de burro”, cujo o “burro” ganha conotação pejorativa por “carregar” a mulher.

A composição intitulada *Canjiquinha Quente*⁵ além das figuras ligadas às religiões

⁴ Música gravada em 1929. Título também encontrado como *Carga de Burro*.

⁵ Música gravada em 1930.

afro-brasileiras, também traz elementos ligados ao cotidiano da época da escravidão, dando espaço para além da religião, com outros aspectos ligados aos negros:

Ioio vai provar [grifo meu]
Um pinguinho só
Certo vai gostar
Desse meu **ebó** [grifo meu]

É um pratinho
Bem succulento
Que faz babar
Canjiquinha quente, **Ioio** (Tá quentinha) [grifos meus]

E temperada
Com a **simpatia** [grifo meu]
Que foi **Jesus** [grifo meu]
Que ensinou **Santa Bahia** [grifo meu]

(Prova **Ioio** Uh... tá gostoso) [grifo meu]
Ioio vai provar [grifo meu]
Um pinguinho só
Certo vai gostar
Desse meu **ebó** [grifo meu]

Ai deixa louco
Só de vontade
De acabar
Canjiquinha quente, **Ioio** (Ai, tá quentinha) [grifo meu]

Depois de provar
Ioio vai dizer: [grifo meu]
Viva **Jesus** [grifo meu]
Que ensinou **Santa Bahia** [grifo meu]

(Quer **vatapá**? He, he Também tem) [grifo meu]

A letra traz a palavra *Ioio* repetida por diversas vezes, que significa o masculino de “Iaiá”⁶. Além disso, segundo Bianca Monteiro, a palavra *ebó* é um termo africano e um prato culinário oferecido a um Orixá, ou seja, mais um elemento ligado às religiões trazidas pelos escravos a ser enfatizada pela palavra *simpatia*, que pode ser sinônimo de trabalho com efeitos sobrenaturais a fim de conseguir um determinado objetivo. Ainda há menções de pratos culinários como a *canjiquinha*⁷ e *vatapá*⁸.

No entanto, a canção também traz elementos da religião católica ao fazer referência a *Jesus*. A partir dessa canção, vamos analisar mais algumas letras nas quais a religião católica também fica evidente nas composições de Sinhô e, outras como essa, onde as religiões afro-

⁶ Tratamento muito usado na época da escravidão e, atualmente, quase extinto dado às moças, meninas e senhoras.

⁷ Usada como oferenda às divindades religiosas da África.

⁸ Uma iguaria culinária típica dos negros e um alimento famoso até os dias atuais na Bahia.

brasileiras e elementos do catolicismo aparecem na mesma canção. Ideia essa que pode ser tratada no trecho de *Sabiá*⁹:

(...)

Quem roubou o meu sossego
A **Deus** eu fiz entregar [grifo meu]
Ainda hei de ver um dia
Alguém por mim se vingar

Papagaio, maitaca
Piriquito, sabiá
Quando cantam faz saudade
Dos carinhos de **Iaiá**. [grifo meu]

Nessa canção, *Iaiá* demonstra o caráter ligado ao tratamento usado para chamar as meninas e mulheres à época da escravidão. *Deus*, figura católica, nesse contexto, é clamado para que faça a sua justiça divina sobre a injustiça que o eu-lírico sofreu por ter sido traído e, seu amor (*Iaiá*) roubado, fazendo com que sentisse saudade de seus carinhos.

O mesmo acontece com a música *A Medida do Senhor do Bonfim*¹⁰, onde misturam-se elementos católicos e afro-religiosos:

(...)

Mas eu tenho um **guia sacrossanto** [grifo meu]
Que conduz-me à luz do Ser
Para me valer
Meu **anjo de guarda** [grifo meu]

Com o seu **manto** me ensina [grifo meu]
Tudo quanto eu sei dizer
Tanto que ganhei lá na Bahia
Uma caixa de marfim

Vinda só pra mim
A pura medida, bela e **santa** [grifo meu]
Do **Sagrado Coração** [grifo meu]
Do **Senhor do Bonfim** [grifo meu]

Nessa composição, como também analisada em Caroline Vieira, existe um objeto próprio do culto, o *guia*, que por ser *sacrossanto* ganha conotações de sagrado e de santo, no qual os iniciados recebem no ritual de transe. Esse *guia*, seria um colar de contas ou de miçangas com uma cor referente a determinada entidade ou orixá. Por ser *sacrossanto*, o *guia* só pode ser tocado pelo seu dono e, na canção, ele seria usado para garantir proteção contra sentimentos negativos.

⁹ Música gravada em 1929.

¹⁰ Ibidem.

Mas, além disso, as imagens referentes ao *anjo de guarda* e *manto* ganham conotações evidentes do catolicismo. Além do *Sagrado Coração*, mesmo que no verso seguinte seja completado pelo *Sagrado Coração do Senhor do Bonfim*, indicando a religiosidade africana, nos remete, antes de ouvir o verso que completa, à imagem do Sagrado Coração de Jesus.

No entanto, a expressão *anjo de guarda*, é comum tanto ao catolicismo quanto às religiões afro-brasileiras, porque devido aos sincretismos religiosos e trânsitos culturais, está presente tanto na Igreja Católica quanto nas religiões africanas.

Já na canção *A Favela Vai Abaixo*¹¹, de 1928, Sinhô assume a causa dos moradores do Morro da Favela num momento em que pelo “Plano Agache”¹² do governo da época, o morro seria derrubado com o deslocamento de seus moradores. O sambista se apropria de elementos da religião católica ao mesmo tempo em que se inclui na causa dos moradores do morro:

Que saudades ao **nos** lembrarmos das **promessas** [grifos meus]
Que **fizemos** constantemente na **capela** [grifos meus]
Pra que **Deus** nunca deixe de olhar [grifo meu]
por **nós** da malandragem e pelo morro da Favela [grifo meu]

Promessas, *capela* e *Deus* nos remete à imagens ligadas à religião católica com o intuito de clamar pela causa dos moradores sob forma de protesto ou de tentar, de alguma maneira, evitar a derrubada do morro. O pronome *nós*, por exemplo, demonstra a adesão de Sinhô na causa dos moradores que seriam expulsos e suas casas demolidas.

A interferência ou a escolha de imagens da Igreja Católica, poderia ser uma maneira de alguma forma trazer elementos que fossem familiares aos católicos. Assim, poderiam ser atingidos e convidados a pensar sobre a causa dos moradores da favela, uma vez que, a maioria dos habitantes da favela eram negros e pobres, provavelmente, a religião mais comum a eles seriam as religiões ligadas à África.

Dessa maneira, Sinhô tenta comunicar e inserir por meio de sua arte a causa dos moradores da favela, identificados como malandros, por meio de elementos outros que os incluíssem ou os tornassem mais visíveis na política e na opinião pública.

Portanto, fazer uso de elementos católicos poderia ser uma maneira de inserir os negros e pobres marginalizados ou, como ressalta Paul Gilroy, uma maneira de se incluir, de estar dentro de uma sociedade que os excluía.

Como vimos, mesmo com a trajetória do sambista tida em rodas de samba, de choro,

¹¹ Música gravada em 1928.

¹² O Plano Agache foi uma primeira proposta de intervenção urbana na cidade do Rio de Janeiro que tinha preocupações inteiramente modernas. Recebeu esse nome por conta do arquiteto francês Donat Alfred Agache, contratado para elaborar um plano urbanístico para a cidade.

convivendo com as tias baianas, frequentando terreiros de candomblé, em muitas de suas músicas dedicar elementos da cultura e religião africanas e ter o hábito de oferecer a um pai de santo suas canções a fim de protegê-las e garantir-lhe sucesso, faz com que a análise a seguir, levante pontos contrastantes sobre determinadas atitudes em sua vida.

A princípio, Sinhô embora mestiço, evitou ao longo de sua vida a associação aos negros e chegava a se zangar quando era classificado de outra maneira que não fosse a de ser caboclo. O sambista dizia-se caboclo com a preocupação de negar a sua condição de mulato e como uma maneira de fazer-se “nobre”.

Nesse sentido, é interessante destacar que o compositor produziu inúmeros sucessos de carnaval e com isso, alcançou prestígio ao ponto de conviver com figuras consagradas da crônica do momento. Chegou a conhecer alguns deles pessoalmente, como Manuel Bandeira, Coelho Netto, José do Patrocínio Filho e Bastos Tigre. Além desses, outros nomes importantes na época como Pedro Dantas, Benedito Magalhães, José Lira, Sabino de Campos, Benjamin Costallat e Vagalume.

Isso demonstra que Sinhô buscava reconhecimento e prestígio para além de seu restrito círculo social e por isso, procurava manter contato e amizade com intelectuais e artistas sobre os quais costumava “adular” dedicando alguns de seus sambas. É o caso explícito de *Nossa Senhora do Brasil*¹³, na qual a homenagem à Tarsila do Amaral, modernista, se apropria de elementos da Igreja Católica:

Vive fora do **altar** mas é uma **santa** [grifos meus]
Vive fora do **altar**, mas é uma **santa** [grifos meus]

Que espera o ser **divino** [grifo meu]
Que **Jesus** lhe dedicou [grifo meu]
Com o seu **manto** purpurino [grifo meu]
Que jamais se desbotou

(...)

Nossa Senhora Tarsila [grifo meu]
É a **santa verdadeira** [grifo meu]
Que a gente não vacila
Em chamar bem brasileira

(...)

Quis assim a luz bendita
Num sorriso encantador
Batizar-lhe como **santa** [grifos meus]
Protetora do cantor [grifo meu]

¹³ Música gravada em 1929.

Sinhô utilizou figuras do mundo católico como *altar* e *manto* para retratar Tarsila como uma verdadeira *santa*, a considerando como tal e equiparando-a à Nossa Senhora, que na religião católica, é padroeira do Brasil. Não sendo bastante, ressalta que ela espera um *ser divino* que *Jesus* lhe confiou, glorificando de modo definitivo a modernista além de se apropriar do batismo para afirmar sua “santidade” e, termina a canção considerando-a *protetora do cantor*, ou seja, do próprio Sinhô.

Nesse sentido, a homenagem, talvez, seria um comportamento de estratégia de modo que ao sambista fossem vinculadas pessoas importantes e de renome exteriores ao seu mundo naquele contexto de modernidade dos anos 1920.

Em nota, Maria Clementina Pereira Cunha, afirma que a música foi composta após uma festa oferecida por Tarsila e Oswald de Andrade ao Sinhô em São Paulo, para onde o compositor havia ido em 1929 a fim de lançar uma marchinha de apoio à candidatura presidencial de Júlio Prestes.

Essa informação é de suma importância no sentido de que essa “adulação” mantida à figuras importantes, de certo modo, como vimos, funcionava no objetivo de se fazer infiltrar na modernidade e se fazer mais visível na política e na sociedade. A marcha dedicada à campanha de Júlio Prestes também indica essa estratégia.

Mais uma vez, a ideia de Paul Gilroy se aplica no sentido de ver como os artistas negros pensaram a sua própria inserção na modernidade e como eles tem entendido e projetado suas estratégias em busca de liberdade, cidadania, autonomia social e política e, sobretudo, no caso de Sinhô, de reconhecimento.

Outra canção que se remete à imagem católica está em *Jura*¹⁴ ou *Cassino Maxixe*:

Jura, jura, jura [grifos meus]
Pelo **Senhor** [grifo meu]
Jura pela **imagem** [grifos meus]
Da **Santa Cruz do Redentor** [grifo meu]

(...)

Daí então dar-te eu irei
O beijo **puro** da **catedral** do amor [grifos meus]
Dos sonhos meus, bem junto aos teus
Para fugirmos das aflições da dor.

Nessa canção, o verbo “jurar” identifica o que é jurado e prometido na intenção de promessa, comum à tradição de se fazer promessas a santos na finalidade de obtenção de bens, saúde ou algum outro objetivo e, quando tal desejo é alcançado, o credor deve pagar a

¹⁴ Música gravada em 1928.

sua *jura*, ou promessa, para não ficar em dívida com o santo e à mercê de “castigos” divinos.

As ideias contidas nas palavras *Senhor, Santa Cruz do Redentor, catedral*, assim como a ideia de pureza contida no verso “*o beijo puro na catedral do amor*”, também nos leva a identificar elementos da religião católica.

Outra composição que também expressa elementos do catolicismo está em *Minha Branca*¹⁵, na qual Sinhô identifica sua amada com apropriações santas e divinas:

(...)

A boca da minha branquinha tem
O cheiro que as flores também contêm
Teu rosto me inspira a **consagração** [grifo meu]
Da **Virgem Maria da Conceição** [grifo meu]

A *branquinha* retratada inspira no compositor a “*consagração da Virgem Maria da Conceição*”, portanto, cede a uma mulher valores do sagrado vinculados à imagem de uma santa. Outro ponto interessante é que essa mulher, não é mestiça, nem negra e nem cabocla, é branca.

Sendo assim, além do viés religioso, essa canção pode indicar uma maneira de chamar a atenção das pessoas da elite intelectualizada para a questão racial que lhes é mais familiar, possibilitando uma maior atenção aos versos e, conseqüentemente, ao compositor. Além disso, vale lembrar que Sinhô viveu ao lado de uma portuguesa, Henriqueta Ferreira, com quem teve três filhos.

Com a análise desse volume de fontes sobre as quais evidenciei o elemento religioso nas canções de Sinhô, procurei retratar a suposta ambigüidade religiosa de José Barbosa da Silva como maneira de se inserir na modernidade intelectualizada de seu tempo, ao mesmo tempo em que buscara seu reconhecimento dando maior visibilidade à cultura de seu povo.

Sinhô queria ser reconhecido e bem-visto pelos cronistas dos jornais, pelos donos de gravadora e pelo público. Nesse sentido, é importante pensar o contexto das experiências, estratégias, escolhas e ambigüidades que transpareciam nas composições do sambista, pois as palavras e expressões demonstravam as possibilidades de ações políticas cotidiana do artista.

O artista poderia se utilizar dos sambas como espaço de fala e posicionamento político e social, ou ainda, como inserção no mercado profissional. Portanto, as canções funcionavam como espaço para se pensar as relações sociais, culturais e étnicas, como também um elemento de comunicação no qual ele se colocava construindo uma memória sobre aquela sociedade.

¹⁵ Música gravada em 1929.

Tornou possível de alguma maneira, a inserção dos pobres e negros excluídos intelectualmente daquela modernidade intelectualizada e branca, na qual estavam em voga as teorias evolutivas e raciais. Sinhô conseguiu por meio de estratégias, se apoderar do debate estético e político em torno do samba e usá-lo em proveito próprio.

Nesse sentido, o poder não ficava restrito ao dominante, mesmo que as desigualdades existissem (e existem ainda hoje) na relação entre dominado e dominante. Diante disso, a experiência de vida do sambista é um exemplo de ampliação e diversificação das opções, estratégias e possibilidades dos negros.

O papel do compositor estaria também em poder transmitir e circular determinados discursos e símbolos, produzindo uma memória sobre a cultura africana. Em outras palavras, as canções de Sinhô aqui analisadas funcionam tanto como espaço para o sambista pensar as relações culturais e étnicas, como também funcionam como um elo de comunicação no qual ele se colocava construindo uma memória sobre a sociedade sobre a qual vivia.

Partindo desse princípio, abria caminho para a mobilização negra e da luta por cidadania, pois, com sua relação entre negros e brancos, buscava estratégias de ascensão e reconhecimento cultural e social e de sociabilidade entre os negros.

No entanto, vale lembrar o fato dele não se reconhecer como negro. Porém, se pensarmos no contexto histórico em que vivia com um olhar mais reflexivo, poderíamos considerar que suas letras colaboraram para o reconhecimento de práticas culturais negras, o que em certa medida naquele tempo garantia aos negros maior visibilidade, espaços de atuação e ascensão dentro da sociedade.

Vale lembrar que embora não se reconhece como negro ou mestiço publicamente, tinha fortes relações com as comunidades negras das rodas de samba, frequentador dos terreiros de candomblé das tias baianas no início do século XX, fazendo de Sinhô, um homem que carregava muito dos códigos, valores e símbolos desses grupos.

(...) por que apesar de aparentemente o compositor ser adepto de religiões afro-brasileiras, a maioria de suas composições faz referência a elementos da religião católica? Seria uma exigência da gravadora? Seria uma maneira que o sambista percebeu de ganhar maior aceitação da gravadora e do público e contornar ou evitar algum preconceito racial e/ ou de origem? (...) ¹⁶.

Essas questões podem ser respondidas mesclando a hipótese de Maria Clementina Pereira Cunha e o conceito da dupla consciência de Paul Gilroy. A primeira defende a ideia de

¹⁶ MONTEIRO, Bianca Miucha Cruz. *Sinhô: A Poesia do Rei do Samba*. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010, p.128.

que Sinhô era um homem de seu tempo, tempo esse que exigia dele fazer suas escolhas, aproveitando as oportunidades e por isso justifica-se nele o adúlador e o oportunista, ao mesmo tempo em que era um poeta que exprimia a dor dos negros e dos pobres em suas canções.

É nisso que consiste a ideia da ambiguidade, do sambista estar preso entre dois mundos como maneira de garantir alguma visibilidade. É a ideia da “dupla consciência” de Paul Gilroy, que destaca a produção do pensamento e a arte negra como frutos da relação entre modernidade e dupla consciência, ou seja, a concepção de estar dentro e estar fora, considerando o isto e o aquilo sem conceber ao negro limites de suas alternativas. A proposta é ter em mente que ambas as coisas coexistiam como forma de inserção, mesmo numa sociedade em que os excluía.

Portanto, a contra cultura negra revela os limites da modernidade ao mesmo tempo em que os negros se inserem nela, fazendo uso de valores ocidentais, produzindo novos conceitos para dar sustentação ao “ser negro”.

A modernidade e as culturas negras, por conseguinte, estabelecem relações de estar no interior e contra a modernidade, na qual os negros integram o ocidente sem fazer parte totalmente dele. Logo, a construção ou a nova definição de noções de pertencimento está presente na luta e na ideia de dupla consciência.

Diante dessa discussão, a fim de ilustrar a argumentação e abrir novas possibilidades de problematização diante do tema, acredito ser interessante mencionar a reflexão de Maria Clementina Cunha, quando destaca que no fim de sua vida, Sinhô já circulando com segurança entre as elites, compôs *Professor de Violão*¹⁷.

A letra dá a entender que naquele momento, 1930, já havia alguma compreensão da participação de sambistas no processo de nacionalizar o samba como gênero musical e de tê-lo como uma identidade cultural brasileira, possibilitando ao Sinhô se reconhecer como negro, sem mais precisar se “esconder”:

Não fosse eu da fuzarca, professor de violão,
De linho de boa marca, mocinho de coração,
Não alcançava o clamor da fina elite em furor
Ao versejar a canção (...)

Até que enfim eu já vi o violão ter valor,
Ser dedilhado pela elite toda em flor.
Já pode um preto cantar na casa do senador,
Que tem palminha desde os filhos do doutor.

¹⁷ Gravada em 1931, após a morte de Sinhô.

Mas se amanhã Deus quiser tirar-me a vida
Eu irei bem satisfeito, pois já vi o que sonhei¹⁸.

Mas, será que mesmo antes, fazendo uso de tantos elementos afro-brasileiros e, em sua vida particular, fazer uso de práticas ligadas a tais manifestações, já não era uma forma de se assumir negro ou dar destaque aos negros?

Referências Bibliográficas

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. “De sambas e passarinhos. As claves do tempo nas canções de Sinhô”. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs.) *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, Editora UNICAMP, 2005.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes, 2001.

MONTEIRO, Bianca Miucha Cruz. *Sinhô: A Poesia do Rei do Samba*. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro - 2ª edição* - Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs.) *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, Editora UNICAMP, 2005.

VIEIRA, Caroline Moreira. “Ninguém escapa do feitiço”: *música popular carioca, afro-religiosidades e o mundo da fonografia (1902-1927)*. Dissertação (Mestrado). São Gonçalo: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2010.

Endereços Eletrônicos

Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/sinho>

Dicionário Web. Disponível em: <http://www.dicionarioweb.com.br>

¹⁸ CUNHA, Maria Clementina Pereira da. “De sambas e passarinhos. As claves do tempo nas canções de Sinhô”. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs.) *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, Editora UNICAMP, 2005, p. 580.

Plano Agache. Disponível em: planourbano.rio.rj.gov.br

Terra – Letras de Músicas. Disponível em: <http://www.letras.terra.com.br/sinho/>
Acessos em: junho de 2011.

A Onda Verde na Imprensa – A difusão do ideário conservacionista nas folhas da Revista Florestal (1929-1932)

Filipe Oliveira da Silva¹

Resumo: A ressonância dos discursos de proteção à natureza e a concepção de que se vivencia uma crise ecológica sem precedentes são, sem dúvida, duas das grandes características da sociedade contemporânea. No entanto, a historiografia tem indicado que a consciência de finitude dos recursos naturais não é algo recente. No Brasil, por exemplo, esses discursos incidiram diretamente durante a política Varguista, movidos pela ação de literários e *hommes de ciencia* que circulavam pelo exterior trazendo estas ideias conservacionistas. Estes grupos adotaram múltiplas estratégias intelectuais para atingir seus objetivos políticos, dentre elas a criação de revistas especializadas no que tange a solução do “problema florestal”. O trabalho, aqui exposto, visa compreender a primeira manifestação impressa que supria esta lacuna não absorvida pelo mercado editorial, a Revista Florestal, organizada por Luís Simões Lopes e Francisco Rodrigues de Alencar. Este periódico foi silenciado por décadas pela historiografia. Ao ser resgatada, foi foco de graves equívocos, em virtude da sua dispersão documental e não-observação de seu “fazer redatorial”. Pretende-se, portanto, investigar seus propósitos de redação, sua repercussão nos meios impressos, as contradições dentro de si mesma, os desafios enfrentados para a implantação de uma imprensa conservacionista no final da Primeira República e as razões para o financiamento de Vargas às questões florestais.

1. Introdução

Extra! Extra! “É preciso criar uma polícia de defesa florestal no Rio!”². Assim estampava o jornal “O Brasil”, na manhã do dia 17 de maio de 1924, em sua primeira página.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense, bolsista do Programa de Monitoria Reflexões Historiográficas: textos, métodos e narrativas sob orientação da professora Giselle Martins Venâncio e estagiário da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Esta era a manchete do Jornal carioca O Brasil em sua edição de 17 de maio de 1924. O documento está custodiado pela Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional no Fundo institucional Museu Nacional na

O espaço fornecido a esta notícia materializa a importância concedida aos intensos debates da imprensa, instituições científicas e opinião pública em torno da conservação à natureza. De fato, os anos posteriores à Semana de Arte Moderna de 1922 intensificou no campo intelectual a necessidade de diagnosticar e emitir pareceres que modificassem os problemas que afligiam a nação brasileira.

Apesar de negligenciada e obscurecida pelos historiadores durante décadas, as questões ambientais também estavam na pauta de discussões dos intelectuais. O “problema florestal”- como assim era popularizado -, imprimiu nas páginas de jornais e revistas seus meios de divulgação e propagação para instaurar no país uma “mentalidade reflorestadora”³. E mais: a imprensa foi um poderoso argumento de autoridade para os cientistas de percepção natural, isto é, a credibilidade dos periódicos permitiram os *homens de ciencia* - já dotados de prestígio acadêmico - a possibilidade de legitimar, definitivamente, suas propostas em diversas redes políticas, uma vez que citavam aqueles impressos para justificar que o país vivenciava uma mobilização sem precedentes em nome da defesa dos recursos naturais. As palavras do Chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Alberto José Sampaio, são emblemáticas, pois assevera que a mídia corresponde a um veículo eficiente que registra os episódios cada vez mais frequentes de desastres naturais, tal como constrói uma imagem do jornalista com significativa função social, denunciando as práticas exploratórias e de descumprimento das legislações florestais vigentes. Assim comenta:

Com que amarga melancolia [sic] lemos os registros da imprensa, dando conta das calamidades que assolam o paiz, offerecendo-se por toda parte de sul a norte, um aspecto de verdadeira catastrophe, com o espetáculo desolador das enxurradas, de temporaes violentos e fataes, de chuvas bravias, rápidas e ullulantes que damnificam, sem beneficiar, de seccas prolongadas, de inundações terriveis, de erosões tremendas, de crise climaterica permanente – tudo decorrente da derrubada das florestas!⁴

Mapoteca 1, Gaveta 4, Pasta 94, Doc. 1063. A edição em relevo estava sob controle da família Brito, adepta das visões de modernidade e progresso liberal. O jornal caracterizou-se pelas críticas realizadas aos governos republicanos por meio das colunas de reivindicações para solução de problemas urbanos, dentre eles os problemas de iluminação pública, abastecimento de água e arborização das ruas do Rio de Janeiro. Em específico, encontra-se também na primeira página casos policiais e uma manchete que mencionava sobre uma ameaça de fechamento do Museu Nacional, devido a redução dos investimentos governamentais em ciência e tecnologia. Tal notícia possui uma vinculação intrínseca com a mensagem que colocamos em destaque, pois a realização de uma política de segurança florestal demandaria a participação de instituições consagradas no assunto. O museu, como afirma Horta (2010), era o *lócus*, por excelência, da irradiação deste conhecimento. Diminuir os investimentos desta instituição inviabilizaria a criação sólida de uma legislação florestal pioneira.

³ O termo é recorrente nos documentos de preocupação com o problema florestal, atribuindo referências a Monteiro Lobato (1882-1948) em incutir na sociedade “indolente e atrasada” os padrões de civilização.

⁴ SAMPAIO, Alberto José. *Relatório Geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*. In: Boletim do Museu Nacional, Vol. XI, n.1, março de 1935.

Envolvidos por este ambiente de efervescência político-cultural pela qual se dissemina uma verdadeira onda verde nos meios impressos, o trabalho aqui exposto vem contribuir com a historiografia recente que analisa as percepções de grupos intelectuais na montagem de discursos sobre a natureza durante as décadas de 1920 e 1930. Nele, no entanto, não almejamos desenhar as trajetórias, *in sensu strictu*, de personagens intelectuais para com as questões florestais, porém explicitarmos as controvérsias e dificuldades políticas enfrentadas pelos homens de pensamento para a constituição de impressos que se relacionassem de forma harmoniosa com o ambiente natural. Em suma, pretende-se constatar neste período os desafios e propostas para a implementação de uma imprensa especializada nesta temática.

Cabe elucidar *a priori*, conforme nos ensina Bourdieu, que este “empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada”⁵. Munidos por essa meditação, delimitamos nossa pesquisa na trajetória do nome próprio, um impresso que caracteriza claramente estas limitações: a Revista Florestal, organizada por Luiz Simões Lopes e Francisco Rodrigues Alencar. Tal como o protagonismo da natureza no campo histórico, esta revista foi igualmente relegada às margens do rio *lethes* (esquecimento) pela historiografia. Com a inserção de “um novo grupo de reformadores, os historiadores ambientais, que (...) [entendem a terra] como agente e uma presença na história”⁶, a abordagem pioneira da revista na conservação florestal, foi, de imediato, incorporada à narrativa histórica, vista como suporte para a interpretação do passado, como um canal afluente das percepções ambientais que se vivenciava.

Warren Dean, em sua clássica obra “A Ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira”, assinala, entre as suas notas de referências finais, a utilização da revista para corroborar a uma das suas teses, a de que existiam instituições e agentes políticos no Brasil do início do século XX com atenção voltada para a mitigar a degradação ambiental⁷. Em um balanço historiográfico mais recente, Vanessa Mello apresenta as revistas *Florestal* e *A Lavoura* para compreender a participação dos cientistas na elaboração do primeiro Código

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. 8 ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2007, p. 15.

⁶ WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. Traduzido por José Augusto Drummond. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p. 199.

⁷ Cf. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 427. A trigésima segunda e a quadragésima nota de referência no capítulo “Especulação e conservação” apresentam dois artigos publicados na revista. A primeira nota corresponde ao texto de Willian W. de Souza, “A Derrubada das Matas em São Paulo”, publicada no sexto número da edição de 1947. A segunda retrata o artigo do então diretor técnico, secretário do gabinete de Vargas, Luiz Simões Lopes, denominado “Acordos com os estados para execução de serviços florestais” em jul-ago de 1930.

Florestal Brasileiro, em 1934⁸. Nesta obra, é necessário frisar seu esforço inicial em observar a revista, ainda que não tenha descrito seus desafios, repercussão em outros impressos ou o seu processo de redação, apenas seus objetivos centrais e relacionamento com os homens de ciência para divulgação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

O que há de problemático no trabalho de Dean corresponde ao fato de que o autor introjeta a noção de periódicos como “meros receptáculos de informações, a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador”⁹, ou seja, se obscureceu todo o seu processo produtivo, seu “fazer redatorial”. Mello, embora sinalize algumas informações desta ordem para a revista Florestal, compromete sua pesquisa em função da dificuldade metodológica de sistematização dos periódicos. Como bem avalia Ana Luiza Martins, a investigação de revistas esbarra na “precariedade das séries, em geral incompletas, dispersas e fragmentadas”¹⁰. A dispersão da massa documental dos periódicos foi o principal empecilho para sua análise meticulosa. Utilizando-se apenas do acervo presente na Biblioteca Nacional, Mello expôs afirmações equivocadas como a edição de retorno da publicação, em que menciona ser Outubro de 1932. Entretanto, a pesquisa aqui demonstra a edição de Fevereiro de 1932, presente no conjunto documental da Biblioteca do Museu Nacional, atestando assim, a localização imprecisa destes documentos. Aqui reside uma de nossas singularidades: a elaboração de uma sequência completa de publicação do periódico, permitindo seu estudo comparado.

Trabalharemos com a comparação das catorze edições que o mensário publicou desde sua primeira edição em julho de 1929 até Outubro de 1932, o depoimento de Luiz Simões Lopes, fundador da revista, ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, a repercussão nos jornais *O Paiz* e *Correio da Manhã*, além das correspondências trocadas entre os responsáveis pela edição e seus colaboradores, pois, tal como afirma Chartier, delas é possível realizar uma “geografia dos correspondentes”¹¹ - em nosso caso, ainda que breve - sendo o meio privilegiado para observar a troca das ideias ambientais, projeções futuras de eventos no tocante ao assunto, bem como o estabelecimento

⁸ MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. “Debates sobre a proteção à Natureza e o papel dos cientistas na criação do código florestal de 1934”. In: *I Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde*, 2011, Rio de Janeiro. Anais eletrônico da I Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2011.

⁹ LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *As fontes históricas*: São Paulo: Contexto, 2008, p. 116.

¹⁰ MARTINS, Ana Luiza. *Revista em revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 17.

¹¹ CHARTIER, Roger. “O homem de letras”. In: VOLVELLE, Michel (Org.). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997, p. 142.

ou rompimento de amizades e adeptos à Onda verde¹². Espacialmente, priorizamos a escala geográfica do Estado-Nação, uma vez que o magazine tinha uma missão clarividente de integração nacional tal como simbolizava a conservação de seu patrimônio. Porém, isto não nos impede de transcorrermos entre as escalas do local de publicação às alterações na conjuntura internacional. Uma vez exposto estes pontos, resta-nos, agora, convidar o caro leitor a folhear as páginas seguintes e transportar-se para a redação da Revista Florestal.

2. Entra em circulação uma modesta “sentinela vigilante das nossas preciosas florestas”.

O ideário de conservação das florestas nacionais é tão antigo quanto a própria construção colonial brasileira e, por vezes, imbrica-se com este processo. Embora alguns membros das elites agrárias contestassem os desdobramentos provocados pela erosão dos solos ou poluição dos corpos hídricos, afirmando ser urgente uma exploração mais racional dos recursos naturais, o binômio indissociável entre poder político e oligarquias agroexportadoras no Brasil foi incompatível à salvaguarda dos bosques nacionais¹³. A medida emergencial de D. Pedro II no alvorecer dos anos de 1860 ordenando o reflorestamento imediato do Maciço da Tijuca pelo Major Archer e cinco escravos, em virtude da expansão cafeeira e o desabastecimento de água potável foi o passo inicial para engendrar uma geração de intelectuais que questionavam com grande magnitude as práticas exploratórias na agricultura¹⁴. Somados à articulação governamental dos Estados Unidos que criaram, em 1872, o primeiro Parque Nacional do mundo, em Yellowstone¹⁵, André Rebouças e Joaquim Nabuco, inspirados naquela ação política, hastearam a bandeira em prol da importação destes ideais norte-americanos para o Brasil.

A geração de 1870 que combatia o regime monárquico em diálogo permanente com o sistema republicano norte-americano, também observou que a proteção às florestas nacionais deveria ser uma atribuição responsabilizada pelo Estado e equivalia à uma política

¹² Vale sublinhar que a expressão “Onda Verde” é uma constante na documentação, sobretudo de Alberto José Sampaio, principal defensor das questões de proteção à natureza, fazendo menção ao escritor, editor e jornalista Monteiro Lobato (1882-1948) para retratar a sua obra de 1921, assim intitulada. Nela, Lobato caracteriza o termo como o movimento progressivo do café para o Noroeste paulista em substituição da “vestimenta verde”, digerindo, assim, as florestas virgens. Aqui, ressignificamos esta concepção para a proliferação ou divulgação do ideário conservacionista, o qual visava reduzir esta expansão cafeeira sobre as matas nativas. Cf. LOBATO, Monteiro. *A Onda Verde*. 2ed. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1922.

¹³ PÁDUA, José Augusto de. “‘Cultura esgotadora’: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Imperial”. *Estudos de Sociedade e Agricultura*, n.11, Outubro de 1998.

¹⁴ PÁDUA, José Augusto de. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹⁵ Sobre a fundação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos cf. DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

compensatória ao futuro pelo ideal de modernidade, calcado no desenvolvimento de técnicas científicas, industrialização e urbanização crescentes. Para tal almejada “modernidade progressista”, desenvolveu-se no país, desde os meados do século XIX, espaços de sociabilidade científica e literária. Por intermédio destas instituições, as informações sobre a questão florestal no exterior eram disseminadas e conquistavam intelectuais que por eles circulavam.

A natureza multifacetada do termo “intelectuais” requer um olhar minucioso, pois, como menciona Sirinelli, “constituem um grupo social de contornos vagos que durante muito tempo foi pouco significativo em termos de tamanho”¹⁶. Pádua recorda que no final do século XIX, existiam aproximadamente 50 autores preocupados com a natureza brasileira¹⁷, o que nos faz corroborar o perfil estreito do mundo intelectual. Definimo-los, portanto, de atores do político, com engajamento na vida da cidade que formula discursos, testemunha e age sobre a consciência. Dentre os consagrados intelectuais, as figuras de Coelho Neto e Euclides da Cunha são inquestionáveis para a moldagem de uma consciência ecológica. Membros da Academia Brasileira de Letras, ambos escritores atuaram de modo contundente para o que o Brasil alcançasse o que diziam ser a civilização do país. Em “Os Sertões”, Euclides da Cunha atingia seu público fazendo associações diretas entre o homem sertanejo inculto e sua terra devastada pelas secas e guerras civis, já Coelho Neto, realizou, em 6 de Setembro de 1911, um discurso inflamado na Câmara dos Deputados de defesa às florestas, anunciando que “o manancial esgota-se e já nos levantamos para esperar, de pé, a miséria que se anuncia”¹⁸.

A eloquência dos literatos e homens de ciência foi fundamental para que as autoridades públicas realizassem alterações em seus discursos. Em 1920, o então presidente da República, Epitácio Pessoa, enviou uma mensagem ao Congresso, no qual atestava que “(dentre) os países cultos, dotados de matas e ricas florestas, o Brasil é, talvez o único que não possui um único código florestal”¹⁹. À semelhança do que havia nos Estados Unidos e no estado de São Paulo, inaugurou-se em 28 de dezembro do ano seguinte (BRASIL, 1921), sob o amparo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, um departamento especializado para a gestão administrativa do problema florestal: o Serviço Florestal do Brasil. Para confecção do decreto que instituía, em seu artigo 68, a criação do órgão, o ministro Miguel

¹⁶ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 234.

¹⁷ PÁDUA, J. A. Op. Cit, 2002, p. 11.

¹⁸ NETO apud SANTOS, Margaret Ferreira dos. “A destruição da Natureza e os Arautos do Conservacionismo Brasileiro nas primeiras décadas do século XX”. *Revista Uniara*, n. 21/22, 2008/2009, p. 47.

¹⁹ PESSOA apud MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil no Brasil do século XVI ao XXI*. São Paulo: Peiropólis, 2005, p. 154.

Calmon de Almeida contou com a participação do engenheiro agrônomo gaúcho Luiz Simões Lopes, secretário da comissão que redigiu a legislação e membro de uma família de influência política na Câmara.

Devido seu profissionalismo e relacionamento amistoso com os demais representantes, Simões Lopes logo recebeu um convite do diretor nomeado para administrar o Serviço Florestal - Francisco de Assis Iglésias - para colaborar com o organismo “cuja sede era junto do Jardim Botânico, no chamado Horto Florestal”²⁰. Sobre a instituição, Lopes declara:

O Serviço Florestal começou a funcionar com alguns funcionários muito bons e competentes. Eram engenheiros agrônomos que se dedicaram muito ao problema florestal. O governo teve, também a boa ideia de trazer um técnico dos Estados Unidos [o naturalista William T. Cox] que, viajando pelo país, conheceu a situação e escreveu uma série de trabalhos sobre o assunto. Naquele tempo, o Brasil era uma grande floresta. Hoje [1990, quando realiza o depoimento] está essa incrível devastação verdadeiramente criminoso que se praticou e, se pratica todos os dias, até no Rio de Janeiro²¹.

Seu interesse pelo campo incipiente era impressionante e, ao depor em entrevistas de história oral, atribui a ele esta iniciativa antes de comentar os conflitos políticos pelas quais sua família perpassou, rotulando-se como um pioneiro da preocupação ambiental. Realizou várias ações reflorestadoras, bem como foi de sua vontade a criação de uma revista especializada na temática. Comenta ele que:

[Durante a Campanha de Getúlio Vargas em 1929] Eu estava aqui no Rio, no meu trabalho normal no Serviço Florestal, no Ministério da Agricultura, que eu conhecia razoavelmente bem, porque não só eu gostava muito do assunto – tanto que, pouco tempo depois, consegui criar, a minha custa e de um outro amigo [Francisco Rodrigues Alencar, gerente do periódico], uma revista chamada *Revista Florestal*, que foi, que eu saiba, a primeira manifestação clara de pregar, através de uma revista especializada, a conservação da natureza, como nós chamávamos então, que hoje muitos chamam de meio ambiente²².

O periódico foi organizado com bastante agilidade. Em junho de 1929, os diretores técnico e gerente ainda estavam à procura de colaboradores advindos dos principais espaços científicos, indagando em correspondências aos cientistas sobre a possibilidade de escrever artigos na revista que circularia a partir do mês seguinte. Esta seria um porta-voz de divulgação e promoção do Serviço Florestal do Brasil:

Illmo. Snr. Dr. Alberto José de Sampaio. Saudações. Circulará, no próximo mês de Julho, a “Revista Florestal”- órgão de defesa das florestas e assistência [sic] às indústrias de madeiras e sub-productos florestaes. Trata-se de um mensário cujo aparecimento é o mais oportuno, e que já conta com o valioso apoio e estímulo de

²⁰ SILVA, Suely Braga da. *Luiz Simões Lopes: Fragmentos de memória*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 55.

²¹ Ibidem.

²² LOPES, Luís Simões. *Luís Simões Lopes II (depoimento, 1990)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, p. 1.

technicos e personalidades de mais illustres do paiz que bem reconhecem a necessidade de um órgão coordenador dos assumptos florestaes brasileiros. Não póde, pois, a “Revista Florestal” dispensar o vosso auxílio e, por isso, pede permissão para incluir o vosso nome na lista dos seus collaboradores, assim como entre os membros do “Conselho Consultivo”. Confessando-se gratos, firmam-se. [Assinado] Luiz Simões Lopes e Francisco Rodrigues de Alencar.²³

Analisa-se neste fragmento que o capital cultural e simbólico dos *hommes de sciencia* se projetaria nas páginas do periódico, dotando de credibilidade no meio científico este recente impresso. E, por sua vez, o cientista, além de adquirir maior respaldo acadêmico, a circulação desta publicação no mercado editorial significava, individualmente, consolidar sua posição intelectual no campo com a divulgação de suas propostas. O interessante neste ponto é verificar que a inserção do intelectual na redação é tida enquanto um auxílio à revista e não como oportunidade ao cientista.

Em julho, tal como planejado, a pequena editora Alba da rua do Lavradio, número 60, “compôs e imprimiu” a primeira edição da revista.²⁴ A capa já demonstrava sua intencionalidade: em letras garrafais intitulava a publicação de “Revista Florestal” e como subtítulo “(Brasil)”. Assim, ilumina sua proposta de conservação do patrimônio nacional, explorando o potencial da “brasilidade” no seio da natureza. Traçando as linhas editoriais em “Nosso programa”, os diretores da revista justificam sua criação - em comum acordo com os demais periódicos que iniciavam seu processo de redação -, dizendo estar suprimindo uma lacuna²⁵ do mercado, vindo, pois, “modestamente formar na ala dos cavalleiros [sic] da riqueza do Brasil, preenchendo um claro que há muito víamos, notando nas fileiras dos que propugnam pelo aproveitamento racional dos prodigiosos dons com que nos galardoou a Natureza.”²⁶

O público a quem se dirigia a revista também se encontrava nesta coluna em termos claros e precisos: “Todos os silvicultores e os que commerciam [sic] em madeiras e sub-productos florestaes terão grandes vantagens em annunciar na “Revista Florestal” e assignal-a, pois ella terá larga circulação no paiz e estará em contato com o commercio madeireiro de todo o mundo.(...)”²⁷. Em síntese posterior, avalia que “independente da parte scientifica [sic] que será abordada [teremos] a intenção de fazer uma revista útil e interessante para todos.(...)”

²³ Correspondência de Lopes e Alencar à Alberto José de Sampaio, datada de 19/06/1929, sobre a possibilidade de colaboração na revista. Documento custodiado pela Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Seção de Botânica, Caixa BR.MN.DB. 29. Maço de 1929.

²⁴ *Revista Florestal*, n.1, ano I, jul.1929, Documento custodiado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²⁵ MARTINS, A. L. Op. Cit, 2008, p. 17.

²⁶ *Revista Florestal*. Op. cit, p. 3.

²⁷ Ibidem.

sendo uma sentinella vigilante das nossas preciosas florestas”²⁸ Segundo as palavras dos diretores no editorial da segunda edição, a revista foi bem recebida pela mídia jornalística²⁹. Verificando os jornais *Correio da Manhã* e *O Paiz*, comprovamos a sua boa recepção. O primeiro anunciou em uma breve nota que: “O primeiro número da 'Revista Florestal', que temos em mão, está bem cuidada e offerece [sic] interessante matéria.”³⁰ O segundo, sustenta que o exemplar daquela edição era repleto de informações úteis, resgatando seu lema “amar a árvore é amar a vida” e colocando-a de importante colaboração científica.³¹

Portanto, a revista que possuía, aproximadamente, entre 20 e 25 páginas e custava 2 mil réis (10 vezes mais do que um jornal popular), preconizava o uso racional dos recursos naturais com base na atuação do Estado forte e centralizado perante à degradação florestal, privilegiando o ensino da silvicultura em detrimento da exploração capitalística³², bem como caracterizava a natureza com encantamento estético, higiênico, social e científico.

3. “Não viveu inutilmente quem plantou uma árvore...”

Apesar de seus pressupostos e artigos realizarem uma tenaz defesa do reflorestamento e conservação às “riquezas nacionais”, o periódico envolvia-se de controvérsias paradoxais e dificuldades de toda ordem. Dentre elas, enumeramos a escassez de correspondentes, a publicidade incoerente ao editorial da revista, os reflexos da crise econômica na bolsa de valores de Nova Iorque e, em primeiro momento, a ausência de apoio político.

A questão central para abrir uma discussão sólida sobre as controvérsias da revista, corresponde ao descompasso de interesses entre os madeireiros e a racionalidade dos recursos. Com bem sabemos, este grupo social é composto, em sua maioria, pelas elites agrárias nacionais que veem nas florestas um aporte de recursos inesgotável. A derrubada das matas para extrair as madeiras destinadas à fabricação - de móveis, óleos vegetais, carvão, plantas medicinais, entre outras – e consumo da indústria tornou este segmento social de importante valor para a economia. As madeiras nobres da florística brasileira foi apropriada por tais

²⁸ Ibidem.

²⁹ Cf. “O aparecimento da ‘Revista Florestal’”. *Revista Florestal*, n. 02, ano I, ago. de 1929, p.03. “Somos muito gratos aos jornais cariocas e dos Estados pela maneira carinhosa com que registraram o aparecimento do nosso mensario, bem como a todos aqueles que vêm attendendo ao nosso apello de cooperação não só tomando assignaturas como inserindo annuncios de seu commercio na Revista Florestal”. Documento custodiado pela Biblioteca Nacional e Biblioteca do Museu Nacional.

³⁰ Cf. “Revista Florestal”. *Correio da Manhã*. n.10.396, ano XXIX, 17 de Julho de 1929, p.11.

³¹ Cf. “Revista Florestal”. *O Paiz*, n.16.332/16.333, ano XLV, 9 de Julho de 1929, p.07.

³² NASH, Roy. “Orientação florestal Brasileira: A Silvicultura versus a exploração capitalística”. *Revista Florestal*, n.03, Ano I, set. de 1929, p.05-06.

setores a fim de acumular capitais, seja pelo abastecimento interno dos centros urbanos que se expandiam ou pela exportação em larga escala, principalmente, para os Estados Unidos e Europa.

Como já dissemos anteriormente, a revista tinha por finalidade atingir a este público. Entretanto, como questionar as depredação das florestas se o grande responsável por ela é o leitor a quem se dirige? Duas alternativas foram feitas para responder tal questão. A primeira, caracterizava-se pela persuasão e distinção entre o madeireiro e o silvicultor³³. A este último, eram atribuídos pontos positivos, como aquele que é racional, pensa nas gerações futuras e na prosperidade da nação, isto é, colocava em primazia a sociedade no lugar do indivíduo. Ao primeiro, contudo, refere-se ao mal-agricultor, pois trata-se de um ser individualista e imediatista, que merece o desprezo da sociedade pela sua insensibilidade para com a “encantadora” natureza, cometendo crimes de queimadas, incêndios florestais e corte deliberado das árvores para atender as suas mesquinhas necessidades, ou seja, adequa-se à forma voraz do capitalismo. O leitor, é claro, era então persuadido passando a designar a si próprio enquanto silvicultor, ainda que as suas práticas agrícolas e extrativistas permanecessem exploratórias.

A outra alternativa a qual a revista inclina-se diz respeito a responsabilização dos danos ambientais a um público de não-letrados, fazendo-se menção aos caboclos e povos indígenas. Ainda que os saberes tradicionais destas comunidades tivessem poder destrutivo infinitamente menor do que os grandes madeireiros, suas práticas roceiras e de agricultura itinerante foram condenadas desde a sua primeira edição. Paulo Souza, inspetor geral do Serviço Florestal esclarece que:

O movimento florestal do Brasil começou, por assim dizer, por meio de constantes protestos da imprensa, por particulares e por alguns deputados, contra o desperdício e uso pródigo dos recursos florestais [sic]. Os nossos caboclos não vacillavam na aplicação do machado e do fogo às nossas mattas, com o fim de conquistar terras

³³ Vale salientar que a revista é permeada por referências a silvicultura. Em uma analogia, de grosso modo, a silvicultura para aquela geração tinha um significado especial, tal como vislumbramos o termo sustentabilidade, no qual representava um ideal ainda não alcançado de superação da degradação florestal e melhoria dos problemas sociais, econômicos, estéticos e higiênicos. A expressão ganha força com a publicação de Alberto José de Sampaio, “O Problema Florestal”, de 1926. Este livro foi resultado das pesquisas desenvolvidas nos últimos anos no tocante a questão florestal, apresentando referências como Edmundo Navarro de Andrade, intelectual de participação em atitudes políticas de defesa às florestas no Estado de São Paulo e Gonzaga Campos que elaborou o primeiro mapa florestal brasileiro em 1912. Com o Congresso Internacional de Silvicultura, em 1925, ocorrido em Roma, o livro adquiriu contornos ainda mais importantes. A viagem de Sampaio à Roma trouxe na bagagem um ideário de intensificação do estímulo ao ensino de crianças e jovens a prática do amor às árvores bem como a noção de Estado centralizado, tal como o de Benito Mussolini na Itália, que criou uma milícia florestal formada pelo público infantil, semeando desde cedo as noções de autoridade, hierarquia, controle, fiscalização e defesa à pátria. Em 1929, inspirados por Roma, ocorreu a Primeira Conferência Interamericana de Agricultura que recomendou reconhecimentos florestais; silvicultura racional e reflorestamento.

para as suas lavouras. No fim de 4 a 5 annos eram feitas novas derrubadas sob a alegação absurda de que essas terras depois de um período insignificante do cultivo rotineiro, apresentavam signaes de fraqueza na sua capacidade productora. (...) Assim se succederam diversas gerações até que há pouco tempo começaram a apparecer os justos protestos de homens capazes e previdentes procurando restringir esses abusos e ao mesmo tempo clamando sobre a necessidade de reintegração de uma parte de nosso patrimônio florestal a ser legado aos nossos descendentes.³⁴

Como se vê, a complexidade destes fios de relações tornam-se mais complexos. Aqui evidencia-se claramente uma formulação de um discurso, no qual os responsáveis pela degradação são as camadas mais baixas da população rural. Para superar isto, os intelectuais - sob a “imparcialidade” que lhe é característica - deveriam divulgar o saber erudito e promover alterações nos padrões de comportamento destes grupos sociais. Subjacente a isto, temos a esfera do não-dito, aqueles interesses velados que justificam a ação. O não-dito, neste caso, refere-se aos conflitos pela posse da terra, a fim de legitimar um processo de concentração fundiária, desterritorializando os importunos à terra, aqueles que se relacionam com a natureza de modo danificador ao bem da nação.

Os anúncios também destoavam das propostas editoriais. Como mencionou Lopes em entrevista, ele e Alencar obtiveram anunciantes pelo seus próprios esforços. Porém, estes, tal como a empresa privada em geral, possuía um norte magnético apontado em direção ao “progresso”. Questionando-se sobre este conceito³⁵, denotamos que isto simbolizava a modernidade vigente, cuja fórmula subsistia em ampliação da indústrias nos centros urbanos do país e cidades médias e pequenas, estimulando o consumo desenfreado. A “vocação agrícola” do país, todavia, deveria atingi-lo, através da intensificação do uso do solo, mecanização dos campos e utilização de defensivos químicos. No que pese a indústria, a revista contava com o anúncio de máquinas agrícolas como a da empresa de “John Deere” que demonstrava seu reconhecimento no mundo pela sua qualidade superior de sua fabricação e organização industrial dos seus estabelecimentos, contendo uma enorme variedade de máquinas para a agricultura. Ademais, promovia o “Seccador São Paulo” que ocupava uma página inteira do periódico, sendo o principal anunciante, vendendo máquinas de exportação de café. Também evidenciamos a fábrica de artefactos [sic] de alluminio e outros metaes de A.J. Teixeira e cia. que pretendia abastecer à iluminação pública. A indústria salina “Xarqueada” também publicou na revista, informando que o seu sal era muito melhor que o de qualquer país estrangeiro. Visando estimular a produtividade do trabalho agrícola e do

³⁴ Cf. SOUZA, Paulo de. “Perspectivas e Confrontos”. *Revista Florestal*, n.1, ano I, jul.de 1929, p.14.

³⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol, 5, n. 10, 1992.

solo, anunciaram-se o medicamento “Neo-necatorina” contra a preguiça, apatia e ancilóstomo (doença conhecida como amarelão, que atingia boa parcela das populações rurais) e uso de formicidas “Tatu” com morte segura às formigas. Mas o que merece destaque pela sua total incoerência com o propósito da revista, diz respeito às serralharias. Em especial, a “Serra Rinco”, que promovia a venda de motosserras que economizavam “os braços e o tempo”, pois equivaliam a 23 homens por dia. Este anúncio apresentava o seguinte *slogan*: “Para a derrubada das mattas”.

Indubitavelmente, estas publicações nos permitem enfatizar a ausência de anúncios em prol da natureza. Trigueiro (1992), estudando a formação de jornalistas ambientais no século XXI, nos faz lembrar que há uma grande dificuldade da mídia em expor as causas ambientalistas, pois os meios de comunicação, dentre eles a revista, são locais privilegiados do consumo, rival indissociável do meio ambiente. Se ainda relutamos em constituir uma imprensa especializada nesta questão nos dias atuais, os contemporâneos de Lopes e Alencar sem dúvida, tiveram aqui um de seus principais entraves para a continuação da revista. Além de poucos anunciantes, verificado na expressão constante “anuncie na Revista Florestal”, o número de correspondentes também não era satisfatório para a uma revista que visava estabelecer uma integração nacional.³⁶

Outro entrave que impossibilitava a permanência do periódico está vinculado ao encarecimento do papel para produção de impressos, bem como a quebra de muitas fábricas de celulose no Brasil, em virtude da crise econômica que abalou os anos de 1930. O resultado disto, é que embora a revista se intitulasse desta maneira, sua formatação era constituída com um suporte similar ao papel-jornal, que era menos oneroso no comércio. A única edição que excedeu a esta regra foi a edição comemorativa de julho de 1930. Com páginas de papel-revista, e tão aguardada pelos próprios editores, que anunciaram desde março do mesmo ano, a edição de aniversário descaracterizou um padrão seguido até então. O título da revista que era acompanhado pelo subtítulo Brasil entre parênteses, foi isolado, isto é, retirou-se a expressão “(O Brasil)”. Talvez isto significava a descrença com o futuro da nação, devido as campanhas eleitorais fraudulentas da Primeira República, que já norteavam Júlio Prestes como candidato presidencial paulista.

Esta edição especial que custou 5 mil réis - três mil a mais do que era vendido normalmente – foi bem diferenciada também em outros elementos da capa. Era tradicional

³⁶ A necessidade de correspondentes estava evidente em: “A administração da “Revista Florestal” necessita de agentes e correspondentes idoneos [sic] em todos os Estados. Roga-se escrever dando referencias. As correspondências deveriam ser enviadas ao diretor-gerente. Estrada Dona Castorina, 631 (Gávea). *Revista Florestal*, n.1, ano I, jul. de 1929, p. 3.

colocar o título, subtítulo, dois anúncios e listar os colaboradores do Jardim Botânico, Serviço Florestal, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Museu Nacional. Porém, retirou-se também os anúncios e os colaboradores da capa, dando espaço a um ipê-roxo, planta que florescia no final de junho e perdia suas flores em agosto. Tal como a perda destas flores, a revista esvaneceu-se entre as florestas de utopias ecológicas. Simões Lopes e Rodrigues Alencar anunciaram no edital de aniversário que tiveram que superar vários problemas para manter o programa inicial da revista, porém não suportaram as hostilidades que impuseram a eles. Esclareceram que “no Brasil, as publicações especializadas lutam com os maiores embaraços, até que a classe, ou a indústria, ou os interesses que a servem, compreendam o valor do seu esforço e venham em seu auxílio”³⁷. Portanto, estão na contingência de suspender as edições, mas esperava retornar assim que pudessem. Na verdade, o que faziam os autores ao encerrar a publicação da revista era um passo decisivo para efetivação das questões florestais pelo Estado nacional. Saíram da redação para adentrar nas ruas em campanha a favor da política de Getúlio Vargas. A efervescência política foi a pedra fundante para o fechamento da revista. Sobre a participação na Aliança Liberal, Lopes assevera que foi participante acíduo do movimento de 1930.

Após a vitória de Vargas, Simões Lopes foi gratificado com um cargo no gabinete oficial do presidente e, ao longo de 1931, as transformações florestais já se tornavam nítidas, sobretudo em escala mundial, tendo Paris como a metrópole difusora deste ideário conservacionista, sediando o II Congresso Internacional de Proteção à Natureza³⁸, além do I Congresso Internacional de Geografia, no qual as propostas de uma mentalidade reflorestadora ganharam vigor. Em escala nacional, as percepções da relação entre Estado e problema florestal tornaram-se mais íntimas. Almejavando estender a figura do público e do bem da “nação”³⁹, o Estado Varguista teve na questão florestal um meio de forjar uma identidade nacional, incrementar receitas de turismo e hotelaria, divulgando a noção de paraíso tropical e, sobretudo, possibilitaram a expansão da ação pública através de regulamentações e intervenções, legitimando sua biopoder, seu controle da vida biológica populacional⁴⁰.

³⁷ *Revista Florestal*, n. 12, ano II, jul-ago de 1930, p. 3.

³⁸ O primeiro Congresso de Proteção à Natureza tinha ocorrido em 1923, na mesma cidade, com o intuito de revisar a exploração colonialista da fauna e flora da África e Ásia. Dela resultou a *Revue Internationale de legislation pour la Protection de la Nature*.

³⁹ Este conceito é retratado tal como evidencia Anderson como uma comunidade imaginada. Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. “A Vontade de saber”. In: *A História da Sexualidade*. Vol.1. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Neste sentido, o apoio político e as atividades intelectuais individuais foram de suma importância para reavivar o periódico. Apesar de não contar com a participação direta de Simões Lopes no retorno, devido suas atribuições públicas notórias no governo provisório, a Revista Florestal entrou novamente em circulação em fevereiro de 1932. Na capa retirou os anúncios para a entrada de um sumário do periódico e adicionou a expressão “Mensário de divulgação dos conhecimentos úteis relativo às florestas, silvicultura, produtos florestais e de defesa dos interesses econômicos do Brasil”. Em seu editorial, retomou o subtítulo “(Brasil)”, tributou homenagens à Simões Lopes pelo empenho durante os dois anos em que a revista não circulou e afirmou-se que, apesar de sinalizarem que desejavam retornar, viam as condições impossíveis para tal. O patrocínio do Estado foi essencial para tal iniciativa e recorreram a um famoso provérbio oriental que diz: “Não viveu inutilmente quem plantou uma árvore”, ou seja, as propostas ambientais permaneceram vivas mesmo quando o periódico que as semearam esteve fora de circulação⁴¹. Desse modo, a revista retorna levantando as mesmas bandeiras com menos anúncios, porém maior credibilidade perante ao Estado. Este suporte estatal foi incrementado pelo ofício n. 573 de março de 1932, que colocava a Revista Florestal como órgão de publicação oficial do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em maio do mesmo ano, foi designado o então diretor bibliotecário do Serviço Florestal, Francisco Rodrigues de Alencar, como chefe único desta nova fase da revista⁴².

4. Considerações Finais

Ao folhear as páginas da Revista Florestal foi possível delinear as limitações para o surgimento de uma imprensa especializada no que tange o problema florestal. A resolução desta questão teve o papel imprescindível da articulação do Estado Vargasista e intelectuais que se engajaram nas propostas sociais, não se posicionando apenas como homem de pensamento, mas, acima de tudo, homens de ação. Estes desenvolveram estratégias intelectuais consistentes de fundamentar e divulgar seus ideais ao Estado. Dentre estes meios de propagação, as revistas se tornaram uma das mais importantes formas de influência.

Nesse sentido, Simões Lopes e Rodrigues de Alencar criaram a revista problematizando um dos debates mais calorosos no final dos anos de 1920 e obscurecido pela prática historiográfica. Por meio destas folhas, defendiam o ensino da silvicultura, o uso de métodos para a racionalização dos recursos naturais, responsabilizavam os “homens incultos”

⁴¹ *Revista Florestal*, n.2, ano II, Fev. 1932, p. 3.

⁴² *Revista Florestal*, n.3, ano II, Out. 1932, p. 3.

pelas práticas de exploração e divulgavam o trabalho executado no Serviço Florestal do Brasil. Entretanto, a grande depressão econômica que encareceu o papel e colocou à falência indústrias de celulose, a ausência de publicidade coerente com o editorial, a falta de investimento público na imprensa, a escassez de correspondentes pelo Brasil e as turbulências da campanha presidencial de 1930 foram condicionantes que levaram a revista ao seu fechamento. Retornou somente após a vitória de Vargas, que pretendia expandir a esfera pública e regulamentar a questão florestal.

Portanto, o Estado interventor de Vargas atuou de modo decisivo para que os discursos de conservação à natureza, preconizados pelos intelectuais de instituições científicas e literárias ganhassem efetividade política e atingissem o domínio da sociedade brasileira, a fim de que a civilização – esta que, de acordo com Francisco de Assis Iglésias⁴³ se pauta na organização florestal - fosse então alcançada definitivamente.

Fontes primárias

a) Manuscritos

MUSEU NACIONAL (Brasil). Seção de Memória e Arquivo. *Fundo Alberto José de Sampaio*, 1911?-1937?. (BR MN AJL)

_____. *Fundo Museu Nacional*. Série Botânica, 1831?-1990? (BR MN DB)

b) Jornais

“Revista Florestal”. *Correio da Manhã*. n.10.396, ano XXIX, 17 de Julho de 1929.

“Revista Florestal”. *O Paiz*, n.16.332/16.333, ano XLV, 9 de Julho de 1929.

c) Boletim

SAMPAIO, Alberto José. *Relatório Geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*. In: Boletim do Museu Nacional, Vol. XI, n.1, março de 1935.

⁴³ IGLÉSIAS, Francisco de Assis. Efeitos economicos da acção do Serviço Florestal e o problema do reflorestamento. *Revista Florestal*, n.01, ano I, jul. 1929, p. 4. Este foi o primeiro artigo da revista.

d) Revistas

Periódicos da Revista Florestal estão disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca do Museu Nacional e no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ALONSO, Ângela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial (1870-1889)*, v.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. 8 ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2007.

BRASIL. Decreto n.15.211, de 28 de Dezembro de 1921.

Disponível: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=15211&tipo_norma=DEC&data=19211228&link=s> Acesso em: 26/07/2012.

CHARTIER, Roger. “O homem de letras”. In: VOLVELLE, Michel (Org.). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Ática, 2000.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. “A Vontade de saber”. In: *A História da Sexualidade*. Vol.1. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRANCO, José Luiz; DRUMMOND, José Augusto. “Alberto José Sampaio: um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza”. *Varia Historia: Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, Belo Horizonte, n.33, p.129-159, jan.2005. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/33p129.pdf>>. Acesso em: 04. jul. 2012.

FRANCO, José Luiz. “A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional”. *Varia Historia: Programa de Pós-graduação em História da UFMG*,

Belo Horizonte, n. 26, p. 77-96, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/26p77.pdf>>. Acesso em: 04. jul. De 2012.

HORTA Duarte, Regina. *A Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol, 5, n. 10, 1992.

LOBATO, Monteiro. *A Onda Verde*. 2ed. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1922. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/32173526/A-Onda-Verde-Monteiro-Lobato>> Acesso em: 04.07.2012.

LOPES, Luís Simões. *Luís Simões Lopes II (depoimento, 1990)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *As fontes históricas*: São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. *Revista em revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2008.

MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil no Brasil do século XVI ao XXI*. São Paulo: Peiropólis, 2005

MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. “Debates sobre a proteção à Natureza e o papel dos cientistas na criação do código florestal de 1934”. In: *I Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde*, 2011, Rio de Janeiro. Anais eletrônico da I Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2011. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/jornada/images/Anais_Eletronico/vanessa_mello.pdf> Acesso em: 17/07/2012.

PÁDUA, José Augusto de. “‘Cultura esgotadora’: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Imperial”. *Estudos de Sociedade e Agricultura*, n.11, Outubro de 1998.

_____. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SANTOS, Margaret Ferreira dos. “A destruição da Natureza e os Arautos do Conservacionismo Brasileiro nas primeiras décadas do século XX”. *Revista Uniara*, n. 21/22, 2008/2009.

SILVA, Suely Braga da. *Luiz Simões Lopes: Fragmentos de memória*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TRIGUEIRO, André. *Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. 2 ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.

WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. Traduzido por José Augusto Drummond. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991.

Getúlio Cabral: Trajetória e Morte de um Militante Comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador

*Giselle dos Santos Siqueira**

Resumo: Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em 04 de abril de 1942, em Espera Feliz (MG). Segundo seu irmão Vitor Hugo, seu nome foi uma homenagem que sua mãe prestou ao presidente Getúlio Vargas. Getúlio Cabral era filho de Manoel Arcanjo de Oliveira e Lindrosina Cabral de Souza. Seu pai trabalhou como professor leigo, em obras da Construção Civil e produziu uma máquina fotográfica artesanal, atuando como fotógrafo. Já sua mãe era camponesa e sem letramento. Na década de 1950, a família veio morar em Duque de Caxias. Nesse período, Getúlio tinha apenas sete anos de idade. Manoel Arcanjo e Lindrosina Cabral, pais de Getúlio, participavam do movimento feminista e comunista, atuando em uma das Células do Partido, além das organizações de bairro. Entre os 12 e 13 anos, Getúlio já iniciou sua militância política na União da Juventude Comunista, influenciado pela participação de sua mãe, em atividades contra a guerra na Coréia. Exercia papel de liderança nas lutas comunistas. Ao atingir a maioridade foi recrutado pelo partido. Foi dirigente regional do PCB e dirigente nacional do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Era chefe do Grupo de Fogo, na Guanabara, também chamado de Esquadra Militar. Este foi o último grupo de guerrilha urbana no Rio de Janeiro. Getúlio foi morto sob torturas no dia 29 de dezembro de 1972, aos 30 anos, no DOI/CODI-RJ (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas). Ele foi uma das vítimas do massacre que também vitimou Fernando Augusto da Fonseca, José Silton Pinheiro e José Bartolomeu Rodrigues de Souza.

Meu objeto de estudo está centrado na investigação da trajetória de Getúlio de Oliveira Cabral, um militante do PCBR que foi assassinado em 1972 pelos militares.

Esse projeto de pesquisa tem como objetivo retratar a trajetória de Getúlio Cabral, a partir do seu nascimento em Minas Gerais a sua chegada à Duque de Caxias. Atravessando o período dos anos 1950 e 1960 revelando a sua militância política em Caxias, na Guanabara e em Salvador até sua morte trágica ocorrida na Ditadura Militar, em 1972.

* Mestranda em História Política pela UERJ. Orientador: Oswaldo Munteal Filho. Email: giselle.historia@gmail.com

Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em 04 de abril de 1942, em Espera Feliz (MG). Segundo seu irmão Vitor Hugo, seu nome foi uma homenagem que sua mãe prestou ao presidente Getúlio Vargas.

Getúlio Cabral era filho de Manoel Arcanjo de Oliveira e Lindrosina Cabral de Souza. Seu pai trabalhou como professor leigo, em obras da Construção Civil e produziu uma máquina fotográfica artesanal, atuando como fotógrafo. Já sua mãe era camponesa e sem letramento.

Quando Getúlio Cabral e sua família vieram para o Rio de Janeiro, eles instalaram-se em Petrópolis. Chegaram à cidade de trem e foram morar no Alto do Quitandinha.

Na década de 1950, a família veio morar em Duque de Caxias. Nesse período, Getúlio tinha apenas sete anos de idade. Residiam na Rua Diamantina, que é a atual Avenida Leopoldina. E depois se mudaram para a Rua do Retiro (entre Gramacho, Leopoldina IV e Centenário).

Getúlio e seus irmãos estudaram na Escola Municipal Darcy Vargas, localizada no Corte Oito. Vitor Hugo, irmão de Cabral, lembra dos cantos diários do Hino Nacional e do Hino da Bandeira, das aulas ministradas por um padre que ensinava bons costumes.

Manoel Arcanjo e Lindrosina Cabral, pais de Getúlio, participavam do movimento feminista e comunista, atuando em uma das Células do Partido, além das organizações de bairro. Entre os 12 e 13 anos, Getúlio já iniciou sua militância política na União da Juventude Comunista, influenciado pela participação de sua mãe, em atividades contra a guerra na Coreia. Exercia papel de liderança nas lutas comunistas. Ao atingir a maioridade foi recrutado pelo partido.

Ele começou a trabalhar com quatorze anos, consertando máquinas fotográficas. Incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramentos de seu bairro, no município de Caxias e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos onde participou das lutas de sua categoria profissional. Trabalhou como escriturário na FNM (Fábrica Nacional de Motores). Casou-se aos 20 anos com Maria de Lourdes, com quem teve dois filhos.

Foi dirigente regional do PCB e dirigente nacional do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Era chefe do Grupo de Fogo, na Guanabara, também chamado de Esquadra Militar. Este foi o último grupo de guerrilha urbana no Rio de Janeiro.

Segundo a documentação do DOPS/RJ, Getúlio participou como representante do PCBR, na ação da Frente Terrorista (ALN)¹, VAR(VAR- Palmares)² e VPR (Vanguarda

¹ Ação Libertadora Nacional. A ALN foi a organização de maior expressão e contingente entre os grupos que

Popular Revolucionária)³, que assassinou no Rio o marinheiro inglês David A. Cuthberg (05 de fevereiro de 1972), que estava no Brasil para os festejos do sesquicentenário (150 anos) da Independência.

Na Guanabara, além de chefiar pessoalmente a execução de todas as ações do grupo de Fogo, Getúlio participou ainda do assalto ao DETRAN - Campinho (10/01/1972) e a dois bancos na Rua Bela – São Cristovão, sendo um deles o Banco Novo Mundo do qual foram roubados a quantia de Cr\$ 6.000,00.

Participou também do roubo da Kombi na ponte de Quintino (24/09/1971), a mesma pertencia ao Banco Nacional de Minas Gerais, a uma escola na Rua Conde de Bonfim, a delegacia do Ministério do Trabalho em Bonsucesso e do roubo de três automóveis Volkswagen na Rua Dias da Cruz no Méier.

Em 1968, viajou para Cuba para fazer um “curso de treinamento de guerrilhas”. Quando voltou de Cuba, a perseguição ficou mais intensa. Em 1969, 1970, no bairro de Parada Angélica, morava Getúlio, sua esposa e seus dois filhos. Ele foi seguido até sua casa, que foi saqueada e quebrada. Getúlio conseguiu fugir e foi para outros estados, entre eles, Bahia.

Getúlio possuía os seguintes codinomes: Gogó, Gustavo, Artur, Feio, Tasso e Camilo.

Estava condenado a vinte anos de reclusão pela 6ª. CJM por participação no assalto a Agência Liberdade do Banco da Bahia – Salvador, 1970. Getúlio teve sua prisão preventiva decretada em 17 de dezembro de 1971; mas continuou foragido até o dia de sua morte. No Rio, tinha sido condenado a doze anos de prisão e a suspensão dos seus direitos políticos por dez anos.

deflagraram ações de guerrilha urbana no período 1968/1973. Nasceu como cisão do PCB entre 1967 e 1968 e sua história está indissolivelmente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB e possivelmente a liderança de maior carisma naquele partido fora Luis Carlos Prestes. A cisão que deu origem a ALN pode ser narrada pela própria trajetória de Marighella. Logo após o golpe de 1964, esse dirigente comunista foi preso no Rio de Janeiro e baleado quando tentava resistir à prisão, mesmo desarmado. Mais informações ver: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

² Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Essa organização nasceu em junho/julho de 1969, como fusão da VPR e do Colina, incorporando também um Grupo do Rio Grande do Sul intitulado União Operária. Seu nome inspirou-se na heróica epopéia de Palmares, região entre Alagoas e Pernambuco onde os negros fugidos do cativeiro organizaram um Estado independente, no século XVII, resistindo durante cem anos à sucessivas campanhas militares de cerco e aniquilamento, executadas pelas forças escravistas através dos Bandeirantes. Mais informações ver: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

³ Nem todos os grupos de esquerda participantes da fase da guerrilha urbana tiveram sua origem em cisões do PCB. A VPR nasce como um grupo praticamente paulista, resultante da fusão entre uma ala esquerda da POLOP, que rompeu com o partido após o 4º Congresso, de setembro de 1967, e setores remanescentes do projeto de criação do MNR, definitivamente falido após o fracasso da Guerrilha de Caparaó.

Getúlio foi morto sob torturas no dia 29 de dezembro de 1972, aos 30 anos, no DOI/CODI-RJ (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas). Ele foi uma das vítimas do massacre que também vitimou Fernando Augusto da Fonseca, José Silton Pinheiro e José Bartolomeu Rodrigues de Souza.

Os relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica dizem que "faleceu devido a tiroteio com agentes de órgãos de segurança". Mas o relatório da Anistia Internacional diz que ele foi morto e colocado em um carro incendiado - sendo seu corpo parcialmente carbonizado, após ter sido torturado no DOI-CODI/RJ, juntamente com José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Fernando Augusto Valente da Fonseca.

O corpo de Getúlio entrou no IML, em 30 de dezembro de 1972, pela Guia nº 11 do DOPS/RJ. Seu óbito, de nº 132.011, firmado pelo Dr. Roberto Blanco dos Santos, teve como declarante José Severino Teixeira. As causas de sua morte que constam na certidão de óbito são: ferimento penetrante da cabeça determinando fratura do crânio e destruição do tecido nervoso cerebral e carbonização. No verso desse documento, manuscrito, há a seguinte frase: "Inimigo da Pátria (Terrorista)".

Foi enterrado como indigente, apesar de estar com seu nome completo, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, em 06 de fevereiro de 1973, na cova 22.702, quadra 21. Em 20 de março de 1978 seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina, junto com mais de 2.000 ossadas de indigentes.

A morte de Getúlio somente foi divulgada em 17 de janeiro de 1973, pelo Jornal do Brasil que deu a notícia de sua morte e das mortes de Fernando, José Silton e José Bartolomeu, assim como as mortes de mais dois outros militantes do PCBR, ocorridas no mesmo dia, Valdir Sales Saboya e Lourdes Maria Wanderley Pontes, sem citar as circunstâncias de suas mortes.

No Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1991, o Grupo Tortura Nunca Mais obteve apoio para exumar 2.100 ossadas de uma vala no Cemitério de Ricardo de Albuquerque. Os corpos de mortos e desaparecidos foram enterrados em uma cova rasa e, cinco anos depois, transferidos para o ossário geral. No início da década de 1980 foram enterrados em uma vala clandestina todos os ossos de pessoas sepultadas como indigentes desde 1971 até 16 de janeiro de 1974.

Reuniu-se, então, uma equipe formada por dois médicos legistas indicados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), Gilson Souza Lima e Maria Cristina Menezes, pela arqueóloga e professora da Universidade do Estado do Rio de

Janeiro (UERJ), Nancy Vieira, e pela antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eliane Catarino. Em outubro de 1991, a Equipe Argentina de Antropologia Forense, representada por Luis Fondebrider, Mercedes Doretti e Silvana Turner, realizou um treinamento técnico com a equipe e orientou os trabalhos de catalogação dos ossos. Infelizmente, as ossadas, quando transferidas do ossário geral para a vala, foram misturadas, formando um conjunto de cerca de 430 mil ossos, entre os quais não se distingue um esqueleto completo. Mesmo assim, vários crânios e outros ossos foram retirados e acondicionados em dezessete sacos plásticos para serem examinados.

Em março de 1993, a equipe encerrou o trabalho por causa da falta de financiamento e da impossibilidade de sustentá-lo com apenas três pessoas. As ossadas catalogadas foram guardadas no Hospital Geral de Bonsucesso. O local da vala continua sendo resguardado, e no futuro pretende-se construir um Memorial nele. “A construção desse memorial é importante para que possa ser um marco no sentido de resgatar nossa história e para que nunca mais isto volte a acontecer,” afirma Romildo Maranhão do Valle, irmão de Ramires Maranhão do Valle e associado ao GTNM/RJ. Os nomes dos quatorze presos políticos enterrados nesta vala são: Ramires Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho, ambos desaparecidos; José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranússia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, **Getúlio de Oliveira Cabral**, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata e Luís Guilhardini. Outros dois militantes foram sepultados em valas comuns no Rio de Janeiro: no Cemitério de Cacuia está Severino Viana Colon e no de Santa Cruz, Roberto Cieto.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

* Polícia Política – DOPS

- Setor: Comunismo/ Pasta: 112 / Folha: 243

Reportagem do Jornal do Brasil de 17 de janeiro de 1973 contendo a notícia da morte de Getúlio e outros militantes do PCBR e um dossiê sobre a vida desses militantes.

- Setor: Comunismo/ Pasta: 122/ Folha: 223

Segundo este documento do DOPS/RJ, um dossiê sobre Ranússia Alves de Oliveira, Nhão do Vale e Almir Custódio de Lima (integrantes do PCBR).

- Setor: Terrorismo/Pasta: 12/ Folha: 140

Segundo este documento do DOPS/RJ, a depredação de dois postos de gasolina realizada por integrantes da ALN, PCBR (Getúlio) e VAR.

- Setor: Terrorismo /Pasta: 14/ Folha: 16 e 17

Segundo este documento do DOPS/RJ, Getúlio teria participado do roubo de jóias em uma residência em Copacabana em 19 de agosto de 1971.

- Setor: Terrorismo / Pasta: 15 / Folha: 4

Segundo este documento do DOPS/RJ, Getúlio teria roubado uma Kombi do Banco Nacional de Minas Gerais – Quintino (24 de setembro de 1971).

- Setor: Terrorismo / Pasta: 16 / Folha: 339

Segundo este documento do DOPS/RJ, algumas ações realizadas por Getúlio e PCBR, como por exemplo, o assalto ao Posto do DETRAN – Campinho em 10 de janeiro de 1972.

- Setor: Alvarás / Pasta: 06 / Folha: 197

18 de outubro de 1973- Documento do DOPS /RJ: 12 anos de reclusão e suspensão dos direitos políticos por 10 anos para Getúlio de Oliveira Cabral.

Livros

TELES, Janaina (Org.). *Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. In: Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. Editora Humanitas.

Trata sobre valas clandestinas no Cemitério Ricardo de Albuquerque.

Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Dossiê de Getúlio de Oliveira Cabral.

Documentário

- Memória do Uso Diário – Grupo Tortura Nunca Mais.

Documentário sobre Violência – Ditadura Militar e Atualidade.

DVD

Café com História – Maio de 2008. Entrevista com Vitor Hugo de Oliveira Cabral – irmão de Getúlio Cabral.

Disponíveis na internet

* Sites

- Grupo Tortura Nunca Mais

- Centro de Documentação – Eremias Delizoicov.

Informações sobre a vida e militância de Getúlio Cabral.

* Jornal

- A Nova Democracia – fevereiro de 2010

Entrevista com José Maria Galhassi de Oliveira - um amigo de partido de Getúlio Cabral.

* Revista

- CAMPOS, Fernando Soares. *La Insígnia*. Dezembro de 2005.

Resenha sobre o assassinato do marinheiro inglês David Culthberg

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, 1990.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *De Meritiy a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias, RJ: APPH – Clio, 2010.

BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. *O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica*. Lisboa, Difel, 1993.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Rio de Janeiro: Edusc, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas – A experiência da microanálise*. Fundação Getúlio Vargas.

MARQUES, Alexandre dos Santos. *Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)*. Dissertação (Mestrado). Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005.

MORAES, João Quartim de. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, n.1, 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História e Memória”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.) *História, Pensar e Fazer*. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História. A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, dezembro de 1993.

PADRÓS, Enrique Sena; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence Lopez; SIMÕES, Amanda Fernandes (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória*. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 5, n.10, 1992.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 2, n.3, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão; Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

_____. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RICOEUR, Paul. "Entre memória e história". In: *Projeto*. Paris: número 248, 1996, p. 11.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Dissertação (Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

SIMÕES, Amanda Fernandes (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização*. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

SIMÕES, Amanda Fernandes (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”*. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

As revistas de ano: um lugar entre as escolhas políticas de Arthur e do “público”

Giselle Pereira Nicolau¹

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo analisar as revistas de ano "O tribofe" e "O major", como peças fundamentais para se compreender a relação existente entre biografia e cultura política na obra artístico-literária de Arthur Azevedo. Interlocutor privilegiado do povo fluminense, o teatrólogo tornou-se simpatizante do governo do marechal Floriano Peixoto, posicionando-se a favor do então presidente da República tanto no teatro quanto na imprensa. Neste sentido, o entrecruzamento da história de vida de Arthur com o repertório de temas que explorou nas revistas "O tribofe" quanto "O major", revelou-se bastante fecundo. Para além do talento literário, sobejamente reconhecido pela historiografia, tal abordagem possibilitou que desvendássemos uma outra faceta do celebrado escritor, que não foi sequer tangenciada por seus biógrafos e comentadores: a do intelectual engajado que pôs sua pena a serviço dos ideais políticos com os quais se identificava.

Consideradas um gênero menor, na hierarquia do teatro musicado no Brasil, as revistas de ano constituem um importante registro histórico, ao narrar, pela via do humor, os principais acontecimentos nacionais e internacionais transcorridos ao longo de um ano. Porém, sua especificidade não reside somente numa simples operação de “registro” de informações, mas no modo como isso é organizado no interior da ficção.

Por outro lado, como observou João Roberto Faria, as revistas de ano oferecem ao espectador a oportunidade de rever fatos importantes e personalidades de destaque, funcionando como um “aide-memoire” ao aludirem a um passado muito recente, o qual é reanimado através das lembranças ainda presentes na atualidade². Por outro lado – e este é o aspecto que pretendemos destacar aqui – segundo a historiadora Tânia Brandão, este tipo de teatro, é o “teatro da liberdade”, pois nele trabalha-se com a idéia de seleção dos acontecimentos que serão alvos de crítica ou de escárnio, através da sutileza do olhar do público³.

¹ Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio Janeiro.

² FARIA, João Roberto. *Idéias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p. 161.

³ BRANDÃO, 1988, p. 9-14

O ato de selecionar alguns acontecimentos em detrimento de outros, implica uma constante reatualização, por meio da qual, os espectadores relembram os fatos e reconhecem experiências vividas e partilhadas. Um exemplo deste processo de “seleção” bastante revelador para o pesquisador contemporâneo encontra-se na revista *O tribofe*, na peça, não há qualquer referência à trágica morte de Silva Jardim, republicano histórico e um dos idealizadores do regime republicano, bem como não encontramos menção às eleições presidenciais de 1891.

Na tese, *As Comédias de Artur Azevedo – Em busca da História*, Larissa Neves considera que “a chave para a compreensão da obra dramática de Artur Azevedo centra-se na separação dos gêneros aos quais ele se dedicou: as peças musicadas e as não-musicadas.” Para a autora, essa divisão está diretamente ligada aos aspectos sócio-econômicos do público ao qual Azevedo destinou esses diferentes gêneros. Tal proposta corresponderia a dois grupos: “o “público” comum, pobre, analfabeto; e a “sociedade” intelectual e/ou economicamente privilegiada”⁴.

Ao tentar mapear quem era o público que aplaudiu e festejou Arthur Azevedo no teatro, Larissa Neves considera que a população menos abastada frequentava com regularidade os espetáculos e encenações musicadas de Azevedo. Segundo a autora: “pobres ou, quando muito, os remediados”, compunham o “público”, do qual faziam parte os trabalhadores especializados, funcionários públicos ou ambulantes.” Para Neves, Arthur escrevia suas comédias ligeiras, especialmente suas revistas de ano, para este tipo de espectador⁵.

Divergimos dessa interpretação, considerando-se que Arthur Azevedo tentou alcançar um público diversificado, através de seu teatro de revista. Longe da dicotomia apontada pela autora, acreditamos que Azevedo trouxe para os palcos um repertório atualizado, tentando dialogar com o público heterogêneo que efetivamente freqüentava os teatros da época. Soma-se a este argumento, a posição mantida por Arthur, para quem era possível fazer arte por meio do teatro musicado.

Considerando-se que o teatro de revista de Arthur oferece subsídios para compreensão dos anos iniciais da República, nos próximos parágrafos serão analisadas duas revistas de ano: *O tribofe* e *O major*. Emblemáticas, as peças entrelaçam-se de modo singular à biografia do

⁴ NEVES, Larissa. *As comédias de Arthur Azevedo – Em busca da história*. Tese (Doutorado). Campinas, [s/n], 2006, p. 20.

⁵ Ibidem, p. 23.

teatrólogo, ao mesmo tempo em que constituem pistas importantes da visão de mundo do autor e, também, da cultura política de sua época.

Composta por três atos e doze quadros, a revista *O tribofe* foi representada pela primeira vez no Teatro Apolo, em 1892. A revista se inicia com a chegada de uma família de Eusébio, fazendeiro de São João de Sabará, à capital da República. Acompanhado da esposa, Fortunata, e dos filhos Quinota e Juca, além da empregada, a mulata Benvinda, o fazendeiro vem à capital à procura de Gouveia, noivo de Quinota, que deixara a jovem e partira para o Rio de Janeiro em busca de aventuras e atraído pelas oportunidades de enriquecimento fácil proporcionadas pelo período de febre especulativa que ficou conhecido como encilhamento.

A revista se constrói em torno do choque entre os costumes urbanos e rurais, seguindo, aliás, a já tradicional tópica do confronto entre roça e cidade, inaugurada por Martins Pena. Tendo este contraste como eixo cômico, passam-se em revista os acontecimentos do ano de 1891, referidos especialmente ao encilhamento. Explorando estas divertidas tensões, a revista mostra os “vícios e as virtudes” da sociedade fluminense no *fin-de-siècle*, conduzindo a trama a um final feliz: o casamento entre Gouveia e Quinota, e uma boa lição para aqueles que quiseram enriquecer durante a febre especulativa.

A política econômica empreendida por Rui Barbosa, nos anos iniciais da República, sobretudo entre 1890 e 1891 teve resultados desastrosos. A política não era exatamente nova no Brasil, uma vez que já havia sido posta em prática no final do Império, pelo Visconde de Ouro Preto. Segundo José Murilo de Carvalho, no momento da libertação dos escravos, houve a necessidade “de atender a uma demanda real de moeda para o pagamento de salários, o governo imperial começou a emitir dinheiro, no que foi seguido com entusiasmo pelo governo provisório”⁶. Acreditando lançar as bases para economia brasileira, através da ampliação da emissão de papel moeda para os bancos, essa orientação teve como consequência, o aumento considerável de moeda sem lastro na praça do Rio de Janeiro, seguindo-se daí uma febre especulativa ocasionada pela facilidade de crédito. De fato, a emissão de moedas sem lastro levou o Brasil à crescente inflação, à diminuição da taxa do câmbio e ao aumento dos preços e do custo de vida. Essa situação é glosada por Arthur Azevedo no seguinte trecho:

Das algibeiras some-se o cobre
Como levado por um tufão,
Carne de vaca não come o pobre
E qualquer dia não come o pão.
Fósforos, velas, couve, quiabos,
Vinho, aguardente, milho, feijão,

⁶ CARVALHO, 1987, p. 19.

Frutas, conservas, cenouras, nabos...
Tudo se vende pr'um dinheirão!⁷

O tema tinha especial interesse para teatrólogo. Raimundo Magalhães Júnior conta a malograda participação de Arthur no encilhamento. Segundo o biógrafo, ele chegou a perder sua casa no Bairro de Santa Teresa, para sanar as dívidas contraídas em investimentos e ações que lhe garantiriam lucro e estabilidade. Tamanha foi a desilusão com a política econômica que, de acordo com Magalhães Júnior, na revista *O tribofe*, Arthur “procurou lavrar o seu protesto e vingar-se, ao menos, com palavras dos prejuízos que teve com as loucuras do encilhamento”⁸. Tal qual Arthur Azevedo, Visconde Taunay se envolveria na febre especulativa ocasionada pelo encilhamento. Como consequência dessa participação, ambos perderiam grande parte de seus bens, descrevendo em suas obras, com visões muito próximas, suas desilusões com a febre especulativa, bem como o clima surgido na capital da República no início dos anos de 1890.

O romance *O encilhamento* descreve a atitude dos habitantes da capital federal durante o período. Com a febre especulativa, em decorrência da emissão de papel moeda sem lastro, a população fluminense vivia à mercê das grandes oportunidades e transações que pudessem garantir lucro e ganhos fáceis, como escreve Taunay:

Terrível o aperto, completos o acotovelamento e a igualdade; todas as classes da sociedade misturadas, confundidas, enoveladas, senadores, deputados, médicos de nota ou sem clínica, advogados bem reputados ou desprestigiados, magistrados de fama, militares, um mundo de desconhecidos, outros infelizmente demasiados conhecidos; homens vindos de todos os pontos do Brasil, alguns até das velhas bolsas da Europa, espertos ativos, de modo ora insinuantes, ora imperiosos como que de fidalgos deslocados do seu meio habitual, afeitos a todos os negócios, prontos para todas as transações havidas e por haver; (...) ⁹

Na mesma direção, Arthur faz do encilhamento tema central para o enredo de sua revista, uma vez que esta funciona como pano de fundo para a construção dos quadros pavimentando o terreno sobre qual se monta a trama. Sabemos que a política econômica gerou uma nova visão acerca da recente República. Acreditava-se que o regime recém-instaurado inauguraria novos tempos na capital federal, marcados pela prosperidade financeira. Daí alguns jornais de época veicular a seguinte mensagem: “A república é a riqueza”.

⁷ AZEVEDO, 1891, p. 85.

⁸ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Arthur Azevedo e sua época*. São Paulo: Martins, 1966, p. 241.

⁹ MALHEIROS, Heitor. *O Encilhamento. Scenas Contemporâneas da bolsa em 1890, 1891 e 1892*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Domingos Magalhães – Editor, p. 2-3.

Neste sentido, observou-se que o encilhamento criou um clima de tensão constante na capital da República. Os habitantes deveriam estar em estado de alerta às oportunidades oferecidas pela política econômica, já que a qualquer momento poderia surgir uma forma de enriquecer com facilidade e rapidez. Observador atento do comportamento que surgia na cidade do Rio de Janeiro, Arthur Azevedo, assim, destacou:

Que ajuntamento,
Que movimento
No Encilhamento
Se faz notar!
Toda esta gente
Quer de repente,
Rapidamente,
Cobre apanhar!¹⁰

No tocante à sociedade da época e ao surgimento do espírito arrivista, Nicolau Sevcenko considera:

O processo rápido e tumultuário por meio do qual se opera a sua ascensão provoca igualmente um anuviamento dos padrões de distinção social, que torna diluídas ou turvas as diferentes posições que cada qual ocupa na nova hierarquia da sociedade. É a época dos “enriquecimentos milagrosos”, das “falsas fortunas”, dos “caça-dotes”, dos “especuladores” e dos “golpistas” de todo molde, que põem em alerta e angustiam os possuidores de capitais estáveis¹¹.

Personagem que retrata esse momento, Gouveia, noivo de Quinota, vem para a cidade do Rio de Janeiro em busca de enriquecimento. Envolvido na febre especulativa, Gouveia se entusiasma com os “ganhos fáceis” e com a nova forma de vida, repleta de riqueza e ostentação. Arthur Azevedo assinala através do personagem, o desenvolvimento do smartismo, que na revista é simbolizado pelo seu envolvimento com a *cocotte* francesa, Ernestina, pelos seus novos e elegantes trajes e pelos hábitos luxuosos. Com Ernestina, Gouveia passa a frequentar restaurantes caros e, é claro, as lojas da famosa Rua do Ouvidor:

Pinheiro (entrando e encontrando-se com Gouveia): Oh! Gouveia! Que é isto?! Que chiquíssimo! Farol no dedo!...Bravo!...Vejo que as coisas têm te corrido às mil maravilhas!...
Gouveia (Meio frio): Ah! És tu, Pinheiro? Sim...dizes bem...Tenho ganho para aí uns cobres...
Pinheiro: Este Encilhamento tem limpado a muita gente!
(...)
Pinheiro: Vocês do Encilhamento têm a esmola fácil, bem sei...¹²

¹⁰ AZEVEDO, 1891, p. 52.

¹¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 56.

¹² AZEVEDO, 1891, p. 56.

Atento a todos os detalhes da política econômica, em *O tribofe* Arthur não deixa de mencionar, em várias oportunidades a queda do câmbio, algo que de fato ocorre com frequência ao longo de 1891. Assim, temos a interferência do câmbio, em diversos quadros, dizendo: “Mim ser o Câmbio! Bem alta estar... Mas desconfia que vai baixar...” (Azevedo, 1891, p. 76). Chama-se a atenção para a forma oralizada do inglês, em clara referência à Inglaterra, potência econômica da época. Sobre a baixa do câmbio, o jornal *O País*, assim publicou:

A julgar pelo que se tem escrito e à saciedade repetido, só e exclusivamente ao aumento, ao excesso de emissão bancária se deve a baixa, a queda do câmbio. No entender dos que por esta forma se pronunciam, manifesta tendências para a baixa e desce do câmbio, sempre que se dá o aumento da circulação, ainda quando, como no nosso caso, o natural e crescente desenvolvimento do país e a expansão das transações comerciais o reclamem, o exijam¹³.

A febre especulativa no Rio de Janeiro, iniciada nos anos de 1890, teria sobrevida até 1893. Todavia, é interessante observar que, na peça Arthur aponta para as suas consequências, como se o próprio autor vislumbrasse o desfecho além do processo do Encilhamento: a ruína de muitos daqueles que investiam em empresas fantasmas, ações e investimentos que garantiam riqueza fácil. O canto de Castelvechio e dos Zangões na primeira cena do Quadro 10 exemplifica:

Infeliz encilhamento,
Quem te vê e quem te viu!
Ouro, brilho e movimento,
Tudo agora se sumiu!
O fado te foi contrário,
A sorte não te quis bem!
És um campo solitário
Onde a desgraça nos tem!
Quando a fortuna sorria,
Tu foste um ninho de heróis...
Encilhamento, hoje em dia
Não vales dois caracóis!¹⁴

É no segundo ato que Arthur Azevedo começa a apontar, através de Gouveia, para as consequências do encilhamento. Disposto a acabar com seu romance com a francesa Ernestina, Seu Gouveia decide, então, que se casará com sua noiva, Quinota, já que o matrimônio é a única solução para a vida financeira. Na peça, o diálogo entre Quinota e Gouveia é esclarecedor, pois é a noiva quem apresenta argumentos decisivos para convencê-lo de que este faz melhor negócio casando-se com ela. Todos os bens adquiridos com a febre especulativa se foram, como se observa na copla:

¹³ Biblioteca Nacional, PR- SPR 00006.

¹⁴ AZEVEDO, 1891, p. 98.

O bom tempo lá vai da fartura,
Pois não ganho dez réis hoje em dia!
Já vendi - vê tu lá que amargura!-
O farol que o dedo trazia!
O destino pregou-me uma peça...
É segredo, mas vou revelá-lo:
Deitei ontem no prego a caleça,
Para dar de comer ao cavalo!

Se o encilhamento serve de cenário para a revista, outros acontecimentos igualmente “tribofes” incorporam a crítica que a revista faz à política e à sociedade. No plano político, a revista *O tribofe* alude à promulgação da Constituição de 1891. Como se sabe a mesma consagrou o princípio federativo no Brasil, apontado no primeiro decreto do governo provisório de 1889. A carta promulgada prescrevia um governo representativo, controlado pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, cabendo ao presidente instituir o corpo ministerial e o Congresso. Na trama, o fato ganha destaque através da Liberdade, que entra em cena pedindo para deixá-la respirar “à vontade”, após tantos meses de ditadura. Bastante revelador, o nome da personagem e a performance da mesma, retratam o desejo pela liberdade, algo tão raro no governo autoritário de Deodoro da Fonseca. Não é à toa que ao final do primeiro ato, a apoteose é dedicada à Constituição, simbolizada pela presença dos Estados do Brasil, que se colocam ao redor da Liberdade, a qual ocupa lugar central na cena. A organização das personagens faz referência ao princípio do federalismo. Daí Arthur posicioná-los dessa maneira.

Evento político que mobilizou a população fluminense em fins de 1891, o golpe de estado de Deodoro da Fonseca e a atmosfera de instabilidade política na cidade do Rio de Janeiro, são contemplados em *O tribofe*. Por defender um modelo de política mais centralizadora do que federalista, como apontavam seus opositores, Deodoro, em 3 de novembro deste mesmo ano, dissolve o Congresso e decreta estado de sítio na capital, determinando a censura e a falta de liberdade civil. Sobre esse momento, Arthur fez alusão:

O delegado iracundo
Da ditadura aqui está,
Pronto a prender todo mundo
Da Gávea até Paqueta!
(...)
Quando o Barão disser: - Mata!-
Eu – Esfola – bradarei!
Por isso, folha por folha
Eu há pouco percorri,
E prontamente uma rolha
Em cada boca meti!¹⁵

¹⁵ AZEVEDO, 1891, p. 104.

Em meio à instabilidade econômica, política e social, Arthur escolhe como desfecho o reencontro da família de São João de Sabará, incluindo o aparecimento do patriarca Eusébio que, também se envolve na trama com a *cocotte* francesa, Ernestina, de seu genro e motivador da vinda da família para o Rio de Janeiro, e da empregada Benvinda, todos eles curados, de um modo ou de outro, do “micróbio da pândega” que os vitimara em sua passagem pela “sedutora e perigosa” capital federal.

Por fim, a apoteose da revista, isto é, homenagem aos eventos memoráveis e aos homens ilustres que se destacaram no período, é dedicada a dois brasileiros mortos no ano de 1891: Benjamin Constant e Dom Pedro de Alcântara. O primeiro, o ideólogo da proclamação, era visto na época como o fundador e salvador da pátria brasileira, sua influência junto à juventude militar era incontestável. Quanto a Dom Pedro de Alcântara, sabe-se que a figura do Imperador, sobretudo após a abolição da escravatura, era muito respeitada. Na ocasião de sua morte, nota-se através das leituras de jornal, a comoção da população brasileira diante da perda. Arthur Azevedo privilegia estas mortes, em detrimento de outros mortos, como por exemplo, Silva Jardim que não é lembrado em *O tribofe*. Tal escolha apresentaria a ambigüidade do pensamento político de Azevedo, em relação à jovem República, bem como o seu posicionamento diante da mudança de regime.

A revista *O major*, de 1894, foi encenada pela primeira vez no Rio de Janeiro, no Teatro Apolo, em 3 de maio de 1895. A trama tem como pano de fundo o último ano do governo de Floriano Peixoto. Apontada por muitos estudiosos como obra emblemática, dentre as criações de Arthur, não só por apresentar uma resenha bem-humorada dos principais acontecimentos do ano, tal como prescreve o gênero, bem como as ações e virtudes do então presidente. A revista aponta para constituição do florianismo, movimento enraizado fundamentalmente na capital federal, durante a vigência da Revolta da Armada. Partindo do pressuposto que a peça se entrelaça de maneira singular à biografia de Arthur Azevedo, acreditamos que é possível traçar, a partir de sua análise, um arco capaz de articular história de vida, público e cultura política.

O major se inicia com a visita de Cesário ao Rio de Janeiro. Motivado pelo sonho de conhecer pessoalmente Floriano Peixoto, ele acaba conhecendo Beloneta, enviada da deusa da Guerra que por ele se apaixona. Em suas andanças pela capital sitiada em decorrência da Revolta da Armada, o rapaz conhece Pacífica, por quem também fica enamorado. Ao final da trama, constatando que permanecer na cidade seria uma decisão vã, o jovem decide seguir os passos do Major, em Cambuquira.

Como se sabe, a Revolta da Armada, conflito deflagrado na Baía de Guanabara, em 6 de setembro de 1893, aludido na peça, é reflexo do difícil processo de enraizamento do regime republicano no Brasil. A rebelião iniciada após o manifesto endereçado à nação pelo Almirante Custódio José de Melo acusava Floriano Peixoto e seu governo de prepotente e arbitrário. O então presidente da República “já às voltas com os federalistas, que desde fevereiro convulsionavam no Rio Grande do Sul, via-se agora, em setembro, sob ameaça de bombardeio da capital pela esquadra rebelada”¹⁶.

Na opinião de Suely Robles, o conflito que mudou o cotidiano da população fluminense, tornar-se-ia mais dramático após a adesão do Almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama que, propôs um plebiscito em favor da monarquia, imprimindo à Revolta da Armada um caráter restaurador, o que acarretou a perda de adesão de alguns revoltosos¹⁷.

Personagem emblemático na trama por simbolizar a admiração de Arthur pela figura de Floriano Peixoto, Cesário é um jovem de Campos dos Goytacazes, que vem para o Rio de Janeiro com o intuito de conhecer o Presidente da República. Logo ao chegar à cidade, ele conhece Beloneta, enviada pela Guerra para impedir o desfecho da Revolta da Armada, e por ela se apaixona. Quando indagado pela moça sobre o motivo pelo qual veio à Capital Federal, ele responde sem delongas que veio para “ver o Major”. Entusiasmado com idéia de conhecer Floriano, Cesário assim exclama:

Cesário: Se gosto dele? Admiro-o, venero-o! Nunca o vi, mas afianço-lhe que ele nunca teve amigo mais sincero que eu! A sua calma, o seu sangue frio, a sua resistência entusiasmaram-me! Outro fosse ele, e sabe Deus a que estaria reduzido o meu querido Brasil!¹⁸

Com efeito, no plano da peça, surge em cena Pacífica, encarnação do Anjo da Paz, à cidade Rio de Janeiro. Ela entra na trama, para atrapalhar os planos da deusa da Guerra e sua enviada, Beloneta, de prolongar o conflito da Armada na capital federal. A agente da paz, por seu turno, vendo o encontro de Cesário e Beloneta, planeja que a última se apaixone pelo jovem rapaz, pois segundo Pacífica, “esse seria o melhor meio de distraí-la da sua missão”¹⁹ (Azevedo, 1894, p. 164).

No plano ficcional, Cesário, personagem que percorre a trama à procura do Major, também se apaixona por Pacífica. Dividido entre esta e Beloneta, ele busca alternadamente a companhia de ambas. Ao ver que está perdendo de vista a sua paixão, a enviada da deusa da

¹⁶ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 20.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ AZEVEDO, 1894, p. 161.

¹⁹ AZEVEDO, 1894, p. 164.

Guerra deixa de lado a sua missão na cidade do Rio de Janeiro, para correr atrás de Cesário, tal como estava nos planos do Anjo da Paz. Diante dessa situação, a jovem exclama: “Este homem, afinal de contas, está fazendo com que eu me descuide inteiramente da missão que me trouxe ao Rio de Janeiro... Mas não! Eu sou mulher!...E o amor próprio? e, quem sabe? o próprio amor?”.

As “cenas de terror” na capital federal durante o conflito na Baía de Guanabara, iniciadas após o primeiro bombardeio, em 13 de setembro, se prolongariam. O cenário de pânico entre os habitantes da cidade do Rio de Janeiro se estenderia até o final da Revolta da Armada. Contudo, em meio a essas circunstâncias o governo decidiu abrigar a população fluminense em grandes galpões. *O País*, fonte privilegiada para a análise das revistas selecionadas para esse trabalho, noticiou:

O Governo, no intuito de auxiliar a população enquanto durarem as hostilidades em que se vai empenhar, faz público que, além dos galpões postos à disposição do povo à margem da estrada de ferro, podem ser ocupados à distorção o antigo palácio Isabel, à rua Guanabara e o novo quartel construído no terreno à Quinta da Boa Vista. Determinou mais, de acordo com a prefeitura que seja fornecida às pessoas pobres que se ausentaram desta capital, a alimentação de que carecerem, providenciando também para que se dêem passagens gratuitas de ida e volta na estrada de ferro Central do Brasil até a última estação dos subúrbios²⁰.

Inspirado na medida governamental, Arthur Azevedo compõe um quadro em que se vêem no cenário os galpões destinados ao refúgio da população do Rio de Janeiro. Não de maneira ingênua, ele aposta na inclusão deste elemento que garantiu a popularidade de Floriano Peixoto entre os cariocas. Na cena, o Capadócio, a Mulata, o Violonista e os membros de uma família de jogadores circulam pelo interior do galpão. Estes personagens representam os segmentos urbanos da população fluminense que se identificaria com o então presidente da República.

Segundo a historiografia republicana, foi durante a vigência da revolta da Armada, que a população fluminense “contraiu com Floriano uma relação de mútuo apoio”, de modo que “essa mesma população tão arredia às coisas da política identificou-se com o marechal, como jamais ocorrera na história entre governantes e governados. Data daí, sem dúvida o florianismo”²¹.

Na peça, esse apoio dado a Floriano Peixoto é claramente expresso na fala do personagem Zé, quando este afirma: “Tanto sou pelo governo, que até em verso já o disse!”²²

²⁰ Biblioteca Nacional, PR- SPR 00006.

²¹ PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem. O florianismo e a construção da República*. 2 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 153.

²² AZEVEDO, 1894, p. 161.

Porém, demonstração maior de admiração ao Major, viria quando Zé, ao pegar sua viola declama os versos, que salientam a caboclice do Marechal frente amulatice sobre do Almirante:

*Tem uma flor no princípio
O nome do Marechal
Mas o nome do Almirante
Principia muito mal.*

*Da vitória da revolta
Eu duvido e faço pouco,
Pois nunca se viu mulato
Dar bordoadas em cabloco²³.*

Mais adiante, ainda nos versos da modinha cantada por Zé, Arthur Azevedo condenaria a intervenção do elemento estrangeiro durante o conflito na Baía de Guanabara, em clara alusão aos portugueses que abrigaram os revoltosos nas fragatas Mindelo e Afonso de Albuquerque, em 13 de março de 1894:

*A intervenção do estrangeiro
Tem me causado quizília;
Estranhos nunca se metam
Em negócios de família!²⁴*

Como se sabe, após a vitória sobre a Revolta da Armada, os líderes do movimento refugiaram-se nos navios portugueses ancorados no porto. Apesar de o governo luso assegurar a Floriano Peixoto que os rebeldes desembarcariam em Portugal, os navios rumaram em direção ao Prata, onde Saldanha da Gama e os demais revoltosos aderiram ao movimento federalista, em curso no Sul. Indignado, o presidente decide romper as relações entre Brasil e Portugal.

A expulsão do representante diplomático português, o Conde de Paraty, levou Arthur a fazer uma paródia de um dos sonetos mais famosos de Luís de Camões:

*Conde de Paraty que partiste
Tão cedo desta terra descontente,
Vai gozar o teu doce farniente
E viva eu sempre aqui de pena em riste!*

(...)

*E se queres, honrando a tua raça
Ser cidadão, ao invés de ser vassalo
E do jovem Brasil cair em graça,*

*Roga a Deus que, sem guerra e sem abalo,
Brevemente a República se faça
No Velho Portugal, para salvá-lo²⁵.*

²³ AZEVEDO, 1894, p. 175.

²⁴ AZEVEDO, 1894, p. 176.

Em novembro de 1894, o Brasil comemorou o quinto ano da República e a subida ao poder de Prudente de Moraes, como presidente da República, e de seu vice, Manoel Victorino. Sobre essa data, *O País* publicou: “Dois fatos salientes vão se inscrever na história brasileira: na mesma data afirma-se que o princípio republicano se firmou pelas armas, sufocando uma revolta, e pela verdade eleitoral, instituindo o governo civil do Dr. Prudente de Moraes”²⁶

Construídas através de seleções, como considera Tânia Brandão, com o realce de certos episódios e personagens e o esquecimento de outros, as revistas de ano são produto de escolhas conscientes do seu autor, fornecendo um acesso privilegiado para sua interpretação de uma dada realidade. Dessa forma, observa-se que Arthur Azevedo simplesmente excluiu de sua peça as eleições para presidente e vice-presidente da República, bem como a solenidade de posse de Prudente de Moraes. Evidentemente, por se tratar de uma homenagem a Floriano Peixoto, nada mais cabível do que centrar-se tão somente na figura do Major. Entretanto, o mesmo Arthur que propositalmente negligenciou o fato em sua revista de ano, não deixou de expressar-se a respeito da subida do novo chefe de governo, na pele de Gavroche, pseudônimo que Arthur passa a utilizar na imprensa, imediatamente após a vitória da Revolta da Armada:

VOTO

Vai-se o marechal ingente,
Vai-se o grande alagoano,
E eu; leitor, digo somente:
Floriano foi um prudente,
- Seja Prudente um Floriano!²⁷

Na trama de *O major*, a última esperança de Cesário ver Floriano Peixoto é na festa da Praça da República, tal como se constata no diálogo:

Cesário: Não; vou à Praça da República. Há lá grande festa e é possível que o Major apareça, embora incógnito.
Beloneta: Ainda ficas doido por causa do Major! – eu acompanho-te.

Observando de longe a conversa entre Cesário e Beloneta, Pacífica chega a conclusão de que a Politicagem perdeu-se da missão a qual fora incumbida na terra, ou seja, seguir os passos de sua paixão, o jovem entusiasta de Floriano Peixoto. Pacífica, por sua vez, mostra-se

²⁵ MAGALHÃES JÚNIOR, R. Op. cit, 1966, p. 164.

²⁶ Biblioteca Nacional, PR- SPR 00006.

²⁷ Biblioteca Nacional, PR- SPR 00006.

aliviada, por ver que “o povo esquece-se também dos males que sofreu, e diverte-se nessas festas que celebram o conagração de duas nações amigas! (...)”²⁸. A notícia anunciada pela enviada do Anjo da Paz refere-se ao reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai:

Ao som de entusiasmados
Clamores de alegria,
Troquemos neste dia
O abraço fraternal!
Por doce amor ligados,
Que veja o mundo inteiro
O povo brasileiro
E o povo oriental!²⁹

O reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai foi festejado pelos fluminenses, que acolheram com alegria o laço de amizade entre as duas nações. Inúmeros foram os festejos da população nas ruas da capital federal, o “povo por toda parte recebeu-os com manifestações simpáticas, dando vivas à República Oriental e atirando confete por suas carruagens”³⁰.

Na revista de ano, a notícia do reatamento das relações entre Brasil e Uruguai foi acolhida também com grande comemoração, a ponto de Arthur Azevedo inserir no enredo um baile Brasil-Uruguai, no Cassino Fluminense. Contudo, não foi encontrada nenhuma referência à confraternização nos jornais de época. Ao que tudo indica, o evento não aconteceu, tratando-se de matéria eminentemente ficcional, um recurso dramatúrgico. Na peça, na festa circularam diversos tipos, inclusive a família de jogadores, embora a ocasião fosse refinada. Vê-se que neste quadro, Arthur Azevedo mostra com ironia sua preocupação com a imagem da sociedade brasileira, através da personagem Mestre-Sala: “(...) é preciso que essa gente volte para Montevidéu persuadida de que isto aqui é um país civilizado!”³¹

Presente na comemoração, Cesário, sempre à procura por Floriano Peixoto, indaga ao Mestre-Sala, se o Major está presente ao baile. Ao receber uma negativa, o jovem rapaz que havia circulado por todos os lugares em que a presença de Floriano estava confirmada, então exclama em tom de lamentação:

Corro, indago, pesquiso, ando e furo,
Indo e vindo daqui para ali,
E não vejo o Major que procuro,
E de vê-lo a esperança perdi!
Não há nada que tanto me enfeze,

²⁸ AZEVEDO, 1894, p. 211.

²⁹ AZEVEDO, 1894, p. 212.

³⁰ AZEVEDO, 1894, p. 212.

³¹ AZEVEDO, 1894, p. 215.

Pois eu acho um fiasco maior
Que ir a Roma e não ver Leão Treze
Vir ao Rio e não ver o Major!³²

Decidido em não mais ficar na capital federal, Cesário decide seguir os passos do Major, em direção a Cambuquira, Minas Gerais. Beloneta, por sua vez, chega à conclusão de que sacrificou sua comissão por amor ao jovem rapaz. Ao ver que não poderia prestar contas à Guerra, ela decide ficar de vez pelo Rio de Janeiro. Ao tomar essa decisão, um dos móveis da sala da casa de Beloneta transforma-se em uma gruta de fogo, onde aparece a deusa Guerra para tirar satisfações com sua auxiliar. Concluindo que o conflito na capital havia se encerrado, ela reabilita Beloneta, enviando-a para uma nova missão no sul do Brasil. O final da revista revela a astúcia de Arthur Azevedo: ele mostra o panorama dos conflitos políticos no país, sem propor exatamente um final feliz, mas um deslocamento dos problemas.

Por fim, o entrecruzamento da história de vida de Arthur com o repertório de temas que explorou nas revistas *O tribofe* e *O major*, revelou-se bastante fecundo. Para além do talento literário, sobejamente reconhecido pela historiografia, tal abordagem possibilitou que desvendássemos uma outra faceta do celebrado escritor, que não foi sequer tangenciada por seus biógrafos e comentadores: a do intelectual engajado que pôs sua pena a serviço dos ideais políticos com os quais se identificava.

Revistas de Ano de Arthur Azevedo

1. *Tribofe* - Revista fluminense do ano de 1891, 3 atos e 12 quadros, por Arthur Azevedo. Música de Assis Pacheco. In: Coleção Clássicos do Teatro Brasileiro – Teatro de Artur Azevedo, Vol. 5. Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Arte, 2002, p. 223- 309.
2. *O Major* - Revista fluminense de 1894, 1 prólogo, 3 atos e 13 quadros, por Arthur Azevedo. Música de diversos autores. In: Coleção Clássicos do Teatro Brasileiro – Teatro de Artur Azevedo, Vol. 5. Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Arte, 2002, p. 141-222.

Fontes Hemográficas

Brasil, Biblioteca Nacional, 1891, 1892, 1893, 1894, PR- SPR 00006

Referências Bibliográficas

FARIA, João Roberto. *Idéias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

³² AZEVEDO, 1894, p. 217.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Arthur Azevedo e sua época*. São Paulo: Martins, 1966.
MALHEIROS, Heitor. *O Encilhamento. Scenas Contemporâneas da bolsa em 1890, 1891 e 1892*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Domingos Magalhães – Editor.

NEVES, Larissa. *As comédias de Arthur Azevedo – Em busca da história*. Tese (Doutorado). Campinas, [s/n], 2006.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem. O florianismo e a construção da República*. 2 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RUIZ, Roberto. *Teatro de revista no Brasil: início a I Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: INACEN, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

***O estabelecimento naval do Itapura: a Marinha do Brasil na defesa das fronteiras
imperiais na segunda metade do XIX***

*Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva**

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo pensar o papel da Marinha do Brasil na integração do território nacional, em meados do século XIX, através da promoção de vias de comunicação entre a Corte e as áreas que detinham uma importância geopolítica nas decisões do Império, a partir de fontes documentais acerca do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura. Esta documentação compõe a Coleção Documentos Navais, custodiada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), no qual reúne informações sobre a atuação da Armada Imperial, ao longo de todo o século XIX, em diversos episódios da história do Brasil. Acreditamos que pensar a atuação da Marinha do Brasil, a partir do Estabelecimento Naval do Itapura permite fornecer novos elementos para compreendermos o papel desempenhado por esta instituição, além de seu caráter militar-estratégico, como também, na integração, povoamento e guarnecimento de regiões estratégicas, visando garantir a segurança das áreas fronteiriças do Império, em especial às vésperas daquela que seria a Grande Guerra Brasileira no XIX: a Guerra do Paraguai.

Introdução

Em 1864, às vésperas da Guerra do Paraguai, no sertão da província de São Paulo, às margens do rio Tietê, no salto do Itapura desenvolvia um modesto Estabelecimento Naval. Erguido em condições modestas pela força de africanos, militares o qual era composto por uma serraria, uma olaria, uma enfermaria, um quartel e casas de pau-a-pique, cobertas por palha. A criação da Colônia Militar e Estabelecimento Naval do Itapura, em 1858 estava inserida na estratégia do Ministério da Marinha para promover a integração de diversas regiões da Nação.

*Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do projeto COLUSO no IHGB.

Durante o processo de construção do Estado Nacional brasileiro, foi vital para o fortalecimento do poder da monarquia a manutenção da unidade territorial. No entanto, a província do Mato Grosso cuja fronteira detinha uma importância estratégica devido à sua localização próxima à República do Paraguai, estava isolada. A fim de garantir a segurança territorial, coube à Marinha do Brasil, ordenada pelo Governo Imperial promover medidas, como a criação do Estabelecimento Naval do Itapura para defender nossas fronteiras, integrando a região mato-grossense com a Corte.

No presente trabalho, discutiremos a atuação da Marinha do Brasil na integração das Fronteiras do Império do Brasil, buscando pensar o papel desempenhado por esta instituição no povoamento, guarnecimento e integração, além de seu caráter militar-estratégico, mas também, ao adquirir funções políticas e sociais, a partir de fontes documentais acerca do Estabelecimento Naval do Itapura.

A Armada Imperial na Defesa e Integração Territorial

A criação da Marinha Imperial, em 1822, está relacionada à necessidade urgente do Brasil, recém-independente, de garantir sua autonomia, integridade e segurança nacional, ameaçadas pelas províncias relutantes à soberania de d. Pedro I, refletido nas Guerras de Independência. Simultaneamente, assumia o Ministério da Marinha, Luís da Cunha Moreira, Capitão de Mar e Guerra, com o principal objetivo de criar uma força naval capaz de defender a independência do Brasil.

Constituída a Armada Imperial, sua missão principal era guarnecer o extenso litoral contra as hostilidades da Marinha Portuguesa e combater os movimentos separatistas, defendendo e submetendo as províncias resistentes à autonomia brasileira, a soberania do Império. Posteriormente, no período regencial de 1835 a 1840, as forças navais do Império atuaram, combatendo as revoltas em diversas áreas como a Cabanagem, no Grão Pará, a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Sabinada, na Bahia. Foi mais um período de nossa história onde a Marinha Brasileira consolidou seu papel como defensora do território nacional.

Como podemos observar, a Marinha Brasileira desempenhou um papel fundamental na defesa da Independência do Brasil, guarnecendo a consolidação da autoridade do governo central, como também, na manutenção da integridade nacional, e na defesa externa do

império. Inclusive, durante a Guerra do Paraguai, a Marinha Imperial foi fundamental na ofensiva brasileira, e consequentemente na vitória da Tríplice Aliança¹.

Desde meados da década de 50, as relações diplomáticas entre o Império do Brasil e a República do Paraguai estavam inflamadas, motivadas pelos embates nas discussões a cerca das delimitações das fronteiras. A região entre o Rio Branco e o Rio Apa estava sob disputa do Brasil, recorrendo ao princípio de *uti possidetis*, alegavam a presença de brasileiros neste território, enquanto, o Paraguai reivindicava a fronteira do Rio Branco, apelando ao Tratado de Santo Ildelfonso, não reconhecido pelo Império, pois o Tratado de Badajós, de 1801, assinado entre estas nações, anulava o documento assinado pelas Coroas Ibéricas. A dificuldade em conseguir um consenso sobre a definição dos limites, visto que “Para o Império, qualquer concessão nesse aspecto [de limites] seria uma ameaça à própria manutenção de Mato Grosso como parte integrante do Brasil”², aumentavam a possibilidade de uma guerra travada contra o Paraguai, por parte do Governo Imperial.

A principal via de comunicação da província do Mato Grosso com a Corte era através de águas estrangeiras, fato que ameaçava sua integridade, cabendo ao Imperador tomar as providências necessárias para garantir seu território. Neste sentido, coube à Marinha do Brasil a comunicação entre as áreas remotas do Império, mas que apresentavam uma posição estratégica aos interesses do governo. O que fica claro no Programa Naval Saraiva³ de 1857:

A necessidade, que ultimamente sentimos, de estreitar as relações do centro e litoral do Império com a Província do Mato Grosso, e particularmente o baixo Paraguai, sugeriu ao Governo Imperial a lembrança de criar à margem do rio Tietê, e na sua confluência com o Paraná um pequeno Estabelecimento Naval, que tivesse por fim aproveitar as 80 léguas de navegação livre, de que se dispõe entre a Cachoeira de Sete Quedas, e a de Urubopungá, e facilitar por essa forma a remessa de gente, e de material, que se encaminhasse para a fronteira ocidental do Império. Convém refletir, e muito seriamente, na imensa conveniência, senão absoluta necessidade, que tem o Império de uma via de comunicação fácil, e interior, com o Mato Grosso⁴.

Iniciado no século XVIII, o processo de ocupação, povoamento e exploração do extremo oeste brasileiro foi possível através das vias fluviais. As monções formadas no porto Feliz, em São Paulo desciam o Rio Tietê e o Rio Paraná e navegavam pelas águas dos rios Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá. Este percurso garantia

¹ CAMINHA, Henrick M. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Brasília: Ministério da Marinha, 1986, p. 5.

² DORATIOTO, Francisco. “Poder Naval e a política externa do Império no Rio da Prata (1822-1852)”. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, RJ, 2010, n.12, p. 36.

³ Documento de planejamento elaborado pela Marinha de Guerra para cumprir seu propósito de manter o Poder Naval nacional em condições de atender as suas finalidades. (CAMINHA, H. Op. cit, 1986, p. 127).

⁴ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatório do Ministério da Marinha de 1857, p. 6. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2091/000008.html>>. Acesso: 30/05/2012.

acesso às regiões das minas, levando mantimentos e desta forma, assegurando a comunicação com São Paulo.⁵

O Governo Português promoveu a construção de diversas fortificações e incentivou a povoação da região mato-grossense, como o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, no Rio Iguatemi, a fundação de Miranda e Vila Bela, no Guaporé. Tais medidas estavam inseridas na política estratégica lusitana para garantir seu direito de posse e a segurança sobre um território adquirido através do avanço sobre terras pertencentes à Coroa da Espanha. Segundo Capistrano de Abreu, no início do século XIX: “(...) estava todo o país ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres ou fluviais”⁶.

Neste período, o Rio Paraguai não era utilizado como rota principal visto que parte de seu curso estava sob custódia da Coroa da Espanha. Além disso, os ataques dos indígenas sobre as monções eram constantes. Portanto, foi uma rota evitada inicialmente pelos luso-brasileiros.

Em 1844, foi enviado a Assunção, José Antônio Pimenta Bueno, encarregado dos negócios brasileiros, para barganhar com o governo paraguaio um tratado que permitisse a livre navegação dos rios compartilhados por ambos os países, em troca do reconhecimento de sua independência. Deste modo, reconhecendo a soberania paraguaia, era possível embargar as pretensões da Confederação Argentina, como também, garantir uma comunicação ao Mato Grosso, através do Rio da Prata, seguindo pelo Rio Paraná, Rio Paraguai, acima de Assunção, chegando a Cuiabá⁷.

No entanto, devido ao embate diplomático travado entre o governo de Carlos López e o Império para estabelecer as demarcações das fronteiras, o Paraguai passou a criar obstáculos para conceder a livre navegação. Em 1856, já ameaçado com uma guerra por parte do governo brasileiro, os paraguaios assinaram o tratado, permitindo a livre navegação por seis anos, porém permaneceram dificultando a passagem de navios para o Mato Grosso. Apenas em 1858, com a chegada de José Maria da Silva Paranhos a Assunção, o governo paraguaio aceitou o tratado, receoso de uma possível intervenção brasileira.

Para viabilizar a proposta de integração do território da província do Mato Grosso, através do reaproveitamento das rotas das monções, José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha convocou Antônio Mariano de Azevedo para a missão de cruzar o Rio Tietê, explorando seus recursos e reconhecendo seu território para a

⁵ VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramento, 1972, p. 205.

⁶ Ibidem, p. 207.

⁷ DORATIOTO, F. Op. cit, 2010, p.27-28.

instalação de um estabelecimento naval. Concluída a viagem, iniciava uma nova empreitada da Armada Imperial: a construção do Estabelecimento Naval de Itapura e a Colônia Militar, criados pelo decreto nº 2.200 de d. Pedro II, em 26 de Junho de 1858, que dizia:

Crea a Colonia Militar do Itapúra na Provincia de S. Paulo.

Hei por bem crear a Colonia Militar do Itapúra sobre Tieté na Provincia de S. Paulo, a qual se regerá pelo Regulamento que com este baixa assignado pelo Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro 26 de Junho de 1858, trigésimo setimo da Independencia e do Imperio.

Sua localização foi demarcada a partir do critério de segurança e logística para a vigilância de embarcações e passagem de tropas. Situada na margem esquerda do rio Tietê, nas maiores cachoeiras, e o salto do Itapura, próximo ao Rio Paraná fornecia uma navegação tranquila desde Urubupungá até a Cachoeira das Sete Quedas da Guaíra. A função desempenhada por Itapura fazia parte da política de defesa da Marinha do Brasil para garantir a unidade nacional, como podemos verificar no relatório de Antônio Mariano, em 1865: “(...) criado há 6 anos, por um presidente estadista, justamente para em uma tal emergência ao oferecer ao Governo meios de comunicar-se e socorrer a isolada e ameaçada Província de Mato Grosso”⁸.

O processo de instalação do estabelecimento ocorreu através da formação de duas monções. Em 6 de Fevereiro, partiu rumo a Itapura, a primeira monção transportando mantimentos, armamentos, maquinários, colonos e militares para fortificar e povoar. De acordo com as instruções concedidas pelo Conselheiro Saraiva a Antônio de Azevedo, datadas de 24 de Agosto de 1858, era dever da presidência da província de São Paulo providenciar as necessidades de transporte, material, pessoal e finanças necessárias ao desenvolvimento de Itapura. Em 29 de Abril, partiu a segunda monção comandada pelo diretor, transportando mais materiais e conduzindo o vapor Tamandaty⁹.

A chegada de Antônio Mariano de Azevedo, 1º tenente, nomeado para o cargo de Diretor do Estabelecimento Naval a Itapura foi marcada por desafios. Em primeiro lugar, uma epidemia de “febre de mão”¹⁰ provocou o óbito de um significativo número de indivíduos.

⁸ Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, a Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá, Ministro do Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 30 de Janeiro de 1865. IHGB, Docs Navais, DL1202,155

⁹ *História do Estabelecimento Naval do Itapura desde a Exploração até 1863*, por dr. P. J. de Vasconcelos, 23 de Fevereiro de 1864. IHGB, Docs Navais, DL1132, 45.

¹⁰ Na documentação, encontramos o termo “febre de mão” referente a “febre de mau caráter”, expressão utilizada pelos portugueses para denominar as doenças malária, sarampo e varíola. No caso específico de Itapura,

Segundo, a falta de mantimentos perdidos durante a viagem, a falta de uma roça, pouco financiamento do governo e a cobrança de altos preços sobre os alimentos no comércio com a região de Sant'Anna, ocasionaram alguns problemas referentes à produção de alimentos para subsistência do Estabelecimento Naval.

A Marinha Imperial para conseguir promover o povoamento e o desenvolvimento da colônia e da organização militar, contou com um elemento vital para o desenvolvimento do Brasil: o africano. Antônio Mariano providenciou cerca de 20 a 30 escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema¹¹ para trabalharem na roça e na construção de estrada.

No entanto, devido à nova epidemia de “febre de mão” foi devastada grande parte da população, comprometendo o processo de povoamento. Além disso, a Lei de Terras impedia a concessão de terras aqueles brasileiros que desejassem virar colonos em Itapura. Nesse sentido, o diretor do estabelecimento recorreu ao governo imperial, solicitando adaptações desta lei ao caso do Itapura. De acordo com Fausto Barros:

O regulamento da Colônia Militar do Itapura previa a colonização das terras circunvizinhas ao estabelecimento. Como estímulo e baseado em lei especial de posse e concessões, o diretor da colônia estava encarregado de encaminhar as solicitações de agricultores que desejassem obter, graciosamente, pequenas glebas para lavoura. Havia que se distinguir a propriedade pleiteada dentro da área federal da colônia, daquela que estivesse em terras devolutas da Província¹².

Visto que a necessidade de contratar novos colonos era urgente, o diretor passou a incentivar contratos de famílias belgas e suíças através de contratos com Sociedade Central de Colonização. Mais tarde, em 1862, uma medida importante para garantir a presença de um elemento fundamental no desenvolvimento do Itapura foi promovida por Antônio Mariano de Azevedo: A fundação da Companhia dos Trabalhadores do Itapura. Sua função era:

(...) melhorar a sorte dos africanos livres a serviço do Itapura, regularizando ao mesmo tempo o trabalho (...) como deu algumas garantias, um diminuto vencimento, eles compreendem que o Estado não os tem como escravo¹³.

É importante ressaltar que a direção do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura enfrentaram diversos obstáculos para conseguir erguer seu posto militar, ainda sim em condições modestas. Em primeiro lugar, a mata fechada implicava na dificuldade em

a doença referida é a malária, também chamada de maleita e sezão.

¹¹ Fábrica de Ferro construída em Sorocaba no governo de D. João VI, em 1818, dirigida por Coronel Frederico Luís Guilherme de Varnhagen (VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramento, 1972, p. 379).

¹² BARROS, Fausto R. de. “Itapura”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 1957, n. LIV, p. 299.

¹³ *História do Estabelecimento Naval do Itapura desde a Exploração até 1863*, por dr. P. J. de Vasconcelos, 23 de Fevereiro de 1864. IHGB, Docs Navais, DL1132, 45.

conseguir comunicação com o governo de São Paulo, comprometendo o envio de animais, mantimentos e armamentos, provocando a dependência das vias fluviais, como também, contribuiu para a escassez de alimentos. A falta de mão de obra africana, colonos e contingente militar provocada pelas epidemias que assolaram Itapura, assim como pela falta de financiamento do governo para arcar com os contratos, causou lentidão na construção da infra-estrutura necessária para o seu desenvolvimento. Além disso, Itapura sofreu com diversos assassinatos e roubos promovidos pelos seus moradores de má índole. No entanto, apesar de erguida por uma estrutura precária, Itapura conseguiu cumprir as missões ordenadas pelo Ministério da Marinha.

A partir do relatório de 30 de Janeiro de 1865, escrito por Antônio Mariano, Diretor do Estabelecimento Naval e destinado a Francisco Xavier Pinto Lima, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, encontramos os principais projetos submetidos pelo Conselheiro Saraiva, após a consolidação do Estabelecimento Naval do Itapura: “(...) a navegação a vapor no Alto Paraná, Ivinheima e Brilhante; e a abertura de uma estrada que ponha esta colônia em comunicação com Avanhandava, isto é, com a capital, e portanto com a corte”¹⁴.

A construção da Estrada de Avanhandava iniciou em 1859. O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas contratou o empresário João Gonçalves Peixoto para promover a obra. Sua finalidade era libertar a região da dependência da rota fluvial do Rio Tietê, na região entre o salto de Itapura e o salto de Avanhandava, provocada pela dificuldade de navegação, como também poderia auxiliar na logística no transporte de tropas para a fronteira. A viagem pelo Alto Paraná através do vapor Tamandaty só começou em 1863 devido a diversos fatores como a falta de um oficial para assumir seu comando, falta de condições climáticas favoráveis, a demissão de Antônio Mariano por Joaquim José Inácio, então Ministro da Marinha, readmitido apenas em 1863.

Em 1863, após a reforma do vapor Tamandaty, iniciava a monção do Estabelecimento Naval do Itapura pelo Alto Paraná, sob o comando do 1º Tenente Augusto Neto de Mendonça. Escrita em 2 de Janeiro de 1867 por Raimundo A. Câmara Bento e Oliveira ao Ministro da Marinha, a “História do Estabelecimento Naval de Itapura 1864-1866”, nos informa que o vapor iniciou sua viagem no dia 6 de Fevereiro, subindo o Alto Paraná, chegando ao porto de Santa Rosalinda, no Brilhante, após 32 dias de viagem. Esta

¹⁴ Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, a Jesuino Marcondes de Oliveira Sá, Ministro do Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 30 de Janeiro de 1865. IHGB, Docs Navais, DL1202,155.

viagem representou uma vitória importante para a estratégia de defesa territorial criada pela Marinha de Guerra, pois foi cumprida a missão de estabelecer uma rota fluvial comunicando o Mato Grosso com Itapura, como verificamos no discurso de Azevedo, Capitão Tenente:

Excessivo e geral foi o contentamento, na ocasião em que o vapor *Tamandahy*, impávido, deixou cair a sua âncora no porto de Santa Rosalinda, sendo saudado com entusiásticos vivas. Bem justas e fundadas razões tinha por certo de assim se mostrar contentes; não só pela certeza de que, depois de 32 dias de afanosos trabalhos e privações, iam finalmente gozar do necessário descanso e reparar suas forças, como também pelo orgulho, bem entendido, de verem chegar ao lugar destinado o primeiro navio movido a vapor, que, a despeito de sua impropriedade, por não ter as condições precisas para uma tal navegação, venceu contudo todas as dificuldades em sua viagem, sulcando as águas do Alto Paraná, Ivinheima, e Brilhante com feliz êxito; cumprindo assim os desejos do Governo Imperial, e de todos os brasileiros, que, amantes do seu país, se interessam pela prosperidade da remota província do Mato Grosso. Assim ficarão os incrédulos certos de que é exequível a navegação a vapor pelo Alto Paraná até o porto de Santa Rosalinda, e até m[esmo] fácil, empregando-se navios a vapor¹⁵.

O principal triunfo desta expedição estava na formação de possibilidades de construção de novas estratégias para a defesa do território nacional, como informa o Capitão Tenente Azevedo:

1ª, a possibilidade de comunicar a Corte com a fronteira do Império na serra de Maracajú, sem transitar por território estrangeiro. 2ª, A certeza de ter a comunicação, iniciada pelo *Tamandahy* mais rápida, e ao mesmo tempo a mais segura e a mais estratégica das que, pelo interior do país, se projetem para a dita fronteira, por que: 1ª, A província do Paraná não tem os recursos da de S[ão] Paulo, 2ª De Antonina à Colônia do Jatahy, porto de embarque para o Paranapanema, há 85 léguas, as 45 ultimas das quais são de sertão bruto, e de terrenos imprestáveis para rodagem, ao passo que de Santos à Piracicaba, porto de embarque p[ara] o Tietê, há 33 léguas de boas e frequentadíssimas estradas. 3ª A comunicação iniciada pelo *Tamandahy* entre a fronteira de Maracajú e o Itapura significa um dos pensamentos de política interna mais presidentes e patrióticos que a posteridade reconhecerá nos governos do atual reinado. O porquê, que a relação tem isso com a integridade do Império são causas que o Governo Imperial e notáveis estadistas perfeitamente apreciam, apesar de que tenha escapado à reflexão de muitos brasileiros ilustrados¹⁶.

Invasão Paraguaia

Em dezembro de 1864, iniciava a agressão paraguaia na província do Mato Grosso composta por forças fluviais e terrestres na tentativa de conseguir aumentar seu território, anexando as terras cobiçadas pelos paraguaios, caso obtivesse vitória sobre o Império. A falta de uma defesa eficaz na fronteira brasileira implicou no avanço das forças paraguaias sobre

¹⁵ Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura 1 de Maio de 1867. IHGB, Docs Navais, DL1213,121.

¹⁶ Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura 1 de Maio de 1867. IHGB, Docs Navais, DL1213,121.

território nacional. Em 1865, Antônio Mariano de Azevedo escreve um ofício ao Ministério da Marinha informando sobre o plano paraguaio de chegar a Cuiabá:

Excelentíssimo Senhor, o plano dos paraguaios me parece agora claro. Premeditarão tomar Cuiabá. Para isso dispuseram de 2 corpos de exército. Quanto, que partiu de Assumpção, por agora, depois de tomar Coimbra, Corumbá, e Dourados, devia ocupar Villa Maria, e ali permanecer até ter notícias do 2º, que partindo do Apa, e tomando Nioac e Miranda, devia chegar ao Coxim. Uma canoa mandada pelo Taquary e Paraguai levaria essas notícias a Villa Maria. Feitas as convenientes combinações, movem-se simultaneamente os dois exércitos em direção a Cuiabá, e num belo dia vê-se essa capital assaltada por duas grandes forças, uma vinda de Villa Maria e Poconé, e outra de Coxim. É bem natural que não possa resistir¹⁷.

No caso particular de Itapura, em meio à emergência pelo qual foi criado, o estabelecimento naval não apresentava uma estrutura necessária para se defender. Segundo o relatório de Antônio Mariano de Azevedo, datado de 30 de Janeiro de 1865 a Francisco Xavier Pinto Lima, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, informava sobre: a falta de armamentos, o contingente de apenas de 14 soldados navais, 4 soldados do exército, e 12 imperiais marinheiros, e a falta de foguista e militares, fato que comprometeu a atuação do vapor Tamandaty. Foi solicitado ao Ministério da Marinha o envio de armamento e contingente. A resposta foi positiva, ordenando ao governo da província de São Paulo o remanejamento de tropas das Guardas Nacionais e armamentos para Itapura. Entretanto, tais subsídios nunca chegaram à região.¹⁸

Impossibilitado de auxiliar militarmente a ofensiva brasileira contra as forças paraguaias, o diretor de Itapura sugeriu o uso do estabelecimento na logística de mobilização de tropas para a fronteira de Maracajú através da Estrada de Avanhandava até Azevedo o que permitiria a passagem de tropas de São Paulo até Itapura, como também disponibilizou uma esquadrilha composta pelo vapor e seis lanchas, podendo transportar cerca de 400 homens para Santa Rosalinda.

Embora a finalidade de sua criação fosse auxiliar na integração territorial, de modo a defender as fronteiras imperiais contra uma possível ofensiva estrangeira, Itapura não fez parte da estratégia criada pelo Ministério da Marinha na guerra contra o Paraguai. As autoridades do governo planejaram utilizar outro trajeto para o transporte de tropas para o Mato Grosso, evitando a rota fluvial rio Tietê-Paraná. O contingente iria por via terrestre, partindo de Santos, passando por Franca e Uberaba, com destino ao Rio Apa e Laguna.

¹⁷ Aditamento de Antônio Mariano de Azevedo, Capitão Tenente, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, s.d. IHGB, Docs Navais DL1202,152.

¹⁸ Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, a Jesuino Marcondes de Oliveira Sá, Ministro do Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 30 de Janeiro de 1865. IHGB, Docs Navais, DL1202,155.

Durante o maior conflito armado envolvendo o Império do Brasil no qual o mesmo teve ameaçada sua integridade nacional, o único serviço prestado pelo Estabelecimento Naval do Itapura foi a passagem do correio de Cuiabá para São Paulo, sendo descartado todo o esforço de seu contingente civil e militar em sua criação e na missão de promover a integração regional.

Na década de 70, o Estabelecimento Naval foi extinto pelo Ministério da Marinha influenciado pelo governo da província de São Paulo a qual não acreditava que Itapura atendesse os interesses que motivaram sua criação. Cabe analisar os fatores que levaram ao seu fechamento: Em primeiro lugar, iniciada a ofensiva brasileira na guerra contra o Paraguai, as autoridades estavam convencidas de que com a vitória da Tríplice Aliança, a passagem para o Mato Grosso através do Rio Paraguai voltaria ao controle dos brasileiros. Dessa forma, não haveria a necessidade de utilizar a rota do Rio Paraná, passando por Itapura para promover a comunicação com a região mato-grossense.

Fatores estruturais comprometeram o futuro da Colônia Militar e do Estabelecimento Naval. A falta de investimentos do governo e o atraso no envio dos vencimentos dos militares comprometiam qualquer tipo de investimento em melhorias nas instalações. Além disso, a retirada dos africanos, elemento fundamental para o seu desenvolvimento, provocou o fim da Companhia dos Trabalhadores de Itapura e contribuiu para a estagnação das obras da Estrada de Avanhandava. A principal consequência desta paralização foi o isolamento da região, impedindo os planos do governo em promover seu povoamento através de uma “colonização voluntária” que seria possível a partir da construção de vias terrestres que interligasse São Paulo e Minas Gerais, incentivando a migração de famílias destes locais para Itapura.

Isolada, sem investimentos e sem desempenhar uma função estratégica para o governo na Guerra do Paraguai, Itapura foi fechada. No entanto, Antônio Mariano de Azevedo, na direção da Colônia e do Estabelecimento militar buscou alertar o Ministério da Marinha para a necessidade de continuar investindo nesta organização militar, mas também criticava a negligência com a região e ressaltava a importância da integração do Brasil, principalmente nas áreas próximas às repúblicas vizinhas, como verificamos em seu ofício de 9 de Dezembro de 1864:

Não se pode compreender como, quando se trata de estreitar os laços que unem entre si Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, já conchegadas não só pela natureza como pela ordem das coisas estabelecidas, e cujo afrouxamento só num futuro muito remoto se poderá dar, se tem uma vista tão penetrante que presente a quase imperceptível negrume desse futuro. E quando se trata de uma imensa e rica província, tão separada das outras quanto despovoadas e unida a pequenas

repúblicas ansiosas por adquirir mais algum território que justifique a importância política que ambicionam, quando um conflito com tais vizinhos é caso constantemente momentoso e cuja primeira consequência será o isolamento e quase abandono das partes povoadas de tal província custa a compreender-se, digo, como neste caso aquelas vistas de água são como que interceptadas por uma espécie voluntária de catarata¹⁹.

Ao analisarmos o discurso do diretor de Itapura é nítida sua crítica à política de integração adotada pelo Império, ao priorizar o litoral e os grandes centros de decisões políticas e negligenciar áreas vitais para a manutenção da unidade territorial que estavam despovoadas, isoladas e sobre coibiça dos vizinhos republicanos.

Sendo assim, Itapura foi vítima daqueles “com vistas de água, mas que foram interceptadas por uma espécie voluntária de catarata”, uma vez que justificaram seu fechamento devido às suas modestas condições, ignorando o fato que a própria falta de investimentos do governo havia contribuído para o seu estado. Inclusive, desconsideraram sua posição estratégica não só para integrar e proteger as fronteiras da província do Mato Grosso, mas também, sua função no povoamento e integração do sertão da província de São Paulo, importante região para a consolidação do Império do Brasil.

Conclusão

Como podemos ver, a Marinha Imperial foi, durante parte considerável do século XIX, a ferramenta fundamental do processo de promoção da integração nacional, principalmente nos territórios fronteiriços. Sua missão era promover a integração do Império Brasileiro valorizando e resguardando suas dimensões continentais. Para isso deveria ligar o centro do país (localizado na Corte do Rio de Janeiro) às demais áreas, particularmente, àquelas tais quais à província do Mato Grosso, por ser alvo de disputa com os países vizinhos, no caso o Paraguai. A Marinha Imperial desenvolveu suas funções através da reativação de rotas traçadas pelas monções, desde o período colonial.

No caso específico da região do Mato Grosso, o intuito era utilizar o Rio Tietê para promover a navegação pelo Alto Paraná, e assim integrar a capital Cuiabá à região mais fronteiriça da província, evitando a necessidade de contato direto com os vizinhos platinos e possíveis conflitos decorrentes. Para isso foram criados o Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura. Sua estrutura foi erguida a muito custo, sob suor de africanos, imigrantes brasileiros e estrangeiros e de um contingente militar que, juntos, enfrentaram epidemias,

¹⁹ Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura a Francisco Xavier Pinto Lima, 9 de Dezembro de 1864. IHGB, Docs Navais, DL1213,104.

fome, falta de investimento, secas e uma miserável infra-estrutura, cumprindo a função que lhe havia sido designada. No entanto, mais do que cumprir a função militar de integrar a região, a Marinha Imperial desempenhou um papel muito mais amplo, “colonizando” aquela região e permitindo ao governo Imperial o desenvolvimento de novas estratégias para a defesa de suas fronteiras.

Nesse sentido, acreditamos que Itapura reflete uma postura da Armada Imperial, não só em estabelecer uma estratégia de defesa para o Império, mas também de assumir funções sociais e políticas através da promoção do povoamento, da contratação de africanos e colonos e solicitando modificação na legislação para garantir seu desenvolvimento. Através de Itapura, a Marinha Imperial foi responsável por coordenar a construção de vias terrestres e coordenou toda a organização social da região. Impondo àquela instituição, de caráter militar, mais do que suas funções primárias.

Mesmo tendo sido erguidos com tantas dificuldades, como pudemos demonstrar, os estabelecimentos de Itapura acabaram não sendo utilizados naquele que viria a ser o maior conflito brasileiro do século XIX: a Guerra do Paraguai, conflito para o qual, a princípio, haviam sido criados. Desta forma, acreditamos que o “desuso” daquele investimento tão custoso (talvez não em valor monetário, mas sim em vidas e suor) sugere uma contradição na política do Governo Imperial quanto às suas fronteiras, deixando claro, a nosso ver, que essa política nunca esteve muito bem definida apesar de ser considerada vital. Ou seja, nessa lógica, a Unidade territorial – a tão almejada vastidão continental do Brasil – pode ser vista como um mito (misto de elefante branco com ideal inatingível), uma vez que ela existia, mas que, pela falta de integração, não atendia às necessidades da nação.

Não tivemos a intenção de esgotar com essa breve análise as possibilidades de pensar a Marinha Imperial ao longo do século XIX. Nossa intenção foi apresentar, a partir do exemplo de Itapura, o papel desempenhado pela Marinha no povoamento, guarnecimento e promoção da comunicação entre as regiões que detinham uma importância geopolítica nas decisões do Império, em especial às vésperas da Guerra do Paraguai, nos apontando que sua função era muito maior do que a atuação militar.

Fontes

Aditamento de Antônio Mariano de Azevedo, Capitão Tenente, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, s.d. IHGB, Docs Navais DL1202,152.

Ofício de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, a Francisco Xavier de Pinto Lima, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, 10 de Maio de 1865. IHGB, Docs Navais, DL1202,156.

Ofício de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura a Francisco Xavier Paes Barreto, Ministro e Secretario do Estado de Negócios da Marinha, 16 de Novembro de 1859.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, a Francisco Xavier Pinto Lima, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, 30 de Janeiro de 1865. IHGB, Docs Navais, DL1202,149.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, a Jesuino Marcondes de Oliveira Sá, Ministro do Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 30 de Janeiro de 1865. IHGB, Docs Navais, DL1202,155.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura ao visconde de Abaeté, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, 01 de Junho de 1859. IHGB, Docs Navais, DL1213,15.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura a Francisco Xavier Pinto Lima, 9 de Dezembro de 1864. IHGB, Docs Navais, DL1213,104.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura 1 de Maio de 1867. IHGB, Docs Navais, DL1213,121.

História do Estabelecimento Naval do Itapura desde a Exploração até 1863, por dr. P. J. de Vasconcelos, 23 de Fevereiro de 1864. IHGB, Docs Navais, DL1132, 45.

História do Estabelecimento Naval do Itapura de 1864 até 1866, de Raymundo A. da Câmara Bento Oliveira, a Afonso Celso de Assis Figueiredo, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, 2 de Janeiro de 1867. IHGB, Docs Navais, DL1213,21.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatório do Ministério da Marinha de 1857, p. 6. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2091/000008.html>>. Acesso: 30/05/2012.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Decreto Imperial nº 2.200. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2200-26-junho-1858-557143-publicacaooriginal-77458-pe.html>>. Acesso: 28/06/2012.

Referências Bibliográficas

BARROS, Fausto R. de. "Itapura". In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 1957, n. LIV, p. 281-312.

CAMINHA, Herick M. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Brasília: Ministério da Marinha, 1986.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. “Poder Naval e a política externa do Império no Rio da Prata (1822-1852)”. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, RJ, 2010, n.12, p. 9-20.

FERREIRA, Gabriela N. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2004, v.2.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. n.1, 1988, p.05-27.

IHGB- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Sítio institucional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/ihgb23.php>. Acesso em: 01/05/2012.

HOLLANDA, Sérgio B. “Do Império à República”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1972, tomo II, v. 5, capítulo II.

IZECKSOHN, Vitor. “A Guerra do Paraguai”. In: GRINBERG, Keila. (Org). *O Brasil Imperial 1831-1870*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, v. 2. p. 386-424.

MINISTÉRIO DA MARINHA. “Serviço de Documentação da Marinha”. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1975, v.3, t. I.

SCHWARCZ, Lilia M. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2012, v.2.

SILVA, Edil P. da. “O Cotidiano dos Viajantes nos Caminhos Fluviais de Mato Grosso”. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, RJ, 2005, n.4, p. 24-40.

SOARES, José Carlos Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1939.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramento, 1972.

Joaquim Nabuco e a passagem à modernidade na virada do século XIX para o século XX

Lara Novis Lemos Machado

Resumo: O presente trabalho busca analisar o documento histórico "O Partido Ultramontano" da Conferência de Joaquim Nabuco, em 1873, levando em consideração o contexto histórico em que foi produzido, em especial a conjuntura política da época, refletindo sobre a passagem à modernidade, na virada do século XIX para o XX, tendo em vista a singularidade do processo da questão religiosa no Império brasileiro.

O presente trabalho busca analisar o documento histórico da Conferência de Joaquim Nabuco, em 1873, levando em consideração o contexto histórico em que foi produzido, em especial a conjuntura política da época.

1. Condições sociais da formação histórica brasileira na década de 1870

O contexto histórico que caracteriza o momento de análise é a passagem à modernidade na virada do século XIX para o XX. No Brasil vivia-se um momento de tensão entre forças conversadoras e liberais devido à cisão da elite política imperial e a incompletude da modernização conservadora que foram as estruturas da conjuntura que regularam as possibilidades de mobilização política, fragilizando o status quo saquarema. A herança da colonização seguiu influenciando a política brasileira até a chamada “geração de 1870” onde se começou a questionar o quadro político e econômico.

As formas de expressão de opinião se democratizavam: a edição de livros e jornais fora barateada e o acesso à educação superior se expandira para além dos limites do estamento senhorial. Ao mesmo tempo, questões antes indiscutíveis, como a escravidão e a monarquia entraram na agenda política¹.

Esse contexto evidencia uma fragilidade do Império em manter a estabilidade e hegemonia política e perante os questionamentos é importante destacar que diversos grupos políticos surgiram e dentre eles pode-se citar: os “novos liberais”. Eles eram vinculados às

¹ALONSO, Angela. *Ideias em movimento- a Geração de 1870 na Crise do Brasil Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 98.

famílias tradicionais do Império, porém politicamente menos influentes que eram contra o conservadorismo político na formação do campo político no Brasil.

2. Processo de Secularização e produção do discurso de Joaquim Nabuco

A posição política dos novos liberais, na qual Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, entre outros se inserem é a defesa da monarquia. Eles defendiam uma monarquia liberal, atacando a tradição imperial e as instituições saquaremas, ou seja, conservadoras. Além disso, eram abolicionistas. Um dos embates entre os liberais e conservadores que envolveu Nabuco foi contra a Igreja no processo denominado “questão religiosa”. Ele publicou dois folhetos: *A invasão ultramontana* e o *Partido Ultramontano* em defesa de um Estado independente da Igreja.

Num processo mais geral de experiências políticas e existenciais vivenciadas pela atuação política dos intelectuais e suas trocas culturais com franceses, ingleses e americanos possibilitaram uma maior base de oposição que era veiculada através da propaganda, em panfletos, folhetins e manifestos. Nessas bases pode-se destacar o jansenismo que num âmbito disciplinar advoga a busca por uma autoridade local hierárquica em detrimento da papal.

2.1. Maçonaria no Brasil e a Igreja Católica

Em fins do século XIX, a maçonaria, que contribuía para a propagação das ideias liberais no Brasil, foi motivo de uma séria divergência entre a Igreja Católica e o governo Imperial. Desde sua instalação no Brasil, em 1801, as lojas maçônicas aceitavam membros de todas as crenças, tanto que membros do clero faziam parte desta instituição. A Igreja condenava a maçonaria desde 1738 (bula *In Eminentí*, do papa Clemente XII), embora houvesse, na prática, certa tolerância. Entretanto, em 1864, a posição se radicalizou quando Pio IX lançou a bula *Syllabus*, condenando os princípios maçônicos e proibindo os membros do clero de se filiarem às lojas.

2.2. A “Questão Religiosa”

Em fins de 1872, os bispo de Olinda e do Pará, dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e dom Antônio de Macedo Costa, perspectivamente, resolveram aplicar a bula do Papa. Na época, as lojas maçônicas brasileiras não se constituíam como organizações políticas e a maior parte delas eram sociedades beneficentes. Por isso, muitos católicos, frades e

padres, ingressaram nas lojas. A proibição dos bispos não foi bem aceita e a situação agravou-se quando eles ordenaram aos párocos que proibissem os membros das irmandades católicas de pertencerem à maçonaria, sob pena de expulsão e excomunhão.

Devido ao regime de beneplácito, o Imperador precisa aprovar documentos e bulas papais para que elas tenham valor no Brasil e ele não aprova a *Syllabus*, responsabilizando os bispos por desrespeito à Constituição, e condenando-os a pena para quatro anos de prisão.

Essa situação causou certa tensão no governo e em todo o país as opiniões dividiam-se entre a Igreja e a maçonaria, e em ambos os casos, era sempre o prestígio do governo que saía abalado.

2.3 “O Partido Ultramontano”

Joaquim Nabuco, posto liberal que era, manifestou-se quanto à essa questão no documento Partido Ultramontano, anteriormente citado, que fora publicado em 1873 pela tipografia de seu pai Nabuco de Araújo que também era dono do jornal *A Reforma*, onde circulavam ideias liberais (foi, especialmente, através da imprensa liberal que o grupo “novos liberais” começou a se constituir).

O documento tem por objetivo central manifestar a insatisfação para com o discurso de Candido Mendes de Almeida proferido no Conselho de Estado e no Senado do Império em defesa do bispo dom Vital de Oliveira onde trata da política do governo em relação à Igreja. A principal defesa do documento é a separação do Estado da Igreja, visando uma maior tolerância em especial no caso da maçonaria. Nabuco critica privilégios da Igreja, apoia sua posição de submetida ao Estado, mas mesmo assim acredita que ela ainda possui uma grande influência contestável.

Ele apela a situações diversas para exemplificar suas críticas como é o caso do enterro dos maçons que só foi possível depois de uma intervenção do governo; a impossibilidade de construção de outros tipos de templos que não os católicos; o fato da candidatura perpassar o âmbito religioso e apenas católicos comporem a câmara dos deputados e diversos outros tópicos, mas os mais importante dizem respeito ao ensino religioso e os maçons.

A apropriação cultural no campo jurídico brasileiro do ensino religioso implicava para Nabuco uma invasão no aparelho do Estado onde se pode constatar que uma fusão do civil com o religioso seria um problema:

Assim pois ensinar-lhe sómente a rezar é tornar a menina incapaz de olhar a vida com seriedade, seus deveres na sociedade como fúteis e os *preceitos* mil vezes mais importantes do que os *mandamentos*.²

E que ainda gera a intolerância:

A tolerância é a qualidade das intelligencias claras, sem preconceitos; ora, o sacerdote não tem de ordinário essa isenção de espirito, e a primeira cousa que ele fará em um colégio será mandar recolher e queimar no *Index* a saber – as grandes obras do espirito humano.³

Ao final ele ainda defende a maçonaria como organização beneficente e se dirige a todos do partido Ultramontano, incluindo o Sr. Mendes de Almeida que a *Syllabus* é incompatível com a democracia, liberdade e dignidade da razão, sendo uma expressão de primitivismo. E pior denuncia que o clero brasileiro não possui missão nem religiosa nem social, não se preocupando com a formação da sociedade brasileira e isso incluía os escravos. Por fim defende uma reforma eleitoral e propõe como “solução provável” a discussão dessa relação com a maçonaria como um medo político da Igreja - uma revolução visto seu papel tão conservador.

3. Relações entre o contexto histórico e o discurso de Joaquim Nabuco

Na análise do processo de circulação de ideias e apropriação cultural as fissuras que marcaram o processo de secularização no Brasil são evidenciadas pelo embate entre uma teologia-política conservadora e ultramontana (papista, identificada com o jesuitismo) e aqueles outros, que defendiam posições em favor de uma maior autonomia do Estado e da Igreja nacional. Este campo do catolicismo ilustrado adotava uma perspectiva liberal e moderna inspirada no jansenismo.

Desta forma no Brasil, a chegada do Ultramontanismo representou uma nova forma de reorganização da instituição eclesiástica que batia de frente com a organização do Império no sistema de padroado. Logo, a intenção mais latente da Igreja seria aproximar o clero de Roma e afastá-lo do Império.

Documento

Conferência de Joaquim Nabuco. “O Partido Ultramontano”, Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1873.

² NABUCO, Joaquim. *O Partido Ultramontano*. Rio de Janeiro: Typografia da Reforma, 1873, p. 38.

³ Ibidem, p. 39.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento – A Geração de 1870 na crise do Brasil Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Cap. 2.

CARVALHO, José Murilo de. *A Contrução da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Edusp, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. Vol.6 O Brasil monárquico: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand-DIFEL, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero, Cultura e Ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEDER, Gizlene e SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. “Intelectuais, Circulação de Idéias e Apropriação Cultural. Anotações para uma discussão metodológica”. In: *Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 1, nº 1, janeiro/julho 2009, p.29-54. <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v1n1a2.pdf>

O juízo civil mineiro na questão do crime de feitiçaria no final do século XVIII

Larissa Freire¹

Resumo: A base dessa pesquisa é o documento chamado Devassa-Ex Ofício de Justiça, que relata o crime de feitiçaria de Pai Caetano, pertencente ao Arquivo Histórico da Casa do Pilar: Anexo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto/MG. O objetivo é analisar, através de uma crítica documental, como ocorreu o julgamento pela alçada civil, para um processo de foro misto, que também poderia ser julgado no Tribunal Eclesiástico, o único processo de feitiçaria na justiça civil ouropretana. O preto Caetano da Costa, da nação angola, teve uma devassa aberta em seu nome em 1791, pois esse fazia feitiçarias mágicas e enganosas contra a Religião Católica. O Juízo Civil mineiro era comandado por um juiz ordinário, que tinha como auxiliares tabeliães, escrivães e “oficiais menores”, que deliberava no senado da câmara e seguiam os procedimentos legais do Reino de Portugal, como as ordenações e leis. Esses juízes eram eleitos entre os “homens bons”, e não precisavam ser letrados, podiam pedir a ajuda a um auxiliar letrado. Segundo Carmen Silvia Lemos, na sua dissertação de mestrado “A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica”, os juízes sofriam interferência do costume local, num sistema de relações interpessoais. Em questões de feitiçaria, nas Minas a preocupação em condenar pessoas por esse crime ocorreu quando a hegemonia portuguesa e da Igreja foi posta em xeque, ou seja, quando aconteceram grandes escândalos e/ou os feiticeiros tinham muitos adeptos. O caso de Pai Caetano, foi o único julgado na alçada civil nas Minas setecentistas, enquanto no eclesiástico são conhecidos 107 casos. A feitiçaria era considerada um crime que interferia a ordem pública e a justiça divina, por isso era foro misto e poderia ser julgada tanto no Juízo civil como no Eclesiástico. Nesse caso o juiz ordinário considerou o réu acusado com apenas 11 testemunhas, diferente do que era exigido, os 30 ouvintes. Pai Caetano foi um exemplo para a cidade, sendo açoitado, demonstrado que apesar do medo que essa população tinha dos ditos feiticeiros, eles eram considerados ruins para a manutenção social, uma pratica não aceita pela religião vigente, a católica e assim para o Estado também. Apesar de ser o único caso pela alçada civil, foi um grande feiticeiro conhecido na região e devido a isso foi considerado culpado.

¹ Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

Casos de feitiçarias são fontes muito utilizadas por pesquisadores, tanto historiadores como antropólogos. A historiografia especializada preocupou-se em estudar através da análise destas fontes, a maneira pela qual ocorreram esse tipo de crime no período colonial brasileiro, bem como as práticas de feitiçaria utilizadas.²

Carlo Ginzburg, a partir da micro-história, analisou diversos processos contra feiticeiros e feiticeiras, levando em consideração a ideia de que havia uma circularidade entre os conhecimentos eruditos e populares. Em *Os andarilhos do bem* (1966)³, o autor analisa processos do final do século XVI ao início do XVII, no qual relata três fases das crenças relatadas pelos *Benandanti*. Numa primeira fase, os inquisidores tinham relativas indiferenças a esses cultos e, em um segundo momento, percebe-se uma notoriedade desses na sociedade; já na terceira fase, foram identificados como praticantes de rituais demoníacos.

No ano de 1971, Keith Thomas lançou *Religião e declínio da magia*⁴, na qual notamos como os regimentos de crenças, principalmente os relacionados à magia, estavam inseridos na sociedade inglesa puritana do século XVI ao XVIII, ou seja, qual era a função social dessas crenças quando relacionadas aos padrões morais aceitos. Os ingleses acreditavam que tanto a magia como a astrologia eram fontes importantes de explicação para os problemas daquela sociedade, como a fome, a miséria, a mortalidade de crianças e animais e, ainda, brigas entre vizinhos. Um importante movimento notado nesse livro seria a comparação dessas crenças com os feiticeiros da África no século XX, essa linha de pesquisa demonstra que Thomas estava inserido num estudo relacionado à antropologia de Evans-Pritchard, antropólogo que

² CLARK, Stuart. *Pensando com demônios: a ideia de bruxaria no princípio da Europa moderna*. São Paulo: Edusp, 2006; COHN, Norman. *Los demônios familiares de Europa*. Madrid: Alianza, 1975; DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; GINZBURG, Carlo. *Os Andarilhos do Bem: feitiçaria a cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; MANDROU, Robert. *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*. São Paulo: Perspectiva, 1979; MICHELET, Jules. *A Feiticeira*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; THOMAS, Keith. *Religião e o Declínio da Magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da Mulher nas Minas Gerais do século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; MOTT, Luiz. “Rosa Egípcia: ‘Uma Santa Africana no Brasil colonial’”. *Revista Cadernos Ihu Ideias*. Ano 3 n° 38, 2005. Disponível em www.unisinos.br/ihu; MOTT, Luiz. “O Calundu Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739”. *Revista do Instituto de Arte e Cultura*. Ouro Preto, 1994; MOTT, Luiz. “Da capela ao calundu: religião e vida privada no Brasil”. In: SOUZA, Laura de Mello e. *A vida privada no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados, moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

³ GINZBURG, C. Op. cit, 1988.

⁴ THOMAS, K. Op. cit, 1991.

analisa a crença em feitiçaria entre os Azande (um povo da África central). Já na década de 90, Stuart Clark⁵, estuda os textos demonológicos escritos por intelectuais do século XV ao XVIII.

Junto com os processos, criou-se a noção de sabá, ou seja, as reuniões feitas pelos ditos feiticeiros. A partir do estereótipo⁶, segundo Ginzburg, foram criadas fábulas, lendas e mitos, formando um conflito entre a cultura folclórica e a tradicional erudita. Uma circularidade dos níveis culturais, misturando erudito e popular.

Para Laura de Melo e Souza⁷, o sabá vem do universo mental dos inquisidores, da elite e formou um aspecto fictício no anseio popular de bruxa. Não há menção desse tipo de ritual no Brasil Colônia, mas durante os processos, quando se havia a confissão de pacto com o demônio, logo procuravam indícios dessa prática. Assim os diversos discursos formavam um estereótipo das bruxas e do próprio sabá, entretanto isso não era resultado da própria inquisição, mas, sim, resultado de sua formação na cultura popular. Nas Minas, por exemplo, Rosa de Congonhas do Campo costumava dançar com demônios ao pé da cruz.⁸

O diabo estava presente tanto na literatura jurídica e teológica como na tradição oral, segundo Robert Mandrou⁹ e Keith Thomas.¹⁰ Para os autores em questão, a temática era uma invenção dos demonólogos¹¹. Thomas defende ainda que o malefício foi criado pelas elites, o que possibilitou o surgimento da noção de certos indivíduos e certas potências sobrenaturais ou divindades, pela entrega de uma parte de seu ser ou sua totalidade, às mesmas potências, malignas ou não sabá. Entretanto, para Muchembled¹², as perseguições tornavam-se fortes quanto mais ativos os funcionários eram, enquanto que para Jean Delemeau,¹³ as perseguições eram uma autodefesa da ética dominante contra a cultura popular. Jules Michelet¹⁴ afirma que o sabá era real na forma de uma luta do campesinato contra a opressão. Hoje o sabá é uma

⁵ CLARK, S. Op. cit, 2006.

⁶ “Bruxas e feiticeiros reuniam-se à noite, geralmente em lugares solitários, no campo ou na montanha. Às vezes, chegavam voando, depois de ter untado o corpo com unguentos, montando bastões ou cabos de vassoura; em outras ocasiões, apareciam em garupas de animais ou então transformados eles próprios em bichos. Os que vinham pela primeira vez deviam renunciar à fé cristã, profanar os sacramentos e render homenagem ao diabo, presente sob a forma humana ou (mais frequentemente) como animal ou semi-animal. Seguiam-se banquetes, danças, orgias sexuais. Antes de voltar para casa, bruxas e feiticeiros recebiam unguentos maléficos, produzidos com gorduras de crianças e outros ingredientes.” cf. GINZBURG, C. Op. cit, 1991, p.9.

⁷ SOUZA, L. de M. Op. cit, 1995.

⁸ AEAM, Devassas eclesiásticas, Prateleira Z, Livro 6, 1753, fl. 58v.

⁹ MANDROU, R. Op. cit, 1979.

¹⁰ THOMAS, K. Op. cit, 1991.

¹¹ Demonologia: A ciência do outro. Tratados referentes à perseguição de bruxas, sermões católicos, pregações protestantes. Toda produção epistolar e tratadística voltada para a descrição das bruxas e seus rituais, Cf. CALAINHO, D. B. Op. cit, 2008.

¹² MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do Diabo: séculos XII – XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

¹³ DELUMEAU, J. Op. cit, 2009.

¹⁴ MICHELET, J. Op. cit, 1992.

construção mística complexa e multifacetada de várias culturas. Ou seja, fenômenos complexos, multifacetado, envolvendo elementos específicos da cultura¹⁵.

Existem muitos debates sobre a diferenciação ou não dos termos feitiçaria e bruxaria. Para Thomas¹⁶ e Mandrou¹⁷ não existe uma diferenciação entre os dois, usando-os indistintamente. Seguindo essa linha, Souza¹⁸ as diferencia apenas onde existe pacto demoníaco, de práticas mágicas. Para Cohn¹⁹, a bruxaria é designadora de práticas, técnicas do mal e é feita de forma coletiva, enquanto na feitiçaria, a própria pessoa é a fonte do mal. “Boroja entende a magia como uma ação baseada num vínculo de afinidade entre, mas que sempre têm um caráter específico ligado a algum aspecto da psique humana: amor, ódio, desejos em gerais”.²⁰

A historiografia brasileira só teve conhecimento dessa Nova História durante a década de 80, quando a noção de mentalidades estava entrando em colapso na França e surgindo a História cultural. Porém, apenas no ano de 1986, com o lançamento do livro *O diabo na Terra de Santa Cruz* de Laura de Mello e Souza²¹, que se tem uma verdadeira introdução da Nova História. A História das mentalidades é utilizada como opção teórico-metodológica, assim a autora analisa nos casos julgados como feitiçaria no Brasil Colonial, as identidades individuais e coletivas. Em uma ligação com Sergio Buarque de Holanda²², a historiadora faz uma visão do europeu em relação à colonização americana, o imaginário que se tinha das novas terras, acreditando-se ter encontrado o Éden, onde os nativos deveriam ser trazidos para a boa nova. Mais tarde demonizarão os índios e os considerarão canibais. Souza utiliza-se de contos de relatos de viajantes e crônicas sobre as novas descobertas, como os próprios europeus relatavam e viam essa nova terra. Com o passar do tempo e a vinda de novos colonos e negros, o Brasil começa a ser visto como um purgatório das almas, como a própria autora afirma. As fontes utilizadas pela historiadora em seu livro são os processos de visitas, autos de fé e devassas eclesiásticas que foram necessárias para um desenhar da história de cada indivíduo processado. Assim, a religiosidade colonial é explicada pela circularidade cultural de Ginzburg. Souza demonstra que as religiosidades populares

¹⁵ SOUZA, Laura de Mello. *Inferno Atlântico. Demonologia e colonização, século XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁶ THOMAS, K. Op. cit, 1991.

¹⁷ MANDROU, R. Op. cit, 1979.

¹⁸ SOUZA, L. M. Op. cit, 1995.

¹⁹ COHN, N. Op. cit, 1975.

²⁰ CALAINHO, D. B. Op. cit, 2008, p. 27.

²¹ SOUZA, L. M. Op. cit, 1995.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição, 2ª reimpressão, 2002.

sincréticas não podiam distinguir ou separar os elementos de cada cultura individualmente. Em *Inferno atlântico. Demonologia e colonização, século XVI-XVIII* (1993)²³, a mesma autora leva em consideração o imaginário demonológico no mundo e em relação ao Brasil no Antigo Regime.

Ronaldo Vainfas segue a mesma linha de Souza. Em *Trópicos dos pecados* (1989)²⁴ o autor analisa, a partir de processos inquisitoriais, como ocorriam os desvios morais, ou seja, por que os colonos eram processados quando não seguiam as normas da Igreja Católica em relação à sexualidade e, a partir disso, como era a moral no Brasil Colonial. Os processos pesquisados possuem réus acusados de bigamia, concubinato, fornicação, sodomia, além de os feiticeiros, principalmente os acusados de feitiços amorosos, ou seja, os que ajudavam os colonos no que tange a conseguir conquistar alguém, ou segurar o casamento por feitiços feitos durante o ato sexual e os que fabricavam as cartas de tocar.²⁵

Luiz Mott é um grande estudioso do assunto, além de livros relacionados a desvios morais na colônia, principalmente o homossexualismo. Com relação à feitiçaria, existem dois livros muito importantes para esse estudo, *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil colonial* (1992)²⁶, que narra a história de uma escrava que atuava como prostituta nas Minas e começou a ter possessões. Com a ajuda de um padre exorcista, foge para o Rio de Janeiro, onde, com o auxílio do clero, cria um convento para abrigar mulheres desamparadas. A partir desse momento Madre Rosa começou a fazer milagres e escreveu um livro conhecido como “Sagrada Teologia do Amor de Deus brilhante das Almas Peregrinas”. Após um tempo começa a indispor-se com o clero carioca e, por isso, é presa nos cárceres portugueses da inquisição. Apesar da existência de depoimentos sobre Rosa, não sabemos qual fim ela levou. Em *O calundu angola de Luiza Pinta* (1994)²⁷, Luiza foi processada por fazer rituais conhecidos hoje pela historiografia como calundus, na Sabará do século XVIII, onde fazia curas com ervas e se vestia de anjo. Além de Mott, Laura de Mello e Souza analisou o processo de Luzia Pinta. Ambos os autores viram nessa negra um produto sincrético que derivava de um encontro entre as culturas africana, indígena e europeia. Souza vê em Luiza um “protocandomblé” e, deixando de lado essa interpretação, declarou que esses ritos eram

²³ SOUZA, L. M. Op. cit, 1993.

²⁴ VAINFAS, R. Op. cit, 1997.

²⁵ “Magia ibérica que se fazia por meio de um objeto gravado com o nome da pessoa amada e ou/ outras palavras, o qual, encostado na pessoa, seria capaz de segui-la” In.: VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades Brasileiras”. In: SOUZA, Laura de Mello; NOVAIS Fernando (Org.). *História da Vida privada na América Portuguesa*. vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.250.

²⁶ MOTT, L. Op. cit, 2005.

²⁷ MOTT, L. Op. cit, 1994.

derivados de um universo simbólico *bantu*. Diferente de Souza, Mott afirma que a matriz era da África Central, vindo de um sacerdote chamado *Xingula*, além do sincretismo com o catolicismo.

Em *O avesso da memória* (1993)²⁸, Luciano Figueiredo faz, através dos documentos gerados pelas visitas pastorais, um levantamento do universo religioso mineiro colonial e o controle da sexualidade dos moradores. Com relação ao feitiço, o autor demonstra dois modelos. O primeiro deu-se através dos batuques, que eram uma forma de entretenimento para a população pobre, os quais as autoridades tentavam coibir, pois não se sabia quando eram sobrenaturais, ou seja, calundus. O segundo modo era a resistência provocada por esses feitiços contra a escravidão. Os senhores de escravos tinham medo de quem possuía a fama de feiticeiro e, pedindo auxílio à Igreja, tentava coibir as práticas de feitiço realizadas pelos negros e cativos.

Em questão de historiografia recente relacionada à feitiçaria, temos a pesquisa de Daniela Bueno Calainho²⁹, na qual analisa o sincretismo entre ritos africanos e católicos tanto na metrópole como na colônia, levando em consideração, principalmente, a difusão das bolsas de mandingas. Vanicléia Santos, em trabalho intitulado *As bolsas de mandingas no espaço Atlântico: século XVIII*,³⁰ analisa as bolsas de mandingas. Para ela, as bolsas eram uma recriação dos costumes africanos no cativo. A autora em questão afirma ainda que as mandingas associavam-se com o catolicismo, gerando assim novas formas de bolsas de mandinga na sociedade atlântica. Entre os processos de Mariana encontramos alguns como o de Antonio Pereira Gomes, sobre patuás diabólicos.³¹

Além de todos esses trabalhos de pesquisa, encontramos ainda inúmeros artigos sobre o assunto. Em seu texto, Daniela Calainho demonstra onde podemos encontrar as fontes relacionadas à inquisição colonial.³² Um livro com uma grande gama de artigos para o assunto, além de uma biografia vasta sobre a Igreja nas Minas colonial e os tribunais com o *Termo de Mariana: História e documentação* (1998).³³ Podemos encontrar textos³⁴ que

²⁸ FIGUEIREDO, L. Op. cit, 1993.

²⁹ CALAINHO, D. B. Op. cit, 2008.

³⁰ SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2008.

Disponível em http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=12&Itemid=77&lang=pt-br&filtro=vanicl%C3%A9ia

³¹ AEAM, Devassas eclesiásticas, Prateleira Z, 1763-1764 fls. 49v,50.

³² CALAINHO, Daniella. *Um guia de fontes para o estudo da inquisição portuguesa*. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_033.html.

³³ TERMO DE MARIANA: *História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

³⁴ FIGUEIREDO, L. Op. cit, 1993; FIGUEIREDO, Luciano; SOUZA, Ricardo Martins. "Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição mineira". *Acervo* Rio de Janeiro v. 2 n. 2 jul.-dez. 1987. Disponível em

demonstram, além dos estudos através de devassas, as denúncias que eram comuns nas Minas Gerais. Esses textos são uma forma de entender o funcionamento dos Juízos e até que ponto a feitiçaria era um crime comum.

Em dois diferentes artigos, Mott descreve como era a religiosidade no Brasil Colonial.³⁵ Nestas pesquisas, notamos a elaboração de uma lista com o nome dos acusados angolanos pela inquisição portuguesa, além de um culto com a “Dança de Tunda” que foi desfeito em 1747 pela polícia de Paracatu. Outro importante trabalho do autor é referente à história de quatro escravas que se tornaram ricas nas Minas setecentistas. Neste estudo, Mott narra as histórias de Rosa Egípcia e Josefa Maria acusadas de serem feitiçadeiras.³⁶ É importante lembrar que alguns casos, como o de Rosa, foram julgados em Portugal pela Inquisição, notando que a fama presente nas Minas preocupava a Coroa e a Igreja Portuguesa.

A feitiçaria começou a ser uma preocupação para as autoridades europeias já na Baixa Idade Média, ao relacionar as práticas pagãs com a associação do demônio. A partir desse momento é possível notar-se o nascimento de diversos livros demonológicos³⁷ e tratados contra esse tipo de prática. No século XII, os primeiros acusados de feitiçaria foram os adeptos de Valdo, hereges que cultuavam o Diabo e atuavam na França, Suíça, Áustria, Itália e Alemanha, os quais foram excomungados no Concílio de Verona (1184). As práticas dessa seita aproximam-se muito do sabá, em que seus frequentadores untavam o corpo e depois voavam aos locais de reunião. Depois, foi a vez da perseguição aos albigenses ou cátaros³⁸, que se desenvolveram pela Europa nos séculos X ao XIII³⁹.

No IV Concílio de Latrão (1215), os bispos foram convocados a intensificarem a luta contra os hereges, e, em 1233, a Bula *Vox in Rama* do papa Gregório IX descreveu as acusações e perseguições contra os hereges, delegando as funções de perseguição à Ordem

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/media/segredosdemariana.pdf>; LEITE, Paulo Gomes. “A inquisição em Minas Gerais: denúncias”. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.) *As minas setecentista*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 129-151.

³⁵ MOTT, L. OP. cit, 1997; MOTT, Luiz. “Feitiçeiros de angola na América portuguesa vítimas da inquisição”. *Revista Pós ciências sociais*. V. 5 9/10 jan/dez, São Luís/ MA, 2008; MOTT, Luiz. “Acontunda: Raízes setecentistas do sincretismo religioso afro brasileiro”. *Revista do Museu Paulista*, vol.31, 1986: 124-147; MOTT, Luiz. “De escravas à senhoras”. *Diário Oficial de São Paulo*, Leitura. 7-8-1988. Acessado em <http://www.ub.edu/afroamerica/EAV2/mott.pdf>.

³⁶ MOTT, L. Op. cit, 1988.

³⁷ Temos como exemplo, o livro KRAMER, Henrich; SPLENGER, James. *O Martelo das bruxas*. São Paulo: Planeta. s/d.

³⁸ Principalmente na região de Albi, no sul da França.

³⁹ Para mais informações sobre o início da feitiçaria ver, PADOVANI, Ariovaldo. “Os medos escatológicos: a representação do demônio e os seus agentes no imaginário medieval”. *Alétheia - Revista de estudos sobre Antiguidade e Medieval*, volume único, Janeiro/Dezembro de 2008.

dos Dominicanos. Foi com a *Bula Super illus specula* (1326) que a feitiçaria tornou-se um tipo de heresia e passou a ser perseguida.

As heresias e feitiçarias tornaram-se objetos do demônio na Terra, tendo o apogeu de perseguição ocorrido entre 1560 e 1630 com 20 mil pessoas acusadas⁴⁰. Antes da Bula *Summus desidētantis affectibus*, esse crime era uma responsabilidade do Poder Civil, mas depois foi possível notar a mudança para o foro misto, onde tanto o poder civil, quanto o eclesiástico e o inquisitorial, poderiam julgar os crimes de feiticeiros⁴¹.

Em Portugal, a feitiçaria não esteve entre os crimes mais perseguidos pela Igreja Católica e pela própria Inquisição Portuguesa⁴², mas, sim, os cristãos-novos⁴³ foram os maiores perseguidos nesse momento. Os feiticeiros eram perseguidos quando havia manifestações públicas de seus poderes e a fama do criminoso era tão grande que poderia abalar a hegemonia da Igreja ou do Estado. Tal circunstância também ocorreu no Brasil, sendo os trabalhos de perseguições exercidos, principalmente, pelo Juízo Eclesiástico. Num primeiro momento ficava a cargo das inquirições pelas devassas, onde o visitador despachava no local mesmo. A partir desse momento, os casos julgados mais graves encaminhavam-se para um processo na sede do Bispado.

No início colonial, as visitas ligadas ao Santo Ofício estiveram presentes na Bahia, em Pernambuco e no Grão-Pará. Estas regiões tinham uma economia muito rentável e eram

⁴⁰ SOUZA, L. M. Op. cit, 1995.

⁴¹ “A feitiçaria configurou-se em Portugal como um delito de foro misto, sendo objeto de repressão e punição, tanto da justiça secular como da eclesiástica – episcopal e inquisitorial -, não havendo critérios específicos que determinassem exatamente as atribuições de cada uma dessas instâncias, cabendo ao tribunal que efetivamente desse início ao processo o julgamento dos casos. Em relação particularmente à justiça eclesiástica, a comprovação de heresia dava ao Santo Ofício a jurisdição do delito, embora fosse difícil e polêmica a questão do que efetivamente se configuraria enquanto tal. Antes mesmo das ordenações régias, a feitiçaria foi objeto da legislação portuguesa. Em 1835, D. João I determinava, em carta régia, a proibição de práticas como adivinhações, encantamentos, “lançar sortes”, evocar o Diabo, dentre outras, e em 1403, uma nova lei foi editada nesse sentido. Nas ordenações portuguesas, pouco a pouco a feitiçaria foi ganhando contornos mais específicos no que tange a descrições mais detalhadas das práticas e penas a elas referidas. Nas Ordenações Afonsinas, de 1446, a feitiçaria já vinha associada ao pacto diabólico, punível com a morte a todos que porventura provocassem danos físicos e aos bens de uma pessoa, além de penas mais brandas, como açoites, a adivinhadores e farejadores de tesouros. Já nas Ordenações Manuelinas, de 1512, chegou-se a uma classificação específica de crimes: evocação do demônio, uso de objetos sagrados e feitiços para “inclinat vontades”, adivinhações, uso de objetos e partes de corpos de mortos para provocar malefícios, curandeirismos por métodos variados, fingir visões, benzeduras de gente e animais. Em função da gravidade, eram punidos numa escala que ia desde pena de morte, degredo, pagamento de multas e até açoites públicos, prisões e marcações no corpo com ferro em brasa. A legislação manuelina foi que de fato definiu a postura da Coroa Portuguesa em relação à feitiçaria, pois o Código Filipino, de 1603, não traz praticamente nenhum acréscimo significativo em termos de crimes e penas” CALAINHO, D. B. Op. cit, 2008, p. 212-213.

⁴² Para entender melhor o processo de instauração da inquisição em Portugal, ver: BETHENCOURT, F. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália. Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴³ Sobre os cristãos novos, ver: NOVINSKY, A. W. (Org.). *Nova Renascença - Diáspora Judaica*. Porto: Jornal Anual, 2000; NOVINSKY, A. W. (Org.); KUPERMAN, D. (Org.). *Ibéria Judaica - Roteiros da Memória*. São Paulo, Rio de Janeiro: EDUSP & Editora Expressão e Cultura, 1996.

habitadas por muitos escravos, bem como por uma população heterogênea, o que acabou por provocar acusações de feitiçaria⁴⁴. O primeiro Bispado no Brasil foi o da Bahia, criado no início do século XVI, o Vigário-geral era o responsável por conhecer os crimes de foro misto, como a blasfêmia, a feitiçaria, a sodomia, o concubinato, entre outros. Estes crimes poderiam ser julgados tanto pelo Juízo Eclesiástico como pelo Juízo Civil. O Juízo Eclesiástico foi abolido em 1830, passando os casos de foro misto para a justiça civil⁴⁵.

A descoberta do ouro em Minas Gerais, no século XVII, fez com que a Coroa Portuguesa tomasse cuidado com a ocupação dessa área. Uma das medidas exercidas foi a não entrada e fixação de ordens religiosas nessa região. O Bispado de Mariana foi criado em 1745 pela Bula *Condor Luis Artenae* do Papa Bento XIV a pedido de Dom João V⁴⁶, com o seu primeiro Bispo Dom Manuel da Cruz⁴⁷ chegando à região no ano de 1748. Para o funcionamento do Bispado, eram seguidas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)⁴⁸ e o Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia (1704)⁴⁹.

O Juízo Eclesiástico foi criado, segundo Maria do Carmo Pires, para uma punição do clero e para o controle dessa sociedade instável⁵⁰. A comarca do Bispado de Mariana era responsável pelas comarcas eclesiásticas de Vila Rica, Rio das Mortes, Rio das Velhas e o Serro Fino, Pitangui, Campanha, Aiuruoca, Tamanduá, Cuieté e Comarca do Serro do Frio.

Em questões de feitiçaria, como lembra Luiz Mott⁵¹, nas Minas, a preocupação em condenar pessoas por esse crime ocorreu quando a hegemonia portuguesa e da Igreja foi posta em xeque, ou seja, quando aconteceram grandes escândalos e/ou os feiticeiros tinham muitos adeptos:

⁴⁴ SOUZA, L. M. Op. cit, 1995.

⁴⁵ SILVA, Marilda Santana. “Normas e padrões do tribunal eclesiástico mineiro (1750-1830) e o modo de inserção das mulheres neste universo jurídico”. *Revista Social*. 2000.

⁴⁶ É necessário lembrar que Portugal estava sobre o regime do Padroado, ou seja, o rei detinha o Poder secular e religioso. “através do qual a Coroa garantia a interferência nos assuntos eclesiásticos, assumindo a responsabilidade pela construção e manutenção de templos e pelo pagamento dos eclesiásticos, administrando receitas, apresentando a Santa Sé nomes para dignidades eclesiásticas maiores e menores e rejeitando bulas e breves papais como os quais estivesse em desacordo” cf.: VILLALTA, Luiz Carlos. “O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado ao profano”. In.: *TERMO DE MARIANA: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 67-85

⁴⁷ Um documento muito rico sobre este momento é o “Áureo Trono Episcopal”, descrito no texto de FIGUEIREDO, Cecília Maria. “Fontes. Instalação do Bispado de Mariana e a festa oficial: aspectos de uma fonte documental”. In: *TERMO DE MARIANA*. Op. cit, 1998, p. 170-174.

⁴⁸ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

⁴⁹ *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Oficina do Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

⁵⁰ PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e infratores: o Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume, 2008.

⁵¹ MOTT, L. Op. cit, 1994, p. 128-130.

A feitiçaria (...) só seria encaminhada ao Santo Ofício se tivesse o caráter herético. Entretanto, deveria ser punida rigorosamente pelos tribunais eclesiásticos com penas como o degredo para a África, excomunhão ou penitência pública⁵².

Segundo André Nogueira, no século XVIII, os principais acusados de feitiçaria eram negros e seus descendentes, sendo essas denúncias feitas, na maioria das vezes, por brancos portugueses. Assim podemos ver três formas do porquê das denúncias e acusações desse crime. Em primeiro lugar, como uma resistência da escravidão, o que levou os senhores de escravos a exagerar nas culpas de seus cativos, por temerem uma rebelião ou agitação na ordem social.⁵³ Em segundo lugar, os feitiçeiros praticavam seus rituais como uma forma de ter uma fonte de renda e, por fim, havia também uma associação com prostituição, em que as feitiçeras faziam fórmulas mágicas ou cartas de tocar para atrair seus clientes:

(...) as práticas cotidianas da população pobre das Minas no século XVIII envolviam o recurso à magia e à feitiçaria, ocorrendo muitos casos de curas, benzeduras de animais, animismo, pactos com o demônio e feitiços com finalidade amorosa e sexual. Por ser uma sociedade escravista, era comum a prática de feitiçaria como meio de agredir o senhor e defender o cativo. Muitas dessas práticas estavam impregnadas de elementos africanos, entretanto a feitiçaria com a finalidade amorosa e sexual e a cura de animais por benzeduras estavam presentes em todas as culturas de que se tem conhecimento⁵⁴.

No caso que iremos analisar, a feitiçaria de Pai Caetano, é o único processo desse tipo julgado pelo Juízo Civil – como a feitiçaria pertencia ao foro misto poderia ser julgado tanto no Juízo Civil como no Eclesiástico -, sendo mais comum que bispos julgassem esse caso.

O Juízo Civil era comandado por um Juiz Ordinário, que tinha como auxiliares tabeliães, escrivães e “oficiais menores”, que deliberava no senado da câmara e seguiam os procedimentos legais do Reino de Portugal, como as ordenações e leis. Esses juízes eram eleitos entre os “homens bons”, e não precisavam ser letrados, podiam pedir a ajuda a um auxiliar letrado. Segundo Carmen Silvia Lemos⁵⁵, os juízes sofriam interferência do costume local, num sistema de relações interpessoais.

Os juízes da terra, ordinários e de vitena, e seus auxiliares, os escrivães e os tabeliães do judicial são os executores da justiça local que praticam, com suas ações um tipo de direito e de ordenamento normativo para a manutenção da ordem no

⁵² VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2007. Livro 5. tit. III a VI.

⁵³ NOGUEIRA, André. “E se diz do dito negro que é feitiçeiro e curador: a união entre o natural e o sobrenatural na saúde e na doença das gerais do século XVIII”. In: *Outros Tempos*, volume 03, pp.60-75. Disponível em: www.outrostempos.uema.br.

⁵⁴ SOUZA, Laura de Mello. “As devassas eclesiásticas da Arquidiocese de Mariana”. In: *Anais do Museu Paulista*, SP, 1995, p. 71-72.

⁵⁵ LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH/Departamento de História, 2003.

âmbito da municipalidade. Sobretudo os juízes em que deveria prevalecer o bem comum, sustentados em testemunhas das devassas de “ouvir dizer”, “por ser público e notório”, “por ser voz pública”, admitiam que o direito advindo do costume sobrevivia no cotidiano da justiça. Tal assertiva converge para às análises sobre a justiça local nas minas setecentistas que, em expressões como “opinião pública do senado” em Russel Wood, a “importância da palavra e da honra” em Marco A. Silveira, “economia moral do ato de julgar” em Marco M. Aguiar ou a “força dos rumores” em Luciano Figueiredo, sugerem a importância do costume para a prática judiciária na esfera da municipalidade, garantindo-lhe uma dimensão renovada no processo de compreensão da sociedade mineradora⁵⁶.

O termo de Vila Rica, sede da comarca se estendia as freguesias de Congonhas do campo, Lavras Novas, Itatiaia, Ouro Branco, Itabira do Campo, São Bartolomeu, Cachoeira do Campo, Casa Branca e Chapada.

Os casos do juízo civil eram de atribuição do Juiz Ordinário e seguiam uma ordem pré-definida pelas Ordenações Portuguesas, primeiramente havia um sumário, seguido pelo termo de abertura; notificação do juiz do crime com local e horário; auto do corpo de delito; assentada com o dia e o local dos testemunhos e os oficiais envolvidos; os testemunhos propriamente ditos; depois era feita a pronúncia da sentença e o termo de data, raramente eram feitos o termo de publicação, a conta e as vistas. Após a decisão do juiz, havia a prisão do réu e após isso era possível abertura de uma nova investigação, onde podia acontecer a defesa e podiam ser indicadas novas provas e novos argumentos. Todo o procedimento inicial ocorria em segredo de justiça, sem a presença do acusado.

Neste tipo de fonte é importante ressaltar que existe um caráter de parcialidade embutida no documento, pois “os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes, foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias”⁵⁷.

Como outros negros, o nosso personagem se diz curador, esses serviços eram vistos com repulsa, mas uma necessidade e eram reconhecidos como tal, como pode ser visto no processo, onde, Pai Caetano afirma possuir uma grande clientela. Isso se torna uma afirmação social para esse negro, pois gera uma liberdade, o branco necessita e tem medo desses conhecimentos, por isso trata o feiticeiro com certo distanciamento.

O preto Caetano da Costa, da nação angola, teve uma devassa aberta em seu nome em 1791, pois esse fazia feitiçarias mágicas e enganosas contra a Religião Católica. O juiz imediatamente ordena a prisão do réu com os seus pertences que incluíam,

⁵⁶ Ibidem, p.56-57.

⁵⁷ HUNT, Lynn. “História, cultura e texto”. In.: HUNT, Lynn (Org.) *A Nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.18.

(...) relíquias de santos misturadas com coisas indecentes, orações com cruzes, cartas e papéis, patuás de pele de bicho, relicário com papelinhos, Verônicas de latão, um livro encadernado com o título Triunfo Eucarístico, osso com dentes que parece ser de peixe, incenso, duas bulas de defunto, escapulários e bentinhos com papéis dentro em que se encontraram várias orações escritas a mão, que nem eram escritas em latim nem em português, imagens do Senhor Crucificado, figura de barro de meio corpo que parece ser moiro [mourão?], dois cavalinhos marinhos, um com um cobre de cinco réis atado com uma linha de pescoço e outro com um dente de onça, colher e resplendor de prata, cinco carretéis de corda de saltério, três navalhas, um assobio, duas meadas de granadas, um toco de vela e uma oração escrita a mão com as sete almas do purgatório pintadas pedindo-lhes que façam tudo o que Caetano tiver no sentido e lhe dê fortuna⁵⁸.

Durante o processo foram ouvidas 11 testemunhas, Manuel de Magalhães Gomes (47 anos/branco), vendia negros, ouviu por voz pública; Duarte da Silva Costa (43 anos/branco), alferes, ouviu dizer; Antônio Vieira da Cruz (45 anos/branco), minerador e capitão, por ser público e testemunha de feitiço; Luis Pinto da Fonseca Ribeiro (41 anos/ branco), minerador e capitão, ouviu dizer e testemunha de feitiço; Jerônimo Dias de Castro (50 anos/ branco), ermitão, ouviu dizer; João Lopes da Cruz (67 anos/ parda forro), ferreiro, ouviu dizer; Manuel Ferreira de Matos (19 anos/crioulo forro), sapateiro, ouviu dizer; Miguel do Rosário (27 anos/crioulo forro), dono de venda, ouviu dizer e testemunha de feitiço; Manuel da Rocha Ferreira (34 anos/não possui cor e condição social), ferreiro, não diz como tomou conhecimento do fato; João Moreira de Oliveira (39 anos/ crioulo forro), minerador, vizinho do réu e por último João dos Reis (44 anos/crioulo forro); cabo da esquadra do mato, ouviu dizer e testemunha de feitiço. Como é possível notar, todas as testemunhas eram homens moradores de Vila Rica, mesma localidade do dito feiticeiro. Existe um testemunho que vem de São Bartolomeu, antiga resistência de Pai Caetano.

Quatro das testemunhas presenciaram os feitiços. Assim a fama de Pai Caetano foi criando na sociedade, uma ideia de que era um feiticeiro, enganador, calundzeiro, curandeiro e gerador de fortunas, além disso foi acusada da morte de algumas pessoas durante os rituais, por isso a voz pública falava que era um grande acusado de feitiçaria, com péssima conduta que não seguia os preceitos da Igreja. O réu foi acusado e teve como pena ser açoitado por vias públicas de Vila Rica, houve uma tentativa de suspensão da execução mas não foi aceita. Servindo assim de castigo público e exemplo.

De acordo com as Constituições Primeiras, se o acusado de feitiçaria e pacto com o demônio fosse um nobre leigo seria condenado à excomunhão maior, a pagar vinte cruzados e a ser degredado pela primeira vez para fora do bispado, sendo plebeu, faria penitência pública na Igreja num domingo ou num dia santo, pagando dois mil

⁵⁸ LEMOS, C. S. Op. cit, 2003, p.111.

réis à justiça. Não podendo pagar, seria aplicado uma “pena corporal” e se reincidisse no erro, seria degredado para São Tomé ou Benguela⁵⁹.

Como pode se notar, o caso de Pai Caetano, foi o único julgado na alçada civil nas minas setecentistas, enquanto no eclesiástico são conhecidos diversos casos⁶⁰. A feitiçaria era considerada um crime que interferia a ordem pública e a justiça divina, por isso era foro misto e poderia ser julgada tanto no Juízo civil como no Eclesiástico. Nesse caso o juiz ordinário considerou o réu acusado com apenas 11 testemunhas, diferente do que era exigido, os 30 ouvintes. Pai Caetano foi um exemplo para a cidade, sendo açoitado, demonstrado que apesar do medo que essa população tinha dos ditos feiticeiros, eles eram considerados ruins para a manutenção social, uma pratica não aceita pela religião vigente, a Igreja Católica e assim para o Estado também. Apesar de ser o único caso pela alçada civil, foi um grande feiticeiro conhecido na região e devido a isso foi considerado culpado.

Fontes primárias

LARA, Silvia Hunold (org.), *Ordenações Filipinas, Livro V*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia, Coimbra, Oficina do Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2007.

Devassa civil

Casa da Pilar – Devassa civil

- Auto 9470, 1º ofício, ano 1971.

Referências Bibliográficas

CALAINHO, Daniela Bueno. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição*

⁵⁹ CPAB, 1707: 338-339.

⁶⁰ 107 são os nomes mais citados, dados retirados do texto de NOGUEIRA, André. “Da trama: práticas mágicas/feitiçaria como espelho das relações sociais – Minas Gerais, século XVIII”. *Revista de Humanidades*, setembro de 2004 V. 05 N.11. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme.

portuguesa no Antigo Regime. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. *Um guia de fontes para o estudo da inquisição portuguesa*. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_033.html

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. V.1 Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CLARK, Stuart. *Pensando com demônios: a idéia de bruxaria no princípio da Europa moderna*. São Paulo: Edusp, 2006.

COHN, Norman. *Los demônios familiares de Europa*. Madrid, Alianza, 1975.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. “Instalação do Bispado de Mariana e a festa oficial: aspectos de uma fonte documental”. In.: *TERMO DE MARIANA: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 170-174.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da Mulher nas Minas Gerais do século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____. “Peccata mundi: a “pequena inquisição” mineira e as devassas episcopais”. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlo (Org.). *As minas setecentista*, 2. Belo Horizonte : Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 109-127.

FIGUEIREDO, Luciano; SOUZA, Ricardo Martins. “Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição mineira”. *Acervo Rio de Janeiro* v. 2 n. 2 jul.-dez. 1987 Disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/media/segredosdemariana.pdf>

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, DIFEL, 1991.

_____. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Os Andarilhos do Bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GROSSI, Ramon Fernandes. “A religiosidade nas Minas setecentistas”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG nº 24, 2001. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/varia/revista/index.php?prog=mostraartigo.php&idcodigo=239>

_____. *O Medo na Capitania do ouro. Relações de poder e imaginário sobrenatural – século XVIII*. Dissertação (Mestrado). UFMG, 1999.

HUNT, Lynn. “História, cultura e texto”. In.: HUNT, Lynn (Org.) *A Nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH/Departamento de História, 2003.

MANDROU, Robert. *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*, São Paulo: Perspectiva, 1979.

MICHELET, Jules. *A Feiticeira*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOTT, Luiz. “Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil colonial”. *Revista cadernos ihu ideias*. Ano 3 n° 38, 2005. Disponível em WWW.unisinos.br/ihu

_____. “O Calundu Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739”. *Revista do Instituto de Arte e Cultura*, Ouro Preto, 1994.

_____. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: Mello e Souza, Laura. *A vida privada no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 156-220.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do Diabo: séculos XII – XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

NOGUEIRA, André. “Da trama: práticas mágicas/feitiçaria como espelho das relações sociais – Minas Gerais, século XVIII”. *Revista de Humanidades*, setembro de 2004 V. 05 N.11. Disponível WWW.cerescaico.ufrn.br/mneme

_____. “E se diz do dito negro que é feiticeiro e curador: a união entre o natural e o sobrenatural na saúde e na doença das Gerais do século XVIII”. *Outro tempos*, v.3 pág. 60-75. Disponível em WWW.outrotempos.uema.br

PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e infratores: o Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Inferno Atlântico. Demonologia e colonização, século XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. “As devassas eclesiásticas da Arquidiocese de Mariana”. In: *Anais do Museu Paulista*, SP (33):66, 1995.

THOMAS, Keith. *Religião e o Declínio da Magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

A província do Rio de Janeiro em tempo de “funestas paixões”: poder e política nos projetos de Joaquim José Rodrigues Torres como presidente de província (1834-1836)

Livia Beatriz da Conceição

Resumo: Neste trabalho pretendemos fazer uma análise sobre as propostas de ação política de Joaquim José Rodrigues Torres como presidente da província do Rio de Janeiro.

Em diálogo com os usos do biográfico, o personagem em questão é tomado como o fio da trama para pensarmos sobre alguns assuntos relacionados à recém criada administração provincial num momento de constituição do chamado regressismo conservador como movimento político na defesa de algumas reformas e ações mais centralizadoras.

Para tanto, nos utilizaremos de seus dois relatórios dirigidos à Assembléia Legislativa Provincial, o primeiro em 1º de fevereiro de 1835 e o segundo em 1º de março de 1836, construindo uma problematização acerca dos seus projetos de experimentação política enquanto presidente da referida província.

Tomamos esses relatórios como espaço não somente de discussão de questões relacionadas à como bem gerenciar o orçamento público da província, mas, sobretudo, como uma possibilidade de configuração de algumas de suas propostas de ação relacionadas a duas grandes questões consideradas por ele, assim como pela facção regressista em formação, das mais importantes nesse momento de “tão funestas paixões”: a manutenção da ordem política e social e a civilização/integração territorial da província; forjando assim em nível local projetos que se estenderiam a uma percepção de como o Estado imperial no Brasil deveria ser pensado.

É nesse sentido que assuntos como o da Guarda Nacional, do culto público, a iluminação das ruas das vilas da província, a criação e/ou reparo das estradas, pontes, canais e das casas de caridade e a construção ou não de cadeias e casas de correção foram levados a ser debatidos na assembléia provincial.

Livrar a província e, por conseguinte, o “país” “dos abalos e comoções políticas”, conseguindo, a partir disso, “riqueza e prosperidade” e um “risonho futuro”; assim como “curar” da falta de civilização e integração a jovem pátria em formação. Essas eram, seguramente, algumas das suas principais estratégias de ação, assim como da facção regressista em constituição, conforme procuraremos mostrar.

Que fontes de riquezas e prosperidade borbulham, Srs., em todos os pontos do nosso país!! Que risonho futuro nos aguarda, se a Divina Onipotência, livrando-nos dos abalos, e comoções políticas, inspirar-nos assaz constância, e esforço para mantermos as formas governativas, que possuímos, e com elas os benefícios da paz, e duradoura tranqüilidade!!¹

Estas ideias cunhadas por Joaquim José Rodrigues Torres encontram-se presentes em seu segundo relatório enviado à Assembleia Legislativa Provincial fluminense. Rodrigues Torres assumiu a presidência da província do Rio de Janeiro em outubro de 1834, dois meses após a promulgação do Ato Adicional do mesmo ano². Neste artigo, defendemos a ideia de que através de seus dois relatórios enviados à assembleia provincial, o primeiro de 1º de fevereiro de 1835 e o outro de 1º de março de 1836, esse personagem teve uma peculiar oportunidade de trazer ao debate assuntos considerados por ele da mais urgente resolução! Momento singular de construção e discussão dos seus projetos de ação política para a recém-criada administração provincial num contexto político específico de constituição do chamado regressismo conservador e, a partir dele, de revisão das reformas consideradas por alguns como descentralizantes demais elaboradas nos anos iniciais das regências³.

Tomamos seus relatórios, nesse sentido, como espaço não somente de discussão de questões relacionadas à como bem gerenciar o orçamento público da província, mas, sobretudo, como uma possibilidade de configuração de algumas de suas propostas de ação relacionadas a duas grandes questões consideradas por ele das mais importantes nesse momento de “tão funestas paixões”⁴: a manutenção da ordem política e social e a civilização/integração territorial da província; forjando assim em nível local projetos que se estenderiam a uma percepção de como o Estado imperial no Brasil deveria ser pensado.

É nesse sentido, como procuraremos mostrar, que assuntos como o da Guarda Nacional, do culto público, a iluminação das ruas das vilas da província, a criação e/ou reparo

¹ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 24 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

² Com o Ato Adicional de 1834, a cidade do Rio de Janeiro, como Município Neutro e capital do Império, e o restante da província foram separados. A província do Rio de Janeiro, com capital em Niterói, teve, assim, em Joaquim José Rodrigues Torres o primeiro de seus presidentes. O Ato criou também as Assembléias Legislativas Provinciais, lugar este da fala do personagem em questão. Ato Adicional de 1834. In: ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. *História Constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 593-600.

³ BASILE, Marcelo. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁴ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 34 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 13 de agosto de 2010.

das estradas, pontes, canais e das casas de caridade e a construção ou não de cadeias e casas de correção foram levados a ser debatidos na assembleia provincial.

Livrar a província, e, por conseguinte o “país”, “dos abalos e comoções políticas”, conseguindo, a partir disso, “riqueza e prosperidade” e um “risonho futuro”; assim como “curar”⁵ da falta de civilização e integração a jovem pátria em formação. Essas eram, seguramente, algumas das suas principais estratégias de ação, assim como da facção regressista em constituição, conforme procuraremos problematizar nas linhas que se seguem.

Ordenar, civilizar e integrar para prosperar!

Em 12 de agosto de 1834 fora promulgado o ato complementar à Constituição de 1824. Uma medida tida por alguns como muito descentralizadora, e que, logo após a sua aprovação, já seria revista por aqueles que o consideravam uma verdadeira “carta da anarquia”, nos dizeres de Bernardo Pereira de Vasconcelos, por se contrapor a uma ordem pública que deveria ser resguardada, e que poderia levar à tão temida fragmentação territorial. Configurar-se-ia ele, assim, como um divisor de águas das ações empreendidas pelas facções políticas imperiais do período.

Uma de suas principais decisões dizia respeito à separação entre a província do Rio de Janeiro e a Corte, capital do Império. Passando aquela a ter administração própria, com capital em Niterói, determinações legais para a sua organização e gerenciamento precisavam e estavam sendo pensadas; e Joaquim José Rodrigues Torres, como seu primeiro presidente de província, tinha uma oportunidade ímpar, nesse contexto, de sugerir ideias, de “emitir” a sua “opinião”⁶, tecendo assim suas propostas de ação política para os mais diversificados assuntos relacionados à administração provincial, como a defesa da ideia da construção de uma casa de caridade na Vila de Magé, havendo, segundo ele, através desse ato um “asilo para os infelizes, que a fragilidade, ou a miséria e indigência de seus progenitores levaram a abandoná-los nas estradas e portas dos particulares, onde muitas vezes” terminavam “na aurora da existência dias que poderiam tornar-se úteis à Pátria”⁷.

A Câmara da Vila de Magé recorreria ao governo provincial solicitando uma ajuda de 500 mil réis para a realização desse projeto de criação de uma casa de caridade, e Joaquim

⁵ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 16 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

⁶ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 1 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

⁷ Ibidem, p. 11.

José Rodrigues Torres considerou esse assunto de tão significativa importância que o levou para ser debatido na assembleia legislativa, afirmando que “algumas somas prestadas pelos cofres da Província, e engrossadas pela caridade de nossos concidadãos” poderiam “concorrer para o estabelecimento, ao menos em cada Comarca, de uma casa que” servisse “de refúgio à desvalida inocência dos expostos”⁸.

Desvalidos, infelizes, contudo inocentes estes que, com isso, teriam a chance de, ao serem resgatados de tamanha desgraça e abandono, tornarem-se verdadeiros “úteis à Pátria” em formação. Mas outro grupo de miseráveis e infelizes, todavia nada cândidos, assim não eram percebidos por nosso personagem. Quando o assunto eram os presos e a construção para estes de casas de correção, sua posição era bem diferente:

Não me parece ainda praticável a construção de uma casa de correção em qualquer ponto da parte do território sobre que se estende a autoridade provincial. As somas que semelhante obra exigiria para ser acabada em poucos anos estão acima das forças dos cofres provinciais que aliás tem de acudir a despesas muito mais urgentes⁹.

E o que fazer então com os condenados da província? Enviá-los para “a Capital do Império onde uma casa de correção se” estava “edificando”¹⁰. Uma forma certamente engenhosa de se ver livre dos desordeiros. Mas seria possível livrar-se de todos os que atentaram contra a segurança pública? Seguramente não! Por isso era sugerido ser “absolutamente necessário (...) a existência em cada Termo Municipal de uma prisão limpa, segura, e bem arejada, onde se” guardassem “os réus, que em virtude” da “Legislação Penal” deveriam “neles ser julgados e os que” fossem “condenados a simples prisão”¹¹.

Aos que ficassem, era necessária segura vigilância e mínimas condições de estadia, através de “concertos e reparos das cadeias existentes”¹²; a exemplo da cadeia da vila de Magé, cuja “estreiteza e insalubridade”¹³ poderiam ser “perniciosas à saúde dos delinquentes”¹⁴. Podemos nos arriscar a dizer que cadeias apertadas, insalubres e com falta de ventilação seriam um perigo não somente à saúde dos presos, mas às intenções desse sujeito da história de que esses homens da desordem bem guardados estivessem¹⁵.

⁸ Ibidem, p. 11.

⁹ Ibidem, p. 11-12.

¹⁰ Ibidem, p. 12.

¹¹ Ibidem, p. 12.

¹² Ibidem, p. 12.

¹³ Ibidem, p. 13.

¹⁴ Ibidem, p. 12.

¹⁵ Para uma discussão a respeito do funcionamento do “poder disciplinar” nas casas de correção vista, assim, como uma “instituição disciplinar”, ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

No relatório de 1836, ficaria registrada por Joaquim José Rodrigues Torres a ação da assembleia provincial que no ano anterior havia posto a disposição do governo provincial “os armazéns da Armação que haviam sido requisitados com o fim de fazer-se ali a Cadeia” da vila de Niterói. Considerada por Rodrigues Torres como uma “obra de urgente e absoluta precisão”¹⁶, ele prestava esclarecimentos sobre a “despesa orçada” e afirmava ser “evidente a necessidade de marcar no Orçamento do ano futuro a consignação que” era “de mister para o seu completo acabamento, ou ainda” que ele fosse autorizado “a empregar nesta obra o que” pudesse “sobejar em outros títulos da despesa do ano financeiro corrente”¹⁷.

Neste mesmo relatório, ponderações foram feitas a respeito da construção das cadeias das vilas de Itaboraí, Maricá, Campos e do termo de Rezende, assim como sobre o reparo de outras que já existiam. Curiosa foi a forma através da qual a cadeia de Rezende estava sendo construída. Seus “habitantes” haviam enviado a Joaquim José Rodrigues Torres um pedido, que ele considerava mais do que justo, de auxílio financeiro para terminarem a construção que eles próprios haviam iniciado. Através da “detenção dos criminosos” do termo de Rezende, era opinião de seus habitantes, estaria assegurada, assim, a tranquilidade pública em nível local¹⁸.

Nesse objetivo de manutenção da ordem política e social, outro assunto mereceu especial atenção de nosso personagem em seu primeiro relatório: a Guarda Nacional, cuja falta de armamento e desorganização era considerada um verdadeiro perigo! A sugestão era a de que “anualmente uma porção deste armamento [...] indispensável para que a força cívica” pudesse “em ocasião de necessidade prestar os serviços que” tinha “a pátria direito de esperar dela”¹⁹, fosse sendo comprado.

Tamanha era a preocupação de Joaquim José Rodrigues Torres com a segurança pública que além dessas estratégias de ação política outra se fazia urgente: a iluminação das ruas das vilas da província. Duas delas mereceram especial atenção no relatório de 1835, a Vila de Campos e a da Praia Grande, capital provincial. A primeira pela “crescida população e [seu] comércio”; e a da Praia Grande “não só pela sua extensão e crescida população, mas ainda pela circunstância de ser continuamente frequentada por grande número de pessoas Nacionais e Estrangeiras de todas as classes”²⁰. A iluminação das vilas, em sua opinião, traria

¹⁶ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 11 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

¹⁷ Ibidem, p. 12.

¹⁸ Ibidem, p. 12.

¹⁹ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 14 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

²⁰ Ibidem, p. 15.

“não só comodidade para os habitantes e pessoas que (...) [as] transitam, mas ainda facilidade para a manutenção da tranqüilidade e polícia da povoação”!²¹

A atenção dada à preservação da ordem política e social do império em formação não era uma exclusividade de Rodrigues Torres em sua atuação enquanto presidente de província. Aqui, porém, ele e seu espaço particular de experimentação política que foi a província do Rio de Janeiro são tomados como o fio da trama para podermos pensar nessa questão inclusive em escala mais ampla.

Joaquim José Rodrigues Torres e outros tantos personagens desses chamados “anos da ordem”²² representaram “os elementos de uma geração de construtores do Império cujas trajetórias interagiram diretamente com a afirmação do projeto regressista/conservador [em constituição] na consolidação do Estado Imperial” no Brasil²³.

Facção regressista esta que se formava em oposição às medidas consideradas por eles muito liberalizantes, como o Código do Processo Criminal de 1832 e o Ato Adicional de 1834, e que, devido a isto, estariam sendo possibilitadoras de uma ideia equivocada de liberdade.

Homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos²⁴, que passaram a defender que deveria haver um novo equilíbrio entre a autoridade do Estado e as liberdades políticas. Esta nova autoridade, mais conservadora/centralizadora, devia ser garantida porque este era visto como o único meio para a consolidação da ordem e para a preservação da unidade territorial do Império, ameaçadas pelos constantes conflitos sociais do período²⁵.

Entre os anos de 1835 e 1837, cresceria a ideia entre estes que se denominavam regressistas de que estaria havendo uma incompatibilidade entre a administração localista e a preservação das liberdades civis. As liberdades permitidas esbarravam, desta forma, no limite da desordem política e no perigo da fragmentação.

Nessa conjuntura de disputas e, certamente, de incertezas, as ações empreendidas por Joaquim José Rodrigues Torres como presidente da província do Rio de Janeiro deveriam ser inovadoras e eficazes no objetivo de elaborar uma revisão conservadora das reformas

²¹ Ibidem, p. 15.

²² MATTOS, Ilmar. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*. Maio 2005.

²³ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Ânimos Temoratos: uma leitura dos medos sociais na Corte no tempo das Regências*. Dissertação (Mestrado em História Social das Ideias). Niterói: Departamento de História da UFF, 1995. Mimeo, p. 89-90.

²⁴ Assim como, a título de exemplo, Carneiro Leão, Araújo Lima, Miguel Calmon e, mais tarde, Paulino José Soares de Souza e Eusébio de Queiróz.

²⁵ MOREL, 2003.

descentralizantes, promulgadas nos anos iniciais das regências, buscando por uma liberdade dentro da ordem e garantidora, assim, da unidade territorial.²⁶

Nesse objetivo, nenhum outro assunto mereceu tanto a sua atenção em seus meses iniciais enquanto presidente de província do que a questão da criação e/ou reparo das estradas, pontes e canais:

Em um País exclusivamente agrícola, como o nosso, onde até a indústria comercial das grandes Cidades é inteiramente vivificada pelo trabalho rural; o meio que há para com melhor resultado promover-se o aumento da riqueza pública é, sem dúvida, depois da segurança pessoal e de propriedade, o estabelecimento de meios de fácil comunicação. Bem conheço que mal serão suficientes nossos recursos pecuniários para concertar e melhorar as estradas que temos; mas também a época parece aproximar-se em que o espírito de associação para empresas desse gênero começa no nosso abençoado País a produzir os mesmos efeitos que tem opulentado outras nações²⁷.

A “riqueza pública” e uma aproximação possível do ideal de civilização de “outras nações”, ideia que aprofundaremos abaixo, far-se-ia assim a partir do “estabelecimento de meios de fácil comunicação”. Nota-se, contudo que, antes das estradas, esta magnificência se faria através da “segurança pessoal e de propriedade”.

Uma de suas sugestões para que o “estado deplorável de quase todas as estradas da Província”²⁸ fosse amenizado seria “a criação de uma administração especial e local convenientemente organizada, e com rendas privativamente destinadas aos [seus] consertos e reparações”²⁹, sendo este “um dos grandes benefícios que a Assembleia Legislativa” poderia “fazer à indústria e agricultura”³⁰ provincial.

Apesar de Joaquim José Rodrigues Torres ter tido “pouco tempo (...) para calcular o total das despesas que seus reparos e melhoramentos”³¹ exigiam, esta seria, a seu ver, uma das “primeiras necessidades”, qual seja: a de tratar “dos meios de facilitar a condução dos

²⁶ Segundo Marcel Basile, “o governo centralizado não era mais entendido como sinônimo de despotismo, e sim, ao contrário, como único capaz de garantir a liberdade, ao conter os arbítrios dos poderes locais facciosos”. BASILE, M. Op. cit, 2009, p. 93. De acordo com Marco Morel, para o liberalismo moderado, cujos preceitos muitos dos adeptos do regressismo defendiam, “a definição de liberalismo (...) [passava] pela preocupação de fixar os limites da liberdade. [Esses limites deveriam] partir da lei, da Constituição, mas também de um Estado forte (...) sem rupturas com a ordem”. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 121.

²⁷ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 34 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 13 de agosto de 2010.

²⁸ Ibidem, p. 26.

²⁹ Ibidem, p. 6. No relatório de 1836, Rodrigues Torres fala em “uma administração privativa” para administrar não somente as estradas, mas todas as demais “obras da Província”. Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 25 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010. Ainda que esta renda privada viesse de capital externo, como no caso da abertura do Canal de Campos à Macaé. Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 24 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

³⁰ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 6 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

³¹ Ibidem, p. 26-27.

produtos do interior da província para os diferentes mercados”³². Produtos como o café, que sendo produzido como exemplo no distrito de São João do Príncipe e suas vizinhanças, precisava ser levado por uma estrada a ser consertada na Vila de Mangaratiba até seu porto para ser escoado para o restante da província.

Grande parte do relatório de 1835 foi dedicado a este tema. Estas eram requisições das Câmaras Municipais das vilas de Itaboraí, Macacú, Magé, Praia Grande, Campos, Ilha Grande, Barra Mansa, Valença, Rezende, Paraíba do Sul, Vassouras, Nova Friburgo, Cantagalo, além da própria vila de Mangaratiba e do distrito de São João de Príncipe.³³

Parte significativa do relatório de 1836 também se deteve nessa questão da construção e/ou reparo das estradas, pontes e canais como referentes à parte das “obras públicas [que] mais” reclamavam “o estado da Província”³⁴. O café, ponderava Rodrigues Torres, era o produto mais rentável para os cofres provinciais, com o dízimo sobre este produto tendo aumentado significativamente no primeiro semestre do ano³⁵. E assim vinha ocorrendo desde pelo menos 1833, questionando-se ele sobre “quem” poderia saber “quanto de contínuo aumento (...) a cultura deste rico produto” seria “permitido pensar”³⁶. No entanto, reconhecia ele “uma verdade”³⁷:

O grande número de estradas, que em todos os sentidos cortam a Província, e o mal estado da maior parte delas, não permite ocuparmo-nos de repará-las simultaneamente: mais vale abandonar algumas, e curar de tornar as outras transitáveis, do que conservá-las todas no estado atual. Escolher as mais necessárias para facilitar as comunicações do interior, e promover os interesses da agricultura, e do comércio: e, sem pretendermos por ora torná-las perfeitas estradas, dar-mo-nos pressa em repará-las; e fazer-lhes os melhoramentos compatíveis com as faculdades da Província, estabelecendo depois barreiras nos lugares mais apropriados, cujas taxas (que devem ser mui módicas) se apliquem para a conservação das estradas respectivas³⁸.

Joaquim José Rodrigues Torres sugeriria então quais seriam aquelas que fariam parte de seu projeto de ação política, figurando-se como “as mais necessárias para facilitar as comunicações do interior, e promover os interesses da agricultura, e do comércio” da

³² Ibidem, p. 7.

³³ Estas demandas, certamente, relacionavam-se à expansão dos cafezais na região fluminense. Ver a respeito em SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³⁴ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 16 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

³⁵ Segundo Arnaldo Fazoli Filho, a partir de 1835, o café “começava a representar o primeiro produto na pauta das exportações” do Império. FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O período regencial*. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 31.

³⁶ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 27. (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

³⁷ Ibidem, p. 16.

³⁸ Ibidem, p. 16.

província: a do Termo de Cartagalo, a estrada do Comércio, da Estrela, de Itaguaí e a da Polícia. Retornava também ao debate a estrada que ligava São João do Príncipe a Mangaratiba³⁹, vista como sendo:

Incontestável sua grande utilidade: (...) [bastava] para reconhecê-la atender quanto é mais fácil aos Lavradores deste Município, e dos lugares circunvizinhos, enviarem seus produtos à Mangaratiba, em vez de mandar a outros portos muito mais distantes, ao que (...) [eram] todavia amiudadas vezes forçados, mormente na estação chuvosa, por evitarem os incômodos e prejuízos que lhes resultavam (...) do mau estado do caminho⁴⁰.

Na vila de Paraíba do Sul, a Câmara Municipal alegava que a construção de uma ponte sobre o rio que levava o mesmo nome não seria muito “dispendiosa à Fazenda Pública, não só porque” havia “ali pedra em abundância, mas ainda pela boa vontade dos Povos vizinhos em concorrerem em donativos para auxílio da construção”⁴¹ dela.

A participação dos “Cidadãos”⁴² da província na construção desse relatório não ocorreu apenas a partir de oferecimento de ajuda financeira para a concretização de obras públicas, mas, inclusive, através de pedidos enviados diretamente a Joaquim José Rodrigues Torres:

Há poucos dias chegou-me às mãos uma representação de vários Cidadãos da Vila da Ilha Grande em que fazendo-me constar haver-se promovido uma subscrição entre os habitantes do lugar para concerto das estradas que daquela vila se dirigem às de São João de Príncipe, e Rezende, ao Bananal e Áreas, de cuja direção se achavam pelos subscritores encarregados, pediam ao Governo da Província uma cota mensal para o mesmo fim⁴³.

Pedido encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial e prontamente atendido pelo seu então presidente de província, que já no mês de março seguinte enviava essa “cota” para o “concerto das estradas que d’Angra dos Reis” conduziam “aos Municípios de S. João do Príncipe, Areias e Bananal (...)”⁴⁴. Obra esta que estava tendo “regular andamento”, de acordo

³⁹ Sobre as pontes citadas no relatório de 1836, Rodrigues Torres sugeria a construção e/ou reparo destas sobre os rios Paraíba, Sarapuí, Palmitar, Santa Anna, Itaguaí e Teixeira. Nota-se que a maior parte dessas pontes seriam construídas sobre os rios que atravessavam as estradas “cujos reparos (...) (deveriam, em sua opinião,) por agora serem preferidos”. Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 17 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

⁴⁰ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 21 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

⁴¹ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 25. (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 13 de agosto de 2010.

⁴² Ibidem, p. 23. Sobre o conceito de cidadão nesse momento, e suas mudanças, entre o final do século XVIII e meados do século XIX no Brasil, ver: SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. “Cidadão”. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da História dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 43-64.

⁴³ Ibidem, p. 23.

⁴⁴ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 21. (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

com as informações enviadas a Rodrigues Torres pelo “Cidadão João Pedro de Almeida, encarregado de sua administração”⁴⁵.

Nesse sentido, os relatórios enviados à Assembleia Legislativa Provincial, com os assuntos considerados dos mais “urgentes”⁴⁶, são construídos por Joaquim José Rodrigues Torres a partir de um diálogo estreito não somente com os pedidos das respectivas câmaras municipais, mas também a partir de reivindicações diretas dirigidas a ele pelos próprios “Cidadãos” da província.

Chamamos atenção para este fato com o objetivo de pensarmos sobre a ideia de que, como presidente de província, o nosso indivíduo-personagem não impunha o que precisava ser feito. Negociações certamente eram construídas entre esses sujeitos, num jogo relacional onde se estabelecia uma diferença entre quais eram os seus projetos de ação política e o que era possível de ser posto em prática⁴⁷, entrando aí também seguramente em pauta o fato de que esses relatórios precisavam ser discutidos e aprovados pela assembleia provincial.

Um exemplo disso foi a sua ideia de “abertura do canal da Nogueira ao Norte do Rio Paraíba, no Termo de Campos”⁴⁸. A obra “continuou até ao mês de Junho do mesmo ano [1835]; época em que se mandou sobrestar nos trabalhos, por se oporem alguns proprietários da margem do rio, a que o canal passasse por suas terras”⁴⁹. Julgando “a utilidade de obra tal”, Joaquim José Rodrigues Torres elaborou a seguinte manobra: além dos gastos já orçados para a abertura do canal listados no relatório do ano anterior (1835); no relatório do ano seguinte (1836) ele deliberava “progredir na continuação do Canal” através de uma “indenização” aos proprietários para a “desapropriação do terreno necessário”⁵⁰. Uma despesa extra que ele procurava justificar devido à importância da referida obra, e que poderia ser “compensado pelo produto das taxas, que” era “de justiça” serem “impostas sobre as Embarcações que o”⁵¹ navegassem.

Outro indício de que os “Cidadãos”⁵² desse império em construção participaram ativamente da elaboração desses relatórios, e, por conseguinte, da própria constituição das

⁴⁵ Ibidem, p. 21.

⁴⁶ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 34 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 13 de agosto de 2010.

⁴⁷ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

⁴⁸ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 22. (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

⁴⁹ Ibidem, p. 22.

⁵⁰ Ibidem, p. 22.

⁵¹ Ibidem, p. 22.

⁵² Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 23 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 13 de agosto de 2010.

estratégias de ação de nosso personagem-mediador⁵³, foi o caso já citado acima sobre a construção de uma cadeia no Termo de Rezende. Ou ainda o pedido encaminhado a Rodrigues Torres por “um grande número de habitantes do Sertão da Nogueira, representando ao Governo sobre a vantagem, se não necessidade de um caminho que” facilitasse “a comunicação (...) daqueles férteis lugares com a Cidade de Campos”⁵⁴. Eles ofereciam a Joaquim José Rodrigues Torres abrir esse caminho com suas despesas, se lhes fosse permitido. Ideia prontamente aceita, devido à “incontestável vantagem do referido caminho”, que levou a uma ordem de “desapropriação dos terrenos por onde” tinham “eles de passar; cujos proprietários pela mor parte os” cediam “voluntariamente cômicos do aumento que daí lhes” resultaria “para suas terras e mais propriedades”⁵⁵.

Uma astuta e delicada negociação precisava e estava sendo construída em suas ações como presidente da província fluminense. A própria abertura à possibilidade desses canais de comunicação entre as regiões provinciais serem taxados é exemplo disso⁵⁶. Ideia esta proposta por Joaquim José Rodrigues Torres ainda no relatório de 1835, tornada lei pelo artigo 4º da Lei Provincial de 14 de abril do mesmo ano - poucos meses após a sua primeira fala à assembleia legislativa em fevereiro- e que lhe resultou em alguns aborrecimentos.

No relatório de 1836, ele prestaria esclarecimentos à assembleia provincial do porque “a organização de um adequado sistema de barreiras para as diferentes estradas da Província, ajuntando-lhes a tarifa das taxas que nelas se devem pagar”⁵⁷ não estava em processo. Sua explicação do porque não ter procedido como determinava a legislação, pedindo “permissão de adiar ainda a organização de semelhante trabalho”, era a de que “as informações em que” devia “fundar-se um tal sistema” demandavam “acurados exames, que não” tinham “sido

⁵³ Trabalhamos aqui com uma perspectiva dialógica da escrita biográfica como forma de conhecimento histórico, defendendo que para se entender as ações, ainda que atravessadas pela incerteza, de um dado sujeito histórico em sociedade se faz de suma importância que nos preocupemos em perceber e analisar as redes de sociabilidade nas quais ele se acha inscrito. Nesse sentido, Rodrigues Torres, “como qualquer indivíduo, se encontrava inscrito em uma rede social específica definida por relações herdadas ou tecidas ao longo de sua vida (...). Ele não escapou à rede de obrigações, de expectativas e de reciprocidade que caracterizam a vida social”. SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 34. O conceito de mediador remete-se as reflexões de Gilberto Velho e Karina Kuschner em *Mediação. Cultura e política*.

⁵⁴ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 23 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

⁵⁵ Ibidem, p. 23.

⁵⁶ Idéia já aqui levantada por algumas das situações tratadas, como o exemplo da abertura do canal da Nogueira ao Norte do Rio Paraíba, no Termo de Campos.

⁵⁷ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 26 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

ainda possível finalizar, e nem mesmo” parecia “de justiça que se” estabelecesse “barreiras senão depois de consertarem-se as respectivas estradas”⁵⁸.

Assim, o valor das experiências de nosso indivíduo-mediador são tomadas aqui como um campo de possíveis de configurações de suas ações, escolhas e, certamente, limitações; uma vez que escrever sua história de vida é estar sempre atento aos projetos e desejos que ele e outros tantos diferentes atores que com ele estabeleceram relações construíram e desconstruíram com o passar do tempo.

Não é nosso objetivo aqui falarmos sobre o lugar da indústria, do comércio e da agricultura mercantil-escravista na estratégia de ação política de Joaquim José Rodrigues Torres como presidente de província⁵⁹. O que gostaríamos de chamar a atenção é para o fato de que assim como as estradas, pontes e canais eram, seguramente, utilizadas para o escoamento desses produtos, o eram para a circulação de pessoas e ideias e para a construção em nível local de um projeto de integração territorial que se queria “nacional”⁶⁰.

O micro-espço provincial de exercício de algumas ideias de ação política de nosso personagem em muito, certamente, tinha correlação com um escala maior de percepção de que Estado era este que deveria ser criado, onde a integração territorial era percebida como um dos meios através dos quais a nação imaginada Brasil estava sendo formada. Em suas palavras:

Estender-me, Senhores, sobre a necessidade da abertura e conservação de meios que facilitem o transporte dos produtos da nossa agricultura, e tornem mais rápidas as comunicações, e as viagens do comércio interior, fora por certo mais do que ocioso. Ninguém há aí que hoje desconheça quanto a riqueza e a civilização de um País cresce na razão direta de seus meios de comunicação⁶¹.

Assim, na esteira de um regressismo conservador, para Joaquim José Rodrigues Torres, civilizar era integrar; e integrar era aproximar-se de um ideal de civilização e riqueza,

⁵⁸ Ibidem, p. 26.

⁵⁹ Para uma discussão a respeito ver, por exemplo, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A interiorização da metrópole”. In: MOTA, C. G. (Org.) *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 160-184. Este texto é importante para entendermos a expansão desse feixe de relações pelo centro-sul da América Portuguesa, o que inclui o sul de Minas Gerais. Ver também LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993; MATTOS, Ilmar. “A região de agricultura mercantil-escravista”. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 45-91; FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992 e SALLES, R. Op. cit, 2008.

⁶⁰ De acordo com Ilmar Mattos, “impossibilitado de expandir suas fronteiras, o Estado imperial era obrigado a empreender uma expansão diferente: **uma expansão para dentro**”. MATTOS, I. Op. cit, 2005, p. 26.

⁶¹ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 15. (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

e, certamente, com isso afastar o perigo da fragmentação política; a ponto desta idéia, a seu ver, ter a força de pôr fim às dissidências dentro tanto da própria assembléia legislativa quanto do corpo social:

Os esforços que empregardes em promover nossa nascente indústria não só acrescentarão a riqueza e prosperidade material desta província, mas podem também concorrer para diminuir e ao fim fazer de todo desaparecer do Solo Brasileiro os *funestos efeitos das discórdias civis*. Vosso exemplo, Legisladores, pode servir de estímulo a nossos compatriotas. Vós lhes mostrareis por certo o majestoso espetáculo da concórdia de cidadãos que sabem esquecer dissentimentos políticos para reunidos oferecerem à Pátria o tributo de suas lucubrações⁶².

Firmando que:

A vós, Senhores, cumpre alentar o seu desenvolvimento, e enquanto lamentáveis dissensões políticas e ódios de partidos continuar ainda a desunir-nos, será para vós glorioso mostrardes o meio de *dar útil distração a tão funestas paixões*⁶³.

Não por acaso, dentre “todas as necessidades e providências que” reclamava “a Província”⁶⁴, “o primeiro lugar”⁶⁵ no projeto de ação política de Joaquim José Rodrigues Torres era ocupado por esse tema, qual seja, o da unidade territorial como recurso simbólico⁶⁶ de pôr fim aos “funestos efeitos das discórdias civis”, num contexto específico de disputas e de incertezas e da emergência do regressismo como movimento político na defesa de ações como esta.

Exatamente por isso o custo desta ação, nos seus dizeres, “produziria vantagens mui superiores aos sacrifícios”⁶⁷; sendo ele taxativo ao afirmar que “o melhoramento de estradas e pontes” seria “um dos fins para que a Assembléia Legislativa Provincial” poderia “com mais vantagem pública usar a faculdade que lhe concedeu o 3º do artigo 11 da Carta de Lei de 12 de Agosto de 1834”⁶⁸, ao possibilitar que se construísse através desse ato um “meio de dar útil distração a tão funestas paixões”.

“Riqueza”, “civilização”, fim dos “dissentimentos políticos” e das “funestas paixões”, “o majestoso espetáculo da concórdia” entre os “cidadãos”, tudo isso a partir da construção e/ou recuperação das estradas, pontes e canais provinciais, numa construção simbólica do significado desse integrar os “compatriotas” dessa “Pátria” em formação.

⁶² Ibidem, p. 34-35. Grifos nossos.

⁶³ Ibidem, p. 34. Grifos nossos.

⁶⁴ Ibidem, p. 26.

⁶⁵ Ibidem, p. 34.

⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

⁶⁷ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 30 (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 13 de agosto de 2010.

⁶⁸ Ibidem, p. 31.

Nesse ínterim, outro tema que mereceu a atenção de Joaquim José Rodrigues Torres como presidente de província no relatório enviado à Assembleia Legislativa Provincial em 1836 foi o culto público. Nos seus dizeres, “a religião, cujos preceitos tanto” concorriam “para manter e estreitar os laços sociais, consolidar a ordem e firmar a moral pública, não” poderia “deixar de merecer (...) a mais solícita consideração”⁶⁹ na lei do orçamento da província.

O culto público, nesse sentido, serviria como elo entre os principais objetivos do seu projeto de ação política como presidente da província do Rio de Janeiro, quais seriam: a preservação da ordem política e social e a manutenção e estreitamento dos “laços sociais” entre os “cidadãos” da província.

Para finalizar, retomemos a citação de abertura deste artigo. Através dessas medidas/assuntos levados por Joaquim José Rodrigues Torres para serem debatidos na Assembleia Legislativa Provincial acreditava ele poder alcançar, ainda que a “Divina Onipotência” não o ajudasse, os “benefícios da paz, e duradoura tranqüilidade” de um projeto de ação política regressista que percebia questões como a civilização, a integração e a ordem de formas correlacionadas no objetivo maior de construir um “risonho futuro” para o jovem império em formação!

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

BASILE, Marcelo. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

⁶⁹Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 5. (disponível em www.crl.edu/brazil). Acessado em 15 de agosto de 2010.

CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. *Soberania no mundo atlântico: tráfico de escravos e a construção do Estado nacional no Brasil monárquico (1831–1850)*. Dissertação (Mestrado). Niterói: Departamento de História da UFF, 2004. Mimeo.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1994.

FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O período regencial*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 41-77.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Ânimos Temoratos: uma leitura dos medos sociais na Corte no tempo das Regências*. Dissertação (Mestrado em História Social das Ideias). Niterói: Departamento de História da UFF, 1995. Mimeo.

GONÇALVES, Márcia. “Mestiço, pobre, nevropata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira”. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 191-223.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*. Maio 2005.

MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

REVEL, Jacquel (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro. FGV, 1998.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHMIDT, Benito Bisso. “O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação”. *Anos 90*. Porto Alegre, n.6, p. 165-192, dez. 1996.

_____. “Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica”. *História Unisinos*. vol. 8, nº 10, jul/dez, 2004, p.131-142.

SOUSA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VELHO, Gilberto *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Raça, nacionalidade e o futuro da nação

*Lívia de Lauro Antunes**

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar dois artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ambos datados de 1893, redigidos por Tristão de Alencar Araripe. Nossa intenção é buscar a possível relação entre uma nova realidade, habilitada pela Abolição da escravidão e pela Proclamação da República, e as transformações dos paradigmas historiográficos e do pensamento social no alvorecer do período republicano. A História, incitada por um sentimento de amor a pátria, não era mais orientada tendo por alvo um regime político monárquico constitucional. Com a instauração da República, a História, ainda sob o desígnio de formar e formalizar a idéia de nação, com a proposta de criar e recriar identidade s necessitava de nova configuração. Essa reconfiguração histórica pressupunha um olhar renovado sobre o contexto político e social que emergia. Desta forma, era necessário legitimar e dar sentido a uma nação republicana livre, ao mesmo tempo em que se procurava vencer o obstáculo de delinear um “povo brasileiro”. Nossa proposta é procurar entender, através da análise dos escritos de Tristão de Alencar Araripe, como as novas narrativas históricas trouxeram à tona questões acerca da “formação étnica” da sociedade brasileira, que por conta da Proclamação da República e da emancipação escrava, necessitava ser investigada, resgatada, ou inventada, originando novas teorias raciais.

1. *A Abolição, a República e o IHGB*

Em 11 de outubro de 1838, a partir de uma proposição encaminhada ao Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por José da Cunha Mattos e Januário da Cunha Barbosa, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a finalidade de ser uma associação científica e de caráter privado, dedicada aos estudos históricos e geográficos. É, portanto, no desenrolar do processo de constituição e consolidação do Estado Nacional que se define o desenho de uma instituição que tem por finalidade a sistematização de um projeto de história pátria e que seria durante o século XIX e durante as

* Mestranda em História Comparada PPGHC/UFRJ. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

três primeiras décadas do século XX um dos principais centros de pesquisa histórica do país. Estabelecendo uma relação com a memória, desejando afirmar uma identidade nacional e um passado histórico para o país em formação, o IHGB fez parte de um universo simbólico que buscava construir uma revisão da História e de uma identidade nacional.

O projeto de publicar uma Revista de História e Geografia, cujos objetivos seriam a admissão de trabalhos voltados para o estudo do espaço territorial brasileiro e suas atribuições históricas, foi definido logo nos primeiros itens dos estatutos, frutos de debates internos da instituição que se criava. O primeiro volume da *Revista do IHGB* data de 1839. Desde então a revista trimestral é publicada regularmente sendo sua última publicação a do ano de 2009. Até o ano de 1863, a Revista era estruturada em volume único, num formato anual. A partir do ano seguinte (1864) a revista passou a ser dividida em duas partes distintas, publicadas em separado.

Tendo em vista os estreitos vínculos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a monarquia, e principalmente com o Imperador, quando os debates acerca da Abolição e da Proclamação da República começaram a se ampliar, aproximadamente, a partir da década de 1870, a escrita da História, que antes possuía como interlocutor principal, D. Pedro II, passou a se voltar, cada vez mais, para um diálogo com o “povo brasileiro”. Entidade abstrata, que não se sabia ao certo delimitar, subjetiva, mas que passava a ser discutida por esses intelectuais, inaugurando um novo delineamento das questões políticas no que se refere ao processo de escrita da História.

A íntima relação entre autor e nação continuava a existir no novo contexto inaugurado pela Abolição e pela República, revestida, porém, de nova roupagem. A História, incitada por um sentimento de amor a pátria, não era mais orientada por e para um regime político monárquico constitucional. Com a instauração da república, a História, ainda sob o desígnio de formar e formalizar a ideia de nação, com a proposta de criar e recriar identidades necessitava de nova configuração. Essa reconfiguração histórica pressupunha um novo olhar, pautado nas experiências e expectativas inauguradas pela Abolição da escravidão e pela Proclamação da República.

Essa transformação afastava, relativamente, o tipo de historiografia até então elaborada no Império, “implicando diferenciação no perfil do historiador, no enredo da narrativa que ele devia construir e em seu destinatário privilegiado”¹. Por isso, no caso do estudo aqui proposto, poder-se-ia supor que os sentidos das *culturas políticas* surgidas e

¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2009, p. 156.

operadas num Regime Monárquico começavam a se abater em decorrência de novas circunstâncias históricas, com o surgimento de outras problemáticas. Uma nova visão do Estado necessitava de outra organização social, novas proposições e meios de expressão. É certo que os sentidos de uma cultura política nunca desaparecem, apenas se metamorfoseiam. “Tanto é assim que os tempos da história são múltiplos, e as culturas políticas pertencem simultaneamente ao tempo longo das tradições e ao tempo curto do fato presente²”. Cabe ressaltar que corroboramos a definição de cultura política como um grupo de representações constituintes das identidades de grupos ou famílias políticas, que extrapolam, no entanto, a noção reducionista de partido político, assim como a desenvolvida por Serge Bernstein³. Portanto, como afirmou Ângela de Castro Gomes, pensamos que estudar a formação de culturas políticas, bem como sua divulgação, é “entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário e ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive nacionais”⁴.

Se a História tinha como objetivo incitar o sentimento de amor à pátria, ao mesmo tempo em que influenciava o processo de instrumentalização do presente e servia como uma mestra do futuro, para aqueles responsáveis por escrever a História do Brasil, a Abolição e a República passavam a ser parte de um projeto de civilização e progresso natural, e infalível, que permitia a compreensão da nação. Coerentemente, o novo “contrato” entre historiador e povo, trouxe a tona questões acerca da formação étnica brasileira, embasadas em teorias raciais. Com a instituição escravista extinta, o que fazer com as novas classificações sociais, que inseriram “não-cidadãos” até então qualificados como *escravos*, *ingênuos*, *libertos*, *tutelados*, *desordeiros e vadios* nesse novo universo⁵? Dessa forma, questões sobre raça se tornaram candentes no início do período republicano. Inúmeros pensadores brasileiros procuraram inserir o *mestiço* nas teorias deterministas importadas do continente europeu.

2. ***Teorias Raciais e Tristão de Alencar Araripe***

² BERNSTEIN, Serge. “Culturas Políticas e Historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 41.

³ Para definições do conceito de cultura política de Serge Bernstein cf. BERNSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. “Para uma história cultural”. Lisboa: Editorial Estampa, 1998 e BERNSTEIN, Serge. “Culturas Políticas e Historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília et al. Op. cit, 2009.

⁴ GOMES, Ângela. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002; GOMES, Ângela. “História, historiografia e culturas políticas no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, M.F.B.; GOUVÊA, M. F. S. (Orgs.). *Culturas Políticas – ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad/ FAPERJ, 2005, p. 33.

⁵ Sobre a conquista da cidadania de negros livres ou libertos cf. GOMES, F. S. (Org.); CUNHA, O. M. G. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

Na tentativa de buscar uma definição autêntica da nacionalidade brasileira, muitos intelectuais modificaram, adequando à realidade nacional, as teorias raciais que chegavam da Europa. Dentre as principais escolas europeias de teorização racista encontramos a escola etnológica-biológica, a escola histórica e o darwinismo social⁶. Essas ideias, quando migradas para o Brasil necessitavam se adequar a experiência de uma sociedade multirracial. Foi assim, que a imagem do tipo mestiço como degradado, deixou de ser um dos pressupostos deterministas utilizados por intelectuais nacionais, na tentativa de solucionar um dos fatos mais claros da sociedade brasileira, a existência de um grande número de mulatos. Em consonância, teorias que afirmavam a superioridade do tipo branco sem, contudo, descartar os benefícios da miscigenação, começaram a ser articuladas no território nacional. Cada vez mais, surgiam ideias sobre o embranquecimento que afirmavam um futuro otimista para a questão da raça no Brasil, declarando que a fusão entre o tipo branco, o negro e o índio geraria sempre um indivíduo mais claro, mais robusto e mais apto intelectualmente.

Inserido neste contexto, Tristão de Alencar Araripe, foi um intelectual que, na tentativa de explicar a formação e constituição no “povo brasileiro” expôs a sua teoria sobre a mistura de raças na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em seu artigo *Movimento colonial da América*⁷ – Tomo LVI Parte II (3º e 4º semestres) de 1893 – Araripe buscou uma valorização do elemento nacional e do continente americano, destacando a miscigenação como um fator positivo para a formação dos povos colonizados, dando-os um caráter singular.

Tristão de Alencar Araripe nasceu em Iço, no estado do Ceará no dia 07 de outubro de 1821 e faleceu no Rio de Janeiro em 04 de julho de 1908, com 86 anos. Foi Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1845, chefe de polícia do Espírito Santo (1856) e Presidente do Rio Grande do Sul (1876) e do Pará (1885). Além de ministro do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho do Imperador. Na República, foi Ministro da Fazenda, da Justiça e, dos negócios Interiores, no Governo do Marechal Deodoro. Pertenceu à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sendo eleito sócio correspondente do IHGB em 21 de outubro de 1870, passando à honorário em 1888 e a benemérito em 1898⁸. A trajetória de vida de

⁶ SKIDMORE, Thomas. E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁷ Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1893, Tomo LVI, Parte II. 92-115.

⁸ IHGB, *Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Vol. 4, Rio de Janeiro: 1993, p. 15.

Araripe merecia, sem dúvidas, um trabalho biográfico mais aprofundado. Por hora, basta sabermos que ele foi um intelectual que viveu e glorificou a Monarquia, mas que proclamada à República assumiu novas posições que dialogavam com as demandas políticas e sociais do contexto histórico em que estava inserido.

Resumidamente, o artigo de Araripe trata da formação das colônias na América, capitaneadas pelas metrópoles européias, e das suas lutas pela emancipação. O texto possui um total de 24 páginas e se encontra dividido em 11 partes: 1. países povoados e povoadores; 2. Tendências coloniais; 3. Raças humanas; 4. Sentimento de independência; 5. Movimento patriótico de 1710 em Pernambuco; 6. Tentativa separatista no Peru; 7. Conjuração Mineira; 8. Insurreição das colônias espanholas; 9. Revolução de 1817 em Pernambuco; 10. Independência do Brasil; 11. Epílogo. Não cabe na proposta de tal trabalho analisar cada um dos assuntos de que trata o artigo. De uma maneira geral, Tristão de Alencar Araripe demonstra como as circunstâncias dos contextos brasileiros sempre foram direcionadas para o caminho da emancipação política e social, estabelecendo uma comparação entre as colônias espanholas e o Brasil. Seu objetivo principal foi demonstrar como se formulou, cresceu e completou-se o pensamento autônomo das colônias americanas. Para tanto, Araripe formula no decorrer do texto e, mais especificamente na sessão reservadas às “raças humanas”, sua teoria acerca da formação do “povo brasileiro” a partir de propostas que envolvem a miscigenação.

O pressuposto básico que norteia toda a teoria de Araripe é a idéia de que o caminho da unificação racial provém de uma aspiração “divina”. Sendo assim, Deus criou diferentes raças que possuem a finalidade de se misturar formando apenas uma.

As raças oje parecem-se; são semelhantes; mas não são idênticas, como no futuro serão pela amalgamação de todas elas, que ora só no sentimento moral não se diferenciam, sujeitas às mesmas leis do Supremo Creador, que lhes marcou iguais direitos e deveres de uns para com outros indivíduos⁹.

O primeiro ponto a ser abordado por Araripe, diz respeito às formulações acerca dos fatores biológicos da formação do indivíduo americano, que através da miscigenação estaria mais perto de um padrão evolutivo “ideal”. Para isto, ele postula uma “lei física” para explicar o movimento migratório, desde a Pré-história até a expansão marítima europeia e as instalações de colônias na América. Segundo Araripe, por conta da compressão territorial, a humanidade vem migrando, sempre do leste para o oeste, a partir da Ásia, num ciclo

⁹ ARARIPE, Tristão In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1893, Tomo LVI, Parte II. p. 96.

determinado, que tem por seu fim último unir todas as raças do mundo, e promover o aparecimento de uma população mais evoluída.

Todo esse movimento tem sido, para assim dizer, um movimento de ocupação, isto é, de apossamento de terras baldias; mas a humanidade tem outro destino a preencher, qual é o da unificação das raças para aperfeiçoamento da espécie¹⁰.

Tal movimento segundo o autor é contínuo, sempre perpetuando a existência da humanidade. As raças, por sua vez, transformam-se buscando o aprimoramento até a total perfeição. Não existe um tronco comum que tenha dado origem ao homem, este, segundo Araripe, começou por tipos variados para então se converter em um exemplar homogêneo. Partindo desse pressuposto, Araripe entende que os movimentos coloniais são parte de uma circulação determinada por leis naturais, que prevê, como que um destino, a unificação de quatro raças: Caucasiana ou branca, preta ou Africana, vermelha ou Americana e amarela ou Mongólica. Para Araripe, as raças não variaram devido às diferenças climáticas como muito se propagou, mas sim pela providência divina.

Contudo, para o autor, a própria legitimação do movimento colonial, que se dá por conta do espírito intrínseco da raça caucasiana, que por possuir uma maior inteligência e capacidade empreendedora tem em suas mãos a “missão” de expandir as fronteiras e levar a união das raças à cabo, denota uma hierarquização racial, dentro do próprio processo miscigenatório. De acordo com a Araripe, como a raça caucasiana é a mais inteligente e por isso dominadora, ela transformou a lei do fluxo populacional de leste para oeste, se expandindo em todas as direções. O homem caucasiano é, portanto, o instrumento dessa operação providencial. Dessa forma após o descobrimento da América tal fusão de raças aprimorou-se e acelerou-se. No solo americano a raça branca se misturou com a vermelha e a negra gerando novos tipos. Estes, no entanto, tendem, segundo Araripe, ao embranquecimento e “melhoramento” da cor.

(...) a raça branca mesclou-se no solo americano com a raça vermelha, autóctone, e com a raça preta trazida das terras d’África. D’esta mescla ou mestiçagem vieram produtos diversos dos tipos primitivos, e a sucessão de tal mestiçagem entre indivíduos que místicos vae produzindo sempre espécimens novos, melhoram na cor e aptidão, aproximando-se cada vez mais do tipo branco, quando o não embaraça o regresso ao tipo preto ou vermelho originário, e vae predominando o sangue da raça caucazeana¹¹.

A partir de tal passagem percebemos que Araripe se baseava no pressuposto da superioridade branca, ao mesmo tempo em que afirmava que a miscigenação não gerava tipos

¹⁰ Ibidem, p. 95.

¹¹ Ibidem, p. 97.

“degenerados”, pelo contrário, forjava uma população saudável que se tornaria cada vez mais branca. Nesse sentido, olhando para a experiência da sociedade brasileira, Araripe percebia que ao se entrecruzar o tipo branco com o negro ou índio, a tendência genética ia em direção ao clareamento, raramente “retrocedendo na cor”. Se a miscigenação estava produzindo indivíduos mais brancos, isso era resultado, também, de uma escolha de parceiros mais claros por parte da população negra ou indígena e repulsa das mulheres brancas em relação ao homem negro. Nas palavras de Araripe: “(...) notavel a tendecia da mulher preta, mulata ou mameluca para o omem branco, quando aliás é patente a repulsa da mulher branca contra o omem de cor”.

A opção pela valorização da mestiçagem, sem descartar a superioridade da raça branca, era uma forma, para muitos intelectuais, não apenas de se adaptar às teorias deterministas biológicas, como também, de promover uma valorização e legitimação do Brasil enquanto nação. Foi assim, que uma imagem do Brasil como um país onde não existiam preconceitos de raça, acabou sendo, aos poucos, construída. Grande parte da intelectualidade brasileira assumiu que o país escapara ao preconceito de cor, justamente pelo fato, inegável, da mistura racial. Logo, as teorias desenvolvidas no Brasil, ao mesmo tempo em que resolviam o problema de inserção da nação em meio aos debates sobre superioridades biológicas e raciais, também acabavam por agregar um aspecto único e favorável da sociedade brasileira, garantindo um futuro otimista para a nação. Uma forma comum de assegurar ao Brasil a inexistência de preconceitos de cor era a comparação entre a realidade nacional e os Estados Unidos. Ao trazer à tona a experiência americana de segregação racial, letrados brasileiros galgavam um aspecto próprio e benéfico da miscigenação que confirmava a possibilidade de convívio íntimo entre as diferentes raças, admitindo ao Brasil um *status* de nação desprovida de preconceitos raciais. Dessa maneira, Araripe atesta que as Américas de um modo geral, e, especialmente o Brasil, por conta dos fatores biológicos, provenientes da colonização, e dos fatores sócio-políticos de sua organização, eram naquele momento exemplos evolutivos a serem seguidos pelo resto do mundo.

No Brasil foi o país da América, onde chegou a fundar-se uma monarquia; e a razão foi que nele existia a escravidão da raça africana, e como esse estado violento significava um privilégio em favor dos escravizadores, a monarquia achou apoio, que aliás desapareceu apenas a filantropia dos Brasileiros proclamou a lei da libertação geral, a que logo seguiu-se a proclamação da república; podendo dizer-se com verdade, que o Brasil é hoje nos princípios e na prática da igualdade social o primeiro país do mundo. Nele, não dominam nem privilégios políticos nem privilégio de raça¹².

¹² Ibidem, p. 114.

Vale ressaltar que as teorias que aspiravam ao embranquecimento da população eram formuladas levando em consideração um fator de extrema importância para a sociedade brasileira recém liberta da escravidão: a imigração. A chegada de imigrantes brancos ao Brasil proporcionaria um clareamento mais rápido e eficaz do país. Dessa forma, o incentivo a imigração, principalmente européia, se consolidou em políticas adotadas pelo Estado Nacional. Contudo, a chegada de europeus não conseguia suprir as necessidades de produção de maneira satisfatória. Foi assim, que desde a segunda metade do século XIX o incentivo à adoção de mão de obra chinesa aflorou no país. Podemos perceber, intrinsecamente, como a crença no branqueamento, se fazia presente na proposta de importação de trabalhadores asiáticos. Mas, tal sugestão foi juntamente aclamada e depreciada pela sociedade. Muitos indivíduos viam nos chineses trabalhadores inteligentes e industriais enquanto outros os chamavam de ignorantes e rebeldes.

Tristão de Alencar Araripe em seu artigo *Movimento colonial da América. Embaixada e tratado* – Tomo LVI Parte II (3º e 4º semestres) 1893¹³ –, retoma ao processo de emancipação da escravidão no Brasil, compreendendo que esta drástica mudança na organização sócio-política do país trazia a necessidade de novos elementos que constituíssem a realidade social do trabalho, principalmente rural. Araripe, ao fazer referência às circunstâncias históricas da lei do ventre livre descreve a reunião de um congresso de agricultores brasileiros, por parte do governo imperial, com o objetivo de “preparar os ânimos para a aceitação de trabalhadores xineses no paiz”¹⁴. Fazendo referência ao Congresso de agricultores, Araripe concorda que, uma vez colocada em prática a lei do ventre livre, a opção pela imigração asiática era uma forma de suprir a lacuna deixada pela escravidão negra.

(...) advertíamos da conveniência de procurarmos a substituição das forças empregadas na nossa produção agrícola, que assim perderia milhares de braços aplicados à cultura de nossas terras. Ocorreu então a idéia de buscarmos na Azia trabalhadores, que viessem ao nosso país desenvolver a riqueza nacional, baseada principalmente na produção agrícola¹⁵.

Para Araripe, no entanto, a escolha pela população chinesa não era um mero fator do acaso, e sim fruto de sua essência teórica que previa a miscigenação das raças como um sinal de crescimento evolutivo. Enquanto no Brasil existia a presença forte tanto de indígenas,

¹³ Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1893, Tomo LVI, Parte II. 123-124.

¹⁴ As tentativas de trazer trabalhadores chineses para o Brasil, no entanto, fracassaram no período imperial. Foi somente após a proclamação da República, por lei sancionada em 5 de outubro de 1902 que foi permitida a introdução da mão de obra chinesa no Brasil.

¹⁵ ARARIPE, T. Op. cit, 1893, p.123.

caucasianos e negros, o último fator inexistente, que completaria seu quadro teórico das “quatro raças”, seria o elemento asiático, que através da substituição da mão de obra escrava, ingressaria de forma massiva no país. O Chinês era, nesse sentido, o quarto elemento que faltava ao Brasil, para que este se tornasse o auge evolutivo da humanidade, cumprindo assim a aspiração providencial que havia esclarecido em algumas páginas anteriores.

Podemos perceber na argumentação de Tristão de Alencar Araripe uma das construções míticas mais importantes do nosso imaginário político e social: o mito das três raças que por consequência sustenta a idéia da democracia racial brasileira. As construções míticas surgem para interpretar determinados acontecimentos sociais. Não são, nem ficção e nem realidade. No caso, o proposto por Araripe foi uma tentativa de vencer o obstáculo de delimitar um “povo brasileiro” que pudesse ser compreendido, tanto no próprio país quanto no exterior, afirmando suas potencialidades. O que se pode apreender, no entanto, é que discussões sobre miscigenação que visavam demarcar o lugar do Brasil no mundo já vinham ocorrendo décadas antes da obra clássica de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*. Mas esta é outra discussão.

Em vias de conclusão, podemos afirmar que Tristão de Alencar Araripe possuía suas próprias interpretações a respeito da nação que se formava no contexto inaugurado pela abolição da escravidão e pela Proclamação da República. Sua tentativa de compreender e procurar delimitar a existência de um povo brasileiro único vai além da simples narração de fatos históricos que amalgamados constroem a imagem do Brasil. O que se percebe é que Araripe não estava apenas narrando os fatos da luta contra a escravidão ou sobre a instalação de um novo regime político. Antes, estava interpretando o Brasil e interpretando a si mesmo, a partir de novos espaços de experiências que traziam a tona diferentes perspectivas de futuro para o país, em um contexto onde a formação identitária do indivíduo e da nação se conectava.

Fontes primárias

Revista IHGB

Tomo LVI Parte II (3º e 4º semestres)

Fontes publicadas

FLEIUSS, Max, *O Instituto Histórico através de sua revista*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

IHGB, *Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Vol. 4, Rio de Janeiro: 1993

Referências Bibliográficas

BADINTER, E. *As paixões intelectuais: desejo e glória (1735-1751)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, V.1, 2007.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. “Culturas Políticas e Historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2009.

CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania*. Ijuí: Unijuí, 1999.

DARNTON, R. *O iluminismo como negócio: história da publicação da ‘Enciclopédia’ 1775-1800*. Companhia das Letras.

FLAIRCLOUGH, Normam. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FLEIUSS, Max. *O Instituto Histórico através de sua revista*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

GOMES, Ângela. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. “História, historiografia e culturas políticas no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, M.F.B.; GOUVÊA, M. F. S. (Orgs.). *Culturas Políticas – ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005, p. 21-44.

GOMES, F. S.; CUNHA, O. M. G. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2007.

GUIMARÃES, Lucia Paschoal. *Da escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

_____. “Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, p. 437-506, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

LEONZO, Nanci. “Um reduto intelectual na sua intimidade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Relações humanas*. São Bernardo do Campo (SP), p.41-51,1987.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

MARSHALL, T. H.. *Cidadania, classe social e Status*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1967.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Cultura política e lugares de memória”. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MORAES, Figueiredo Renata. *Memórias e Histórias da Abolição: uma leitura das obras didáticas de Osório Duque-Estrada e João Ribeiro*.

PACHECO, R. A. P. *O cidadão está nas ruas: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991)*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

SCHWARCZ, Lília. “Dos males da dádiva: sobre as ambigüidades no processo da Abolição brasileira”. In GOMES, F. S.; CUNHA, O. M. G. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. SP: Companhia das letras, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SKIDMORE, Thomas. E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TURIN, Rodrigo. “Uma nobre difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista”. *História da historiografia*, n. 2, 2009.

WEHLING, Arno. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Revista do IHGB*, Brasília-Rio de Janeiro, 338:7-6, 1983.

WEHLING, Arno. “Historiografia e epistemologia histórica”. In: MALEFBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 175-189.

_____. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Revista do IHGB*, Brasília-Rio de Janeiro, 338:7-6, 1983.

O livro e suas edições: “O Paraná no centenário” e os projetos editoriais de 1900 e 1980

Mariana Tavares*

Resumo: Esta comunicação destina-se a apresentar uma comparação entre as duas edições da obra "O Paraná no Centenário" de autoria do intelectual José Francisco da Rocha Pombo. Procuro evidenciar as razões que indiciam o longo período de silenciamento desse livro, pois a primeira edição da respectiva obra é datada de 1900 e a segunda foi somente lançada oitenta anos depois nos anos de 1980. Além disso, este texto procura destacar as hipóteses que indicam o motivo de seu relançamento em 1980 fruto de uma associação política entre a Secretaria de Esporte e Cultura do Estado do Paraná, órgão criado neste momento, e a Editora José Olympio sediada na cidade do Rio de Janeiro. Por meio dos trâmites editoriais e com a pretensão de produzir uma História local positivada, o governador do Paraná Ney Braga conjuntamente a uma medida financeira emergencial da Editora José Olympio promoveram o relançamento da obra de um dos paranaenses mais "ilustres", José Francisco da Rocha Pombo.

Longos anos se passaram desde o lançamento de *O Paraná no Centenário*¹ em 1900 até a segunda edição da respectiva obra no século XX. Para ser mais precisa na datação foram cerca de 29.200 dias e 960 meses que se traduzem especificamente em 80 anos. Desde a primeira edição lançada em 3 de Maio de 1900 até a publicação de sua segunda edição em 1980, o mundo sofreu modificações, duas grandes guerras mundiais aconteceram, o Brasil passou por incontáveis mudanças que compreenderam desde os governos militares da Primeira República até os anos de chumbo ditatoriais das décadas de 1960-1970. Muitos acontecimentos marcaram o curso desses pouco breves anos não só no campo político como na órbita intelectual.

* Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense e bolsista PIBIC/CNPQ. O presente artigo faz parte de um projeto maior de estudos acerca da História Intelectual na Primeira República sob o título de *Disputas Intelectuais, Monumentalização e Apropriação da Produção Histórica da Primeira República nos anos 50 e 60*, orientado pela professora Giselle Martins Venâncio. Email: historia.mari@gmail.com.

¹ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no centenário: 1500-1900*. 2ª edição. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

Nascido na região provinciana de Morretes (Paraná, 1857), José Francisco da Rocha Pombo ou simplesmente Rocha Pombo passou os primeiros quarenta anos de sua vida (faleceu aos 86 anos de idade) em sua terra natal procurando participar dos circuitos intelectuais e artísticos da localidade. Transferiu-se para a capital federal aos quarenta anos de idade em 1897 e uma vez residente na cidade do Rio de Janeiro procurou incorporar-se às correntes literárias vigentes. No ano de 1900, por ocasião dos festejos de comemoração do Quarto Centenário de Descobrimento do Brasil, publicou o *O Paraná no Centenário*, obra em que evidencia aspectos referentes à cultura da comunidade paranaense. Além da publicação nesse mesmo ano, Rocha Pombo ingressou, como intelectual, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ocupando a vaga de sócio efetivo por meio da apresentação da recém publicação de *O Paraná no Centenário*² e do premiado *Compendio de História da América* no concurso de 1899, obra esta em que retrata os males de origem da América Latina³.

Durante a estada no Rio de Janeiro, o paranaense foi jornalista, poeta, literato e historiador. Tornou-se membro do grupo literário⁴ dos simbolistas, originários do Paraná. Na imprensa carioca escreveu uma série de artigos favoráveis à instrução além de alguns em defesa de greves operárias. Foi membro da Universidade do Povo, instituição fundada por Elísio de Carvalho “para empreender a instrução superior e a educação social do proletariado”, local em que atuou como professor de História Geral. Tempos depois, procurando oferecer uma interpretação da realidade nacional, Rocha Pombo iniciou a elaboração de sua coleção *História do Brasil* (1905) em dez volumes, concluída somente em 1917. Esta coleção foi fortemente atacada pela crítica da época, principalmente por um dos principais historiadores nacionais, Capistrano de Abreu que, como membro da comissão julgadora, reprovou Rocha Pombo para a cátedra de História do Colégio Pedro II. Conforme argumentou Capistrano, a História do Brasil de Rocha Pombo era mais uma compilação de outros tantos estudos científicos falhos que pouco continha pesquisa documental. Alguns anos mais tarde, Rodolfo Garcia⁵, sucessor de Capistrano de Abreu, ao tomar posse na Academia Brasileira de Letras em 1936 se referia à Rocha Pombo como um historiador impossibilitado

² Apesar de ter ingressado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a apresentação das duas referidas obras, na mesma Instituição apenas consta a segunda edição de *O Paraná no Centenário* datada de 1980.

³ Há uma influência direta da perspectiva de Rocha Pombo a respeito da América Latina sobre o projeto de Manuel Bomfim, então relator da Instrução Pública do Rio de Janeiro à época. Para os autores, os males atuais da América Latina são oriundos do passado “funesto” de certo parasitismo das metrópoles. Para maiores detalhes ver: MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira* (Vol. V). São Paulo, Editora Cultrix, 1978 [p. 274].

⁴ Para maiores detalhes ver: *A Chronica: Semanario Illustrado de litteratura e arte*. Rio de Janeiro, 1899, vol.1. Disponível para consulta no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

⁵ Para maiores detalhes ver: *Revista da Academia Brasileira de Letras* (Vol. 48).

de recorrer aos arquivos europeus pela escassez de tempo, ficando assim restrita a elaboração de sua História do Brasil ao aproveitamento do que os outros escritores já haviam preparado. No mesmo ano de 1917, além de *História do Brasil* foi lançada *Nossa Pátria* pela editora Melhoramentos. Esta obra ao longo do século XX teve cerca de mais de 80 reedições e uma tiragem de 452.000 exemplares, sendo considerado um dos principais livros de Rocha Pombo.

Poucos anos mais tarde em 1933, Rocha Pombo ingressou na Academia Brasileira de Letras ocupando a vaga de Alberto Faria após duas outras tentativas frustradas. Ainda nesse mesmo ano, teve de assumir a cadeira na instituição de maneira informal devido ao seu agravado estado de saúde. No dia 26 de junho faleceu em sua casa na cidade do Rio de Janeiro. Pode-se afirmar que a maior parte da vida profissional desse intelectual foi dedicada à produção de manuais escolares que tinham por objetivo a divulgação da História ao público infanto-juvenil e aos professores em contínua formação.

Feitas as apresentações referentes às duas obras e a após evidenciar a breve biografia de Rocha Pombo, este artigo pretende realizar uma comparação entre as duas edições do livro *O Paraná no Centenário* e levantar os indícios que indicam quais as razões justificam o seu silenciamento assim como seu relançamento nos anos de 1980, fruto de uma associação entre a Secretaria da Cultura e Esporte do estado do Paraná e a editora José Olympio sediada na cidade do Rio de Janeiro.

A história de duas edições

Publicado para figurar nos festejos de comemoração do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil em 1900, *O Paraná no Centenário* foi estruturado para expor uma versão resumida da vida paranaense da mesma forma que outros estados brasileiros à época compuseram as suas respectivas histórias. Conforme indica o prefácio escrito por Rocha Pombo e reproduzido integralmente nas duas edições, o Centro Paranaense sediado na cidade do Rio de Janeiro reuniu os associados a 19 de dezembro de 1899 e deliberou pela participação nas comemorações do descobrimento. Nessa reunião, Rocha Pombo fora indicado por um dos membros⁶ para a escrita de um livro referente ao Paraná estando o respectivo Centro Paranaense responsabilizado pela impressão dessa obra. Conjuntamente a ajuda pecuniária dos muitos paranaenses membros da sociedade sediada no Rio de Janeiro, o

⁶ De acordo com o prefácio do autor, a indicação partiu do Conselheiro Correa. Para maiores informações ver: POMBO, Rocha. "O fim deste livro". In: *O Paraná no centenário: 1500-1900*. 2ª edição. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980. p. 3-5.

governo do Paraná acudiu a impressão do livro, por intermédio de um projeto apresentado no Congresso estadual pelo senador Vicente Machado, dentre pouco transformado em lei que autorizava o poder executivo a contribuir também para a confecção da obra.

A primeira edição de *O Paraná no Centenário* possui capa em papelão com a lombada vinho, em que não constam o título e o nome do autor. Após cinco folhas em branco, na sexta página aparece o título da obra e na sequência há em caixa alta além do título, o nome do autor, a data da obra “Rio, 3 de Maio de 1900” e a indicação tipográfica com a inscrição: “Rio de Janeiro, Typografia LEUZINGER, 1900.” A epígrafe traz uma dedicatória ao estado do Paraná com o seguinte texto: “*AVE PATRIA! Em nome do Estado do Paraná – solemne demonstração de solidariedade com a alma nacional, na grande comemoração de 1900. Rio, 3 de Maio de 1900.*” Logo em seguida o prefácio intitulado “O Fim deste livro” elaborado por Rocha Pombo explicita as razões que motivaram a escrita do livro sobre o Paraná, como anteriormente mencionado. Nas últimas páginas da respectiva obra, o índice do livro aparece.

De maneira distinta, a segunda edição de 1980 expõe algumas importantes modificações. A capa, ao contrário da edição anterior, traz a imagem de uma floresta de araucárias e foi feita pelo desenhista e ilustrador Poty Lazzarotto. Para além disso, dispõe de duas abas interiores, sendo uma delas escrita por Cecília Maria Westphalen, membro do Conselho Federal de Cultura e tece elogios sobre a figura de Rocha Pombo. A outra contém os últimos lançamentos à época da editora José Olympio, o título, o autor e a indicação de que a publicação fora feita pela livraria José Olympio editora em co-edição com a Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, criada ao longo do segundo mandato do governador Ney Braga nos anos 1980. A folha de abertura dessa edição traz o título do livro em caixa alta e no verso há uma imagem que ilustra o próprio Rocha Pombo. A folha de rosto contém as indicações de publicação, título, edição, emblema da editora e no verso aparecem os direitos de publicação, ficha catalográfica e o indicativo de que esta edição possuía o “*copyright 1900 by Júlia Rocha Pombo Bond*”, uma das filhas de José Francisco da Rocha Pombo. Na sequência há o sumário, nota da editora com a explicitação dos dados biobibliográficos de Rocha Pombo transcritos por Andrade Muricy e um texto intitulado *Rocha Pombo* escrito por Brasil Pinheiro Machado em que traça o perfil do paranaense como escritor e historiador, evidenciando suas principais obras e sua inserção intelectual. Há também a exposição da atualização gráfica do texto, tendo em vista a distância de oito décadas que separaram as duas edições.

Muito além das diferenciações físicas e gráficas que diferenciam as duas edições de *O Paraná no Centenário*, o momento político e social de cada uma delas precisa ser salientado. No primeiro caso, em 1900 as comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil influenciaram a escrita do respectivo livro assim como a apresentação do mesmo para a candidatura a categoria de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁷. Na virada do século XX foram iniciados os festins do quarto centenário do descobrimento do Brasil⁸, repleto de eventos e publicações organizadas pelo ex-diretor da Biblioteca Nacional, Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938).

Oitenta anos depois numa outra conjuntura política e social, *O Paraná no Centenário* foi relançado numa parceria entre a Secretaria da Cultura e Esporte do Paraná e a editora José Olympio. Nos anos de 1980, o Paraná estava sendo governado pelo segundo mandato do político paranaense Ney Braga (Lapa, Paraná – 1917)⁹. Eleito de forma indireta em 1978, as diretrizes de seu governo tiveram o objetivo de promover uma imagem positivada do estado do Paraná para o Brasil e ações para o desenvolvimento do próprio estado. Um dos pontos altos do seu governo ocorreu com a criação da Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná além da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a primeira do país. Algumas inferências são importantes para justificar a segunda edição.

A construção de uma representação imponente do estado do Paraná nos anos 1980 está intimamente ligada à publicação da reedição de *O Paraná no Centenário*. Sem sombra de dúvida, a figura de José Francisco da Rocha Pombo é uma das principais representações do estado do Paraná. Reeditar uma obra que trata somente da história local paranaense num momento de exaltação do próprio estado reafirma a hipótese de que a ciência histórica está atrelada aos projetos políticos de memória¹⁰. Além da composição de uma memória especificamente paranaense, as ilustrações que compõem a capa da segunda edição também refletem muito da construção de uma imagem particular do respectivo estado.

⁷ A dissertação de mestrado de Ivan Norberto dos Santos apresenta certo direcionamento de escrita de Rocha Pombo em conformidade com os padrões do período para determinado tipo de narrativa sobre a História do Brasil. Para maiores detalhes ver: SANTOS, Ivan Norberto dos. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

⁸ Para maiores detalhes ver: MACEDO, A. M. C. “O Livro do Centenário (1500-1900) e o projeto de escrita da história na virada do século XX”. In: *IV Jornada de Estudos Históricos do PPGHIS*, 2009, Rio de Janeiro. Anais da IV Jornada de Estudos Históricos, 2009.

⁹ CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio (orgs). *História biográfica da República no Paraná*. Banestado: Curitiba, 1994.

¹⁰ Para maiores detalhes ver: MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa, História e Memória: da unicidade do passado às outras histórias”. *Patrimônio e Memória*, UNESP – FCLAs- CEDAP, v.5, n.2, p. 66-89 – dez.2009.

Conforme apontam as análises paratextuais¹¹, a edição de 1980 apresenta uma capa ilustrada por Poty Lazzarotto, como já afirmado anteriormente. Nascido na cidade de Curitiba em 1924 e falecido na mesma localidade em 1998, Lazzarotto foi um desenhista e ilustrador reconhecido. No decorrer dos anos 1940 e 1950 transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, local em que realizou os estudos de pintura na Escola Nacional de Belas Artes. Na década seguinte teve destaque como muralista, com variadas obras em edifícios públicos do país além de atuação expressiva como ilustrador de obras literárias dentre as quais se podem citar as de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Euclides da Cunha e Dalton Trevisan. Além de ilustrador, Poty Lazzarotto atuou como professor e autor de livros como *A propósito das figurinhas* (1986) e *Nós* (1989). Executou os projetos de murais como os da Casa do Brasil (Paris, 1950) e o painel do Memorial da América Latina (São Paulo, 1988). Conforme expõe os pesquisadores de História da Arte, Lazzarotto se enquadra no perfil de jovens artistas engajados nas causas sociais e direcionados ao estabelecimento de uma representação do Paraná menos conservadora¹². O traço artístico de Lazzarotto aproxima-se da xilogravura com a estilização das formas e a presença de manchas e traços, o que pode ser identificado na capa da segunda edição de *O Paraná no Centenário* assim como a existência de um tracejado geométrico.

Ter um paranaense como desenhista para a realização da capa da segunda edição da obra tenha uma profunda relação com certa idealização e composição da imagem do estado do Paraná na década de 1980, como já explicitado. A parceria com a filha de Rocha Pombo, *Júlia Rocha Pombo Bond* reafirma a suposição acima através da difusão de um dos mais importantes representantes do Paraná, o próprio José Francisco da Rocha Pombo.

Mas por que razão a co-edição foi feita com a editora José Olympio? Quais as relações de proximidade existentes? Conforme apresenta Gustavo Sorá¹³, em meados da década de 1930 e 1950, ter as obras editadas pela Editora José Olympio, do Rio de Janeiro era o desejo de qualquer autor. Ter publicações pela respectiva casa editorial era um sinal de prestígio, pois, reunia os principais autores e obras tidas como autenticamente brasileiras. Nascida nos primórdios da década de 1930 por meio da compra da biblioteca Pujol por José Olympio, indicada por Macedo Soares, o primeiro título da editora foi uma reimpressão de *A ronda dos séculos*, livro de contos de Gustavo Barroso. Ao longo dos anos, a Editora aumentou

¹¹ GENNETE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. – (Artes do livro:7).

¹² FREITAS, Artur. “A consolidação do moderno na história da arte do Paraná: anos 50 e 60”. *Revista de História Regional* 8(2): 87-124, Inverno 2003.

¹³ SORÁ, Gustavo. “A arte da amizade: José Olympio, o campo do poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros”. *Antropolítica*, Niterói, n.30, p. 49-71, 1. sem. 2011.

progressivamente por meio do lançamento de títulos tornando-se em fins da década de 1930, o maior centro editorial brasileiro de obras de ficção e de caráter não-didático.

No decorrer dos anos 1940-1950¹⁴, a editora José Olympio se tornou a maior do país, transferindo a casa editorial de São Paulo para o bairro de Botafogo no Rio de Janeiro. Nessa nova sede, foi construída uma cantina batizada com o nome de batatais e ali ficaram expostas três talhas assinadas pelo artista Poty Lazzarotto, o que indica uma aproximação entre o editor e o artista comprovada na reedição de *O Paraná no Centenário* em 1980. Nos anos 1960 a editora foi a primeira casa editorial brasileira a ter ações na Bolsa de valores se destacando como uma das principais empresas do país. Na década seguinte, anos de 1970, uma crise se intensificou na editora com o colapso dessas ações no mercado além da tentativa frustrada de aquisição da Companhia Editora Nacional (CEN) em 1974. Além disso, a solicitação de auxílio governamental para o financiamento dessa ação, possibilitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) tornar-se proprietário da maioria das ações da José Olympio. Mesmo com a intenção de adquirir a CEN, a situação econômica da José Olympio era demasiado complicada, o que resultou na incorporação da editora nacional pelo BNDE. Nos anos 1990, outro fato abala a direção da editora com o falecimento do editor e livreiro José Olympio, ex-proprietário da casa editorial que leva o seu nome. Onze anos mais tarde, em 2001 o *grupo editorial Record* comprou a editora José Olympio do BNDE conservando ainda alguns dos principais autores do antigo catálogo editorial.

Retomando a análise para as inquirições iniciais, é possível afirmar a existência de uma relação amistosa entre a editora José Olympio e o governador do Paraná nos anos 1980, Ney Braga. Essa assertiva se confirma por meio da localização de uma correspondência¹⁵ datada de 24 de Março de 1981 (um ano após a reedição do livro *O Paraná no centenário*) arquivada na Biblioteca Nacional. O editor José Olympio escreve ao governador Ney Braga informando que havia conhecido no dia anterior a data da carta o que chamou de “uma das notáveis descobertas do político Ney Braga”, o prefeito da cidade do Paraná, Jaime Lerner. Além dos comentários políticos em que afirma ser o governador Ney Braga o futuro candidato ao posto de presidente da República, José Olympio ainda indaga ao governador na mesma carta sobre quais as razões teriam motivado a saída das famílias de fazendeiros do

¹⁴ Para maiores detalhes ver: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 2005, p. 468.

¹⁵ OLYMPIO, José. 1902-1990. *Carta ao governador Ney Braga comentando apresentação do remetente ao prefeito Jaime Lerner, e tratando da situação política do Paraná*. Rio de Janeiro, 24/03/1981. Coleção José Olympio.

estado do Paraná. Encerra a respectiva correspondência retomando a análise para o campo político destacando que Antonio Carlos Magalhães seria o líder do Nordeste da mesma forma que Ney Braga estaria incumbido da liderança política do sul do país.

As relações amistosas existentes entre o universo das letras e o campo político e entre este último e o meio intelectual se comprovam por meio desta carta. Mais do que a amizade entre o governador e o editor que endossa a hipótese de aliança até mesmo política para a co-edição de *O Paraná no centenário* em 1980, é necessário relevar a conjuntura financeira da própria editora a época do relançamento da obra. Como já mencionado neste texto, a partir dos anos 1970 a editora José Olympio sofreu um colapso de suas ações na Bolsa o que resultou na sua posterior incorporação ao BNDE. Promover o relançamento de um livro de um escritor renomado no Paraná tal como José Francisco da Rocha Pombo representa uma tentativa estratégica de venda se considerado a situação econômica do momento. O lançamento da reedição da obra *O Paraná no centenário* ocorreu em 30 de Maio de 1980 na Academia Brasileira de Letras pela Secretaria da Cultura e do Esporte com a presença do governador como indicam algumas reportagens da época publicadas no *Diário do Paraná*¹⁶ de 31/05/1980, no *Diário Popular* de 02/06/1980 e no *Jornal do Commercio* de 09/06/1980. De acordo com o discurso proferido na Academia Brasileira de Letras por Pedro Calmon em 29 de maio de 1980 e transcrito no Segundo Caderno do *Jornal do Commercio* a 09 de junho do mesmo ano,

(...) Rocha Pombo não saiu dos campos gerais de Curitiba ou das ásperas ladeiras que vão de Morretes a Paranaguá, pelos verdes vales da cordilheira que debruça sobre o litoral os muros selvagens. Deu-nos *O Paraná no Centenário*. É o livro que benfazejamente ora se reimprime.¹⁷

Uma outra característica que essa carta evidencia pode ser comprovada na asserção de que a órbita intelectual não se dissocia do político estando diretamente ligada a processos de transmissão cultural, com patrimônios dos seus antecessores e também a um conjunto de redes de sociabilidade diversas como as verificadas nas relações entre as editoras e os próprios governadores. Espaços sociais como salões, cafés, academias, editoras, cartas, revistas, escolas são meios de tessituras de redes de sociabilidade ao mesmo passo em que são locais para a análise de fermentação e circulação de ideias¹⁸.

¹⁶ Os títulos das reportagens de cada periódico são: *Relançamento do livro de Rocha Pombo no Rio* no *Diário do Paraná* em 31/05/1980, “Paraná no centenário” no *Diário Popular* de 02/06/1980 e “Rocha Pombo de volta” em 09/06/1980.

¹⁷ “Rocha Pombo de volta”. Segundo Caderno. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, Domingo 8 e Segunda-feira, 9 de Junho de 1980.

¹⁸ GOMES, Angela de Castro. “Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo”. *Estudos* 239

Os anos passaram e como afirmado anteriormente os oitenta anos de separação entre as duas edições da obra não foram ligeiras. O Paraná tal como escrito e pensado por Rocha Pombo foi resgatado nos anos 1980 para oferecer uma imagem exaltada do respectivo estado assim como nos anos de 1900 em virtude das comemorações do Quarto centenário do descobrimento do Brasil. Oriundo de uma aliança firmada entre a editora José Olympio e governo paranaense de Ney Braga, a segunda edição de *O Paraná no centenário* foi relançado numa versão bem acabada, desenhada por um artista renomado e lançada sob os festins da Academia Brasileira de Letras. Como exposto neste artigo, uma análise dos paratextos editoriais e da conjuntura de interesses que possibilitaram o relançamento da obra indicam de que maneira a promoção de um projeto memorialístico esteve diretamente interligado aos trâmites editoriais, configurando uma rede de sociabilidade tipicamente intelectual. A obra *O Paraná no centenário* revela a trajetória dos paratextos editoriais assim como elucida a história de cada livro, pois por mais que se reafirme a existência de certa estabilidade textual¹⁹, sabe-se que a cada edição corresponde uma história e que a cada disposição gráfica um paratexto.

Fontes

A Chronica: Semanario Illustrado de litteratura e arte. Rio de Janeiro, 1899 – vol.1. Disponível para consulta no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

OLYMPIO, José. 1902-1990. *Carta ao governador Ney Braga comentando apresentação do remetente ao prefeito Jaime Lerner, e tratando da situação política do Paraná*. Rio de Janeiro, 24/03/1981. Coleção José Olympio.

Revista da Academia Brasileira de Letras (Vol. 48).

“Rocha Pombo de volta”. Segundo Caderno. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, Domingo 8 e Segunda-feira, 9 de Junho de 1980.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio (Orgs). *História biográfica da República no Paraná*.

Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

¹⁹CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Banestado: Curitiba, 1994.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

FREITAS, Artur. “A consolidação do moderno na história da arte do Paraná: anos 50 e 60”. *Revista de História Regional* 8(2): 87-124, Inverno 2003.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. (Artes do livro:7).

GOMES, Angela de Castro. “Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo:EdUSP, 2005, p. 468;

MACEDO, A. M. C. “O Livro do Centenário (1500-1900) e o projeto de escrita da história na virada do século XX”. In: *IV Jornada de Estudos Históricos do PPGHIS*, 2009, Rio de Janeiro. Anais da IV Jornada de Estudos Históricos, 2009.

MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa, História e Memória: da unicidade do passado às outras histórias”. *Patrimônio e Memória*, UNESP – FCLAs- CEDAP, v.5, n.2, p. 66-89 – dez.2009.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira* (Vol .V). São Paulo: Editora Cultrix, 1978 [p. 274].

POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no centenário: 1500-1900*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Typographia LEUZINGER, 1900.

_____. *O Paraná no centenário: 1500-1900*. 2ª edição. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

SANTOS, Ivan Norberto dos. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2009.

SORÁ, Gustavo. “A arte da amizade: José Olympio, o campo do poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros”. *Antropolítica*, Niterói, n.30, p. 49-71, 1. sem. 2011.

O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do golpe de 1964

Martina Spohr

Resumo: Este trabalho pretende desenvolver questões acerca da atuação da rede internacional de relações político-empresariais construída entre Brasil e Estados Unidos ao longo da década de 1960, composta por representantes do capital internacional do período em ambos os países e pelas instituições das quais faziam parte. Buscamos demonstrar a existência de uma rede político-empresarial anticomunista desenvolvida com a finalidade de defender os interesses da empresa privada e do capital estrangeiro, pontuando sua atuação durante a crise dos anos sessenta no Brasil, através da visita de um grupo de empresários latino-americanos aos Estados Unidos no ano de 1963. A viagem deste grupo aos Estados Unidos possibilitou o encontro entre homens de negócios de importantes países do hemisfério e entre estes e os mais altos escalões da política norte-americana. O grupo, composto por 67 empresários dos Estados Unidos, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru, El Salvador, Uruguai e Venezuela, reunia representantes das principais corporações latino-americanas. Dentre os brasileiros estavam alguns representantes de importante parcela da classe empresarial nacional. Beneficiados pela nova conduta econômica e pela consequente entrada de capital estrangeiro e multinacional no país, ganharam espaço proeminente na cena econômica. São eles: Paulo Ayres Filho, diretor do Banco Mercantil de São Paulo e empresário da indústria farmacêutica, Aldo Franco, diretor da Metal Leve, Gilberto Huber, diretor-presidente das Listas Telefônicas Brasileiras S.A., Charles Edgar Moritz, presidente da Confederação Nacional do Comércio e Gerald Polland, banqueiro. Os quatro primeiros eram membros do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Paulo Ayres Filho foi um dos principais intelectuais orgânicos brasileiros, e levou as percepções do IPES e da classe empresarial para diversos fóruns latino-americanos ao longo da década de 1960, divulgando posteriormente os preceitos do novo regime adotado após 1964. Nosso objetivo neste trabalho é analisar a rede de relações político-empresarial a partir de uma documentação inédita, existente no arquivo pessoal de Paulo Ayres Filho, e aprofundar os desdobramentos da atuação da mesma nos Estados Unidos.

Neste trabalho vamos indicar algumas questões acerca da atuação da rede internacional de relações político-empresariais construída entre Brasil e Estados Unidos ao longo da década de 1960, composta por representantes do capital internacional do período em ambos os países e pelas instituições das quais faziam parte. Buscamos demonstrar a existência de uma rede político-empresarial anticomunista desenvolvida com a finalidade de defender os interesses da empresa privada e do capital estrangeiro, pontuando sua atuação durante a crise dos anos sessenta no Brasil, através da visita de um grupo de empresários latino-americanos aos Estados Unidos no ano de 1963. A viagem deste grupo aos Estados Unidos possibilitou o encontro entre homens de negócios de importantes países do hemisfério e entre estes e os mais altos escalões da política norte-americana.

Para a construção de nossa pesquisa, ainda em fase inicial, partimos da pesquisa desenvolvida por René Dreifuss (2006), primeiro a apontar a importância da participação e influência do empresariado antes e depois do golpe e a aprofundar o tema através de extensa pesquisa nos arquivos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Pretendemos com nossa pesquisa avançar em alguns pontos a grande contribuição de Dreifuss, desenvolvendo, a partir de uma perspectiva mais ampla em termos geográficos e históricos, a atuação e a relação do empresariado nacional e norte-americano, bem como sua influência e entrada direta na burocracia norte-americana, as consequências disso na derrubada do governo de João Goulart e a influência na construção de um regime político pautado pela coerção e pela incessante busca do consenso da sociedade civil. São numerosas e expressivas as informações sobre a rede de relações político-empresarial desenvolvida na primeira metade da década de 1960, bem como os desdobramentos da ação política dos empresários brasileiros, articulados com parceiros norte-americanos, na derrubada de João Goulart. Isso pode ser demonstrado através de um exemplo escolhido para a presente apresentação com o objetivo de apresentar algumas percepções que vem norteando esta pesquisa. As fontes escolhidas para este trabalho estão em grande parte no arquivo Paulo Ayres Filho, depositado no CPDOC, do qual participo do tratamento como coordenadora.

O grupo que viajou para o “Encontro Informal de Homens de Negócios” nos Estados Unidos em 1963 era composto por 67 empresários dos Estados Unidos, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru, El Salvador, Uruguai e Venezuela e reunia representantes das principais corporações latino-americanas. Dentre os brasileiros estavam cinco representantes de importante parcela da classe empresarial nacional, sendo os quatro primeiros membros do IPES. São eles: Paulo Ayres Filho, diretor do Banco Mercantil de São

Paulo e empresário da indústria farmacêutica, Gilberto Huber, diretor-presidente das Listas Telefônicas Brasileiras S.A., Charles Edgar Moritz, presidente da Confederação Nacional do Comércio e Gerald Polland, banqueiro, Aldo Franco, diretor da Metal Leve.

As mudanças econômicas proporcionadas pela abertura promovida por Juscelino Kubitschek veio consolidar economicamente o posicionamento desta parcela da classe empresarial como principal representante dos interesses da empresa privada. Sua proeminência econômica era prejudicada pela fraca representação política dentro do Estado. A busca pela representação de seus ideais no Executivo nacional se refletiu na imensa campanha a favor da eleição de Jânio Quadros. Entendemos que, com sua renúncia (1961) e a subida de João Goulart ao poder, as vias institucionais legais passam a não bastar para a conclusão de suas pretensões colocando a solução golpista em curso através de uma bem articulada rede de influências. A busca pela representação política reflete o momento de conscientização do grupo enquanto classe empresarial. A questão da conscientização desta parcela da classe empresarial é importante para o nosso trabalho, exemplificaremos isso ao longo da apresentação.

A construção desta consciência de classe empresarial e o conseqüente desenvolvimento de um projeto político pautado no anticomunismo e na defesa da democracia liberal modelada pela política norte-americana são os elementos de fundo para a compreensão do nosso tema. Através do exemplo trazido pela visita aos Estados Unidos podemos começar a entender como se compôs esta rede de relações político-empresarial internacional, pontuando suas posições políticas e econômicas. A busca deste grupo pela conscientização de classe, pelo posicionamento comum entre os representantes do capital é evidenciada frequentemente. O exemplo em questão reflete a união desta classe em torno de um objetivo maior, de um projeto político superior às questões eminentemente locais.

Nos Estados Unidos, Kennedy subia ao poder. A consciência da necessidade da ampliação da aceitação de seu país no restante da América Latina fez com que fosse implementada, a partir de 1961, a Aliança para o Progresso. O lançamento da Aliança, apresentada pelo presidente norte-americano aos diplomatas latino-americanos em março de 1961, previa um investimento de 20 bilhões de dólares para financiar programas de desenvolvimento e reforma social na região. Sua expansão e importância ficam evidenciadas pelos seus desdobramentos nas relações desenvolvidas entre os Estados Unidos e os demais países da América Latina. A proposta da Aliança para o Progresso gerou discussões e críticas

tanto das forças de esquerda quanto do lado mais conservador no Brasil, como veremos mais à frente.

O “clima” de investimentos na América Latina era preocupação comum dos empresários do Comitê de Comércio da Aliança para o Progresso (COMAP, Commerce Committee of The Alliance for Progress), órgão oficial de apoio à Aliança ligado ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos e com forte atuação nos países latino-americanos. Inicialmente, o COMAP tinha como atribuição a elaboração de sugestões para “acelerar” a participação do setor privado através da Aliança para o Progresso. Ao mesmo tempo, era seu objetivo buscar melhores oportunidades de investimento privado através do programa e divulgar a imagem positiva do “sistema de livre-empresa” dos Estados Unidos na América Latina, buscando um contato direto com empresários locais com o objetivo de estabelecer efetiva cooperação entre estes e as empresas norte-americanas trabalhando em conjunto com a United States Information Agency (USIA) e com a United States Agency for International Development (AID). A união destes empresários ao projeto da Aliança possibilitou a garantia de oportunidades de negócios entre os países e a conseqüente melhora da imagem de suas empresas na América Latina. Neste mesmo contexto, foi criado também o Comitê de Políticas para a América Latina (Latin American Policy Committee, ou LAPC), formado em 1962 para centralizar a ação política.

Após este adendo ressaltando a atuação do governo norte-americano através da Aliança podemos retomar o exemplo da visita do grupo de empresários aos Estados Unidos. O Secretário Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio Jack Behrman soube, através de uma correspondência do encontro informal de um grupo de empresários e de suas divergências em relação à Aliança para o Progresso e ficou atento à questão, ressaltando sua importância ao presidente Kennedy.

Durante a visita o grupo pode se reunir com os mais proeminentes empresários norte-americanos e debater suas ideias com os principais nomes do governo Kennedy responsáveis pela política norte-americana para a América Latina. As audiências, reuniões e jantares terminaram com o convite do presidente Kennedy para uma audiência no Salão Oval da Casa Branca no dia 4 de março de 1963. Trabalhamos com a hipótese de que o encontro com o presidente, ápice da viagem do grupo, veio legitimar as relações entre a parcela do empresariado latino-americano então representado frente ao governo e ao empresariado estadunidense, potencial detentor do capital investido na América Latina naquele momento, construindo assim uma rede internacional de relações político-empresariais entre os países

participantes. Tal rede, segundo nossa percepção, foi fundamental na construção do processo político brasileiro que culminou com a derrubada de João Goulart em abril de 1964. Paulo Ayres Filho destaca, em documento encontrado em seu arquivo, o que o encontro pretendia:

“[avaliar] a **“Aliança para o Progresso”**, a integração econômica através das Zonas de Livre Comércio, as repercussões do Mercado Comum Europeu para a colocação das exportações-chaves latino-americanas, e **a ação dos homens de empresa para robustecer as instituições democráticas face aos perigos que a ameaçam**”. (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifos meus.)

O comitê anfitrião norte-americano era composto por nomes indiscutivelmente proeminentes no cenário político-econômico internacional. Lá estavam Henry Ford II e David Rockefeller entre outros representantes das maiores empresas multinacionais do país.

Os empresários latino-americanos buscavam a inserção do setor privado nas políticas de desenvolvimento pretendidas pelo programa da Aliança. Os principais tópicos discutidos foram, segundo Paulo Ayres Filho:

(1) cooperação entre investidores estrangeiros e empresários locais no desenvolvimento econômico da América Latina, (2) papel da iniciativa privada no âmbito da Aliança para o Progresso, (3) o papel do setor privado no desenvolvimento educacional e social da América Latina; (4) **a cooperação entre os setores privados dos Estados Unidos e América Latina no combate à atividade comunista no hemisfério ocidental**; (5) os meios de aumentar o comércio recíproco entre as Américas, e, (6) a reforma agrária” (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifos meus)¹.

A preocupação com o desenvolvimento educacional e social da América Latina e, principalmente, o quarto tópico, onde se prevê a cooperação entre os setores privados dos Estados Unidos e da América Latina no combate à atividade comunista evidenciam o caráter político do encontro. Revestido pela suposta “informalidade”, possibilitou a construção de uma rede de relacionamento político-empresarial entre os países membros. Em discurso na Confederação Nacional do Comércio, na volta da viagem, Charles Edgard Moritz resume as impressões da reunião:

Não havia o propósito de apresentar recomendações, mas o de trocar impressões francas e abertas em clima de confiança mútua. [...] Poderíamos dizer que, na verdade, as reuniões de Nova York tiveram, antes de tudo, o caráter de exame de consciência em voz alta por parte dos homens de empresa, em face da péssima e injusta imagem que a seu respeito se foi criando na opinião pública. [...] Num

¹ “(1) cooperation between foreign investors and local industrialists in the economic development of Latin America; (2) the role of private enterprise under de Alliance of Progress; (3) the role of the private sector in the educational and social development of Latin America; (4) cooperation between the private sectors of the United States and Latin America in combating Communist activity in the Western Hemisphere; (5) means of increasing reciprocal trade between the Americas; and, (6) agrarian reform.” Inter-American Bulletin of the United States Inter-American Council, INC. – April 1963, page 6. Tradução minha.

encontro de homens práticos deveríamos ser objetivos e francos. Foi o que ocorreu. (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO)².

Em seguida, Moritz aponta as críticas feitas à Aliança para o Progresso pelo grupo. Para o empresariado defensor da livre empresa, a política empreendida pela Aliança visando exclusivamente ajuda de governo para governo poderia conduzir “à estatização indiscriminada, concorrendo de modo fatal para sufocar a livre empresa na América Latina”. Eles propunham uma participação mais direta dos empresários nos negócios patrocinados pela Aliança. O objetivo político destas primeiras considerações, segundo o discurso de Moritz, é o de identificar a Aliança para o Progresso como um instrumento de democratização do capital.

A segunda parte dos encontros aconteceu em Washington. O grupo se reuniu e debateu com importantes personagens do alto escalão norte-americano para assuntos da América Latina. Ayres Filho relata em depoimento seu encontro com o presidente do Banco Mundial, George Woods, durante a viagem de 1963. Na ocasião, o embaixador norte-americano Ellsworth Bunker, seu amigo, fez a intermediação do encontro após conversas informais sobre a situação política, econômica e social do Brasil e sobre a visita do ministro da Fazenda San Tiago Dantas aos Estados Unidos marcada para alguns dias após a visita dos empresários. O embaixador considerou sua opinião crucial para o encontro com o ministro brasileiro e convocou Ayres Filho para uma conversa com George Woods e mais quatro diretores do Banco Mundial. Ele destaca:

Comecei fazendo um discurso curto de como eu via a situação brasileira, sempre ressaltando a minha ótica empresarial, o meu total distanciamento do nosso governo e meu credo liberal de fato. Daí em diante foi uma avalanche de perguntas que lá me prendeu por quase duas horas. A última foi do George: - Paulo, você não precisa responder se não quiser, e perdoe a minha pergunta absurda, mas você confia no seu Presidente Goulart? Respondi sem um instante de hesitação: - NÃO, mas espero que, nas reuniões que terão com a missão brasileira, vocês encontrem razões para ajudar o Brasil, não o governo Goulart, porque a sua ajuda poderá aliviar as pressões políticas hoje presentes e dar “tempo ao tempo” para que a **doutrinação liberal** prevaleça. (AYRES FILHO, 2007: 181-182. Grifo meu.).

Uma vez mais podemos observar o discurso e o lugar de fala destes empresários bem como seu posicionamento frente ao governo Goulart. A ideia de doutrinação liberal é linha de ação do IPES e de suas lideranças. A difusão desta percepção a nível internacional foi de extrema relevância para a condução da doutrinação política empreendida pela campanha do Instituto no Brasil, buscando legitimar sua ação política frente ao panorama internacional. O ápice da empreitada empresarial foi sem dúvida o encontro com o presidente Kennedy na

² Revista da CNC, p.23-24.

Casa Branca. O porta-voz do grupo, escolhido por unanimidade, foi Paulo Ayres Filho, que relata o encontro:

As calorosas críticas que fizemos em New York à política do governo americano em relação à América Latina, por certo pela bendita indiscrição de algum dos participantes americanos, chegaram ao presidente Kennedy que, numa decisão quase inédita, nos convidou para, dois outros dias depois, expormos a ele as mesmas conclusões. [...] Para grande surpresa minha o grupo já havia me escolhido como seu intérprete. [...] eu fiz o trajeto de ônibus para a Casa Branca mais rezando do que alinhando mentalmente o que eu diria **àquele grande ídolo**. [...] Minhas primeiras palavras tinham que ser, por razões de honestidade e para me sentir mais à vontade: - Senhor Presidente, o senhor não sabe como se sente alguém como eu que, de repente, se vê investido do honroso papel de intérprete de um grande grupo de empresários latino-americanos, para apresentar ao **presidente da nação mais desenvolvida e mais poderosa do mundo**, as suas críticas e os seus anseios relativos a aspectos da política de desenvolvimento econômico e de harmonização das relações políticas e sociais do seu país com a América Latina. Ele sorria o tempo todo. (AYRES FILHO, 2007: 184-186. Grifos meus.).

O encontro com o presidente Kennedy foi estrategicamente importante para a consolidação da rede de relações político-empresarial que vinha se construindo. Em longa entrevista ao jornal Diário de São Paulo, Ayres Filho, além de destacar as questões econômicas relacionadas à livre empresa, deixa transparecer o objetivo político de busca pela conscientização e atuação da classe empresarial.

O empresário moderno tem a obrigação de responder ao desafio do momento procurando meios e modos de participar ativamente da vida da comunidade, bem como da vida política de seu país. Cumpre ao empresariado liderar o movimento de esclarecimento da opinião pública para que o leigo, o homem comum, possa real e conscientemente decidir quanto aos debates que dizem respeito à economia de seu país. [...] **Isto roubará aos comunistas a oportunidade magnífica que estão desfrutando de confundir a mensagem da Aliança com seus próprios slogans.** [...] Tomar medidas práticas para que a Aliança para o Progresso se torne reconhecida como uma operação de interesse direto do povo, do “little fellow” das ruas. Os investimentos sociais permitem a “venda” desta imagem”. (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifos meus)³.

A liderança empresarial defendida em praticamente todos os trechos aqui citados embasa nossa compreensão da efetiva organização desta fração de classe em torno de um projeto político. A reivindicação do papel e do local de fala dos homens de negócio é enfatizada a todo momento. O reflexo deste discurso pode ser encontrado na atuação do IPES, instituição liderada por empresários, em diferentes esferas da vida nacional.

A visita aos Estados Unidos foi notícia de diversos jornais brasileiros durante os meses de março e abril de 1963. Encontramos notícias sobre a articulação dos empresários no O Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Folha de São Paulo, Diário de São Paulo, Jornal do

³ Diários de São Paulo, 28/03/1963.

Brasil e Diário de Notícias. Moritz, no discurso já citado, resume dizendo que: “[...] os resultados finais em nossos países poderão representar mais **um profícuo movimento dos homens de empresa na defesa da democracia e no primado da livre empresa, sobre o qual ela repousa**”. (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifos meus)⁴.

Os discursos de Ayres Filho e Moritz desnudam a relação mais íntima entre a militante atuação do empresariado nacional e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. A ligação de ambos ao IPES se faz bastante relevante para a compreensão da importância desta rede internacional.

O IPES, no ano de 1963, encontrava-se em pleno funcionamento. A preocupação com a opinião pública era evidente e a propaganda política anticomunista era tratada como bandeira para a defesa dos ideais da livre empresa. A “liberdade” a ser alcançada era buscada no modelo norte-americano de democracia. A influência e atuação norte-americana no Brasil eram evidenciadas pela grande atividade e fluxo de ideias entre os representantes deste processo. Nos Estados Unidos, em novembro de 1963, oito meses após a reunião “informal” surge um novo órgão empresarial: o Business Group for Latin American (Comitê de Negócios para a América Latina, ou BGLA na sigla em inglês), liderado por David Rockefeller e apoiado pelo presidente Kennedy.

Esta posição do empresariado norte-americano de busca pela estabilidade política para a manutenção de seus interesses privados não causou constrangimentos maiores em meio aos defensores da Aliança. “Pelo contrário, o próprio presidente Kennedy, ao lado de alguns de seus mais importantes estrategistas, como McGeorge Bundy, Ralph Dungan e David Bell, apoiou entusiasticamente uma postura de barganha com este grupo de empresários.”⁵. A formação do BGLA partiu do encontro entre David Rockefeller e John F. Kennedy e se tornou o canal direto de comunicação sobre as questões latino-americanas entre o empresariado e a burocracia norte-americana.

Além do BGLA, encontramos outras importantes organizações de empresários nos Estados Unidos, como o Council of Foreign Relations (CFR). Uma série de organizações congêneres ao IPES pode ser encontrada na América Latina neste mesmo período. Todas tinham como objetivo manter a “liberdade política e econômica” no hemisfério. A articulação entre essas organizações mostra uma interessante interação do empresariado internacional.

⁴ Revista da CNC, p. 26.

⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 99.

A relação destes grupos norte-americanos, detentores de entrada efetiva nos mais altos postos dos governos Kennedy e Johnson, com organismos brasileiros como o IPES é crucial para a compreensão da dinâmica político-empresarial no período. Trata-se, essencialmente, de uma das principais vertentes de construção do agente político que contribuiria com eficácia para o aprofundamento da crise e a derrubada do presidente João Goulart em 1964. A ação dessa rede de relações político-empresarial internacional na conjuntura constitui a expressão direitista daquilo que René Dreifuss nomeou de “ataque bifrontal” ao regime político vigente entre 1946 e 1964, golpeado, também, à esquerda pelas mobilizações sociais, dos sindicatos, Ligas camponesas, entidades estudantis, movimentos dos baixa patentes nas Forças Armadas e pela radicalização da intelectualidade.

Referências Bibliográficas

AYRES FILHO, Paulo. *Vai fazer, faça direito!* São Paulo: L'Editora, 2007.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LANGGUTH, A.J. *A face oculta do terror*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

MELO, Demian. *A miséria da historiografia*. Revista Outubro, n. 14, 2006.

MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord.). *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Vol. 7.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Aliança para o Progresso*. Rio de Janeiro: OEA, 1961.

PARKER, Phylis. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

RAMÍREZ, Hernán. “Institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em sua perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1966)”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.179-214, jan./dez. 2006.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

RONNING, Neale; VANNUCCI, Albert. *Ambassadors in Foreign Policy*. New York: Greenwood Press, 1987.

SCHLESINGER JR., Arthur. *Mil dias: John F. Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Vietnã: herança trágica*. São Paulo: Ibrasa, 1966.

SILVA, Vicente Gil. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro. “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. *Revista Crítica Marxista*, n. 19, p. 27-48, 2004.

WALTERS, Vernon. *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

Resumo: Construir para uma experiência histórica um espaço valoroso na cultura histórica, e consequentemente na cultura política, de uma sociedade, pressupõe, em primeiro lugar, sua construção enquanto narrativa. Uma narrativa tão forte que possibilite à sociedade a criação de uma identificação com os eventos que permitirá sua perpetuação. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é apresentar as possibilidades da historiografia de fins do século XIX como construtora e difusora de uma memória sobre o movimento político-militar Farroupilha (1835-1845). Não qualquer memória, mas a memória dos eventos traumáticos de uma longa e profunda guerra até hoje experimentada e interiorizada por aquela população.

A nosso ver, a historiografia brasileira do século XIX – vista como narrativa de um projeto político coletivo – serve à formação de uma memória que seria parte integrante da cultura histórica e política regional riograndense por permitir a construção de uma identificação da população com a experiência narrada. Nesse sentido, pensaremos o papel das obras *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, de Tristão de Alencar Araripe, publicada em 1881, e a *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil, publicada em 1882, na construção deste espaço valoroso para o movimento Farroupilha ainda em fins do XIX.

Marcada como dever de lembrança para toda a população riograndense, o movimento político-militar Farroupilha configura-se, a nosso ver, como espaço privilegiado de acesso ao passado, onde os usos do tempo e da história demarcam o valor desses eventos no presente. Perseguir esta memória é buscar compreender a forma como esta vem sendo narrada através do tempo e do espaço, e como a seleção, consciente ou inconsciente, de eventos e pontos de vista destes autores conformaram certas “visões do passado” que se impõem e se fixam num determinado imaginário político e social.

Durante a semana farroupilha são lembrados os feitos dos gaúchos no decênio heroico (1835-1845), através de palestras, espetáculos, lançamento de livros, entre outras atividades. (Festejos Farroupilhas¹)

* Mestre em História Política pelo PPGH-UERJ em abril de 2012, com orientação da prof.^a Dr.^a Marcia de Almeida Gonçalves.

Como nos aponta a epigrafe acima, a *Semana Farroupilha* é voltada para relembrar os feitos heroicos daqueles homens – gaúchos/riograndenses – que lutaram contra o Império do Brasil no mais longo conflito civil ocorrido em solo nacional: a Farroupilha. Iniciada em 20 de setembro de 1835 como uma rebelião contra a nomeação de Antonio Rodrigues Fernandes Braga para o cargo de presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a Farroupilha só teria fim em um amplo tratado de paz, quase dez anos depois em 25 de fevereiro de 1845, a partir dos esforços pacificadores do barão de Caxias, Luis Alves de Lima e Silva.

Mais de 129 anos após a pacificação, em 11 de dezembro de 1964, por assinatura de Francisco Solano Borges, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, é oficializada a comemoração da *Semana Farroupilha*, “(...) a ser comemorada de 14 a 20 de setembro de cada ano, em homenagem e memória aos heróis farrapos”². Segundo o sitio oficial, a *Semana* seria: “(...) um momento especial de culto às tradições gaúchas, transcendendo o próprio movimento tradicionalista gaúcho. Ela envolve praticamente toda a população do estado (...)” (Festejos Farroupilhas)³.

Até 1994 as comemorações restringiam-se ao ponto facultativo nas repartições públicas estaduais e ao feriado municipal em algumas cidades do interior. Em 1995 as comemorações ganharam novo incentivo. Definida pela Constituição Estadual⁴ como a data magna do estado, o dia 20 de setembro passou a ser feriado estadual. O decreto 36.180/95, amparado na lei federal 9.093/95, de autoria do deputado federal Jarbas Lima (PPB/RS), especifica que “(...) a data magna fixada em lei pelos estados federados é feriado civil”⁵. Agora organizada em duas instancias: estadual e municipal, a *Semana*, criada pelo Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul em 1947⁶, a partir de 1995, passava então à institucionalização, sendo regulada por uma lei estadual e regulamentada por um decreto.

A nosso ver, a institucionalização da comemoração da *Semana Farroupilha* em 1964 representa também a institucionalização do movimento político-militar Farroupilha como

¹ Festejos Farroupilhas. Apresenta o histórico e temática das comemorações dos festejos da Semana Farroupilha. Disponível em: www.semanafarroupilha.com.br/historico_semana.php (acesso: 04/04/2008).

² Lei 4.850/64. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/Arquivos/12.422.pdf> (acesso: 04/04/2008).

³ Ibidem. Festejos Farroupilhas.

⁴ Ementa feita à carta de 1989.

⁵ Decreto 36.180, de 18/9/1995. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=11624&hTexto=&Hid_IDNorma=11624 . (acesso: 04/04/2008).

⁶ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. A partir da criação do departamento tradicionalista organizado por estudantes da famosa escola pública estadual Júlio de Castilhos em Porto Alegre – fundadores do Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul ou MTG, Movimento Tradicionalista Gaúcho. Cf: Viver no Campo. Apresenta a história do movimento Tradicionalista Gaúcho. Disponível em: http://www.vivernocampo.com.br/tradicoes/sema_farr2.htm. (acesso: 04/04/2008).

experiência a ser lembrada e relembrada todos os anos por aquela população, estabelecendo um uso que pressupõe um vínculo direto entre a população riograndense e aquele passado, agora sob a forma de memória, ponto que fica claro já no texto descritivo do sitio oficial:

As comemorações da Revolução Farroupilha - o mais longo e um dos mais significativos movimentos de revoltas civis brasileiros, envolvendo em suas lutas os mais diversos segmentos sociais - relembra a Guerra dos Farrapos contra o Império, de 1835 a 1845 (Festejos Farroupilhas) ⁷.

O caráter das comemorações – feriado *estadual* – exprime o caráter regional dado ao próprio movimento como espaço de reconhecimento daquela população em particular. Um evento regional que, agora, exprimia a própria regionalidade da população local. Mas também demonstra uma necessidade de não deixar que aqueles eventos caíssem no esquecimento dentro da conjuntura nacional, delimitando assim um espaço para aquela sociedade dentro da nação como um todo.

Podemos afirmar então que o movimento político militar da Farroupilha apresenta-se para a população do Rio Grande do Sul, como uma experiência histórica valorizada em que aquela sociedade pode estabelecer laços com seu passado e tê-la como herança de uma cultura que Joseph Love expressou como “Culto da Liberdade” ⁸ e que sobrevive até hoje, como podemos ver pelo orgulho unívoco de comemorar, ano após ano, entre os dias 14 e 20 de setembro, uma guerra que perderam.

A partir disso, podemos pensar que a *Semana Farroupilha*, através da imersão dessa comunidade na experiência histórica do movimento, permitiu a fixação da Farroupilha como *locus* simbólico em que a sociedade riograndense pode experimentar e vivenciar um passado considerado valoroso. O estabelecimento deste *locus* gera, segundo Jörn Rusen, conexões entre o passado, o presente e o futuro, assim como estabelece vínculos entre os demais membros daquela comunidade que experimentam tal imersão a partir da organização desta experiência histórica coletiva em forma de uma memória⁹.

No entanto, não é somente a partir da institucionalização da Farroupilha, em 1964, que o movimento passa a ser valorizado. Acreditamos que construir um espaço valoroso para uma experiência histórica dentro da cultura de uma sociedade, pressupõe, em primeiro lugar, sua construção enquanto narrativa. Uma narrativa tão forte que possibilite à sociedade a criação

⁷ Ibidem. Festejos Farroupilhas.

⁸ Love a descreve como um estado fixo em que o gaúcho, ou riograndense, sempre se apresenta como maior defensor da liberdade, seja ela política, militar, econômica, etc. Cf: LOVE, J. L. Op. cit, 1975.

⁹ RÜSEN, J. “¿Qué es la cultura histórica?: reflexiones sobre una nuevamanera de abordar la historia?”. *Cultura histórica*, 2009, p. 7. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf> (acesso: 25/06/2010).

de uma identificação com os eventos que permitirá sua perpetuação. Uma narrativa que seja feita apropriando-se do passado de forma considerada adequada para os padrões da mesma sociedade que a absorverá.

Nesse sentido, acreditamos na força da produção historiográfica e no seu valor como espaço privilegiado de construção e debate das narrativas que viriam a permitir a construção desse status referencial concedido à Farroupilha dentro da cultura daquela sociedade. Enquanto interpretação do passado, a historiografia aponta para possibilidades de compreender as ações humanas no mundo se a pensarmos no papel de “metáfora-fundadora de nossa concepção de memória e de lembrança: a escrita, este rastro privilegiado que os homens deixam de si mesmos”¹⁰, nas palavras de Jeanne Marie Gagnebin. Escrever o passado, para além do registro, permite a construção e a permanência de representações sobre esse mesmo passado, fixando o que Beatriz Sarlo categorizou como “visão do passado”¹¹. Uma representação que disputa e se entrelaça com a memória, permitindo uma construção da “verdade” dos fatos, que ganha corpo a partir de sua inclusão – na forma de narrativa escrita – no quadro da História.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é pensar a historiografia de fins do século XIX sobre o movimento político-militar Farroupilha como o primeiro espaço de construção de um valor para o movimento¹². Acreditamos também que, através da produção de narrativas, essa historiografia serviu com vetor de difusão para o movimento dentro da cultura local. Narrativas estas, que permitiriam a inclusão da experiência na *cultura histórica* da população riograndense pela perpetuação de sua memória. E não qualquer memória, mas a memória de eventos traumáticos de uma longa e profunda guerra até hoje experimentada e interiorizada por aquela população.

Findo o movimento político, a narrativa da história dos Farrapos permite um constante estágio de rememoração dos eventos. A proximidade dá o toque final, tendo em vista que 50 anos não foram suficientes para apagar as lembranças de uma guerra tão devastadora. Do mesmo modo que a deflagração de um novo conflito (Guerra do Paraguai) sustentou, ainda mais, a presença dos fantasmas e a necessidade das honrarias que o passar dos anos fixaram

¹⁰ GAGNEBIM, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 111.

¹¹ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007, p. 15.

¹² É importante aqui assinalar que não estamos discutindo o tipo de valor referenciado por essa historiografia. Como veremos a seguir, as interpretações dadas ao movimento no século XIX são dicotômicas, senão antagônicas. No entanto, para bem o mau o que nos importa é acentuar a existência de um debate, dentro da História, para o que foi a Farroupilha. Caracterizando assim a existência de narrativas históricas para o movimento.

por um forte processo de construção histórica. Michel Pollack, ao valorizar a interferência do presente nas narrativas do passado, afirma que “(...) sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado”¹³. E mesmo hoje, ao riograndense não é dado esquecer suas batalhas nem curar suas feridas, é necessário lembrar e viver.

Marcada como dever de lembrança para toda a população riograndense, a experiência histórica da Farroupilha configura-se como um espaço privilegiado de acesso ao passado, onde os usos do tempo e da História demarcam o valor desses eventos no presente. Tal concepção é característica do que Fernando Sánchez Marcos chama de *Cultura Histórica*, conceito que para o autor “(...) expresa una nueva manera de pensar y comprender la relación efectiva y afectiva que un grupo humano mantiene con el pasado, con su pasado”¹⁴. A esta nova maneira de pensar e compreender as relações dos indivíduos com seu passado, Sánchez Marcos define como “(...) La elaboración social de La experiencia histórica y su plasmación objetiva en la vida de una comunidad”¹⁵, indicando que a *cultura histórica* se estabelece justamente a partir da reelaboração do passado no presente com o uso da *experiência histórica*.

Enxergar que a população local disponibiliza um determinado valor para o evento¹⁶ dentro daquela sociedade, nos permite verificar a existência de um conjunto de normas e práticas, que, a partir do uso da História como algo valoroso, estabelece o universo simbólico daquela população. Este conjunto de normas e práticas se organiza a partir da *cultura histórica*, mas é disponibilizado à população por uma série de *vetores* que permitem a difusão de um determinado ideal que se conforma no uso específico do passado e da História no presente. Ao difundir um determinado conjunto de normas e práticas, estes vetores conformam um campo muito mais vasto de influência sobre a sociedade à que se dirige, por inseri-la no “(...) quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”¹⁷. Esse quadro, ou conjunto de normas e valores, Serge Berstein classifica como *Cultura Política*. Conceito que se apresenta como explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história humana, e se caracteriza como um sistema de representação integrante da cultura global de uma sociedade,

¹³ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, RJ, Vol. 2, n. 3, 1989, p. 8.

¹⁴ SÁNCHEZ MARCOS, F. *Cultura Histórica*, 2009, p. 1. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf> (acesso: 25/06/2010).

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Como fica claro pela institucionalização da Semana Farroupilha.

¹⁷ BERTSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 352-353.

ainda que possua um vínculo mais estreito com as questões da esfera do político. Para Berstein, a *cultura política* é adquirida ao longo da vivência e da experiência que o indivíduo experimenta quando em contato direto com os parâmetros que regem a sociedade, compondo-se de aspectos que a relacionam, identificam e que a tornam um todo coeso.

Dessa forma, a cultura política se apresenta como uma *chave de leitura do real*¹⁸ que define a forma como uma sociedade compreende e identifica o mundo que o cerca, partilhando coletivamente desta *visão comum do mundo*, a partir de representações que se dão no nível dos símbolos, gestos e principalmente do discurso.

No entanto, Jörn Rusen afirma que “El pensamiento histórico es una parte importante de la cultura política, pero no es absorbido por ella (...)”¹⁹, apontando que a *cultura histórica* seria um conceito que se insere e ao mesmo tempo se destaca dentro do universo de possibilidades da *cultura política* assinalada por Berstein. Insere-se por permitir a apropriação do passado pelo presente e se destaca como veículo dessa apropriação. Sobre isso Fernando Sánchez Marcos afirma que

Es imposible acceder al pasado encunto que pasado. Para aproximarnos a él, debemos representarlo, hacerlo presente a través de una reelaboración sintética y creativa. Por ello, el conocimiento del pasado y su uso em el presente se enmarcam siempre dentro de unas praticas socieales de interpetación y reproducción de la história²⁰.

Desta forma, acreditamos que não só as festas e comemorações servem à construção e institucionalização de experiências históricas como espaços privilegiados de acesso ao passado. Acreditamos que antes que possa receber um caráter valoroso, uma determinada experiência histórica experimenta constantes estágios de reelaboração, para que finalmente seja aceita como experiência valorosa do tempo. Como já afirmamos, para nós, tais embates se dão também na arena da historiografia, pensando-a como um dos espaços onde os projetos e planos de *uso* do passado são postos à prova da sociedade, um espaço onde versões podem ser formuladas e reformuladas de acordo com os interesses e valores de uma determinada época e de uma determinada sociedade, o que torna fundamental compreender tais embates, no que Sánchez Marcos nos auxilia, afirmando que

Los debates sociales sobre el pasado son sumamente relevantes, porque en ellos no está em juego un simple conocimiento erudito sobre la história, sino la autocomprensión de la comunidade nel presente y su proyección en el futuro²¹.

¹⁸ Ibidem, p. 360.

¹⁹ RUSEN, J. Op. cit, 2009, p. 3.

²⁰ SÁNCHEZ MARCOS, F. Op. cit, 2009, p. 1.

²¹ Ibidem, p. 3.

Em investigações anteriores²², constatamos que a produção historiográfica sobre o tema teve seu auge na primeira metade do século XX. Acreditamos que tal interesse é fruto do valor atribuído à possibilidade de uma experiência republicana vivenciada já no início do século XIX, ponto que concedia a Farroupilha importância redobrada naquele começo de República no Brasil. No entanto, a produção historiográfica do século XIX caracteriza um espaço de debate do processo de formação da nação brasileira ao representar um movimento de construção, não só da história nacional, mas também do que deveria ser a ela associado. Reconhecemos o valor da produção historiográfica sobre a Farroupilha no século XIX principalmente ao constatarmos que sua presença é recorrente nas bibliografias, mesmo das obras mais recentes sobre a temática²³.

Ao pensar sua heterogeneidade e variação temporal, podemos considerar que a historiografia sobre a Farroupilha, grosso modo, divide-se em duas linhas de interpretação. Basicamente, podemos ver uma linha que a apresenta como uma revolta fratricida, de uma população que não pôde compreender os problemas da nação, e quis, através da força, impor sua vontade sobre os demais, abandonando a comunidade nacional em seu momento de maior fragilidade. E uma linha que defende, apoia, entende e reivindica os ideais do movimento Farroupilha e de seus dirigentes como o momento principal de uma tradição de luta pela liberdade e, em alguns casos, pela república, dada a associação – ainda que questionável por alguns – do ideal ao movimento.

Tal divisão pode ser vista já nas duas primeiras e principais obras sobre a temática: *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, de Tristão de Alencar Araripe, publicada em 1881, e a *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil, publicada em 1882. Ambas enfatizam – cada qual a sua maneira – um recorte interpretativo, que mais tarde se consagraria dentro da historiografia do movimento político-militar Farroupilha²⁴.

²² No trabalho monográfico de conclusão do curso de bacharelado em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob o título: *Do Esgotamento da Palavra: o Papel do Projeto Político Farroupilha na Emergência da Identidade Riograndense*, no ano de 2009, apresentamos uma análise da produção historiográfica sobre o tema, ao longo do século XX, juntamente com análise da difusão e das influências dos ideais do grupo dirigente local farroupilha na formação da identidade riograndense.

²³ Cf.: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003; HARTMAN, Ivar. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002; FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4ª.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2004; ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004.

²⁴ Torna-se importante assinalar aqui a existência da obra *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul* de Ramiro Forte Barcellos publicada inconclusamente entre 22/09 e 22/12 de 1882 em folhetim do Jornal do Comércio e reunidos sobre a forma de livro em 1987 na *Coleção Sesquicentenário da Revolução Farroupilha*, com a adição de capítulos, encontrados posteriormente, não publicados no folhetim. Por seu caráter inconcluso e por ser reunião de textos avulsos do autor, que encaixavam-se à obra, segundo a comissão encarregada da citada coleção, não nos debruçaremos sobre ela.

Entende-se que compreender o *como* se deu o jogo de forças *do que* deveria ser lembrado e *do que* deveria ser esquecido, permite-nos compreender as motivações que levam os indivíduos de uma sociedade a adotar este ou aquele evento como marca de seu comportamento – social, cultural e/ou político. Principalmente no que tange à construção da memória que os indivíduos daquela sociedade possuíam do evento em questão. Dessa forma, acreditamos que um olhar acentuado sobre as primeiras obras da temática nos possibilitará não só compreender o *como* esta história foi narrada, mas o *porquê* de ser narrada.

Estas primeiras obras de historiografia sobre o tema nos permitem definir as bases sobre as quais a história da Farroupilha firmou-se no imaginário regional e nacional, assim como definir as linhas de interpretação dadas ao tema dentro da historiografia. Cada uma destas obras viria a representar um momento da historiografia e da análise empreendida sobre os fatos que compuseram os anos do conflito e apresentar uma versão e uma valorização para estes que seria apropriada pelo restante da produção historiográfica até a atualidade.

Escrita por Tristão de Alencar Araripe (1821-1908), *Guerra Civil no Rio Grande do Sul* possui 250 páginas, divididas em 35 capítulos que procuram dar conta do movimento político-militar Farroupilha, desde a sedição em Porto Alegre, no ano de 1835, até a reintegração da província à comunhão nacional, em 1845, com o Tratado de Paz de Ponche Verde²⁵. A obra fora escrita para ser lida em capítulos nas sessões solenes do IHGB, ao longo do ano de 1880²⁶ e para acompanhar a vasta coleção documental simultaneamente doada pelo autor ao IHGB. Tal coleção havia sido recolhida durante o ano de 1876 quando fora presidente da Província do Rio Grande do Sul, cargo que lhe permitiu o acesso aos documentos também utilizados largamente na produção da narrativa²⁷.

Denominada pelo autor como *Memória Acompanhada de Documentos*²⁸, a obra teria como fim a “simples exposição narrativa” com o intuito de que o leitor pudesse “melhor compreender o valor e significado dos documentos, que, lidos desacompanhados da lembrança dos sucessos, não serão devidamente apreciados”²⁹. Apontando-nos um interesse fundamental pela lembrança dos eventos, indicando que servia *também* ao dever de memorar

²⁵ É importante situar aqui que estaremos trabalhando sobre a versão fac-similada da obra, publicada em 1986: ARARIPE, Tristão Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1881. 250

²⁶ Cf: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1880, Tomo XLIII, Parte II. 115-364.

²⁷ Documentação hoje sobre guarda do IHGB, sob título ACP ALENCAR ARARIPE (nº09).

²⁸ No século XIX a denominação *Memória* estabelece ao leitor um determinado protocolo de leitura onde a análise ali empreendida tem como função apresentar uma primeira reflexão sobre as fontes a ela relacionada.

²⁹ ARARIPE, Tristão Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986, p. 17.

os fatos vividos, possibilitando a lembrança daqueles que foram acontecimentos importantes para a região e também para a nação.

Para além da apresentação do conflito, Alencar Araripe procura analisar o movimento de forma mais minuciosa. Dedicando o primeiro capítulo a observações sobre o movimento e à documentação, e os dois últimos à compreensão das formas de manutenção do conflito pelos rebeldes.

Reconhecida como a primeira a sistematizar o tema da Farroupilha, sua recepção foi diversa: pelos núcleos cultos do país, incluindo a sede do Império, o acolhimento foi de bom grado, enquanto na província, muitas e duras foram as críticas feitas à obra.

As acusações feitas pelos filhos da província, em parte, não podem ser desacreditadas. Ao longo de suas páginas, o autor nos apresenta o conflito como uma *guerra-civil* empreendida por motivos parcialmente injustos contra o país. Indicando com o uso do termo *guerra-civil* que o movimento tratava-se somente de um conflito interno, limitando as proporções que mais tarde seriam acentuadas pela vinculação do movimento às repúblicas platinas e também pelo uso do termo *revolução*, posteriormente associado ao movimento³⁰. Araripe não tarda em desmerecer as motivações do conflito e a rasgar elogios à tenacidade e obstinação do governo Imperial em não abrir mão de sua vastidão territorial: “A causa da monarquia ficava triunfante na província insurgida sob o influxo democrático, e o governo central via coroados os seus esforços em prol da integridade do Império”³¹.

Em sua apresentação dos fatos, o autor divide o movimento cronologicamente, em três épocas: a da *Sedição* (1835-1836), a da *Rebelião* (1836-1842) e a da *Sujeição* (1843-1845)³². Tal visão já nos esclarece a forma como o autor interpreta o movimento, que é visto como uma *guerra-civil*, ou seja, de proporções nacionais e internas; sediciosa ao primeiro momento, por ter pretendido alcançar suas vontades contra as decisões do Estado Imperial; rebelde ao implementar sua autonomia e independência afastando-se da comunhão nacional; e por fim, sujeitando-se a vontade do todo – agora organizada pelas hábeis mãos do barão de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, – por não ter força para impor-se, tendo em vista ser uma pequena fração do todo nacional e não um espaço independente.

³⁰ Associação que em geral é feita pela historiografia do século XX. Cf.: FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4ª Ed. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 2004; LAYTANO, Dante de. *Historia da Republica Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983; SPALDING, Valter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980; ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004; VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Globo, 1933. Vol. 1-5.; etc.

³¹ ARARIPE, T. A. Op. cit, 1986, p. 179.

³² Ibidem, p. 3-4.

Desta forma, a obra de Araripe firmou-se como a primeira de uma linha de raciocínio que enxergou na Farroupilha uma guerra-civil desnecessária, que, mesmo mostrando a tenacidade da parcela da população envolvida, ao fim, não pode conter a obstinação do destino do vasto Império Brasileiro, em manter-se uno e completo, restando aos envolvidos, à sujeição à vontade do todo.

Escrita por Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) como resposta à obra de Araripe, a obra *História da República Rio-Grandense* é publicada no ano de 1882, feita por encomenda do *Club Vinte de Setembro*³³, para as comemorações do 47º aniversário do movimento Farroupilha.

Composta por 200 páginas divididas em uma nota introdutória, uma breve introdução³⁴ e 08 capítulos. A publicação seria o primeiro volume da obra que deveria narrar com precisão a história da Farroupilha. Sua narrativa abrange da abdicação do Imperador Pedro I em 1831 até a eleição do presidente e ministros da República Rio-grandense na cidade de Piratini em 06 de novembro de 1836. Constando também, no primeiro capítulo³⁵, um estudo destinado à compreensão das causas do movimento, onde o autor faz uma longa explanação das condições de formação e organização, política e geográfica, da província e sua população, na intenção de compreender as influências sofridas pelo povo que deflagraria o conflito.

Mesmo tendo-a escrito tão jovem, a obra ficou inconclusa, segundo Moacyr Domingues por motivo da necessidade de resposta do grupo republicano e dos intelectuais defensores do Rio Grande do Sul, expressa pelo *Club Vinte de Setembro*, à obra de Araripe³⁶. Do mesmo modo, a obra teria sido qualificada como preparatória pelo autor, tendo este prometido para breve a edição definitiva, assim como completar a obra com os volumes que se seguiriam. Promessas que não se cumpriram.

Para Assis Brasil a Farroupilha teria sido a resposta do homem do sul àqueles que buscaram destruir seu meio de vida e o mundo tal qual estavam afeiçoados. Afirma que o único motivo do Império não ter apoiado os ideais do movimento é porque os mesmos foram mal entendidos no primeiro momento, por conta de uma série de boatos espalhados pelos

³³ Fundado em São Paulo por jovens gaúchos que estudavam direito. Defensores do republicanismo, o clube era composto por sócios beneméritos e uma vasta agremiação. O nome do clube já impõe uma determinada associação ao movimento Farroupilha, uma vez que o 20 de setembro marca o início das atividades rebeldes. Cf: BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. Brasília: Senado federal, 1989.

³⁴ BRASIL, 1981, p.VII-X.

³⁵ Ibidem, p. 1-47.

³⁶ DOMINGUES apud BRASIL, Assis. *História da república Rio-Grandense*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981, p. X.

inimigos. Defende que os revolucionários não buscavam simplesmente a autonomia da província, mas sim expandir “a ideia da federação” para o restante do país. Sendo a ideia de separatismo um artifício dos inimigos para difamá-los. A Federação para o autor era o espelho da liberdade e sua defesa significava a defesa do direito de ser livre e independente política e individualmente.

Fica claro para nós que em sua obra Assis Brasil faz a apoteose de um movimento republicano, que na década de 1880 já conhecia espaço considerável dentro da sociedade brasileira, sendo referencia política cada vez mais forte nos salões esclarecidos, clubes militares, academias e universidades. Ao levantar e defender a bandeira da federação como o ideal supremo dos farrapos, Assis Brasil demarca o espaço dos homens do Sul como vanguarda do movimento republicano e constrói na Farroupilha o palco primeiro deste movimento nas terras brasileiras.

Narrar o conflito Farrapo para Assis Brasil era narrar o Rio Grande do Sul, seu povo e o amor que por ele possuíam, permitindo a construção de um ideal que perduraria nas gerações seguintes e que deveria delimitar um valor especial àquela sociedade frente às outras. Por esse motivo a obra configura-se como cabeça do que viria a ser a chave de leitura interpretativa que, como dito anteriormente, enxerga no movimento Farroupilha um espaço valoroso, e que por vezes se identifica e reivindica seus ideais.

Acreditamos que a análise da obra de Tristão de Alencar Araripe permite-nos perceber uma intenção claramente política de demarcar o sucesso do Império frente a aquele que teria sido o maior ato de rebeldia civil vivenciado até então, mesmo em tempos de crise. Assim como demarcar o próprio sucesso do Império em manter-se firme e uno, tal qual o projeto Saquarema havia anunciado e formalizado nos idos de 1850. Nesse sentido, sua obra serve como apologia a esse mesmo projeto, ao mesmo tempo em que aponta os riscos do rompimento do acordo implícito que, a seu ver, sustentava a ordem, dando ao Imperador, d. Pedro II, e aos grupos privilegiados o controle da direção política da nação.

Enquanto que na obra de Joaquim Francisco de Assis Brasil, podemos identificar uma intencionalidade de demarcar dentro da produção historiográfica e intelectual da época a visão regional para os fatos descritos, não permitindo que se fixasse somente a versão dada pelo centro de poder na Corte do Império. Uma clara indicação de uma visão marcada pelo valor positivo dado aos ideais políticos da Farroupilha e ao Rio Grande do Sul na construção do quadro para a concepção de um passado, construção à qual a população e os letrados regionais não pretendiam se ausentar. Do mesmo modo como podemos identificar um forte referencial

político republicano e federalista sendo claramente vinculado aos ideais Farrapos e por eles sendo apregoados.

Em ambas as obras se evidenciam usos políticos para a história e a memória da Farroupilha. A obra de Araripe demarca um uso político dado àquela experiência histórica, ao condicioná-la como vitrine dos sucessos do Império e alerta sobre os riscos que certos ideais levantavam dentro da comunhão nacional. Vista como memória e não como história, a Farroupilha, na narrativa de Araripe, deveria lembrar à população nacional o caráter benéfico e agregador da ação do Império sobre as demais partes do país. Ao passo que a obra de Assis Brasil evidencia uma intenção política ao condicionar sua narrativa à valoração dos ideais republicanos e federalistas, assim como por buscar delimitar um espaço valoroso ao Rio Grande do Sul e sua população na luta por autonomia política que, nas décadas finais do XIX era vista com ponto fundamental ao movimento político-intelectual do grupo à margem do poder. Para Assis Brasil, a construção da narrativa daquela experiência histórica deveria permitir a rememoração do primeiro momento daquela luta, vinculando-a, como herança valorosa, à província sulina e à sua população, ponto que conformaria a cultura histórica riograndense até hoje.

O embate criado por estes autores e por estas obras, já no final do XIX, tem vida longa e não perdeu força nem no vasto debate existente na década do centenário do movimento Farroupilha (1930). O embate pela fixação destas *visões do passado* e sua recepção caracterizam um determinado uso político dessas narrativas nos anos seguintes à publicação e difusão das obras. Uso este que denotaria um determinado tipo de apropriação dos textos e das ideias expressas nos mesmos, e que, por sua vez, caracterizam as vertentes existentes e aceitas para a narrativa daquela experiência histórica. Em especial no Rio Grande do Sul, o desenvolvimento e a recorrência das análises – em sua maioria positivas – sobre a Farroupilha vão permitir a fixação do movimento no imaginário social e, a longo prazo, na cultura histórica e política regional, dando ao mesmo o valor que possui hoje.

Assim sendo, acreditamos poder afirmar que a análise da produção historiográfica brasileira sobre a Farroupilha ao longo da segunda metade do século XIX, permite-nos compreender *como* essa historiografia participou da difusão e fixação desta memória honrosa que a população do Rio Grande do Sul possui do evento. A partir disto podemos identificar que esta historiografia do XIX serviria como espaço para a difusão de estratégias de memória que servem à fixação de uma determinada *visão do passado*, com usos políticos bem delimitados. Fernando Sánchez Marcos argumenta também que essa *visión del pasado* que as

sociedades possuem é preconizada por uma *cultura histórica* que é “(...) um processo dinâmico de diálogo social” e que por ele

(...) se difunden, se negocian y se discuten interpretaciones del pasado. La cultura histórica de una sociedad abarca, por tanto, múltiples narrativas y distintos enfoques, que pugnan por imponerse socialmente³⁷.

Sendo assim, acreditamos que as obras *Guerra Civil do Rio Grande do Sul* e *História da República Riograndense* representam – cada qual a sua maneira – partes de estratégias de propagação do que deveria ser a memória da Farroupilha e, nesse sentido, acreditamos que, enquanto narrativas sobre a mesma, tenham influenciado direta e indiretamente na construção da *Cultura Histórica Riograndense*, onde pudemos notar uma forte recorrência da Farroupilha como herança de um passado de lutas. Se pudermos reconhecer sua recorrência junto ao restante da produção historiográfica³⁸ e identificar a permanência das linhas de pensamento por elas apresentadas, em maior ou menor escala, junto às demais obras, acreditamos poder dizer que estas obras tiveram um valor fundamental na propagação do movimento Farroupilha e na construção do espaço valoroso dedicado a ele pela população do Rio Grande do Sul. Uma vez que essas narrativas históricas, a partir de sua influência sobre o restante da produção historiográfica, participaram da construção de um vínculo tão estreito da população regional com os eventos da Farroupilha que a permite ser lembrada e comemorada até a atualidade. Um sentimento tão forte de interesse que perduraria por gerações e que acreditamos ter sido aprofundado a partir de uma ação política de consolidação da “estrutura temporal da história passada”³⁹ empreendida em parte, pela historiografia nacional e em parte pela historiografia regional, que ao longo dos anos esforça-se em debater o ideário político, as causas, os personagens centrais e, em especial, as consequências da guerra.

Nesse sentido, acreditamos que a produção e difusão de obras e narrativas historiográficas ocupem espaço privilegiado na formação das representações que uma sociedade tem de seu passado, por debruçarem-se sobre “‘eventos fundadores’ ou ‘acontecimentos marcantes’”⁴⁰, desenvolvendo modelos explicativos para as múltiplas

³⁷ SÁNCHEZ MARCOS. Op. cit, 2001, p. 3.

³⁸ Que pode ser notada na sua inclusão nos quadros bibliográficos das maiores obras do tema ao longo do século XX. Cf: MARTINS, José Salgado. *Breve História das Idéias no Rio Grande do Sul (sec. XIX e princípios do atual)*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1972; SPALDING, Valter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980; VARELA, Alfredo Augusto. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Globo, 1933. Vol. 1-5; etc.

³⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUC/Rio, 2007, p. 43.

⁴⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 40.

interpretações a que os mesmos estão sujeitos dentro da experiência social. Experiência esta, que por sua vez, configura a “*chave de leitura do real*” que rege a *cultura política* de uma sociedade e que estabelece o *como* se dará o acesso à *cultura histórica*. O uso das narrativas historiográficas dentro da cultura histórica permite a conformação dessa experiência histórica como experiência a ser lembrada.

Projetos em campo e planos na mesa, os espaços de divulgação para as ideias no conturbado momento das décadas finais do XIX eram diversos e a produção historiográfica configurava-se como *locus* privilegiado pelo simbolismo que possibilitava ao vincular os debates do presente aos feitos do passado. No entanto, pudemos verificar com precisão que um único evento considerado chave poderia ser compreendido de forma diferenciada, a partir do interesse político de construção de uma memória honrosa e valorosa – quer fosse para o Império, quer fosse para a província – ao ser apresentado de maneira diversa, referenciando símbolos diversos e abrindo margem de diálogo e de rememoração de um passado que seria visto dali em diante como experiência a ser lembrada e, principalmente como experiência a ser narrada.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARARIPE, Tristão Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986.

ARARIPE, Tristão Alencar. “Indicações sobre a História Nacional”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes: de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. p. 209-264.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BRASIL, Assis. *História da república Rio-Grandense*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1882.

BRASIL. Decreto-lei Lei nº 4.850/64. MTG – Rio Grande do Sul. Apresenta o histórico e funcionamento do Movimento Tradicionalista Gaúcho no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.mtg.org.br/documentos.html> (acesso: 10/08/2011).

Festejos Farroupilhas. Apresenta o histórico e temática das comemorações dos festejos da Semana Farroupilha. Disponível em: www.semanafarroupilha.com.br/historico_semana. ph

(acesso: 04/04/2008).

GAGNEBIM, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “História de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro”. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 425-465.v.2.

GRIJÓ, Luiz Alberto. “Entre a Barbárie e a Civilização: os conflitos armados no período republicano”. In: GRIJO, Luiz Alberto; NEUMA, Eduardo Santos. *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 159-184.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentistas no Brasil”. In: CARVALHO, José Murilo de (Org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-122.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “O dialogo convergente: políticos e historiadores no início da república”. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 119-143.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUC/Rio, 2007.

LAMB, Nayara Emerick. *No esgotamento da palavra: o papel do projeto político farroupilha na emergência da identidade riograndense*. Trabalho de conclusão de curso, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Ressentimento e Ufanismo: sensibilidades do Sul profundo”. In: BRESCIANI, Stella ; NAXARA, Márcia. *Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 221-236.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 36.180, de 18 de setembro de 1995. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 4.850/64. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/Arquivos/12.422.pdf> (acesso: 04/04/2008).

RÜSEN, J. “¿Qué es la cultura histórica?: reflexiones sobre una nuevamanera de abordar la historia?”. *Cultura histórica*, 2009. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf (acesso: 25/06/2010).

SÁNCHEZ MARCOS, F. “Cultura Histórica”, 2009. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf> (acesso: 25/06/2010).

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007.

TodasNormas=11624&hTexto=&Hid_IDNorma=11624 . (acesso: 04/04/2008).

“Viver no Campo. Apresenta a história do movimento Tradicionalista Gaúcho”. Disponível em: http://www.vivernocampo.com.br/tradicoes/sema_farr2.htm. (acesso: 04/04/2008).

***Hegemonia, poder e política: Extensão Rural, interesses patronais e cidadania no Brasil
(1956-1966)***

*Pedro Cassiano Farias de Oliveira*¹

Resumo: O trabalho pretende correlacionar à construção de projetos de cidadania inseridos na ação extensionista no Brasil através da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), de 1956 a 1966. A agricultura foi a penúltima meta estabelecida pelo Plano de Metas, embora não tenha sido contemplada ao longo de seu mandato. A Extensão Rural pode ser lida como uma política compensatória para a agricultura, aliando interesses das entidades patronais (Sociedade Nacional de Agricultura – SNA/Confederação Rural Brasileira – CRB), que exerciam uma verdadeira hegemonia dentro do Ministério da Agricultura, conjugado com os investimentos de capital estadunidense, tanto privado (AIA), quanto público (Ponto IV e ETA) que financiaram atividades extensionistas (Criação de escritórios locais nas regiões e repasse aos bancos para a modalidade de crédito rural). Tal ação promovia a interiorização de um discurso político de desenvolvimento da cidadania através do extensionista que agia como intermediário dos interesses do Ministério da Agricultura, que por sua vez, estava ligado aos interesses das agremiações da SNA/CRB.

Para tal reflexão será analisado a documentação produzida pela ABCAR e suas associações estaduais, bem como as revistas das entidades patronais SNA e CRB a luz da matriz teórica de Estado ampliado de Antonio Gramsci.

O nacional-desenvolvimentismo como opção vitoriosa

A posse de Juscelino Kubistchek, depois das eleições de 1954, foi o marco de um período conturbado e expôs a heterogeneidade dos projetos de setores da classe dominante reafirmando sua frágil composição política. Lúcio Flávio de Almeida ressalta a evidência dos diversos projetos políticos sobre a questão do nacionalismo e do desenvolvimentismo. Em seu livro *Uma ilusão de desenvolvimento*², a partir da análise de diversas classes e frações de

¹ Mestrando do PPGH/UFF.

² ALMEIDA, L. F. R. de. *A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: UFSC, 2006.

classe – como a dos industriais paulistas, dos Clubes Militares, das classes produtoras de energia, dentre outras – o autor identifica os segmentos militares como defensores de posições explicitamente radicais e contra a ordem democrática. Eles defendiam uma vertente do nacionalismo e um projeto de desenvolvimento do país a partir de um suposto aparato técnico, formado por uma “burocracia” esclarecida. Sonia Regina de Mendonça também sinaliza a existência de diferentes projetos desenvolvimentistas em disputa pela hegemonia no país, nos anos 1950-60. Segundo a autora:

Dentre as várias tendências nacionalistas então existentes, pelo menos três merecem destaque. Em primeiro lugar, situa-se o nacionalismo neoliberal, que considerava o capital estrangeiro uma necessidade vital e justificava sua atuação em nossa economia de forma totalmente livre de controles do Estado. Politicamente falando, esta vertente correspondia às “bandeiras” da UDN e setores por ela representados. Em segundo lugar, colocava-se o nacionalismo radical [...] que rejeitava a participação de capital externo na industrialização brasileira [...] Seus defensores eram o PCB e alguns setores de esquerda do PTB e do remanescente grupo varguista. Finalmente, em terceiro lugar, havia o nacionalismo-desenvolvimentista, que propunha a necessidade do capital estrangeiro, porém submetido a controles e normas do Estado. **Esta seria a corrente vitoriosa a partir da gestão de Kubistchek**, ao procurar conciliar as novas tendências com os interesses dos setores sociais que combatiam o radicalismo nacionalista do período anterior, entre os quais se incluía a burguesia industrial brasileira³. (grifo nosso)

Vemos, então que, nesse período, a ordem democrática era frágil e encontrava, seja nos militares, seja em agremiações civis de cunho liberal, crescente oposição revestida da defesa do desenvolvimento “nacional”. Nesse sentido, a posse de JK foi, momentaneamente, a garantia da continuidade do regime democrático e de um nacionalismo desenvolvimentista voltado para o crescimento do Brasil, com injeção de capital internacional. A escolha dessa corrente foi baseada em uma opção, sobretudo de caráter político, e não baseada em uma necessidade imperiosa do desenvolvimento econômico do país.

Após tomar posse como presidente do Brasil, Juscelino Kubistchek apresentou seu programa de metas com o objetivo de acelerar o crescimento econômico do país, colocando em ação seu famoso slogan “cinquenta anos em cinco”. Sobre o Plano de Metas, Francisco Oliveira ressalta que o Grupo Misto, formado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) / Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), orientou a produção do referido plano, que continha as bases para o desenvolvimento da produção/acumulação⁴.

³ MENDONÇA, S.R. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 69-70.

⁴ OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 28.

Sendo assim, o Plano de Metas do governo JK teve a pretensão de conferir estabilidade econômica, combinando o investimento do capital estrangeiro e o desenvolvimento, sem precedentes, no setor de bens de consumo duráveis, o chamado Departamento III, em detrimento dos demais setores, o de bens de produção – o Departamento I e o de bens de capital – o Departamento II. Esses cresceriam em ritmo menos acelerado, em virtude do dinamismo e da facilidade de acesso a capitais demonstrado pelo DIII, compensado pelo capital externo investido sem grande controle estatal nesse período. Mendonça afirma que o programa de Metas elevou “*quantitativamente*” o desenvolvimento do país, baseado não mais na industrialização nacional, mas no endividamento externo e na injeção de capital internacional⁵.

Dos trinta e um pontos estabelecidos no Plano de Metas, nas áreas de energia, transporte, alimentação e indústria de base, além do programa de capacitação de pessoal técnico, apenas os setores vinculados ao Departamento de bens de consumo duráveis teve expressiva expansão. Para dar cabo de seu audacioso programa de Metas, que incluía a construção de uma capital no Centro do país – Brasília – como “meta-síntese”, foi preciso abrir a economia para o capital estrangeiro e emitir papel moeda. Essa estratégia teve, sem dúvida, consequências econômicas para o país, sobretudo a longo prazo, mas que permitiram o sucesso do empreendimento.

Vânia Losada Moreira afirma que a habilidade política de JK o permitiu fazer uma costura relativamente sólida de arranjos políticos entre os setores ditos “arcaicos” e os “progressistas”. Para isso, teve que realizar o Plano de Metas rigorosamente, tangenciando certas questões sociais, sobretudo em relação ao campo, para agradar o setor da “oligarquia rural”. Francisco de Oliveira também atesta que o governo JK resultou em alta concentração de renda e numa espiral inflacionária que destruiu os salários dos trabalhadores⁶.

Em relação à agricultura, podemos dizer que o governo JK estimulou a expansão horizontal da fronteira agrícola. O papel da agricultura no nacional-desenvolvimentismo é qualitativamente distinto do período anterior. Se antes a agricultura serviu para uma acumulação primitiva de capital, nos anos 50-60 ela serviu para equilibrar a balança de pagamentos, com a exportação de matérias-primas, mas também alimentou a indústria com a produção de alimentos baratos, contribuindo para a manutenção dos salários baixos⁷.

⁵ Ibidem, p. 63.

⁶ OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 88-89.

⁷ OLIVEIRA, F. Op. cit, 1987, p. 21.

Importando um modelo de Extensão Rural

O programa de Extensão Rural nos Estados Unidos possui longa tradição, pois sua estrutura data dos séculos XVIII e XIX. Ainda há diversos centros de experimentação e treinamento, que aliam a pesquisa agropecuária e os métodos de difusão de tecnologia⁸. Nesse sentido, o conceito de Extensão Rural foi criado nos Estados Unidos e está intimamente ligado à racionalização da produtividade, pesquisa agropecuária e difusão de técnicas agrícolas.

A estrutura dos Serviços de Extensão Rural nos Estados Unidos tem como princípio a descentralização, cabendo a cada Estado da federação e, por sua vez, cada Município, organizar o trabalho com os extensionistas. Com efeito, as associações rurais, sobretudo as chamadas “*Farm Bureau*”, são organizações dos produtores no âmbito da sociedade civil que contratam os serviços de extensionismo. É importante entender que o serviço de Extensão Rural praticado nos EUA era financiado através de contratos regulamentados entre os agentes de extensão e as associações rurais. Essa estratégia possuía variações de região para região, tendo maior ou menor participação da sociedade civil e contando, algumas vezes, com investimentos das instituições estatais. Todavia, de uma maneira geral, as relações estabelecidas entre Extensionista e fazendeiro são relações no sentido mais horizontal do que vertical:

O Serviço Estadual de Extensão dirige ou tem autoridade na parte de trabalho de extensão propriamente dita; entretanto, na parte financeira, de indicação ou demissão dos agentes de extensão, cabe autoridade exclusivamente ao *Farm Bureau* Municipal. Este *Farm Bureau* faz, anualmente, contrato com o seu respectivo agente rural; os agentes de extensão são contratados anualmente pela organização de classe dos produtores rurais sem prévia autorização do Serviço de Extensão. Esta forma de organização tem provado ser a mais eficiente dentro de toda a organização norte-americana de extensão agrícola⁹.

Podemos observar também que a organização do campo norte-americano era marcada pelo predomínio de “*farmers*” (pequenas propriedades produtivas que se relacionavam por meio das associações rurais). Essas agremiações estabeleciam as regras do contrato entre Extensionista e Agricultor. Assim, a estratégia de promoção de “líderes rurais”, por exemplo, tinha forte convergência com os líderes das associações locais. Contudo, antes de refletirmos sobre esse aspecto, é necessário discutirmos como esse modelo de difusão tecnológica foi importado para o Brasil.

⁸ RIBEIRO, J. P. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo/Minas Gerais: Annablume/CPP/EMATER-MG, 2000, p. 27-32.

⁹ BECHARA, M. *Extensão agrícola*. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1954, p. 119.

O programa *Ponto IV* daria base aos primeiros acordos efetivos de aliança entre países latinos e os Estados Unidos. Formado no governo Truman (1945-1953), tal programa configurou uma reformulação intensa na política externa de “cooperação técnica em geral” – e agrícola em particular – instituindo diversos acordos e fundações, como a *Foreign Operations Administrations* (FOA) e a *Internacional Cooperation Administration* (ICA), no início dos anos 50. Veremos que essas organizações constantemente dirigiam e financiavam a pesquisa agropecuária e a Extensão rural no Brasil. A exportação de tecnologia agrícola foi o principal assunto tratado pelo programa *Ponto IV*, tendo uma entrada também no auxílio e treinamento de pesquisadores. O sucesso do programa se encontrava na estratégia ideológica de levar aos países subdesenvolvidos tecnologia para alcançar o desenvolvimento, cujo modelo norte-americano de agricultura será mencionado diversas vezes:

As possibilidades da agricultura no Brasil
Em entrevista a imprensa carioca, o escritor e fazendeiro Louis Bronfield mostra-se otimista quanto ao futuro do nosso País.

Rio 25 (“Estado” – pelo telefone) – Em entrevista coletiva concedida hoje à imprensa na sede da Embaixada dos Estados Unidos, o escritor e agricultor norte-americano Louis Bronfield teve oportunidade de fazer um breve relato de suas atividades no Brasil.

Depois de ter sido apresentado aos jornalistas (...), disse inicialmente que tendo fundado em Ohio, Estado Centro-Oeste dos Estados Unidos, a “Malabar Farm”, fazenda revolucionária pelos métodos novos de cultivo nela introduzidos e que visavam o aproveitamento dos solos exaustos, ali recebia a visita de brasileiros, os quais lhe sugeriram repetir no Brasil aquela experiência. Esclareceu que a princípio relutou, considerando as barreiras impostas pela diferença de idioma, mas logo que teve oportunidade de vir à América do Sul e ao Brasil, particularmente, todas as dúvidas desapareceram. Prosseguindo, afirmou que desta forma, com alguns brasileiros de iniciativa, fundou em Itagiba, localidade próxima a Jundiá, São Paulo a “Malabar do Brasil”. Localizando-se em uma zona cansada pela exaustivo secular, a nova fazenda é hoje um exemplo para quantos sabem que toda terra é boa para o plantio, desde que tratada convenientemente de acordo com os preceitos da técnica agrônômica moderna, (...).

(*O Estado de São Paulo*, 26 de janeiro de 1955)

De tal forma, surgiram projetos de entidades privadas, com destaque para o conglomerado Rockefeller. Tal como seu pai e seu avô¹⁰, o filho mais novo da família, Rockefeller, teve especial interesse na América Latina, na buscava não somente de petróleo, sua motivação principal, mas também de diversificação do seu *portfólio* de investimentos de capital junto a setores econômicos precários nos países subdesenvolvidos.

De caráter dito filantrópico, as entidades, criadas por Rockefeller, o auxiliaram a penetrar nos países latino-americanos. A Associação Americana Internacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA) era o braço “filantrópico” da sua Corporação

¹⁰ FONTES. V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSVJ, UFRJ, 2010, p. 102-103.

Internacional de Economia Básica (IBEC). Coordenada por Nelson Rockefeller, a AIA ajudou-o a penetrar nos países da América Latina, sobretudo Venezuela (devido à grande reserva de petróleo em seu território) e Brasil (devido à promessa de que a Amazônia possuía reservas de petróleo ainda intocadas).

Desde os anos 30, Rockefeller tinha interesse em investir no Brasil. Contudo, no período do governo de Vargas (1930-1945), face ao seu nacionalismo extremado, não lhe foi possível aprofundar suas raízes no país¹¹. Nesse sentido, as missões protestantes foram intermediárias no processo de reconhecimento do terreno amazônico, ainda no período da Segunda Guerra Mundial. As comunidades indígenas da região receberam missionários com bíblias e remédios, ao mesmo tempo em que desembarcaram pesquisadores com o objetivo de estudar e avaliar o potencial amazônico. Esse processo consolidou, em longo prazo, o imperialismo para a fronteira amazônica, bem como se avaliou a possibilidade de extrair minérios e outros produtos necessários à máquina de guerra¹².

Após 1945, com a “redemocratização” do país, isso não foi mais obstáculo pra Rockefeller. Na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), houve total abertura aos investimentos estadunidenses em diversas áreas¹³. O plano SALTE (sigla de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) foi lançado nesse período, com financiamentos internos e externos. O estímulo a parcerias com empresas norte-americanas também seria intensificado. Rockefeller, por exemplo, com a sua AIA, fazia acordos de cooperação com agroempresários brasileiros, simpatizantes dos projetos de exploração da Amazônia¹⁴.

Assim nasceu a experiência realizada na região paulista de Santa Rita do Passa Quatro, em 1948, protagonizada por Extensionistas americanos e um brasileiro. No entanto, Rockefeller enfrentaria oposições políticas devido a acordos entre o governo de São Paulo e a Nestlé, que impediram o projeto Rockefeller de seguir adiante¹⁵.

No mesmo ano, Rockefeller e o então governador de Minas Gerais, Milton Campos, assinaram acordo para estabelecer uma agência de crédito agrícola (ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural). A AIA de Rockefeller administraria a agência, tendo à frente o diretor Walter Crawford¹⁶ que controlava o acesso a empréstimos a 8% de um banco estatal:

¹¹ COLBY, G.; DENNETT, C. *Seja feita a vossa vontade*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 294.

¹² Ibidem, p. 140.

¹³ VIZENTINI, P. G. F. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2008, p. 200.

¹⁴ COLBY, G.; DENNETT, C. Op. cit, 1998, p. 248.

¹⁵ RICCI apud RIBEIRO, J. P. Op. cit, 2000, p. 14-15.

¹⁶ Formado em Arkansas, EUA, em 1933. Daquela data em diante trabalhou p na Farm Security Administration. No período compreendido entre 1943 a 1947 esteve no IIAA, quando foi enviado ao Paraguai e ao Haiti. Em

Para onde ia parte desse dinheiro era previsível: o agro-empresário Rockefeller. A IBEC montou uma empresa de suinocultura para criar e vender animais de uma raça importada resistente à peste suína. Enquanto as equipes da AIA promoviam a criação de frangos, Nelson montava, através da IBEC, uma empresa de ração para aves. As equipes promoviam as virtudes dos fertilizantes químicos e a ICEB os vendia. A AIA encontrava o uso de sementes mais produtivas, a IBEC vendia sementes híbridas¹⁷.

O sucesso da Associação deve ser analisado na relação direta entre o capital estadunidense transferindo recursos financeiros e de pessoal para coordenarem o projeto extensionista e o crescimento de empresas de insumos agrícolas e maquinaria. Assim, os interesses internacionais, nesse momento, estavam sendo cumpridos, aumentando o capital de Rockefeller ao mesmo tempo que se estreitava a dominação imperialista norte-americana. Para reforçar tal conjuntura, também fruto do programa *Ponto IV*, foi criado, em 1953, o Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos (ETA), que tinha como finalidade estabelecer projetos de desenvolvimento econômico e social, sobretudo ligados à Extensão e crédito rural. Sonia Mendonça afirma que a criação do ETA promoveu a resignificação da educação rural no país.

A criação do ETA é emblemática da reorientação imprimida à política de “cooperação” internacional norte-americana, cujo produto final, no que concerne a esta pesquisa, foi a afirmação de um novo conceito de educação agrícola, ao sabor do processo mais amplo de “descoberta” e “construção” da noção de “desenvolvimento”¹⁸.

Nesse período, portanto, o Extensionismo norte-americano foi trazido como paradigma capaz de promover o propalado desenvolvimento rural. O binômio Extensão rural/Crédito Agrícola estava se tornando a equação ideológica para a solução da produtividade no campo brasileiro. A publicação de diversos trabalhos de autores estadunidenses como, por exemplo, os de Johanam Timmer e Miguel Bechara, reforçam a construção da eficácia do Extensionismo.

Em 1954 foi fundada a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), baseada no caso exitoso da ACAR-Minas Gerais. Esta, por sua vez, cederia Extensionistas, promovendo cursos de treinamento na Escola de Agronomia do Nordeste, em Areias, Estado da Paraíba¹⁹. A ANCAR foi financiada, sobretudo, pelo Banco do Nordeste do

1948, foi para Venezuela, a serviço da AIA. No final desse ano, veio para o Brasil, onde no dia 6 de dezembro começou, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, da qual foi diretor até março de 1953. De 1953 a 1960 foi membro da Junta Administrativa da ACAR-MG. Em sua gestão foi implantada a estrutura Escritório Local, Escritório Regional, Escritório Central. (EMBRATER, 1978, p. 11)

¹⁷ COLBY, G.; DENNETT, C. Op. cit, 1998, p. 251.

¹⁸ MENDONÇA, S. R. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: UFF, 2010, p. 130.

¹⁹ RIBEIRO. Op. cit, 2000, p. 105.

Brasil (BNB), criado no ano anterior com o objetivo de desenvolver economicamente o Polígono das Secas – que incluiu as regiões dos Estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Logo após a fundação da ANCAR o ETA passou a auxiliá-lo na implantação dos escritórios locais espalhados pelo Nordeste. Além disso, antes da futura ABCAR, o ETA foi diretamente responsável pela criação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), em 1955, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) – ETA - Projeto 15, da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) – ETA - Projeto 17²⁰.

A criação da ABCAR envolveu muito mais que a vontade pessoal do presidente JK de recriar, em âmbito federal, o projeto de Extensão Rural, que não pode ser entendido apenas a partir dos interesses do imperialismo norte-americano. A correlação de forças interna nos anos 50 foi crucial para a hegemonia do Extensionismo e do crédito rural, sobretudo no que diz respeito aos setores da agroindústria brasileira.

Todavia, a classe dominante agroindustrial não era, de forma nenhuma, homogênea. Havia inúmeras disputas intra-classe dominante, polarizando projetos de desenvolvimento. A primeira vista talvez possamos ver uma espécie de consenso em relação à questão do Extensionismo. Porém, delimitar as forças dos setores patronais e suas agremiações em disputa é importante para conseguirmos identificar as alterações e alinhamentos políticos das frações da classe dominante agrária com a trajetória da ABCAR.

A tese de Carolina Ramos mostra que a CNA, criada em 1964, foi fruto de desdobramentos da Confederação Rural Brasileira (CRB), que possuía profundas raízes na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Mesmo tendo sido criada em 1945, a CRB ainda não possuía o *status* de agremiação sindical, vinculada ao Ministério da Agricultura e não ao do Trabalho, como os sindicatos urbanos²¹. Essa entidade dizia representar diversos setores da agroindústria brasileira advogando para si própria o papel de legítima porta voz da “classe rural”.

Contudo, a CRB, sofria fortes críticas de parte da entidade paulista – a Sociedade Rural Brasileira (SRB) – rival da SNA, por tentar hegemonizar a representação oficial do setor agroindustrial, sendo constantemente reafirmada como sua legítima porta voz. Nessa

²⁰ LUPI, P. *História da extensão rural e extensão rural no Brasil*. Viçosa: ETA - Projeto 39, 1962, p. 14-17.

²¹ RAMOS, C.. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (Doutorado). Niterói, 2011, p. 33.

disputa, Ramos demonstra como foi difícil a homologação da CRB devido a inúmeros obstáculos colocados pela representação dos deputados da SRB no Congresso Nacional:

Os embates entre a SNA e a SRB no contexto de criação da CRB podem ser em parte explicados pelo fato de que frações da classe dominante agrária filiadas a esta nova Confederação conseguiriam obter maior espaço junto à sociedade política, influenciando na formulação de medidas voltadas para o setor agrícola. Porém, deve-se ressaltar igualmente uma importante característica inerente à CRB: o monopólio da fala oficial do conjunto dos proprietários rurais²².

É possível perceber a legitimidade na representação sindical cada vez mais importante no contexto político dos anos 50. As entidades patronais estudadas por Carolina Ramos tinham sua tradicional representação dentro do Ministério da Agricultura, sobretudo a SNA, contudo precisavam expandir seus espaços institucionais no jogo político para consolidar a hegemonia do campo. Legitimar-se como “a fala oficial” e “verdadeiro conhecedor do campo brasileiro” era importantíssimo em um contexto político no qual o tema da reforma agrária tomava grande parte das discussões políticas legislativas. Era preciso não somente impedir em uníssono a reforma agrária, bem como apresentar um projeto de racionalização da produção agrícola de âmbito nacional.

O Extensionismo integraria essa discussão, permitindo, segundo seus defensores, o aumento da produção via conjunto de práticas e princípios educacionais totalmente técnicos. Esse discurso buscava inviabilizar as tentativas de mudanças na estrutura agrária, provocando um consenso dentro do cenário político da agricultura, que, no período dos anos 1950-60, mesmo com o avanço do sindicalismo e das lutas dentro da lei, estava bastante crítica.

Esse processo tem pontos em comum com as experiências de cunho assistencialista que eclodiram no mesmo período. Paralelo à implementação da Extensão Rural no Brasil, houve projetos de associações rurais de caráter compensatório para ajudar os “despossuídos” nas comunidades do interior do país. Segundo Marcus Peixoto (2009), esses projetos contaram com a participação de diferentes entidades como a Igreja e o Ministério da Agricultura. Destacaremos a atuação da Confederação Rural Brasileira (CRB), criada em 1951, que exemplifica as disputas entre as principais entidades dos setores da classe dominante rural brasileira.

A atividade extensionista implantada no Brasil produziu distorções baseadas em um diagnóstico da questão agrária muito ligado à questão do “atraso” da zona rural, em comparação com o progresso das “cidades”, visando reforçar o argumento da “modernização” via aquisição de tecnologia. O censo de 1950 registrou que a maior parte da população

²² Ibidem, p. 36.

brasileira - 63,8% - ainda vivia na zona rural, muito embora apenas 3% das propriedades ocupassem uma área de 62,35% do território brasileiro²³. Isso significa que a concentração fundiária era uma realidade constatada pelos próprios extensionistas. Entretanto, a forma de utilização desses dados serviu para dar legitimidade aos argumentos de desenvolver a produtividade das pequenas propriedades/explorações sem alterar a estrutura fundiária. Nesse caso, retira-se a importância da concentração de terras transferindo, mais uma vez, a responsabilidade pelo “atraso” para o próprio pequeno produtor, carente da utilização de tecnologia e com baixa produtividade. “Não evidenciam, assim, como a maioria das outras propriedades, nenhuma absorção de progressos técnicos. Em sua exploração são usados métodos primitivos, obsoletos e antieconômicos”²⁴.

Percebe-se que a distorção dos dados foi tão grotesca que, em diversos trabalhos pesquisados, ocorria uma comparação entre o desenvolvimento do campo norte-americano, com o possível desenvolvimento do campo brasileiro. Sustentava-se o argumento de que para a industrialização seria necessário retirar a mão-de-obra das zonas rurais para estabelecer uma espécie de “reserva de trabalhadores”. Assim, o campo esvaziava-se, restando menor contingente de agricultores e trabalhadores rurais em comparação com a indústria e o setor de bens de serviço, tal qual aconteceu nos EUA.

Durante esse período, [desenvolvimento econômico dos EUA] a mão-de-obra teve aumentada a sua produtividade de tal maneira que, apesar de ter caído a 13% do total da nação, esta hoje tem à sua disposição uma quantidade tal de produtos agrícolas, que suas sobras constituem um problema político-econômico²⁵.

Estrutura do extensionismo da ABCAR “ajudar a produzir”

Para pensarmos no processo de construção da não cidadania no campo pelo extensionismo, é necessário analisar as duas “pontas” da Extensão: o extensionista e o agricultor. Eles possuíam uma relação hierárquica, na qual o Extensionista representava o “progresso e a civilização”, enquanto o agricultor era o elemento “atrasado e da barbárie”.

De 1960 a 1966, a organização da ABCAR foi progressivamente centralizada a partir do citado *Plano Diretor* que estabelecia diretrizes nacionais, cabendo às associações estaduais

²³ Esses dados foram tirados de estudos sobre o crédito agrícola. Detalhe que a publicação da documentação faz parte de uma edição entre a SIA – Serviço de Informação Agrícola, o ETA – Escritório Técnico Brasil e Estados Unidos e a ABCAR. ABCAR. *Crédito Rural Supervisionado no Brasil: reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiadas*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1960, p. 14-18.

²⁴ Ibidem, p. 17.

²⁵ Ibidem, p. 25.

desenvolver ações a partir dessa direção. Por sua vez, cada associação estadual possuía escritórios nos municípios, enraizando-se no interior do Brasil. Cada escritório contava, normalmente, com uma equipe de Extensionistas: um homem de formação em agronomia ou veterinária e uma mulher, professora ou economista doméstica. A atividade do Extensionista, portanto, consistia em proposições intervencionistas ditas educativas, com base em palestras e demonstrações. A comunicação era algo relevante para o trabalho deste agente social, pois as soluções eram por eles “oferecidas” aos produtores visitados. Por isso, reuniões, demonstrações e palestras, através do Rádio inclusive, eram as formas recomendadas e tidas como mais eficazes para o alcance do trabalho: *Mais de 60% da população rural é atingida por métodos de comunicação de massas, entre eles destacam-se: Cinema; Rádio; Jornal; Exposições; Folhetos; Cartazes, etc.*²⁶.

A ação do extensionista se baseava em organizar o pequeno produtor e mobilizá-lo com o intuito de adquirir novas técnicas de plantio e insumos agrícolas. Nesse caso, a identidade construída do “agricultor ideal” seria a de um pequeno produtor inserido no sistema de mercado capitalista. Isto envolvia a transformação do processo produtivo realizado pelo agricultor no qual suas práticas eram relegadas ao terreno do “atraso”. De certa, o extensionista era o intelectual orgânico da classe dominante agrária difundindo a produção tecnificada como melhor forma de produtividade possível. Aqui, portanto, está inserido um conceito de cidadania baseado, não na participação política e formação de consciência de classe, mas na inserção do agricultor na racionalidade produtiva que criaria a identidade do produtor cidadão.

Vemos também que o trabalho do Extensionista implicava num contato direto com as populações rurais e, portanto, sua necessidade de se estabelecer no local para o convívio com as famílias era uma estratégia importante. O Extensionista morava no local e tinha a oportunidade de estabelecer vínculos com a comunidade. Por isso, nas cartilhas de treinamento e em outras fontes que tratam da capacitação do Extensionista, o apelo ao sentimento patriótico e cidadão do trabalho da Extensão Rural é constantemente evocado:

EXTENSIONISTA é toda a pessoa que coopera direta ou indiretamente, para o bem-estar do homem do campo, através dos princípios filosóficos da EXTENSÃO RURAL, independente de qualificação hierárquica, face aos aspectos essencialmente educativos e democráticos deste Programa.

Conseqüentemente, este modesto e despretensioso trabalho nada mais é do que a resultante da soma de esforços dos Agentes de Extensão e dos líderes rurais, com a

²⁶ ABCAR, 1960, p. 11.

participação ativa do povo, enfim de todos aqueles que tem os olhos voltados para o progresso da agricultura e o coração dirigido para a prosperidade do Brasil²⁷.

O Ministério da Agricultura e a ABCAR publicaram diversos trabalhos de especialistas norte-americanos que, no decorrer da década de 1960, orientaram os trabalhos de Extensão. No trabalho de Willy Johanan Timmer – norte-americano e especialista da FAO em Extensão Rural, em missão no Brasil para o Ministério da Agricultura – é possível perceber a construção social do Extensionista como intermediário entre a “política agrária” e o “povo rural”²⁸. Nesse sentido, o Extensionista construía o consenso através da negociação com o agricultor.

Será então tarefa do agrônomo extensionista atuar como conselheiro das populações rurais esclarecendo-as e instruindo-as da finalidade dessas medidas. O agricultor deve saber por que a autoridade julga necessário impor semelhante providências, ao que aliás ele faz jus como membro da comunidade. Se bem compreender o objetivo dessas medidas, é de supor que as observe melhor²⁹.

Por outro lado, temos a representação conferida a esse “agricultor” sempre desvalorizado, passivo e conservador. Ele seria o não cidadão e culpado por toda a sua situação de miséria e improdutividade. Portanto, a “missão do Extensionista” era levar uma cidadania quase “civilizatória”, pois somente ele teria uma visão racional e consciente da chamada “empresa rural”, enquanto o agricultor não possuía tais condições.

Mesmo reconhecendo a participação direta da comunidade rural como vital para o serviço de Extensão o agricultor era considerado, pelo Extensionista, um Jeca. O atraso, a conservação de tradições e superstições eram características atribuídas ao “agricultor pobre”, alvo necessitado – embora não o soubesse – do auxílio do Extensionismo. O plano de trabalho da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), unidade estadual da ABCAR de 1959-1960 ilustra bem a visão sobre o agricultor cultivada pela Extensão Rural:

As comunidades rurais, assim consideradas- povoados, vilas e grupos de vizinhança – vivem numa atmosfera de lentidão e desinteresse quanto aos processos de viver e progredir. Necessitam, portanto, ser dinamizadas no sentido de que adotem novas técnicas de trabalho, influenciem na modificação das condições de saúde e alimentação, integrando-se no desejo permanente de progresso cultural e de elevação dos seus níveis de vida³⁰.

Havia também, diversas ressalvas nessa documentação sobre uma possível resistência à introdução de novas práticas, pois o pequeno produtor teria um pensamento conservador, tradicionalista, sendo, portanto, desconfiado das intenções dos Extensionista: “Distanciados

²⁷ ASCAR, 1959, p. 1.

²⁸ TIMMER, W. J. *Planejamento do trabalho em extensão agrícola*. Série de estudos e ensaios n. 7, Rio de Janeiro: SIA, 1954, p. 47.

²⁹ Ibidem.

³⁰ ASCAR, 1959, p. 7.

dos centros mais civilizados, é perfeitamente compreensível que o nosso agricultor não tenha noção exata dos seus próprios problemas e tirocínio bastante para saber onde e como buscar o auxílio de que necessita”³¹.

Considerações finais

Uma relação possível que pode ser estabelecida entre hegemonia e cidadania é em relação ao seu caráter político. O conceito de hegemonia em Gramsci está intimamente ligado à questão do consenso e, portanto, ao seu pensamento de Estado que amplia a visão tradicional do pensamento político conferindo um caráter relacional entre a esfera da sociedade civil e a sociedade política ou Estado restrito³².

Nesse caso, o processo de construção da hegemonia na extensão rural passava, necessariamente, da sociedade civil para a sociedade política, num conflito que possuía uma dimensão de classe. Assim, para conseguir a hegemonia de um projeto político a fração de uma classe dominante precisava convencer que seus interesses eram expressões da vontade coletiva, ou melhor, uma demanda universal.

Essa discussão permeia a questão da extensão rural e da ação do extensionista no meio rural, pois sendo a ABCAR um aparelho de Estado dentro de um Ministério da Agricultura hegemonizado pela SNA, suas ações não serão eximidas de direcionamentos políticos, mas sim carregadas da ideologia da fração da classe dominante agrária hegemônica. Assim, os extensionistas ao promoverem a intermediação entre o pequeno produtor e o capital – seja no início do processo produtivo, como o ensino de técnicas de plantio, seja no final do processo que é a venda do excedente no mercado – estão construindo uma demanda universal que não corresponde aos interesses do pequeno produtor, mas aos interesses da fração da classe dominante agrária da qual ele é oriundo. E mais, o extensionismo promove a adesão do pequeno produtor aos interesses da classe patronal fortalecendo a hegemonia no campo e tentando desmobilizar qualquer tentativa de consciência política e possível tensão social no campo.

A tese que aqui defendo, portanto, é que o extensionismo tentou cercear a formação da cidadania no campo, nos anos 50-60, uma vez que ao promover a inserção do pequeno produtor no sistema capitalista obliterou a formação de organizações políticas ou mesmo a

³¹ Ibidem, p. 21.

³² Lembrando sempre que essa definição tem um caráter didático e não orgânico. Isso quer dizer que na prática sociedade civil e sociedade política são as diferentes faces da mesma moeda. Para um assunto detalhado ver: BIANCHI, A. *Laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.

adesão dos pequenos produtores nas mobilizações sociais no campo. O “agricultor” era atrasado, tinha preguiça, era passivo, entre outros. Nesse sentido, a missão do extensionista tinha um papel civilizador, não no sentido de construir uma identidade social e política, mas no sentido de tutorar o chamado agricultor para o desenvolvimento racionalizado da produção agrícola através dos insumos e técnicas adquiridas através do saber do extensionista. Esse saber extensionista estabelece uma relação de saber/poder com o pequeno produtor que impede a construção de uma cidadania política.

Fontes

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, *III Reunião Nacional de Líderes Estaduais de Clubes 4-s. Workshop, Seleção, uso e treinamento de líderes voluntários locais*. Domingos Martins ES. Realizado nos dias 23 a 30 de setembro de 1962.

ABCAR. *Atividades da ABCAR em 1967*. Rio de Janeiro; ABCAR, 1967.

ABCAR. *Centro Sul-Americano de Crédito Agrícola. Serviço de economia rural. Trabalhos apresentados para o seminário sul-americano de crédito agrícola*. Recife, 1958.

ABCAR. *Crédito Rural Supervisionado no Brasil: reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiadas*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1960.

ABCAR. *II Reunião de Treinamento, 15 e 16 de outubro de 1962*, Rio de Janeiro, 1962.

ABCAR. *II Reunião do Pessoal de Chefia Administrativa do Sistema ABCAR*, de 25 a 29 de setembro, Rio de Janeiro, ABCAR, 1962.

ABCAR. *II Reunião Nacional de Economia Doméstica; trabalhos com grupos de adultos em extensão rural*. Miguel Pereira, 22 a 27 de abril de 1963, ABCAR, 1963

ABCAR. *Informação sobre o Sistema Brasileiro de Extensão Rural e crédito supervisionado*, Série D. N.10. Rio de Janeiro, 1960.

ABCAR. *O sistema brasileiro cooperativo de extensão rural*. Rio de Janeiro (s.d.).

ABCAR. *Organização Geral, Estrutura Técnico Administrativa*. Rio de Janeiro 1958.

ABCAR. *Plano Diretor Quinquênio 1961-1965*. Rio de Janeiro, 1960.

ASCAR/Escritório Técnico de Agricultura - ETA. *Programa Cooperativo de Extensão Rural e Plano Anual de Trabalho*, 1959-1960, Rio Grande do Sul, 1959.

BATISTOTI, C.&KUITER, B. *Guia do extensionista: FAO/INDA/ABCAR*, s.d.

BECHARA, M. *Extensão agrícola*. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1954.

COLBY, G.; DENNETT, C. *Seja feita a vossa vontade*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER. *Extensão Rural anos 30*, Brasília, Embrater, 1978.

Jornal *O Estado de São Paulo*. 1953 a 1956.

Revista *A Rural*, São Paulo: SRB, 1955 a 1960.

Revista *Extensão Rural*, Rio de Janeiro: ABCAR, 1966 a 1974.

Revista *Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, 1957 a 1973.

Revista. *Seleções Agrícolas*: COSTA, S. L. & NUNES, M. 1946 a 1974.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. F. R. de. *A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: UFSC, 2006.

BIANCHI, A. *Laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.

BUCCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COLBY, G.; DENNETT, C. *Seja feita a vossa vontade*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DELGADO, N. G. “Extensão e desenvolvimento local”. In: *Desenvolvimento em questão*, Unijui, ano. 1, n. 1, jan./jun. 2003. p. 229-237.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSVJ, UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, I, II e III. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2000.

_____. *Escritos políticos*, II. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2004.

LIMA FILHO, O. *Política Brasileira 1945-1990 – uma visão nacionalista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LUPI, P. *História da extensão rural e extensão rural no Brasil*. Viçosa: ETA - Projeto 39, 1962.

MARX, K. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: *Os pensadores*, Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974.

MENDONÇA, S. R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2010.

_____. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: UFF, 2010.

_____. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOREIRA, V. M. L. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2008.

OLINGER, G. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, M. M. “As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil”. In: *Cadernos de ciência e tecnologia*, Brasília, v. 16, n.2, maio/ago. 1999.

RIBEIRO, J. P. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo/Minas Gerais: Annablume/CPP/EMATER-MG, 2000.

RAMOS, C.. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (Doutorado). Niterói, 2011.

RODRIGUES, C. M. *Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil*. Tese (Doutorado). Brasília, 1994.

SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro; Zahar, 1980.

TIMMER, W. J. *Planejamento do trabalho em extensão agrícola*. Série de estudos e ensaios n. 7, Rio de Janeiro: SIA, 1954.

VIZENTINI, P. G. F. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2008, p. 195-216.

Nos passos da lei: o marquês de Barbacena e sua trajetória social

Rafael Cupello Peixoto*

Resumo: O presente trabalho visa apresentar as redes de sociabilidade do marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, responsável pela apresentação do primeiro código nacional contra o comércio negreiro, a Lei Feijó de 7 de novembro de 1831, que ficou conhecida na história como a “Lei para inglês ver”. Acreditamos que o estudo de sua trajetória e de suas práticas sociais podem nos ajudar a entender as razões que conduziram-no a pensar o dito código.

Giovanni Levi destaca que os usos da biografia pela História permitem ao pesquisador apresentar o biografado como um ser que detém autonomia (individualidade) - mesmo que não seja absoluta - frente a normas e práticas estabelecidas pelas relações e representações sociais. Entretanto, Levi não nega a importância das normas e práticas estabelecidas pelo contexto social, pelo contrário, afirma ser a biografia:

(...) o campo ideal para verificar o caráter intersticial - e todavia importante - da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições¹.

Levi pensa o estudo do biográfico como uma prática metodológica que permite examinar o micro para se compreender o macro, ou seja, conectar as individualidades a uma totalidade social (que é política e econômica). Sendo assim, sua abordagem teórico-metodológica afirma que não se deve dar excessiva liberdade de ação ao sujeito histórico frente ao campo social, mas também não pode aprisioná-lo numa extrema racionalidade de ações perante as normativas sociais, crítica que faz ao trabalho de Pierre Bourdieu, que em seu estudo sobre o biográfico não nega a autonomia do sujeito, mas enfatiza que o indivíduo

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientando do Professor Doutor Carlos Gabriel Guimarães, professor do PPGH da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 180.

está preso aos campos e contexto sociais que o cercam, acabando por vinculá-lo, excessivamente, a superfície social em que age².

Consoante com o historiador italiano, são exatamente as contradições entre as regras e práticas sociais que permitem pensar em sua multiplicidade e diversidade, evitando assim, tratarmos as ações dos homens na história como um esquema único de ações e reações. A trajetória do marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, nos permite conjecturar tais contradições entre as regras e práticas sociais. Caldeira Brant tinha relações sociais que o ligavam a importantes figuras do comércio de escravos baiano e carioca no Brasil Colonial e Imperial, e, contudo, foi ele responsável pela apresentação do primeiro código nacional contra o comércio negreiro, a Lei Feijó³ de 7 de novembro de 1831, que ficou conhecida na história como a “Lei para inglês ver”. A Lei de 1831 não foi pensada por seu autor como uma norma que não visasse apreender qualquer validade. No entanto, se Barbacena era conectado aos negociantes vinculados ao trato mercantil escravista - podendo inclusive levantar suspeitas que o próprio tenha tido alguma participação nesta atividade – por que promoveu a referida lei? Que fatores levaram-no a elaborá-la? O estudo de sua trajetória e de suas práticas sociais nos ajudam a entender as razões que conduziram-no a pensar o dito código.

O autor da Lei Feijó é pouco destacado pelos trabalhos que estudaram a temática da abolição do trato negreiro para o Brasil, sendo sempre retratado como um antiescravista.⁴ Pandiá Calógeras, no seu estudo biográfico sobre o marquês de Barbacena, o descreveu da seguinte forma:

Certas personalidades definem e caracterizam fases históricas. D. Pedro I e o grupo do Rio estão identificados com a Independência. José Bonifácio e seus irmãos presidiram à organização e aos traços diretores do Império nascente. O marquês de

² BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. Op. cit, 1998, p. 183-191.

³ O padre Diogo Antônio Feijó ocupava a pasta do Ministério da Justiça no período em que o projeto de lei do marquês de Barbacena foi apresentado no Senado. Tendo desempenhado grande esforço para que a dita norma fosse urgentemente aprovada o código de 1831 ficou conhecido como Lei Feijó. In: GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 15-20.

⁴ Em todos os trabalhos listados a seguir, o marquês de Barbacena é rapidamente citado como autor da lei de 1831. Quem se preocupou em apresentar uma breve trajetória do marquês foi Tâmis Parron, mesmo assim, apenas um parágrafo sobre seu percurso de vida, sem qualquer aprofundamento de suas redes de sociabilidade e atuação política dentro do Império do Brasil no Primeiro Reinado; ver: PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.85-86. RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000; BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002; CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

Barbacena é o próprio Primeiro Reinado, em sua diplomacia, suas contendas externas e sua economia⁵.

Portanto, para o autor, Barbacena era a síntese dos acontecimentos políticos do reinado de D. Pedro I. Apesar da preocupação do biógrafo ter sido a de apresentar seu personagem como uma figura singular da história nacional, de caráter probo, amante do Brasil e defensor do regime monárquico constitucional⁶, concordamos com o destaque dado pelo autor a respeito da atuação política do marquês no Primeiro Reinado.

Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta esteve à frente das negociações pelo reconhecimento do Império do Brasil com as potências europeias; comandou o exército brasileiro durante um período na campanha da Cisplatina; foi o negociador responsável pelo segundo casamento do Imperador, assim como esteve diretamente envolvido na crise de sucessão da Coroa portuguesa, ao ser nomeado pelo Imperante como tutor de sua filha D. Maria da Glória, rainha de Portugal, na excursão que a levaria até Portugal para assumir o trono português; foi o responsável por apaziguar a forte crise política instalada no Império brasileiro contra o governo de D. Pedro I, em virtude do odiado gabinete de José Clemente Pereira, ministro do Império, quando foi nomeado para a pasta da Fazenda; a queda de seu gabinete em setembro de 1830, fez ressurgir todo o sentimento de oposição ao monarca e acarretou, sete meses depois, na abdicação do mesmo ao trono brasileiro. Portanto, o marquês de Barbacena foi "o próprio Primeiro Reinado", quando acompanhamos sua trajetória política e notamos que sempre esteve presente nos acontecimentos de maior realce no reinado de D. Pedro I.

Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta nasceu no dia 19 de setembro de 1772, no arraial de São Sebastião, perto da cidade de Mariana, Minas Gerais. Era filho de Gregório Caldeira Brant e Ana Francisca de Oliveira Horta⁷. As famílias Brant e Horta compunham o grupo das principais famílias da *nobreza da terra* paulista e que desenvolveram entre si uma das redes familiares mais importantes e influentes das Minas setecentista.⁸

⁵ CALÓGERAS, Pandiá. *O marquês de Barbacena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 3.

⁶ Essas mesmas características foram ressaltadas por outro biógrafo, no caso o conselheiro Antônio Augusto de Aguiar. AGUIAR, Antônio Augusto de. *A vida do marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

⁷ SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol.II. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 83-100.

⁸ Existem diferentes leituras sobre o conceito de *nobreza da terra* na colônia. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2005; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime". In: *Alm. braz.* 2005, nº. 2, pp. 21-34; STUMPF, Roberta Giannubilo. "Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais". In: *Almanack*. Guarulhos, nº. 01, p.119-136, 1º semestre 2011; sobre as estratégias de atuação desenvolvidas entre as famílias Brant e Horta nas Minas setecentista, cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. "Uma nobreza da terra como projeto imperial:

O percurso do marquês de Barbacena como membro de destaque na vida política brasileira iniciou-se ainda no período Mariano. Em 1786, após a conclusão de estudos preparatórios em Minas, veio para o Rio de Janeiro aonde assentou praça de cadete e dois anos depois, embarcou para Lisboa para continuar seus estudos sob a supervisão de seu tio Manuel José Pires da Silva Pontes, lente da Academia de Marinha daquela cidade. Agradecido pelos conselhos e direção dados por seu tio, adotou o sobrenome Pontes ao seu nome. Entrou no Colégio dos Nobres de Lisboa para terminar seus estudos e destacou-se rapidamente. Aos dezenove anos de idade, já podia competir ao posto de Capitão de Mar e Guerra, pelos prêmios que obtivera ao longo dos cinco anos em que cursou o referido Colégio⁹. Entretanto, o governo português achando Brant muito novo para assumir tal cargo, nomeou-o major do Estado Maior e Ajudante de Ordens de D. Miguel Antônio de Melo, governador de Angola, através de carta patente de 20 de abril de 1796¹⁰. Felisberto Caldeira Brant serviu no posto por dois anos, presenciou e tomou parte da estrutura das transações relativas ao comércio de escravos realizado entre Brasil e Angola. Felisberto Caldeira Brant Pontes participou do trato negreiro, sendo encontrada letra de 1.000\$000 em seu nome, datada de 30 de julho de 1799¹¹. Logo após terminar seus serviços em Angola, e antes mesmo de retornar a Lisboa, se deslocou à Bahia e contratou seu casamento com D. Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso, filha de Antônio Cardoso dos Santos, dono de uma das principais casas de negócio da Bahia e importante traficante de escravos daquela província¹². Em 1801, Barbacena foi nomeado tenente-coronel do regimento de 1ª linha da cidade da Bahia e consolidou seu matrimônio com Ana Constança.

Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados". In: FRAGOSO, João Luís R., ALMEIDA, Carla Maria C. de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Conquistadores e Negociantes: História das elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 121-194.

⁹ SISSON, S. A. Op. cit, 1999.

¹⁰ Carta patente de D. Maria I nomeando Felisberto Caldeira Brant como Ajudante de Ordens do governador de Angola. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 30 de julho de 1799.

¹¹ Em artigo publicado na RIHGB de 1946, Luiza da Fonseca, membro do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, hoje Arquivo Histórico Ultramarino, afirma que Brant e D. Miguel Antônio de Melo, governador de Angola, tiveram uma pequena desavença. Melo afirmava que Brant tinha um "amor a riquezas, paixão que, por se lhe antecipar à idade, receio que o faça em alguma ocasião preferir o útil ao honesto (...)". Segundo Fonseca, "talvez este mau conceito do Governador e medo da "fatal paixão das riquezas" que vinha tão fora do tempo...tivessem origem no comércio de escravos; pois num "Balanço Demonstrativo da Conta da Mesa da Inspeção da Capitania da Bahia, com Junta da Real Fazenda do Reino de Angola...1700 a 1800", figura uma letra de 1.000\$000 apresentada pelo sargento-mor Felisberto Caldeira Brant Pontes, datada de 30 de julho de 1799." cf. FONSECA, Luiza da. "Dois brasileiros em África". In: *RIHGB*, 192: 22-37. jul./set. 1946, p.29. Nesta mesma publicação, encontramos uma memória de Brant afirmando e detalhando a existência de uma comunicação entre as duas Costas da África (Angola e Moçambique); projeto que lhe foi encomendado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, que tinha interesse em efetivar a favor da Coroa Portuguesa esta conexão comercial. In: *Ibidem*, p. 35-37.

¹² RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750-1800)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

Pedro Antônio Cardoso dos Santos, filho primogênito de Antônio Cardoso, herdou as prerrogativas oficiais do pai e tirou proveito do casamento de sua irmã. Em conjunto com seu cunhado, atuou em vários projetos como a introdução dos primeiros moinhos a vapor para moer cana, pois Felisberto foi não só o introdutor das primeiras máquinas de vapor para moer cana no engenho Iguaçu pertencente a Pedro Antônio, bem como no serviço de navegação a vapor pelo rio Paraguaçu.

As ligações de Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta com o tráfico de escravos foram além dos enlaces familiares. No mundo dos negócios, ele teve como sócio em diversos empreendimentos mercantis, o negociante Pedro Rodrigues Bandeira. Bandeira era filho do homônimo Pedro Rodrigues Bandeira (o pai), um notório negociante baiano e comerciante de cativos¹³. Ao longo de sua vida, Bandeira (o filho) conseguiu arrecadar uma fortuna e, em função de sua atividade como traficante de africanos, foi um dos maiores exportadores de fumo e aguardente, possuindo embarcações que faziam o comércio para a Europa e Ásia. Em sociedade com Felisberto Caldeira Brant e Manuel Bento de Souza Guimarães, negociante matriculado na Real Junta de Comércio, Bandeira (filho) obteve o privilégio por 18 anos da navegação a vapor pelos rios e costa da Bahia, ligando Salvador a Cachoeira pela primeira vez em 4 de outubro de 1818¹⁴.

Alguns anos antes, em carta de 27 de julho de 1809, Brant pediu ao Príncipe Regente D. João que a compra de armamentos para a criação de uma "caixa patriótica" - um fundo que visava proteger a costa baiana de possíveis ataques franceses, bem como, de agitações internas na própria Bahia, como levantes de escravos - fosse feita por negociantes, sugerindo o nome de seu sócio Pedro Rodrigues Bandeira para que fosse um dos responsáveis pela compra dos referidos armamentos, pois suspeitando que:

(...) o Governo Inglês não preste o armamento que precisamos, seria talvez melhor fazer esta encomenda a negociantes que sabem vencer dificuldades, e achariam tudo nas diferentes praças da Europa, só com interesse da comissão¹⁵.

Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta teve ainda relações sociais com outro importante negociante de grosso trato, porém, este pertencia à praça mercantil do Rio de Janeiro. Estamos falando de suas relações de negócios com a firma portuguesa *Joaquim*

¹³Para maiores informações a respeito de Antônio Cardoso dos Santos e Pedro Rodrigues Bandeira (pai e filho), cf. RIBEIRO, A. V. Op. cit, 2009, ver cap.5.

¹⁴Atestado do capitão Manoel Bento de Souza Guimarães, negociante matriculado na Real Junta do Comércio, em que confirmava o privilégio exclusivo por 18 anos para introdução da navegação a vapor na província da Bahia no ano de 1819. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 12 de maio de 1848.

¹⁵ Carta de Felisberto Caldeira Brant Pontes ao príncipe regente D. João VI em que pedia a criação de uma "caixa patriótica" para defesa da Bahia. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 27 de junho de 1809, p.19 e 21. A citação se encontra na p. 21.

Pereira de Almeida & Cia., na qual tinha como seu representante no Rio de Janeiro, João Rodrigues Pereira de Almeida, um dos maiores negociantes de grosso trato e traficante de escravos nas primeiras décadas do século XIX¹⁶. Pereira de Almeida era filho do negociante e contratador José Pereira de Almeida, importante negociante de grosso trato lisboeta no reinado de D. Maria I. Era ainda sobrinho dos negociantes Antônio Ribeiro Avelar e de José Rodrigues da Cruz, senhores de engenho de Pau Grande em Pati de Alferes (Rio de Janeiro). José Rodrigues da Cruz, um dos conquistadores e fundador da Vila de Valença (Rio de Janeiro), foi senhor do engenho de Ubá (Vassouras), vendido para o seu sobrinho João Rodrigues em 1806¹⁷.

Segundo Carlos Gabriel Guimarães, além de se constituir num dos mais ricos e poderosos negociantes portugueses no Rio de Janeiro durante os reinados de D. João VI e D. Pedro I, João Rodrigues Pereira de Almeida foi nomeado diretor do Banco do Brasil, deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e seus Domínios Ultramarinos; Conselheiro pela Fazenda Real (1821), membro da Comissão da Junta Governativa do Estado do Brasil, e recebeu a mercê da Comenda da Ordem de Cristo (1810)¹⁸. No governo de D. Pedro I, além de auxiliar as tropas do monarca nas Guerras de Independência, recebeu o título de barão de Ubá em 12 de outubro de 1828, por intermédio da indicação de seu amigo José Clemente Pereira, ministro do Império na época. Sendo assim, tornou-se o "primeiro barão de café da região do Médio do Vale do Paraíba Fluminense"¹⁹.

João Rodrigues Pereira de Almeida era o representante da firma comercial *Joaquim Pereira de Almeida & Cia.*, sociedade organizada pelos seus irmãos Joaquim Pereira de Almeida e Antonio Ribeiro Pereira de Almeida, e cujo endereço comercial era na rua da Emenda, 11, freguesia N. S. da Encarnação, em Lisboa. A firma teve autorização para funcionar no Rio de Janeiro no endereço comercial de João Rodrigues, na rua da Direita nº 52.²⁰ Segundo Guimarães, através de dados levantados na *Gazeta do Rio de Janeiro, Diário*

¹⁶ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Índias, 1997. Para mais informações acerca dos negociantes de grosso trato da praça carioca, ver: FRAGOSO, João Luis R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. "O 'comercio de carne humana' no Rio de Janeiro: o negocio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços". In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alessander; BITTENCOURT, Marcelo (Orgs.) *África Passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF [recurso eletrônico]*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2010.

¹⁸ Ibidem, p. 74.

¹⁹ Ibidem, p. 79.

²⁰ Diferentemente de como afirmaram João Fragoso e Manolo Florentino, essa firma era **portuguesa** e seu representante no Rio de Janeiro era João Rodrigues Pereira de Almeida.

do Rio de Janeiro e *Jornal do Commercio*, a firma começou a traficar escravos entre os anos 1805 e 1806, sendo que foram "16 carregações de africanos realizadas por João Rodrigues Pereira de Almeida e pela firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. no período de 1811 a 1829"²¹.

Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta e João Rodrigues foram parceiros comerciais. João Rodrigues, através da firma *Joaquim Pereira de Almeida & Cia*, era o representante comercial de produtos produzidos por Barbacena, vendendo-os no Rio e em algumas partes da Europa, enquanto que o mesmo prestava o mesmo serviço para a firma portuguesa ao comercializar seus produtos na Bahia. Em carta de 2 de fevereiro de 1820, Brant realizava a venda de gangas remetidas do Rio de Janeiro, por João Rodrigues:

Amigo e Sr. Recebi a carta de V.S. de 29 de dezembro e **remeto inclusa a minuta sobre a venda das gangas para V.S.** [...] Era agora muito boa ocasião de **V.S. mandar gangas, e consta-me que se tem pedido para essa cidade.** [...] Finalmente vendi a canela a 400\$ réis e fiada a 4 meses, e como não duvido da solidez do comprador tenho abonado a V.S. 1:655\$192 líquido da sobredita venda constante da conta junta.²²

Entretanto, as relações entre Brant e João Rodrigues iam além dos negócios. Como notamos acima, os dois se tratavam por amigos e, em outra correspondência, o futuro marquês agradecia a Matheus Pereira de Almeida, irmão de João Rodrigues, a hospedagem e os cuidados prestados por ele a seu filho Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro 2º visconde de Barbacena, quando este esteve em Lisboa a estudos por Coimbra:

Aproveito o primeiro navio para agradecer a V.S. a sua carta de 28 de setembro e todos os obséquios feitos a meu filho que se confessa mui obrigado a V.S. e a Ilma. Sra. Dna. Margarida minha senhora de cujo favor nunca duvidei. Queira V.S. apresentar-lhes os meus respeitos, e novamente solicitar seu carinho e conselho a benefício do estudante. Dou inteiro crédito as informações que V.S. me dá, e quanto a separação da mesada que V.S. lembra foi justamente o que determinei quando de mim se despediu, ficando 5\$ para ele, e 25\$ para o Correio fazer as despesas, mas o menino reunido aos companheiros do 1º ano lançou mão de toda a mesada, e mais 640\$ réis que dera ao correio para despesas da viagem e tudo consumiu.²³

Neste conjunto de publicações das "cartas do açúcar" do marquês de Barbacena percebemos que o mesmo teve a preocupação em montar um forte complexo de exportação dos produtos produzidos nos seus engenhos da Ponta, localizado em Iguape no Recôncavo

²¹ GUIMARÃES, C. G. Op. cit, 2010, p. 80.

²² Carta de Felisberto Caldeira Brant para Joaquim Pereira de Almeida & Cia enviada para a cidade do Rio de Janeiro em 02/02/1820. In: *Economia Açucareira da Bahia em 1820. Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena*. Publicação destinada ao III Congresso de História da Bahia, junho de 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; p.56-57. (grifos meus).

²³ Carta de Felisberto Caldeira Brant para Matheus Pereira de Almeida enviada a cidade de Lisboa em 04/12/1819. In: Ibidem, p. 37.

baiano, de Santana, na região de Ilhéus²⁴ e de Propiá (divisa da Bahia com o atual Sergipe), como açúcar, aguardente, tabaco e algodão, para estabelecer contados diversificados no intuito de fazer prosperar seus negócios, sobretudo com seus representantes em Londres e Hamburgo. O enlace de seu filho, Felisberto Caldeira Brant Pontes, com uma natural alemã da cidade de Hamburgo, Augusta Isabel Kirckhoefer, se deveu muito provavelmente aos seus negócios naquela cidade, em especial, o comércio de açúcar mascavo e branco²⁵.

As ligações com negociantes e traficantes de escravos tornam difíceis não associar Felisberto Caldeira Brant Pontes com a atividade negreira. Entretanto, tais uniões não podem determinar a impossibilidade do mesmo em projetar uma lei contra o comércio negreiro em que visasse aboli-lo de fato, bem como de tê-la elaborado apenas "*para inglês ver*". Na verdade, o entrelaçamento do jogo político e econômico, e principalmente as conjunturas políticas possibilitam compreender as razões que levaram o ilustre marquês a propor a referida lei. Sem sombra de dúvidas, não foram sentimentos *humanitários* e de *benevolência* para com a condição do escravo africano - como Barbacena proferiu em seus discursos no Senado em 1831 - ou muito menos por ser ele um antiescravista convicto, como certa historiografia o define²⁶, que o levaram a elaborar aquela norma.

Observando o percurso político do marquês de Barbacena percebemos que ele se constituiu num *homem de Estado*, todavia, não estamos querendo dizer que o mesmo fosse um mero burocrata do Estado. A trajetória que retratamos até aqui corrobora o quanto Brant exerceu um papel social e político que foi muito além de um burocrata preocupado apenas em salvaguardar os interesses do Estado. O marquês exerceu múltiplas atividades como proprietário de terras, comerciante, capitalista, diplomata e político, beneficiando-se de suas relações com o poder central para favorecer seus negócios e de indivíduos próximos as suas redes sociais. No entanto, não podemos esquecer que Barbacena era oriundo da geração de 1790, na qual boa parte de seus integrantes estiveram envolvidos no processo de Independência do Brasil, e, mesmo que não tenha cursado Coimbra, fez parte do projeto de reforma política de Estado "ilustrada" implementada pela Coroa Portuguesa desde o final do século XVIII e início do XIX, que procurou recuperar as combalidas finanças do Império

²⁴ O engenho de Santana, o mais importante da região de Ilhéus, foi adquirido por Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta em 1810. Os dois engenhos de Felisberto foram palco de rebeliões escravas. Cf. REIS, João José. "Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos". In: *Afro-Ásia*, n.15, 1992, pp.100-126. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3589/1/afroasia_n15_p100.pdf.

²⁵ A respeito da importância de Hamburgo como principal importador do açúcar brasileiro da Europa cf WEBER, Adalir. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Brasil e Hamburgo entre a Colônia e a Nação*. 2 vols. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

²⁶ Ver nota 4.

Português, através de medidas que visavam modernizar a economia luso-brasileira - acreditando no poder da razão e na função pragmática da ciência a serviço do progresso material - aplicando os novos ideais da Ilustração para alavancar o desenvolvimento da agricultura e da economia no Império Luso, em especial no Brasil²⁷. Estas propostas não abriram mão da unidade e da centralização do poder estatal, pois tratava-se de um projeto político de reforma e modernização do Estado português que inseria estes sujeitos dentro da máquina administrativa do Império, procurando não comprometer a continuidade social e econômica estabelecidas, possibilitando o compartilhamento de uma visão de mundo e de um campo de experiências em comum entre os membros que fizeram parte daquela geração²⁸.

Não por acaso, Barbacena nunca se posicionou de forma conflitante ao Estado português e, futuramente, ao Estado imperial brasileiro. Ele nunca participou ou apoiou qualquer movimento de cunho mais “popular” ou “democrático”. Muito pelo contrário, no período Joanino foi contra a Revolução de 1817 que eclodiu em Pernambuco, se colocando contra esse movimento e impedindo que ele se alargasse a Bahia²⁹. Dois anos antes, foi responsável por findar uma insurreição de negros na Bahia, e face às revoltas dos escravos na Bahia, ele foi para o Rio de Janeiro como representante dos demais proprietários da região para entregar uma petição ao Príncipe Regente D. João, pedindo providências mais enérgicas contra os levantes de escravos que eram protegidos pelo governador, o conde dos Arcos³⁰. Segundo João Reis, Felisberto era inimigo político do Conde dos Arcos, e desse dizia que “Aqui são os negros os diletos filhos do Representante do Soberano. Não é pois de admirar o atrevimento dos pretos, nem o susto e confusão dos brancos”³¹.

No processo de emancipação política do Brasil, mais uma vez, Barbacena demonstrou sua posição anticonflituosa, procurando sempre uma solução por compromissos do que uma ação que descambasse para uma saída que resultasse numa possível desordem social. Em 1821, na Bahia, o marquês se mostrou contrário ao movimento baiano que apoiava a adesão às Cortes de Lisboa, preferindo se manter fiel a Corte do Rio de Janeiro; entretanto, ao perceber que o movimento havia ganho enormes proporções na capitania baiana aconselhou o

²⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-126. Cf. também MAXWELL, Kenneth. *A Geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro*. In: *Ibidem. Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Tradução de Irene Hirsh, Lólio Lourenço de Oliveira (ET. Ali). São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 157-208.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ CALÓGERAS, P. Op. cit, 1982, p. 8.

³⁰ SISSON, S. A. Op. cit, 1999, p. 88-89.

³¹ REIS, J. J. Op. cit, 1992, p. 109. Segundo Reis, ao retornar para a Bahia, Felisberto chegou a ser preso pelo governador, e a reconciliação entre os dois veio com a Revolução Pernambucana de 1817, da qual ambos eram contrários.

governador Conde de Palma a aderi-lo, não antes de declarar sua preferência pela emancipação política do Brasil, o que provocou sua retirada para o Rio de Janeiro, em razão do ódio instalado a sua pessoa pelos partidários do "partido português" na Bahia que apoiavam o movimento lisboeta. No Rio de Janeiro, acabou presenciando movimento semelhante ao baiano, fazendo com que fosse destrutado pelos dois lados do movimento carioca, pois ambos os lados - aderentes as Cortes lisboetas e defensores do governo do Rio de Janeiro - desconfiavam das atitudes de Brant. A posição de Barbacena nesses embates políticos provocou a sua prisão no Rio de Janeiro em 1821 e, face aos problemas de saúde, Brant pediu para que fosse remetido a Londres para tratá-la, bem como para cuidar de seus negócios. Seu desejo foi atendido e em 2 de julho daquele ano, já se encontrava em Londres³².

Barbacena tinha outro comportamento que o vinculava à geração de 1790. Ele era um entusiasta dos novos descobrimentos tecnológicos promovidos pelos avanços científicos da época. Ele apresentava uma preferência pelas ciências naturais e práticas que podiam interferir na realidade social para o fomento do progresso material e das condições de vida dos homens, procurando inserir o Brasil no mesmo patamar das outras nações desenvolvidas do período, contudo, ao procurar promover os avanços tecnocientíficos, não abriu mão de seus interesses e das redes sociais aos quais estava vinculado³³. Como vimos, foi ao lado de Pedro Rodrigues Bandeira que Barbacena obteve o privilégio exclusivo da navegação a vapor, introduzida por ele em 1818, e foi nos engenhos de seu cunhado, Pedro Antônio Cardoso dos Santos, que ingressou os primeiros moinhos a vapor para moer cana; e ainda foi em parceria com outro sócio, Aristides Franklin Mornai, que descobriu "uma mina de chumbo, com bastante prata (...) no ano de 1811 e em ofício de 27 de janeiro de 1812 comunicou ao governo do Rio de Janeiro ao conde de Linhares, ministro da guerra (...) "³⁴, pedindo a exploração da referida mina em sociedade com Mornai pelo prazo de 15 anos, prometendo resultados mais expressivos do que o antigo ocupante do direito de exploração, Francisco Agostinho Gomes³⁵. A preocupação de Barbacena em modernizar a agricultura brasileira, como a introdução do cultivo do capim no Brasil,³⁶ e de novas técnicas no cozimento e purgação do açúcar, demonstram o quanto que sua apreensão em inserir o Brasil no mesmo

³² CALÓGERAS, P. Op. cit, 1982, p. 7-8.

³³ DIAS, M. O. Op. cit, 2005.

³⁴ Anotação de autor desconhecido retratando a descoberta de Felisberto Caldeira Brant Pontes de uma mina de ouro em 1811. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Sem data.

³⁵ Ofício de Felisberto Caldera Brant e Aristides Franklin Mornai em que pediam uma concessão régia para exploração de uma mina de cobre na Bahia. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. C.1812.

³⁶ Carta de Felisberto Caldeira Brant para Foster remetida à Bahia em 16/03/1820. In: *Economia Açucareira da Bahia em 1820...* op.cit., p80.

patamar das demais nações desenvolvidas, estava vinculada aos seus interesses privados em conseguir competir em pé de igualdade com açúcar de melhor qualidade produzido pela Jamaica e Cuba, dentro do mercado europeu³⁷. A correspondência de Brant para Bransford de 19 de maio de 1820 nos comprova a junção dos interesses privados aos interesses de Estado:

Sendo a má qualidade do nosso açúcar em grande parte devida à ignorância em que estamos sobre fornalhas, e mais ainda sobre o cozimento e purgação, **é da maior importância para esta Província**, e também de alguma utilidade para os nossos correspondentes em Hamburgo, a aquisição de algum mestre que nos ensine a fazer açúcar tal qual o da Jamaica, e de Havana.³⁸

Como pudemos observar, Barbacena afirmava ser da maior importância para a província da Bahia a introdução das novas técnicas desenvolvidas em Havana e na Jamaica, ou seja, vinculava seus interesses pessoais com os interesses da própria Coroa portuguesa. Alguns anos antes, Brant custeou entre 1812 e 1815 a abertura da estrada entre S. Jorge dos Ilhéus ao arraial da Conquista para facilitar o comércio entre suas propriedades e Minas Novas (atual norte de Minas Gerais). Empregou 240 escravos de suas fazendas, bem como índios das missões. A estrada tinha como ponto de partida o rio Cachoeira e seguia em direção ao seu afluente conhecido como Salgado, dali, rumava ao rio Gavião, nas proximidades de Vitória da Conquista. O principal objetivo da estrada era facilitar o transporte de gado para o litoral, como também o do algodão e de muitos outros produtos daqueles sertões.³⁹ A abertura deste caminho era de interesse para a Coroa portuguesa. O futuro marquês realizou estes serviços mirando seus negócios particulares, mas não deixou de associá-los com os da Coroa luso-brasileira. A finalização desta obra fez com que Felisberto aumentasse seu prestígio na Corte Joanina instalada no Rio de Janeiro. Prova disto é que dois anos após concluir a referida estrada, em 2 de janeiro de 1817, Brant conseguiu a instalação de uma filial do Banco do Brasil na Bahia, sendo investido no cargo de diretor da caixa de desconto. Além disso, obteve a nomeação de dois parceiros comerciais para compor a direção da caixa; Pedro Rodrigues Bandeira e Manuel João os Reis⁴⁰.

³⁷ Além da questão técnica da produção açucareira brasileira, as barreiras protecionistas inglesas dificultavam a entrada do açúcar brasileiro no mercado britânico. Cf. BATISTA JR., Paulo Nogueira. "Política tarifária e evolução das exposições brasileiras na primeira metade do século XIX". In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 34 (2): 203-239, abr./jun. 1980.

³⁸ Carta de Felisberto Caldeira Brant para Bransford, remetida à Bahia em 19/05/1820. In: *Economia Açucareira da Bahia em 1820...op.cit.*, p.107-108. (grifos meus)

³⁹ "Brant seguiu em parte a rota aberta anteriormente por José de Sá e abriu uma nova seção onde foi erguido o aldeamento de São Pedro de Alcântara, que se transformou em importante centro de expansão da cultura cacaueteira às margens do Cachoeira" Cf. RIBEIRO, André L. *Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950*. Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 33-34.

⁴⁰ SISSON, S. A. Op. cit, 1999, p. 88-89.

Talvez nesta obsessão pelo progresso material e na introdução de novas maquinarias nos engenhos do Brasil, esteja uma das razões para a promulgação de uma lei contra o tráfico negreiro em 1831. Barbacena não era um grande admirador do trabalho escravo, bem como não percebia a possibilidade de continuar por muito tempo investindo no trato mercantil de negros. Em carta de 24 de janeiro de 1820, Brant escreveu a José Antônio Neves Horta, seu primo e responsável pela administração dos seus engenhos de Propiá, pedindo seu parecer a respeito da remessa dos escravos que haviam chegado para trabalhar em sua fazenda, recomendando que "venha todos que não agradarem, ou por suas enfermidades ou costumes", pois "uma fazenda nova convém que se componha de gente boa."⁴¹ No entanto, o mais interessante nesta correspondência estava no fato do marquês se mostrar mais adepto ao trabalho de forros do que de cativos: "Quando há forros de aluguel prefiro sempre este serviço ao de escravos, mas como os forros nem sempre estão a nossa disposição necessário é ter sempre alguns escravos"⁴². Barbacena fez mais um alerta a seu primo José Antônio, pediu o número exato de escravos necessários para uma colheita anual de 2400 fardos de algodão em pluma, pois receava que "este ano seja o último do comércio de escravos."⁴³

Não podemos esquecer que os acordos de 1815 e 1817 assinados entre Portugal e Grã-Bretanha, para a cessão do comércio de escravos ao norte da Linha do Equador, representaram uma grande perda aos negociantes baianos de escravos (70% das importações de cativos africanos proviam da Costa da Mina)⁴⁴, e a consolidação de fato da hegemonia dos comerciantes da Praça do Rio de Janeiro no trato de escravos nas praças mercantis do Brasil⁴⁵. Portanto, Barbacena já procurava outras alternativas para substituir a mão de obra cativa. Associado a isto estava, também, a apreensão que o marquês tinha com possíveis levantes de escravos. Em carta de 1809 ao Príncipe Regente D. João, e já citada anteriormente, Brant foi enfático ao pedir a retirada dos franceses:

(...) porque esses ora existentes debaixo de qualquer pretexto, ou denominação que seja deveriam ser expulsos infalivelmente de todas as nossas colônias. Os habitantes da Bahia tem o maior receio de uma contribuição inimiga, andam em continuado susto de alguma revolução de negros, e de bom grado dariam uma parte dos seus capitais para se livrarem destes dois grandes males⁴⁶.

⁴¹ Carta de Felisberto Caldeira Brant a José Antônio Neves Horta remetida à Propiá em 24/01/1820. In: *Economia Açucareira da Bahia...* op.cit., p.54.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem, p.55.

⁴⁴ RIBEIRO, A. V. Op. cit, 2009.

⁴⁵ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre; SILVA, Daniel D. "Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)". In: *Afro-Ásia*, 31 (2004), 83-126.

⁴⁶ Carta de Felisberto Caldeira Brant Pontes ao príncipe regente D. João VI...op.cit. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 27 de junho de 1809, p.14.

Portanto, para Felisberto Caldeira Brant havia uma clara associação entre as ideias filosóficas advindas da Revolução Francesa e as agitações na ordem social, consequência direta das ideias "perigosas" de democracia e igualdade que eram propagadas pela revolução⁴⁷. A Revolução do Haiti em 1791, na qual os negros cativos tomaram o controle da ilha francesa, matando seus antigos proprietários, corroborou não apenas as preocupações de Barbacena, como de boa parte da elite política brasileira a respeito das "ameaçadoras" ideias francesas. Os levantes de negros cativos eram usados para reforçar a necessidade da unidade nacional e do poder central, fazendo com que boa parte das elites brasileiras depositassem em si o papel de exercitores de uma missão paternalista de vigilantes ilustrados de um povo bárbaro e carente de Luzes, necessitado de liderança e disciplina e, reforçando um pessimismo quanto a transformação da sociedade colonial numa nação moderna. Por isso, o papel do Estado era tão importante para estes membros da elite, pois através dos seus instrumentos de coerção eram garantidos os privilégios herdados e a manutenção da ordem social estabelecida. Barbacena tinha a clareza do papel que o Estado deveria exercer e por isso a necessidade de reforçar a segurança interna com a criação de uma "caixa patriótica", pois era "coisa de primeira necessidade, e que nunca cansarei de repetir, tanto para se respeitarem os magistrados, e justiças na Jaconina, Rio B[?] Cotindiba, como por causa dos negros, cuja insolência tem chegado a seu ápice."⁴⁸

Portanto, mesmo de sua proximidade com importantes traficantes de escravos, encontramos elementos que corroboram a incredulidade de Barbacena pela manutenção do comércio de escravos *ad eternum*, ou ainda, por um período de espaço considerável. Em virtude dos acordos de 1815 e 1817, como também, após sua participação como um dos plenipotenciários brasileiros nas negociações pelo reconhecimento da Independência frente os governos londrino e português, Brant tomou ciência da pressão e das intenções britânicas em favor da abolição da atividade mercantil negreira para o Brasil. Estas duas questões apresentadas, adicionadas a preocupação pela manutenção da ordem social, bem como o projeto de nação que o ilustre marquês imaginava para o país, além das disputas políticas presentes no Primeiro Reinado são outros elementos que podem explicar a posição de Barbacena sobre o trato de africanos.

Entretanto, estes últimos elementos são assunto para um outro artigo, quando finalizarmos as pesquisas em curso a respeito da atuação política de Barbacena no curso político do Primeiro Reinado. Nossa intenção aqui foi apresentar alguns pontos que

⁴⁷ DIAS, M. O. Op. cit, 2005.

⁴⁸ Ibidem, p. 8-9.

desmistificam uma atuação antiescravista do referido marquês como elemento explicativo para a proposição da Lei de 1831, bem como expor características de sua trajetória social que apresentam as referidas contradições ao contexto social – como defendidas por Levi para estudar o biográfico – afinal de contas, Brant possuía vínculos familiares e de negócios que o associavam ao comércio transatlântico de escravos para o Brasil.

Fontes

Carta patente de D. Maria I nomeando Felisberto Caldeira Brant como Ajudante de Ordens do governador de Angola. Coleção marquês de Barbacena. BR AN RJ Q1.0.DPE.2. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 30 de julho de 1799.

Atestado do capitão Manoel Bento de Souza Guimarães em que confirmava o privilégio exclusivo por 18 anos para introdução da navegação a vapor na província da Bahia no ano de 1819. Coleção marquês de Barbacena. BR AN RJ Q1.0.VBA 4/2. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 12 de maio de 1848.

Carta de Felisberto Caldeira Brant Pontes ao príncipe regente D. João VI em que pedia a criação de uma "caixa patriótica" para defesa da Bahia. Coleção marquês de Barbacena. BR AN RJ Q1.0.COR.1. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 27 de junho de 1809.

Anotação de autor desconhecido retratando a descoberta de Felisberto Caldeira Brant Pontes de uma mina de ouro em 1811. Coleção marquês de Barbacena. BR AN RJ Q1.0.BIO.1. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Sem data.

Ofício de Felisberto Caldera Brant e Aristides Franklin Mornai em que pediam uma concessão régia para exploração de uma mina de cobre na Bahia. Coleção marquês de Barbacena. BR AN RJ Q1.0.COR.3. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. C.1812.

Economia Açucareira da Bahia em 1820. Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena. Publicação destinada ao III Congresso de História da Bahia, junho de 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Antônio Augusto de. *A vida do marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.

CALÓGERAS, Pandiá. *O marquês de Barbacena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre; SILVA, Daniel D. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”. In: *Afro-Ásia*, 31 (2004), 83-126.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Índias, 1997.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “O ‘comercio de carne humana’ no Rio de Janeiro: o negocio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços”. In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexander; BITTENCOURT, Marcelo (Orgs.) *África Passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF [recurso eletrônico]*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2010.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.167-182.

Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

REIS, João José. “Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos”. In: *Afro-Ásia*, n.15, 1992.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 192: 22-37. jul./set. 1946.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750-1800)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Eder da Silva. *O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: Um estudo da política e da sociedade no Primeiro Reinado (1826-1831)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol.II. Brasília: Senado Federal, 1999.

Os serviços militares na manutenção dos domínios d'El Rei: o caso de Angola (1648)

Thainá Campos Seriz

Resumo: As diversas frentes de batalha – peninsulares ou ultramarinas – nas quais os exércitos portugueses envolveram-se em ardorosas lutas contra a sanha castelhana ofereceriam, sem dúvida, as maiores e melhores oportunidades para que vassalos leais e amorosos despendessem vidas e sangue na defesa e manutenção dos territórios d'El Rei. Em tempos de crepúsculo das glórias dos heróis quinhentistas de Ásia e África e dos esforços de consolidação do poder da dinastia bragantina, a concessão régia de mercês, honras e privilégios constituiria um dos melhores, senão o melhor, dos instrumentos de fortalecimento e reatualização do pacto político que vinculava soberano e súditos na conservação mesma do poderio monárquico lusitano. No entanto, a hierarquia econômica e geoestratégica desenhada pela própria Coroa na operacionalização e drenagem de seu próprio poder faria destinar, de forma diferenciada e assimétrica, prêmios para o reconhecimento da coragem de vassalos empenhados nas lutas de reconquista dos territórios perdidos para Castela. Neste sentido, a presente comunicação procurará esboçar, no bojo da articulação entre a remuneração de serviços militares e os mecanismos imperiais de sustentação política da dominação lusa, e do uso de Livro de patentes do tempo de Salvador Correia de Sá e Benevides (1647-1649), algumas considerações acerca dos debates institucionais – sobretudo no Conselho Ultramarino – de organização e concretização da jornada de reconquista de Angola (1648) aos domínios do soberano português.

Introdução

Construída à sombra da perfeição da quase irreproduzível Jerusalém celeste, a sociedade humana tentaria, desde então, constituir-se minimamente como reflexo da *Cidade de Deus* – que era, em síntese, uma realeza. A figura real, afixada portanto no ponto mais elevado das construções mentais de representação do universo terrestre, renderia à longevidade de sua mitologia um dos aspectos cultural-político-ideológicos mais importantes, senão o mais relevante, da civilização moderna. No caso português, a natureza cristológica da luta personalizada do Rei contra os inimigos da cristandade embasaria a formulação de um

discurso legitimatório fundador da dignidade monárquica que, na espiritualização do processo histórico mesmo de criação da monarquia lusitana, forjou na imagem do herói guerreiro medieval o dispensador justo – por vezes, gracioso – da liberalidade à qual os reais súditos/vassalos do Portugal moderno acorriam na busca de honras, privilégios e distinção social.

À sua imagem e semelhança: súditos e soberano na conservação de seus domínios

Em franca situação de *guerra* como se encontrava o reino português ante a fúria do leão castelhano após sua *restauração* – estando esta espalhada por quase todas suas fronteiras e possessões ultramarinas –, a monarquia lusitana via-se praticamente declinada a conclamar seus *bons e leais* súditos a conservar, *à custa de seu sangue, vidas e fazendas*, seus domínios do herege batavo. Mais “desesperada” em ver o conjunto político e territorial sob dominação imperial lusa gradativamente dilapidado que preocupada em ter de livrar “seus filhos” – nomeadamente, seus súditos – da danação eterna de vê-los subjugados a outra *lei* que não à de Cristo, El Rei daria mercês, privilégios e honras diversas para manter seus empórios sob a graça de *sua* própria proteção.

Antonio Moniz (Muniz) Barreto, nascido por volta do ano de 1590 ou 1592¹, natural da Ilha da Madeira, filho de Fernão Lopes Lôbo e de d. Antônia de Menezes, morador do Rio de Janeiro, recebeu em 28 de janeiro de 1648 numbramento de alferes da bandeira do capitão Lopo Barros Machado, por “servir ha mais de seis annos nesta praça [Rio de Janeiro]”, e no qual concorriam “as partes e serviços, que Sua Magestade manda em suas reaes ordenações”². Mais tarde, em 7 de março de 1649, recebeu, por mandado de Salvador Correia de Sá e Benevides, a patente de capitão da fortaleza de Casandamar e do Bengo não somente por o cargo estar vago, mas sim porque “conv[inha] ao serviço de Sua Magestade prover-se em pessoas de partes e satisfação e sufficiência”, tendo ainda este fiel vassalo assistido na praça do Rio de Janeiro entre 1641 e fevereiro de 1648, quando foi provido alferes da companhia do capitão Lopo de Barros Machado, “exercitando na armada com que vim á restauração deste reino [de Angola]”³.

¹ RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1965, vol. 2 (F-M), p. 520 e 642.

² Arquivo Histórico de Angola (AHA), código 439-D-20-2, *Livro de patentes do tempo de Salvador Correia de Sá e Benevides* (1647-1649), fl. 8v-9, “Numbramento do alferes Antonio Moniz Barreto”.

³ Arquivo Histórico de Angola (AHA), código 439-D-20-2, *Livro de patentes do tempo de Salvador Correia de Sá e Benevides* (1647-1649), fl. 5-5v, “Patente do capitão da fortaleza de Casandamar e do Bengo, Antonio Moniz Barreto”.

Importante é ainda ressaltar que os dois matrimônios de Moniz Barreto – o primeiro, com d. Maria Cabral, nascida em torno de 1600, filha de Aleixo Manuel, o moço, e de Isabel Cabral, e o segundo, com d. Antônia de Mariz, nascida por volta de 1609, filha de Antônio de Mariz [Coutinho] (n. em Barcelos por volta de 1537, provedor da Fazenda Real (1568) e cavaleiro fidalgo a 18/01/1578) e Isabel Velha (n. em Ponte do Lima, 1547) – foram realizados com duas das mais importantes *famílias da terra* fluminenses, ambas de conquistadores da cidade – Antônio de Mariz esteve entre os expedicionários de 1567 e 1575, integrando inclusive o Senado da Câmara enquanto seu oficial no ano de 1570⁴; Aleixo Manuel (ou Aleixo Manuel Albernaz, n. em 1542, na Ilha do Fatal)⁵, avô de D. Antonia e pai de Aleixo Manuel, o moço (n. por volta de 1576), também esteve entre os primeiros povoadores e conquistadores da cidade, tendo sido oficial da Câmara nos anos de 1584, 1587 e 1592⁶.

Pedro Gomes de Brito, do qual outrossim não disponho de informações mais completas⁷, recebeu, primeiramente, numbramento de alferes da bandeira de Francisco da Rocha, aos 4 de fevereiro de 1648, tendo inclusive antes servido como soldado na companhia do capitão “Hypolito Lopes Cerqueira, por ter as partes, serviços e sufficiencias que Sua Magestade manda em suas reaes ordens”⁸. Já aos 10 de outubro do ano de 1649, recebeu provisão de reformação do posto de alferes da companhia de Francisco Rocha, após a morte de seu capitão e serviços prestados há “dez annos que serve a Sua Magestade”, chegando também a “ter vindo com a dicta companhia da restauração do reino de Benguella, trazendo os prisioneiros a esta cidade; (...) vindo juntamente à restauração destes reinos [de Angola]”⁹.

Em 16 de dezembro do dito ano, este personagem recebeu patente de capitão da infantaria paga, uma vez que ficou vago o dito cargo em razão do falecimento de seu capitão Manoel Dias, provendo-se este “em pessoa de serviços e experiencia, satisfação e partes”. Nesta patente, em particular, os serviços por Brito prestados foram apresentados em maior detalhamento: servindo à Sua Majestade desde o ano de 1640 na praça do Rio de Janeiro como soldado pago da companhia do capitão Gregorio Mendes da Silva, passou a sargento da companhia do sargento-mor Simão Dias Salgado e, quando reformado no posto, assentou

⁴ BELCHIOR, Eloysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Coleção Vieira Fazenda. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, p. 507 e segs.

⁵ RHEINGANTZ, C. Op. cit, 1965, p. 513 e segs.

⁶ BELCHIOR, E. O. Op. cit, 1965, p. 507 e segs.

⁷ Consegui descobrir apenas o nome de seu pai, Antônio Perdigão de Vargas.

⁸ Arquivo Histórico de Angola (AHA), código 439-D-20-2, *Livro de patentes do tempo de Salvador Correia de Sá e Benevides (1647-1649)*, fl. 9v-10, “Numbramento do alferes Pedro Gomes de Brito”.

⁹ Arquivo Histórico de Angola (AHA), código 439-D-20-2, *Livro de patentes do tempo de Salvador Correia de Sá e Benevides (1647-1649)*, fl. 72v-73, “Provisão de reformação do alferes Pedro Gomes de Brito”.

praça na companhia do capitão Hypollito Lopes Pereira. A pedido do governador de Angola, Francisco Soutomaior, passou à vila de São Paulo “a fazer mantimentos para a infantaria, o que poz em execução com grande expediência”, passando pouco depois a “se embarc[ar] na armada com que viu á restauração destes reinos [de Angola], por alferes da companhia do capitão Francisco da Rocha”¹⁰.

Se este for o mesmo Pedro Gomes de Brito que localizei no sítio eletrônico dos arquivos da Torre do Tombo¹¹, outras honrarias ainda seriam concedidas: aos 17 de dezembro de 1665, Brito recebeu carta de nomeação para Juiz dos Órfãos da vila de Mértola, por conta do falecimento de seu pai, António de Perdigão Vargas¹². Quase 15 anos depois, em 21 de junho de 1680, teve licença para nomear seu filho, António Perdigão de Vargas, no ofício de Juiz da vila de Mértola¹³.

A despeito das alegações de *amor* e *patriotismo* para com seu soberano, as vastas folhas de serviços militares serviriam certamente para sensibilizar a benevolência e liberalidade régias no intento da obtenção de mercês remuneratórias e privilégios vários como forma de reconhecimento – senão de obrigatoriedade – pelo monarca dos sofrimentos passados e – por que não? – vexações em cruentos campos de batalha. Um dos pontos de maior insistência e discussão na literatura formativa de Seiscentos e Setecentos, a liberalidade, ou o gesto de dar, era considerada virtude própria de reis na cultura política de Antigo Regime, tanto em Portugal quanto no resto da Europa Ocidental¹⁴. As tentativas de conformação cristológica da figura régia – bem como as diversas teorizações a respeito – faziam-lhe incutir não apenas a analogia – em muitos casos, a nada sutil equalização – com o Rei dos Reis como, também, atribuir-lhe o mesmo papel do dispensador justo, amoroso e liberal que o próprio Cordeiro de Deus fora em seu tempo na Terra.

¹⁰ Arquivo Histórico de Angola (AHA), códice 439-D-20-2, *Livro de patentes do tempo de Salvador Correia de Sá e Benevides (1647-1649)*, fl. 127-128v, “Patente do capitão de infantaria paga, Pedro Gomes de Brito”.

¹¹ São dois os sítios eletrônicos: <http://ttonline.dgarq.gov.pt/> e <http://digitarq.dgarq.gov.pt/> (acesso em 29 e 30/05/2012).

¹² Código de referência: PT/TT/RGM/21/353611. Cota: Registro Geral de Mercês (RGM), Ordens, liv. 12, fl. 354-355 (17/12/1665). “Carta. Juiz dos Órfãos da vila de Mértola, por falecimento de seu pai. Filiação: António Perdigão de Vargas.”

¹³ Código de referência: PT/TT/RGM/3/21575. Cota: Registro Geral de Mercês (RGM), Mercês de D. Pedro II, liv. 3 (1675-1706), fl. 466v (21/08/1680). “Alvará. Licença para nomear em filho o ofício de Juiz da Vila de Mértola. Filiação: António Perdigão de Vargas.” Inclusive, uma filha sua, Brites Salgada de Brito, recebeu carta para nomeação do ofício de Juiz dos Órfãos dos Padrões e Entradas para a pessoa que com ela se cassasse sendo, entretanto, “apto”. Cota: Registro Geral de Mercês (RGM), Mercês da Torre do Tombo, liv. 14, f. 62-63v, d. 374433.

¹⁴ OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, p. 16 e segs.

Cristalizado ele mesmo como lugar-tenente do Nazareno – “o vigário visível do protótipo divino”¹⁵ –, o monarca cristão era não menos alertado sobre os efeitos da liberalidade ou mesmo sua falta. Damião António de Lemos Faria e Castro, em sua obra, afirmou que a monarquia e seu poder sustentavam-se através dessa virtude: “(...) a Liberalidade he a batalha donde se approva a Magestade. (...) cada moeda, que se lhe lança, he huma ancora com que o Throno se firma”¹⁶. “Apenas as dádivas concitavam braços para o combate, boas vontades e amor ao soberano”, diria Fernanda Olival; uma vez não concedidas, a própria Coroa corria risco em meio ao ódio suscitado entre os súditos. No entanto, a distribuição de mercês, honrarias e outros privilégios não deveria ser feita de forma tão espontânea. Para ser “politicamente geradora do amor dos vassalos”, a liberalidade deveria ser arbitrada de forma adequada e equivalente aos serviços despendidos por seus súditos, seja em importância, seja em qualidade¹⁷.

Considerado como obrigação imperativa do poder régio, o “gesto do dar” terminava-se por inserir em uma “cadeia de obrigações recíprocas”, na qual a disponibilidade para o serviço régio, pedir recompensa(s) e reconhecimento pelos serviços prestados, a efetivação do reconhecimento pelo Rei, a conferição de honras e privilégios, a renovação da disponibilidade para a prestação de novos serviços não seriam apenas produto de atos abnegados, gratuitos e desinteressados. Mais que o suposto amor ao Príncipe e à fé cristã ou, em sentido inverso, a legitimidade e obrigatoriedade da troca arrogada pelos leais súditos ao Rei em virtude do princípio de reciprocidade sobre o qual a *res publica* fora edificada e “normatizada entre as diversas personas singulares que compõem [seu] corpo místico-político”¹⁸, ambos os atores em questão visavam a satisfação de interesses próprios e complementares entre si.

O ethos do serviço militar: a remuneração de serviços na dinâmica do Império

Construída sob a égide da vitória sobre os infiéis muçulmanos que subjugaram, por quase mil anos, os territórios posteriormente conhecidos sob o nome de *Condado Portucalense* à lei maometana, a monarquia portuguesa faria consagrar os primeiros monarcas de seu conjunto político “como chefes guerreiros que devem a sua dignidade à descendência

¹⁵ KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 51.

¹⁶ FARIA E CASTRO, 1749 apud OLIVAL, F. Op. cit, 2001, p. 17.

¹⁷ OLIVAL, F. Op. cit, 2001, p. 22.

¹⁸ BARROS, Edval de Souza. “Negócios de tanta importância”: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1641-1661). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 16.

régia”, legitimados, sobretudo, pelo “vigor militar” de sua atuação nos processos de reconquista da península à graça e proteção de Deus¹⁹.

Este substrato de ordem religiosa sob o qual a conquista e expansão territoriais das monarquias ibéricas foram plasmadas fez-se poderoso e eficiente elemento de aglutinação, ou melhor, de incorporação e disciplinarização – sobretudo política, religiosa e moral – dos povos a elas (ou à Cristandade) assimilados²⁰. Os discursos fundamentados para a legitimação do poder instalado nas áreas conquistadas – igualmente considerando-se seu aspecto “militante” – metabolizariam e congregariam arcabouços culturais e sócio-hierárquicos tão diferenciados que, na tessitura da própria governabilidade e coesão política destes domínios, trataram de agregar e conformar agentes locais na sustentação dos quadros políticos monárquicos²¹.

É no processo mesmo da *Guerra de Reconquista* que não apenas a figura do rei surge como “símbolo de poder interno, preservador da paz e da justiça”²², como sua atuação militar cimentará a concepção de um combatente singular – o “uso positivo da violência” e o “sacrifício voluntário do conquistador”²³ que sacrificou *sangue* e *fazendas* na pretensa difusão/dilatação da fé cristã e por *amor* a El Rei fariam da “vassalagem” e da fidelidade régias o principal vetor de formulação dos laços de dependência e sujeição destes súditos à monarquia –. Seus feitos, individualizadores de sua própria pessoa aos olhos régios, seriam transformados, em fins da Idade Média, na *qualidade* hereditária e linhagisticamente transmitida e necessária para investir os que, por esta condição, poderiam ser alvo da liberalidade d’El Rei.

Esta taxionomia militar, assim como as representações dos referenciais trinitário-corporativos medievais – jurídica e simbolicamente inscritos nos quadros sociais – e o legado das relações feudo-vassálicas, dominaria e constrangeria os processos mesmos de estruturação social e verticalização das hierarquias nobiliárquicas a todo um rearranjo regulado e/ou²⁴ manipulado pelo arbítrio do poder régio, seja no Reino, seja no ultramar português. A exclusividade na/da distribuição de títulos, honras e mercês por parte da monarquia

¹⁹ SALGADO, Rodrigo da Silva. *A Coroa e a Espada: uma análise comparativa da figura guerreira de Afonso Henriques*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

²⁰ RUIZ IBÁÑEZ, José Javier; SABATINI, Gaetano. “La construcción de la Monarquía hispánica y el uso de la violencia: entre la conquista y la guerra civil”. *Historia, antropología y fuentes orales*, ISSN 1136-1700, n. 44, 2010, p. 21.

²¹ Ibidem, p. 17.

²² SALGADO, R. Op. cit, 2009, p. 12.

²³ RUIZ IBÁÑEZ, J. J.; SABATINI, G. Op. cit, 2010.

²⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas. “O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Almanack Braziliense*, n. 2, novembro de 2005, p. 4-20.

representava seu esforço em monopolizar o quadro das representações simbólicas acerca da distinção e hierarquização de grupos e indivíduos, bem como todo o vocabulário social a tal questão correspondente, “estruturando uma configuração peculiar da sociabilidade cortesã, definida pela máxima institucionalização das distinções”²⁵. A dimensão pactícia forjada pelo compromisso político estabelecido entre súditos/vassalos e soberano seria alimentada e viabilizada, em outras palavras, pelo mecanismo gracioso da concessão real de honras, mercês e privilégios. A reatualização deste pacto garantiria, em última instância, a sustentação e coesão política portuguesa em seus domínios peninsulares e ultramarinos.

Guerra declarada no ultramar: o caso de Angola

Os diversos fronts de batalha em que os exércitos lusitanos viram-se envolvidos na luta contra a sanha castelhana constituíram não apenas a melhor, senão a maior, das oportunidades a vassalos/súditos ávidos por sensibilizar El Rei com suas bravas e leais demonstrações de amor e patriotismo; em tempos de esmorecimento do poderio filipino, o teatro do poder imperial lusitano d’além-mar viu os desencontros diplomáticos das tais “pazes de Holanda” assumir contornos inteiramente perigosos à sua própria integridade territorial.

Uma vez restaurado, o Portugal da nova casa dos Bragança via-se envolto pela tarefa de tentar remontar seu mapa geopolítico após a não breve passagem da Coroa de Castela sob seu domínio. Para além dos conflitos territoriais nos quais o reino português vira-se forçosamente incluído por conta da hegemonia castelhana – e sua certa disposição a dissensões político-territorial-diplomáticas de consideráveis dimensões –, as represálias impostas pelos Estados Gerais das Províncias Unidas – sobretudo na figura das Companhias comerciais das Índias Orientais (VOC) e Ocidentais (WIC) – no intento de efetivação completa da sua emancipação jurídico-política do controle filipino interpuseram sérias dilapidações aos empórios orientais e ocidentais lusitanos.

Na guerra de corso holandesa no Atlântico²⁶, a Bahia fora ocupada (maio de 1624), retomada (abril de 1625) e novamente atacada (abril de 1626); o Espírito Santo fora acometido em março de 1625; a Paraíba caiu em julho de 1625 – e depois, novamente, em 1634 –; Benguela e Luanda foram assediadas, respectivamente, em junho e outubro de 1624 –

²⁵ BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade do Império”. *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n. 23, Lisboa, novembro de 2000.

²⁶ Arsenal terminológico empregado por ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 190.

caindo uma vez mais em 1641 –; Olinda e Recife foram tomadas em 1630; por fim, Fernando Pó, São Tomé (1627) e Cabo Verde e o castelo de São Jorge da Mina (tomado em 1637) foram também alvo de ataques não menos preferenciais de neerlandeses e outros envolvidos na empresa colonial holandesa²⁷.

Na Europa, as tentativas de consolidação e reconhecimento da dinastia bragantina por Roma, assim como a subsequente inclusão de Portugal nas negociações de paz dos tratados de Westphália, pelo fim da Guerra dos Trinta Anos (1648), e a pressão exercida pela monarquia de França para um combate direto com os exércitos castelhanos – seu inimigo desde 1635 – tornavam qualquer ação diplomática mal pensada ou mais agressiva peça-chave de retaliações e fator decisivo da quebra de importantes alianças políticas. Diante de tal encruzilhada, as embaixadas lusas tentam compor acordos e propor tréguas como forma de apagar os vários barris de pólvora acesos para implodir seu poderio imperial.

Desde o início vacilante entre a celebração da restauração portuguesa – que significava, portanto, o desmembramento de seu hereditário inimigo espanhol – e seu efetivo reconhecimento internacional – o que colocaria em risco suas próprias ambições ao domínio das paragens lusitanas no Índico e no Atlântico e os vultosos investimentos de suas Companhias de comércio em tais empreitadas – os Estados Gerais decidiram por arrastar negociações diplomáticas até a completa ratificação dos tratados de paz, em 1642 – aqui, contaram também com a demora de D. João IV pelo melhor acerto/conveniência a seus interesses –. Nesta fenda aberta pela espera de resolução entre uma e outra parte, o conde João Maurício de Nassau-Siegen faz investir uma força-tarefa de dezenove navios e 1950 soldados que, zarpada do Recife, tomou Luanda, Benguela e os portos satélites de São Tomé e Ano Bom ao poderio batavo²⁸. Se a queda de Pernambuco já fora duro golpe aos quadros coloniais brasílicos no tocante à empresa açucareira, a perda de Luanda, em agosto de 1641, afigurava-se, no mínimo, desastrosa: “sem a escravaria d’Angola”, diria Jerônimo Castanho – procurador de Paulo Dias Novais, primeiro governador e capitão-general de Angola –, “não há lavrar açúcar, e se faltar dois começarão a fechar os engenhos, e se forem três fecharão de todo, nem haverá gente para cortar o pau [de cana]”²⁹.

Mesmo já surpreendida em 1624 pela notícia da queda da Bahia, a Coroa filipina chegara a alertar o governador de Pernambuco acerca do perigo de outro ataque da WIC,

²⁷ Ibidem, p. 190 e 431.

²⁸ Ibidem, p. 213-214.

²⁹ Documento de 1591, *Monumenta Missionária Africana*, 1ª série (África Ocidental central), 15 vol.: Lisboa, 1953-88, vol. III, pp. 429-30 *apud* ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000, p. 219.

desta vez sobre Angola. Luís Mendes de Vasconcelos exarara parecer em 1616 no qual afirmava a necessidade de vigilância em todas as conquistas, muito mais em Angola, “por ser praça donde depende todo o meneio do Brasil e de Índias”³⁰. Não obstante a recuperação da Bahia no ano seguinte (1625), a ação holandesa no ocidente atlântico parecia claramente delineada. Quando Olinda e Recife caíram em mãos dos batavos (1630), não seria surpresa se outros dos avanços neerlandeses no Atlântico fossem, a partir de então, direcionados para a possessão centro-ocidental africana. Neste sentido, representações do Conselho de Portugal para o socorro de Angola foram prontamente encaminhadas já em 1636; entretanto, a aparente inépcia de Madri ante as hostilidades no ultramar, em especial para com o centro-oeste africano, afigurava-se aos lusos como estratégia premeditada de Espanha para despojar Lisboa de suas paragens d’além-mar. Verdade ou não, quando da ascensão da casa brigantina ao trono português, os holandeses conseguiram invadir e fixar-se em Angola³¹. Para D. João IV, a situação ficava cada vez pior.

O congelamento das frentes de batalha pelo tratado de tréguas luso-holandês punha em risco o conjunto imperial ultramarino luso em caso de qualquer tentativa de solução mais definitiva; D. João IV exporia as já decadentes feitorias do Estado da Índia – possível presa de ataques pela VOC – e pior: perderia o apoio francês, ampliando as chances da assinatura de acordos bilaterais em separado com as Províncias Unidas – já sua aliada na guerra contra Castela – para ataques mais contundentes às suas conquistas ultramarinas³². Em meio a tal imbróglio, Angola continuava perdida, bem como o fornecimento de mão-de-obra escravizada aos engenhos açucareiros e a obtenção da prata peruana. Cartas postas na mesa, os interesses de vários dos agentes em jogo começam a delinear as primeiras medidas de recuperação da praça angolana.

As redes de trato negreiro assentistas³³ estabelecidas em torno do leilão dos contratos de *Asiento* castelhanos carreavam para as Índias de Castela africanos escravizados em troca da prata de Potosí. Alencastro apresenta dados de que, no período entre 1597 e 1645, foram de 18100 o número de “peças”³⁴ embarcadas no porto de Buenos Aires – isso sem considerar os

³⁰ Memorial de Luís Mendes de Vasconcelos, de 09/07/1616, AHU, *Angola*, caixa 01/50 *apud* ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000, p. 219.

³¹ ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000, p. 219-220.

³² *Ibidem*, p. 220.

³³ Constituídas em torno dos contratos de *Asiento* – direito de comercialização e transporte de negros escravizados às regiões da América hispânica –, estas redes tiveram suas atividades grandemente ampliadas no período entre 1601-25, sobretudo quando da ineficácia cada vez mais constatável do então sistema vigente de porto único – com sede em Sevilha. Cf. ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000, p. 78.

³⁴ Eram assim referidos os africanos em alguns dos documentos de época.

casos de contrabando³⁵. O autor ainda ressalta que, por anos, os negreiros saíam diretamente de Luanda para desembarque direto em Buenos Aires e nos anos de proibição, o contrabando era realizado através do Rio de Janeiro³⁶. Após a ruptura das duas capitais ibéricas, as redes bancárias e comerciais negreiras, assim como suas respectivas imbricações com os tratos africanos, asiáticos e americanos, foram desarticuladas das conexões reinóis e ultramarinas luso-hispânicas³⁷.

Os consórcios implicados neste circuito conseguiram junto à Corte obter certo alvará, em fevereiro de 1641, que autorizava a manutenção do trato luandense das Índias de Castela, a despeito da suspensão a propósito decretada por Filipe IV³⁸. A perda de Luanda, entretanto, em agosto de 1641 – seguida pela tomada de Benguela, São Tomé e Maranhão –, malograria quaisquer tentativas mais efetivas de drenagem/captação – em outras palavras, de sua continuidade – da prata espanhola aos quadros lusitanos. Pareceres desta lavra, em especial os exarados por Fernão de Mattos de Carvalhosa – desembargador da Casa de Suplicação, depois procurador da Fazenda e membro do Conselho da Fazenda – e mesmo por Salvador Correia de Sá e Benevides – de que tratarei mais adiante –, propugnavam a reconquista imediata da praça angolana³⁹. Para Carvalhosa, “o reino de Angola [...] com o comércio de mar e com saca de negros, é reino e de grande consideração. Sem o comércio e sem esta saca, não é reino, nem nele se podem conservar os nossos”.

Em um dos três memoriais encaminhados por Salvador Correia de Sá e Benevides sobre a situação dos domínios ultramarinos lusitanos, defendia ele –sobretudo no tocante aos passos a serem adotados quanto à questão de Angola –, o respeito “à letra e ao espírito da trégua” luso-holandesa assentada em 1641, bem como afastar quaisquer hostilidades futuras com os batavos na África Ocidental. Não obstante, sugeria ainda que se organizasse, no Brasil, uma expedição de aproximadamente seiscentos homens, congregando-se elementos das forças de guarnição da Bahia e uma força auxiliar de paulistas – com seus índios, é claro – que deveriam desembarcar em algum ponto da costa angolana ainda não dominado pelos batavos⁴⁰. “Visto tratar-se de região insalubre e ser preciso andar depressa”, a rapidez de tramitação do processo era de vital importância, no que os pareceres e pedidos oferecidos pelo

³⁵ GORBAN, S. “El trafico negrero en el Rio de la Plata”, *EH*, n. 10, 1971, p. 117-39. COELHO DA CRUZ, p. 18, 33 e 59 apud ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000.

³⁶ ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000, p. 110.

³⁷ *Ibidem*, p. 103.

³⁸ *Ibidem*, p. 221.

³⁹ *Ibidem*, p. 222.

⁴⁰ BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 187.

Conselho da Fazenda também pareciam formalizar as propostas prontamente encaminhadas por Salvador Benevides⁴¹.

Mesmo com o projeto de tomada do porto platino abandonado – conforme também sugerira Benevides no primeiro de seus memoriais encaminhados a D. João IV –, era preciso reaver Angola à soberania portuguesa porque, sem os negros, seria difícil relançar a carreira Rio-Buenos Aires em busca da prata peruana⁴². Muito embora todo este processo aqui descrito tenha sido empreendido com surpreendente celeridade, tamanho o desespero de Portugal para com o agravamento de sua situação na Europa e no Atlântico –, as primeiras medidas efetivas neste sentido demoraram a ser executadas.

Entrementes as tentativas de acordo com as Províncias Unidas ainda eram exploradas, alguns meses depois do início de 1643, o arraial do Bengo – baluarte da resistência lusa em Angola – fora capturado pelos holandeses, em retaliação aos ataques sofridos no Maranhão – e sua posterior expulsão –, em 1642. Depois disso, só em julho de 1644 o despacho relativo ao envio de reforços para Angola fora definitivamente aprovado – lembrando que os memoriais de Benevides foram exarados em outubro de 1643 –, cogitando-se, agora, enviar apenas 200 homens da Bahia – comandados por dois capitães oriundos de Angola que, então, encontravam-se em Lisboa –. Em outubro, discutiu-se novamente o envio de socorro a Angola, bem como a indicação de Benevides como general da frota de escolta para o Brasil – prometida já no ano anterior por conta da necessária mobilização dos esforços de socorro a Luanda – e de Francisco de Soutomaior, comandante da guarnição do Rio e governador interino daquela praça, para governador de Angola⁴³.

A organização de um sistema de comboios eficiente no empreendimento desta *Jornada*, bem como para garantir o transporte e comercialização do açúcar brásílico, enfrentou forte resistência na Bahia – onde primeiramente Benevides aportou em sua chegada ao Brasil – e no Rio de Janeiro (1645), principalmente pelo ônus do pagamento da taxa de fretes e avarias dos navios componentes da frota – substituindo os de menor carga então empregados no transporte de açúcar aos portos lusos⁴⁴.

⁴¹ ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000, p. 223. Boxer parece indicar certa divergência entre Benevides e Carvalhosa quanto à organização da força expedicionária de socorro à Angola – diferentemente de Alencastro –: enquanto Carvalhosa sugeria o encaminhamento de uma expedição de 600 ou 800 homens, partida de Portugal, para desembarcar na embocadura do rio Dande e ali fundar um estabelecimento rival que pudesse desviar o tráfico negreiro de Luanda, Benevides parecia propor, como exposto acima, que a referida expedição fosse organizada no Brasil. Cf. BOXER, C. R. Op. cit, 1973, p. 188.

⁴² ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000, p. 224.

⁴³ BOXER, C. R. Op. cit, 1973, p. 189.

⁴⁴ Ibidem, p. 194 e segs. Oficiais da Câmara do Rio de Janeiro chegaram, inclusive, a redigir uma carta a D. João IV, informando sobre as dificuldades econômicas enfrentadas – e a se enfrentar – pela contribuição para com o

No âmbito das propostas dos Conselhos de Guerra, da Fazenda e Ultramarino, foi aprestada, em caráter inicial, uma frota nos primeiros meses de 1644 para libertar São Tomé, Angola “e em consequência o Brasil”, como garantira o embaixador Francisco de Sousa Coutinho, em Haia⁴⁵. Entretanto, a batalha de Montijo – a leste de Badajoz – forçou o deslocamento de tropas então destinadas a zarparem para a África central e, assim, o primeiro esforço de recuperação de Angola foi frustrado⁴⁶. Em seguida, de acordo com o processo supracitado, força expedicionária foi aprestada na Bahia, saída em fevereiro de 1645 e desembarcada no ancoradouro de Quicombo – ainda não ocupado pelos holandeses, como era o objetivo primevo –. Foram três os navios saídos da costa baiana com duas centenas de soldados – entre os quais figurava um grupo do terço preto de Henrique Dias⁴⁷. Todavia, no caminho para Massangano, metade das forças fora dizimada pelo ataque de Jagas inimigos a 19 de junho de 1645, malogrando assim mais uma tentativa⁴⁸. Do Rio de Janeiro, partiu uma expedição comandada por Francisco de Soutomaior a 8 de maio do mesmo ano – não obstante as divergências com Benevides no tocante à sua organização e composição –, com cerca de cinco navios transportando 260 homens. Aportando em Quicombo a 24 de junho, após quase terem sido naufragados em Moçâmedes, as forças de Soutomaior finalmente tocaram Massangano em fins de 1645⁴⁹.

A estas pequenas vitórias alcançadas no ano de 1645, entretanto, interporiam-se novas e mais graves adversidades na Europa e no Atlântico luso-afro-brasílico. O massacre da coluna de Domingos Lopes Siqueira – sargento-mor das forças expedicionárias da Bahia destinadas ao socorro de Angola –, as ofensivas sub-reptícias da rainha Jinga, os rumores da conspiração anti-holandesa em Pernambuco – meados de 1645 – e a chegada da notícia da morte de Soutomaior (1646) tornaram o embate entre lusos e batavos na África um verdadeiro “tudo ou nada”.

No continente, as negociações de Münster e Osnabrück, encetadas desde 1643, afiguravam-se cada vez mais perigosas a D. João IV. No final de 1646, os Estados Gerais e Castela ensaiam um primeiro acordo: obtido o aval de outras potências para exclusão de

pagamento das referidas taxas, subsídios e vintenias – estes, por sua vez, já realizados –, ressaltando ainda o problema oriundo da “*falta de comércio de Angola, Rio da Prata, Canárias e outras partes*” e da escassez do número de soldados e fortificações para a defesa da cidade. AHU_ACL_CU_017 (Rio de Janeiro), cx. 2, d. 14, carta de 13 de maio de 1645.

⁴⁵ Correspondência Diplomática (CD), vol. I, p. 203-6, p. 205 *apud* ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000, p. 227, 442 (nota 202).

⁴⁶ ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000, p. 227-228.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 228.

⁴⁸ BOXER, C. R. Op. cit, 1973, p. 208.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 209.

Portugal da ratificação dos acordos de paz, Felipe IV concordava em reconhecer a soberania neerlandesa sobre os territórios portugueses invadidos pela VOC e WIC – em outras palavras, Luanda, Benguela, Pernambuco, Ceilão e Insulíndia estariam facilmente entregues –; por sua vez, as Províncias Unidas comprometiam-se a preservar os domínios espanhóis em continente americano, tendo sido inclusive assinado um tratado provisório entre ambos nos começos de 1647. A França demonstra sua posição de força ao desbaratar os exércitos castelhanos (batalha de Rocroi, março de 1643) e ao avançar, em 1647, sobre possessões lusas no ultramar – no que já havia invadido Madagascar (1641) –; o levante insurrecional pernambucano em 1645 exorciza as possibilidades de acordo com os holandeses, no que Portugal já vinha trabalhando para evitar a assinatura de uma paz em separado entre Paris e Madri, após seu concerto com os Estados Gerais – deixando o caminho livre para Felipe IV melhor dispor suas forças contra Portugal⁵⁰, não obstante ainda estivesse às voltas com a sublevação catalã –. Para piorar, as notícias da fortificação de Itaparica, seguida da chegada da esquadra de Sigismund von Schoppe, em 1647, alarmam sobre o perigo de possível invasão/cerco à Bahia – pondo em risco, portanto, a sustentação da parcela brasílica ainda sob controle luso⁵¹.

Diante de ameaça tão direta de ataque, providências para a disposição de uma armada de socorro à Bahia foram prontamente tomadas. A “armada real”, núcleo da frota, foi colocada sob o comando de Antônio Telles de Menezes – membro do Conselho de Estado e veterano de guerras da Ásia –, tendo D. João IV elevado-o ao posto vitalício de capitão-general da *Armada Real do Mar Oceano* e nomeado-o para o governo-geral do Brasil. Se a intenção inicial era enviar mais de trinta navios armados com homens e provimentos para socorrer a Bahia, a dificuldade de encontrar homens e dinheiro suficientes para a empreitada deu o tom do trabalho relacionado à organização desta *Jornada*⁵². Com tal fato, o apresto da armada de Benevides a Angola foi inteiramente comprometido, não apenas pela simultaneidade da preparação da armada com destino ao Brasil, como também pela escassez de recursos – navios e suprimentos – oriundos do esforço régio – agora drenados à concretização do primeiro objetivo.

Ante a decisão de D. João IV pelo envio simultâneo de expedições de socorro à Bahia e Angola, ambas postas sob o comando supremo de Telles de Menezes – nomeado conde de Villa-Pouca de Aguiar –, disse Boxer que Benevides “perdeu a serenidade”, redigindo uma réplica à intimação feita por El Rei “com destemor digno de nota”. Salvador reclamou sobre o

⁵⁰ ALENCASTRO, L. F. Op. cit, 2000, p. 229.

⁵¹ BOXER, C. R. Op. cit, 1973, p. 257.

⁵² Ibidem, p. 258.

não recebimento dos homens e suprimentos prometidos para o empreendimento da expedição de Angola, sendo-lhe assim impossível partir no dia aprazado (20 de setembro de 1648); recusou-se a acompanhar a armada de Villa-Pouca, insistindo ser sua esquadra independente da do conde, dizendo ainda que sua ida à Bahia não seria viável por conta das divergências tidas tanto com Telles de Menezes quanto com Antônio Telles da Silva – com este último aumentadas após a negativa de Benevides em auxiliar na tentativa do então governador-geral de tomada do Recife, em agosto de 1645 –. Ressaltando seus empenho e coragem durante trinta e dois anos de serviço à Coroa, Benevides finalizou afirmando não poder cumprir com seu dever se não dissesse ao rei que, sem ser por sua própria orientação, teria de declinar da incumbência por ele atribuída⁵³.

Com tão forte oposição, D. João IV desistiu de enviar Benevides com sua esquadra para Angola à Bahia – na companhia da armada de Villa-Pouca –, e fê-lo viajar ao Rio de Janeiro, separadamente. Sendo incerta a data precisa da partida de Lisboa da armada de socorro a Angola de Salvador Benevides – se 24 de outubro, conforme indica carta enviada por El Rei ao marquês de Misa, ou 8 de novembro de 1647, segundo o correspondente François Lanier –, esta referida frota *toca* o Rio de Janeiro a 23 de janeiro de 1648, conseguindo aí mobilizar recursos e homens para a formação de um corpo expedicionário, não obstante certa relutância de seus moradores em fornecê-los, uma vez que a expectativa da chegada da armada de With a Recife⁵⁴ ensejava a melhor fortificação e defesa desta praça⁵⁵ – para tanto, uma consulta do Conselho Ultramarino fora encaminhada a D. João IV sobre a carta de Benevides, novamente nomeado governador do Rio, informando sua ida a Angola e a necessidade de se socorrê-la, com um novo governador – indicando seu tio Duarte Correia Vasqueanes –, soldados, armas e munições, devido à possibilidade de um ataque holandês naquela capitania⁵⁶.

A esquadra de Benevides surgiu ao largo de Luanda a 12 de agosto de 1648, tendo já entrado no dia seguinte com seus navios no ancoradouro. Quatro dias depois, entre os dias 17

⁵³ Ibidem, p. 260-261.

⁵⁴ Ibidem, p. 261-262 e 266.

⁵⁵ PARECER de 10 de maio de 1647 (AHU_ACL_CU_017, cx. 2, d. 183); PARECER do Conselho Ultramarino, de 12 de novembro de 1646 (AHU_ACL_CU_017, cx. 2, d. 176); CONSULTA do Conselho Ultramarino, de 19 de abril de 1646 (AHU_ACL_CU_017, cx. 2, d. 161); CARTA do governador do Rio de Janeiro, Duarte Correia Vasqueanes, de 6 de março de 1646 (AHU_ACL_CU_017, cx. 2, d. 158); CARTA do governador do Rio de Janeiro, Duarte Correia Vasqueanes, de 11 de fevereiro de 1646 (AHU_ACL_CU_017, cx. 2, d. 155); CONSULTA (minuta) do Conselho Ultramarino, ca. 1645 (AHU_ACL_CU_017, cx. 2, d. 150) – tratando-se aqui, especificamente, sobre se socorrer as conquistas ultramarinas com gente paga para a sua defesa, principalmente a capitania do Rio de Janeiro, visto ter partido de lá a maior e melhor parte do contingente militar que foi a cargo de Francisco Soutomaior socorrer Angola.

⁵⁶ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, de 19 de agosto de 1648 (AHU_ACL_CU_017, cx. 2, d. 193).

e 18, projetou-se o assalto aos fortes do Morro e da Guia – no final, malogrado. Não obstante a posição de Salvador e seus homens fosse precária, os holandeses, surpreendentemente e sem qualquer resistência, entregaram os referidos fortes e os postos avançados do rio Kwanza e de Benguela – a saída formalizara-se em 21 de agosto⁵⁷. Diante de tão árdua *jornada* de reconquista desta praça, o serviço de *bons vassalos* destacar-se-ia no âmbito mesmo de sua dinâmica de realização.

Se mesmo em desobediência a El Rei, os vassalos pernambucanos insurgiram-se contra o jugo batavo e foram, à exceção de alguns casos, até muito bem recompensados pelo sacrifício de suas fazendas – deles e das de seus filhos – como de outras vidas, por que então os vassalos do Rio de Janeiro, ao menos aqueles que prestaram serviços nas guerras de restauração de Angola, não foram igualmente agraciados pela liberalidade régia ou foram poucas as solicitações de mercês encaminhadas a este respeito?

Uma vez enviadas, não teriam sido elas devidamente apreciadas em virtude da valoração hierárquica geoestratégica empreendida pela Coroa para seus domínios em franca “guerra viva”, que secundarizou as solicitações dos suplicantes fluminenses frente aos serviços prestados em Angola (e da própria Angola como área a ser prontamente resgatada do “herege flamengo”), ou pelas constantes desobediências de moradores e naturais da capitania ante suas tentativas⁵⁸ de evitar grandes prejuízos na comercialização de seu açúcar “plebeu”, como diria João Fragoso, para as frotas de negociantes reinóis?

Por outro lado, se é verdade, segundo também afirma Fragoso, que moradores ou naturais do Rio – camaristas ou não –, participantes da armada organizada para o socorro de Angola, sabiam da importância geoestratégica da cidade no conjunto do Império e que era esta também reconhecida pelo Conselho Ultramarino, por que razão este fator não foi instrumentalizado a favor dos suplicantes na requisição de privilégios e outras honrarias pelos serviços lá eventualmente prestados?

Levando-se em consideração que o apresto da armada do socorro de Angola tenha sido fruto de toda uma engenharia política habilmente engendrada por Salvador Correia de Sá e Benevides junto ao próprio rei D. João IV e que os membros da armada fossem seus maiores aliados – poucos deles camaristas do Senado concelhio fluminense –, presumo terem sido as

⁵⁷ BOXER, C. R. Op. cit, 1973, p. 276, 278-280.

⁵⁸ Nomeadamente, a aprovação, pelo Senado da Câmara no governo de Luís Barbalho Bezerra (1643-1644) e período subsequente, do subsídio dos vinhos, da vintena do açúcar, alteração do valor nominal (extrínseco) da moeda e a restrição de sua circulação na capitania. Cf. FRAGOSO, João. “Fidalgos da terra e o Atlântico sul. Rio de Janeiro na primeira metade do século XVII”. In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik (Org.). *O Brasil no Império marítimo português*. São Paulo: EDUSC, 2009.

numerosas divergências de Benevides com a Câmara do Rio a inviabilizar ou desestimular o envio de mais homens para o socorro de Angola. Além disso, por que razão os integrantes da dita armada não solicitaram mercês remuneratórias pelos valorosos serviços prestados nesta possessão lusa ou, se requisitaram honrarias diversas por outros serviços, não citaram os eventualmente oferecidos em Angola?

À guisa de conclusão, essas são algumas das questões a guiar minha atual pesquisa que, na busca destas respostas, procurará articular, em chave diferenciada como, uma vez sensibilizadas a liberalidade e benevolência régias na concessão das tais benesses e honrarias diversas, a “governabilidade” e a “coesão política” do Império lusitano d’além-mar foram tecidas na medida em que este fora sustentado pelo “amor de seus vassalos”.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARROS, Edval de Souza. “Negócios de tanta importância”: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1641-1661). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BELCHIOR, Eloysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Coleção Vieira Fazenda. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade do Império”. *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n. 23, Lisboa, novembro de 2000.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

FRAGOSO, João. “Fidalgos da terra e o Atlântico sul. Rio de Janeiro na primeira metade do século XVII”. In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik (Org.). *O Brasil no Império marítimo português*. São Paulo: EDUSC, 2009.

GORBAN, S. “El trafico negrero en el Rio de la Plata”, *EH*, n. 10, 1971, p. 117-39.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas. “O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Almanack Braziliense*, n. 2, novembro de 2005, p. 4-20.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, vol. 2 (F-M), p. 520 e 642.

RUIZ IBÁÑEZ, José Javier; SABATINI, Gaetano. “La construcción de la Monarquía hispánica y el uso de la violencia: entre la conquista y la guerra civil”. *Historia, antropología y fuentes orales*, ISSN 1136-1700, n. 44, 2010, p. 15-28.

SALGADO, Rodrigo da Silva. *A Coroa e a Espada: uma análise comparativa da figura guerreira de Afonso Henriques*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

***Identidade Territorial e Resistência: A remoção da população ribeirinha da Travessa dos
Palmares em Cruz das Armas, João Pessoa-PB***

Valéria Costa

Resumo: Este trabalho visa socializar os resultados preliminares da pesquisa realizada junto aos moradores da Travessa dos Palmares em Cruz das Armas, rua incluída no projeto de revitalização do Rio Jaguaribe e que prevê a remoção da população ribeirinha para um condomínio construído com recursos do PAC. Após um projeto de extensão realizado em 2010, evidenciou-se que há uma insatisfação das famílias decorrente da mudança do bairro. A pesquisa visa um aprofundamento acerca da resistência e identidade territorial dos moradores no tocante a remoção e despertar a reflexão crítica, contribuindo para organização dos moradores durante o processo de remoção.

1- Introdução

A aproximação com as famílias da travessa dos palmares se deu por ocasião do desenvolvimento do projeto de Extensão Universitária que foi realizado em 2010 e que está sendo desenvolvido no ano 2012 junto aos moradores que vivem as margens do Rio Jaguaribe, em João Pessoa/PB. As famílias estão em processo de remoção e fazem parte de um projeto de revitalização do Rio Jaguaribe, que tem o objetivo de realocar as populações ribeirinhas, por meio dos recursos PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) é um programa que envolve investimentos do governo federal em várias áreas, entre elas: infraestrutura, saneamento, saúde e habitação. Segundo informações da prefeitura de João Pessoa, para a área de habitação e revitalização do Rio Jaguaribe e Sanhauá, foram destinados 88,9 milhões reais.

Contudo no momento em que o governo pretende remover às famílias das áreas de risco, encontra resistência por parte dos moradores e no processo de organização popular em torno dessa insatisfação e vê-se que uma identidade territorial se forma a partir dos problemas de moradia.

Portanto, as questões suscitadas para pesquisa foram as seguintes: Por que essas pessoas não querem sair desse lugar insalubre e degradante? Porque os tecnocratas do governo desconsideram que as questões de remoção envolvem o direito a resistência e a

manutenção das relações de vizinhança de pertença? A perspectiva das políticas de remoção, das populações em áreas de degradação ambiental, levadas a cabo pelo Estado tendem a fazer uma abstração do sujeito perseguido os objetivos burocráticos e enfatizando as questões objetivas e econômicas, como se as populações vulneráveis fossem desprovidas de valores, sociabilidade, vivências, afetos e desejos e predomina uma falta de interlocução do Estado com os anseios reais dos sujeitos envolvidos no processo de remoção.

Por outro lado, a partir da problemática comum a todos os moradores observa-se um fortalecimento da identidade territorial por meio de várias formas de resistência evidenciadas nas reuniões realizadas pelo governo e população e luta através de meios judiciais por uma indenização relativa aos prejuízos decorrentes da remoção.

Desta forma, busca-se apreender os processos de identidade territorial e de resistência, dos sujeitos envolvidos no processo de remoção do Jaguaribe e, ao mesmo tempo, contribuir no fortalecimento de um projeto autônomo de organização popular e de garantia da participação e controle social das famílias no processo da remoção.

2- Desenvolvimento

2.1 Aspectos metodológicos

Do ponto de vista da sua natureza a presente pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa participante uma vez que, segundo Thiollent¹ é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Em relação à forma de abordagem do problema a pesquisa pode ser considerada qualitativa visto que a ênfase será dada na interpretação do mundo objetivo através dos sujeitos concretos que vivenciam o processo de remoção nas áreas de risco.

A pesquisa foi realizada com 25 famílias, compreendendo um total de 10% das famílias da comunidade Travessa dos Palmares (250 famílias).

Quanto aos instrumentos da pesquisa, foi utilizada uma entrevista semiestruturada com as famílias em processo de remoção, um formulário de pesquisa que visa identificar o perfil dos usuários e reuniões com a população. Em reuniões com a população, são extraídas as

¹ THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa Ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

vivências dos sujeitos envolvidos e ao mesmo tempo em que se dá o envolvimento dos pesquisadores e pesquisados no processo da pesquisa.

2.2 – Categorias da pesquisa: Identidade Territorial e de Resistência

Quem pergunta pela sua identidade questiona referências hegemônicas mas, ao fazê-lo coloca-se na posição do outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação e portanto é fundamental conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados².

A ideia de identidade não é nova e acompanha o conceito de subjetividade. A primeira tensão teórica que merece destaque é entre subjetividade individual e subjetividade coletiva.

A dialética hegeliana da Ich-individualität\Ich- Kollektivität. A segunda tensão é entre uma concepção concreta e contextual de subjetividade e uma concepção abstrata. No primeiro caso Montaigne é um exemplo de combate à teorização abstrata uma vez que a única subjetividade concreta era a de si própria e a concepção abstrata tem em Descarte um exemplo clássico da criação de uma filosofia sem contexto³.

Na tradição marxista, a identidade proposta contra o individualismo é feita através do enfoque nas relações sociais de produção, nas ideias e práticas dos indivíduos concretos e nas relações assimétricas destes com o Estado. O conflito de identidade passa a ser contextualizado, definido segundo as classes que o protagonizam: a burguesia e o proletariado.

Thompson *apud* Castro⁴ recusa o sentido finalístico que o marxismo ortodoxo conferiu as classes e argumenta que para a construção de uma identidade subjetiva, fundada na partilha de códigos e de valores, depende menos de determinantes imediatos, oriundo das contradições econômicas de classe e mais do processo de criação de uma comunidade. Este processo envolve fortes tradições locais (de autoestima, decência, cumprimento e solidariedade mútua). Nesse sentido, a construção simbólica dessa identidade subjetiva aparece como um processo social, livre da linearidade da necessidade econômica e se constituindo por múltiplas práticas que o pesquisador precisa observar (econômicas, simbólicas, político – institucionais). Contudo, a classe operária parece ser ainda possuidora de uma centralidade que a distinguiria das identidades construídas fora da experiência do trabalho.

² SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 135.

³ SANTOS, B. de S. Op. cit, 2008.

⁴ THOMPSON (1963) *apud* CASTRO, Nadya Araújo. “Trabalho, cultura e sociedade: reflexões a partir do conceito de ‘cultura operária’”. In: *Revista Política e Trabalho*. Publicação PPGS/UFPB, setembro de 1997, p. 8.

Castells⁵ afirma que como a construção da identidade sempre ocorre em um contexto marcado pelas relações de poder, propõe três formas de construção de identidades:

- Identidade legitimadora – introduzida por instituições dominantes no intuito de expandir e racionalizar sua dominação;
- Identidade de resistência – criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade;
- Identidade projeto – quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo busca a transformação de toda a estrutura social (ex: feminismo).

Nesse trabalho, corroboramos com Santos⁶ “onde as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes do processo de identificação...Identidades são, pois, identificações em curso”.

No tocante a ideia de identidade territorial, corroboramos com a perspectiva de Castells⁷ quando argumenta que os movimentos sociais urbanos tem se tornado uma das principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionalismo.

No tocante as famílias do Jaguaribe, o projeto de remoção dos moradores engendrou uma organização da população à partir da identidade territorial, uma vez que os moradores enfatizam na pesquisa os vínculos territoriais que foram estabelecidos no processo de constituição do bairro e da rua onde se situam. Segundo Certeau⁸

Diante do conjunto da cidade, atravancando por códigos que o usuário não domina, mas que deve assimilar para poder viver aí, em face dos lugares impostos pelo urbanismo, diante dos desníveis sociais internos ao espaço urbano, o usuário sempre consegue criar para si um lugar de aconchego.

O bairro significa muito mais que uma simples moradia e o projeto de remoção afeta a estabilidade das famílias da Travessa dos Palmares em Cruz das Armas. É evidente que as situações não são homogêneas e que há uma aderência de alguns moradores ao projeto.

⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 24.

⁶ SANTOS, B. de S. Op. cit, 2008.

⁷ CASTELLS, M. Op. cit, 1999, p. 78.

⁸ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 41.

Porém, as famílias são unânimes em resistir ao modo impositivo que o projeto é apresentado pelo governo, bem como há um questionamento quanto à qualidade do projeto arquitetônico e a falta de uma proposta de inserção produtiva, uma vez que o projeto de remoção altera o modo de sobrevivência de algumas famílias, que sobrevivem da criação de animais, sendo impossível permanecer nessa atividade em apartamentos de reduzidos 42m².

2.3- A Identidade e a Memória

Reconstituir a identidade das famílias de um determinado espaço urbano é buscar entender, através dos discursos e das tramas históricas, os fios que tecem a vida cotidiana de um determinado território.

Partimos do pressuposto que a construção da identidade não é algo dado, estático mas constituída, construída e reconstruída historicamente e ganha sentidos e cores na fala dos sujeitos que recorrem ao passado para dar significado ao presente.

A escolha pelo o método história cultural implica em considerar que há uma intrincada relação entre a construção da memória e a formação da identidade. Segundo Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade na medida em que ela é um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si”⁹.

Assim reconstituir as trajetórias urbanas das famílias ribeirinhas do Jaguaribe é entender como o espaço urbano foi ocupado às margens do rio. Qual a ligação das famílias com rio e com o bairro? E como se deu a construção de uma identidade coletiva que possibilita uma vinculação objetiva e subjetiva com o lugar? Quais lutas e resistências foram sendo gestadas ao longo do período de ocupação (1980 a 2012) em torno de uma infraestrutura básica para a comunidade e quais discursos presentes recorrem ao passado para legitimar a resistência ao projeto de reassentamento empreendido pela prefeitura de João Pessoa com os recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Para Halbwachs (2006) “a memória não é só uma fenômeno de interiorização individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo”.

A memória coletiva vai buscar as lembranças na memória individual, mas é preciso que haja uma concordância com a memória dos outros para que a identidade comum se constitua.

⁹ POLLAK, Michael. “Memória e identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, p. 204.

Em relação a identidade territorial há que se ressaltar que há um vínculo entre a memória e o lugar. Não há memória individual ou coletiva que não tenha relação com um espaço. Pollak¹⁰ “estabelece a relação entre identidade e memória através dos elementos formadores da identidade “acontecimentos”, “pessoas e personagens” e os “lugares” da memória.

2.4- Resistência e movimentos urbanos

Segundo Castells¹¹, os movimentos urbanos, nos anos 1970,, estavam se tornando uma das principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo estatismo e informacionalismo. Assim, uma identidade de caráter defensivo, diante do desconhecido da globalização. Diante do contexto desfavorável de desemprego, instabilidade, as pessoas se agarram a si mesmo e a produção da identidade se dá no auto reconhecimento do seu território: minha comunidade, meu ambiente etc. Assim afirma Castells que “as identidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades consistem em reações defensivas contra as transformações”¹².

Contudo corroboramos com Gohn¹³ quando afirma que “reconhecer os elementos que constroem a identidade de um movimento social é um ponto de partida necessário. Porém é preciso reconhecer que essa identidade assenta-se em diferenças, em divergências. A identidade não é algo fixo ou dado, se constrói historicamente num processo de lutas e um grande elemento fomentador de identidades tem sido o Estado. As pessoas se *unem em contraposições/reivindicação em relação as políticas públicas estatais*.

No tocante as famílias do Jaguaribe, em João Pessoa, reconstruir suas histórias de resistências e lutas possibilita desvendar em que medida a identidade territorial ainda se constitui motor para ação coletiva da população e ampliação dos espaços de participação e de cidadania.

2.5 – Resultados preliminares da pesquisa

¹⁰ POLLAK, M. Op. cit, 1992.

¹¹ CASTELLS, M. Op. cit, 1999.

¹² Ibidem, p. 84.

¹³ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 41.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Censo 2000, o bairro de Cruz das Armas tem a população de 25.994 habitantes, sendo 12.107 homens (47% da população) e 13.887 mulheres (53%), cuja população significa 4,3% em relação à população total de João Pessoa. A população está estruturada em 37,2% jovens; 52,1% adultos; 10,7% idosos, com 83,7% da população alfabetizada.

O bairro de Cruz das Armas, apesar de sua localização privilegiada, inclusive bem próxima ao centro da cidade, e sua estrutura territorial bastante densa em termos populacionais, além do forte impulso para o seu desenvolvimento e crescimento, apresenta indicadores que não demonstram uma infraestrutura adequada para a população de um total de 6.551 domicílios, dispondo de apenas 12% de área com saneamento básico adequado, sendo 58,1% fossa rudimentar, 27,8% fossa séptica e 2,1% vala/rio, lago, mar e outros destinos, o que é muito baixo considerando o apresentado no conjunto da capital, onde 43,3% dos domicílios são servidos por redes geral de esgotos, em que 94,9% dos domicílios dispunham de banheiro. Quanto à renda, 32% dos domicílios estão inseridos na faixa de até um salário mínimo e 35,6% dos domicílios com renda superior a cinco salários mínimos.

Trata-se de um espaço urbano eminentemente residencial, que conta com áreas de comércio, especialmente em sua principal avenida, mas quase desprovido de áreas de lazer, com casas simples de alvenaria, muitas vezes conjugadas, vilas, inúmeras casas de taipa (em geral sob risco de desabamento) e com telhado de palha, barracos de madeira, zinco e lona, situados em local de risco por serem próximos a barreiras e rios. Percebe-se que, principalmente nas mediações das margens do Rio Jaguaribe, a precariedade é visível, pois não existe coleta de lixo, saneamento básico e muitas ruas não possibilitam a passagem de veículos e moradores. Cruz das Armas em sua diversidade habitacional apresenta áreas denominadas “habitações subnormais”, a exemplo da Travessa dos Palmares, objeto de intervenção do referido projeto de extensão.

A Travessa dos Palmares se localiza a margem do Rio Jaguaribe, surgiu do processo de ocupação da área com a construção das primeiras moradias de forma precária: taipa, lona e madeira. Atualmente, as habitações são arquitetadas em alvenaria. Observa-se que em época de chuva, a lama e a água do rio causam transtornos aos moradores do local. A comunidade dispõe de água encanada, energia elétrica e telefone público, porem é comum a utilização irregular e clandestina desses serviços. De acordo com os moradores as maiores dificuldades enfrentadas pela comunidade diz respeito à falta de saneamento básico e pavimentação. A maioria dos seus habitantes não exerce atividade econômica formal, são autônomos, os

homens desempenham atividades de pedreiro, pintor e alguns são catadores e as mulheres em sua maioria realizam trabalho doméstico remunerado como empregada doméstica e diarista e alguns moradores sobrevivem da criação de animais (galinha, porcos).

Quanto ao perfil do entrevistados, conforme os dados obtidos na pesquisa, evidencia-se que 70% são do sexo feminino e 30% são do sexo masculino. Os entrevistados possuíam a idade de 18 a 29 anos 10%, de 30 a 39 20%, 40 a 49 anos 50% e 50 a 59 anos 20%. No que diz respeito ao nível de escolaridade, 90% possuem ensino fundamental incompleto e 10% ensino médio completo. Como consequência do baixo nível de escolaridade e da inserção informal no mercado de trabalho, a maioria dos moradores não possui uma renda fixa, sendo 40% desempregados, 20% autônomos, 10% empregados e 30% outros. A renda familiar mensal dos moradores corresponde a 60% menor que de um salário mínimo, 30% dos moradores recebem um salário mínimo e 10% mais de dois salários mínimos. De acordo com os moradores, a coleta de lixo da comunidade é péssima para 40% dos entrevistados, regular 30% e boa 30%. O esgotamento sanitário apresenta-se 10% exposto e 90% são desviados para a lagoa ou rio Jaguaribe. O transporte público é péssimo para 60% dos entrevistados e 40% bom. E, por fim, a segurança pública, 40% consideram boa, 20% regular e 40% péssima.

As moradias da Travessa dos Palmares, que serão demolidas, utilizam o rio como escoamento dos dejetos e as crianças convivem com ratos e o lixo cotidianamente, porém o próprio governo do estado escoar os dejetos de um hospital (maternidade) para o rio onde é alvo de fortes críticas feitas pelos moradores.

Nas reuniões realizadas com os moradores as histórias de vida expressam suas condições de existência:

Vivemos com ratos, esgoto, lixo. O nosso esgoto vai para o rio. Quando é direitos, período de chuva, todo o lixo vem para nossas casas. Queremos que a prefeitura limpe o rio antes de sairmos das casas pois podemos morrer com uma doença de rato. (Moradora da Travessa dos Palmares).

Apesar das famílias viverem em situação de risco os moradores não querem sair do local onde moram, pois foi o local onde conseguiram estabelecer um identidade territorial. A fala de um morador exemplifica a questão:

A comunidade deve se organizar, lutar pelos seus direitos, mesmo se agente sair da comunidade, mas lutamos para ficar. (Morador da Travessa dos Palmares)

Quanto às perdas e desvinculações subjetivas e objetivas, os moradores foram categóricos em afirmar que o governo não considerou os vínculos construídos pelas famílias com o bairro e que o depoimento a seguir exemplifica:

Eu não quero sair daqui, sou morador antigo, há mais de 30 anos. Já tomei banho nesse ri que era limpo. Quem devia visitar essa reunião era o responsável por isto. Que eles que fizeram um grande esgoto. (Morador da Travessa dos Palmares)

No tocante identidade territorial e a resistência ao projeto de remoção uma moradora expressa o sentimento do coletivo:

Já comecei a mobilizar as pessoas. Nossa comunidade tem um projeto para melhoria do rio. Temos a TV e o rádio para nos ajudar, Temos direito a coleta de lixo, ao saneamento básico, pois pagamos IPTU. É possível fazer a canalização do rio sem tirar os moradores daqui. Muitos trabalhadores têm gado, trabalham em casa e não querem sair daqui

No que se refere a identidade de resistência ao projeto de remoção vemos o que revela a liderança da comunidade:

Estamos só esperando receber as casas para acionar a justiça. Tem gente que está perdendo muito, mas o advogado orientou que só entrasse na justiça após o recebimento das chaves. (Líder da comunidade)

Quanto à insatisfação com o projeto arquitetônico das novas moradias nas quais irão ser removidos, a líder comunitária expõe a visão dos moradores:

Eles falaram que o piso ia ser de cerâmica e o piso é de cimento. A porta da entrada é bem fininha e não temos segurança. (Líder da comunidade)

Outros dados já estão trabalhados para a publicação final do relatório da pesquisa, mas os dados apresentados já evidenciam uma relação entre a mobilização dos moradores em torno dos problemas territoriais comuns e que de certo modo envolvem todos num processo de resistência contra modos coercitivos em que o Estado promove os processos de remoção, mais particularmente da área, objeto do estudo.

3 – Considerações Finais

O projeto de pesquisa ainda está em andamento, mas da realidade em Cruz das Armas, na Travessa dos Palmares, é possível inferir que a população para ter o seu direito garantido e,

portanto, consideram que o controle social nas decisões estatais que envolvem suas vidas não tem sido respeitado pelo Estado. Assim, por meio da organização popular, as famílias do Jaguaribe, tentam resistir ao modo abrupto em que o Estado proporciona as remoções e buscam garantir um mínimo controle social no processo, uma vez que mudar o curso dos acontecimentos nem sempre é possível.

Com a pesquisa, espera-se aprofundar os estudos no tocante aos processos de formação histórica da identidade territorial e as relações com formas de resistência que a população constrói e, sobretudo, socializar os resultados da pesquisa com os usuários a fim de contribuir para o fortalecimento da luta dos moradores em torno da garantia dos seus direitos sociais.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2011.

CASTRO, Nadya Araújo. “Trabalho, cultura e sociedade: reflexões a partir do conceito de ‘cultura operária’”. In: *Revista Política e Trabalho*. Publicação PPGS/UFPB, setembro de 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ.

HAESBAERT, Rogério. *Identidades Territoriais*. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.), 1999.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, nº10.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa Ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

Recomendações para uma força policial mais eficiente: a polícia e o chefe de polícia da Corte no discurso dos ministros da Justiça (1833-1844)

Welinton Serafim da Silva¹

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo analisar a construção de um discurso por parte do Ministério da Justiça sobre a Polícia e o Chefe de polícia da Corte, Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara, no período compreendido entre 1833 e 1844, ocasião em que estava em voga em uma retórica que desqualificava a reforma empreendida pela composição do Código Criminal de 1830 e do Código do Processo Criminal de 1832, e que projetava um modelo ideal para o aparato policial, bem como para o sistema judiciário. As principais referências são os relatórios elaborados pelos gestores da pasta, e apresentados à Assembleia Legislativa no período em questão. Ao examinarmos estes relatos, e cotejá-lo com uma significativa produção bibliográfica sobre o período, pretendemos inserir as disposições normativas e as expectativas que circundavam o cargo de Chefe de polícia em nossa pesquisa acerca da trajetória de Eusébio de Queirós, buscando entender as balizas que respaldavam a prática policial, e perceber possíveis desvios para soluções e táticas que apontem para singularidades da gestão de Queirós, assim como para marcas de sua personalidade. A importância em interrogar a figura de Eusébio de Queirós está fundamentada na possibilidade de perscrutar a ação de um indivíduo que ocupou postos chave na máquina estatal durante a formação de uma burocracia centralizada. O monumento legado pelas produções biográficas oitocentistas nos remete a um estadista hábil e estimado, que obtivera na tribuna parlamentar memoráveis triunfos. Mas discussões recentes, instigaram o choque entre uma perspectiva cunhada pelos pares do estadista nos oitocentos, e a sua metodologia para a obtenção dos exaltados resultados quando da sua permanência a frente da polícia da Corte. Este trabalho se debruça sobre essa questão trazendo os testemunhos de sete ministros que se sucederam em uma época de grande efervescência política, mas que tiveram em comum a estreita comunicação com um chefe de Polícia que estendeu profundamente sua influência no terreno político do Império. A análise da concepção de polícia, de justiça, e das atribuições que possuía, e que deveria possuir o Chefe de polícia da Corte, pode ajudar a entender a forma que

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior- CAPES. Orientador (a): Prof.(a) Doutor(a) Márcia de Almeida Gonçalves.

ela assumiu após a reforma do Código Criminal de 1841, e a projeção de Eusébio de Queirós junto aos quadros do Partido Conservador.

1. Introdução

No Relatório do ano de 1834, apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1835², o então Ministro da Justiça, Manoel Alves Branco sentenciou: “Nunca em verdade tivemos uma Polícia digna deste nome”³. Nesse documento, esta asserção se articulava com outras argumentações que procuravam desqualificar a Intendência de Geral de Polícia da Corte, e concomitantemente realizar uma crítica aos preâmbulos do Código do Processo Criminal de 1832, projetando expectativas e engendrando um discurso que apontava a necessidade de uma reforma legislativa, e a adoção de medidas práticas para aumentar a eficiência policial.

Este artigo tem o objetivo de analisar a construção de um discurso por parte do Ministério da Justiça acerca da Polícia da Corte, e sobre o seu chefe, Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara, no período compreendido entre 1833 e 1844. O propósito é perceber as nuances do processo de construção de um modelo ideal de polícia através das páginas dos relatórios referendados pelos ministros da justiça, superiores imediatos de Queirós, e responsáveis também por avaliarem a sua conduta.

Desta forma, sem desconsiderar as diferenças de posicionamento político dos distintos ministros que se sucederam durante a gestão de Eusébio, propomos o exame de documentos que procuravam informar sobre o estado da segurança pública e estabelecer prognósticos. Acreditamos que um olhar minucioso pode detectar as linhas de ação, e balizas de avaliação que respaldavam o trabalho da polícia, e, mais especificamente, da Secretária de Polícia da Corte, braço civil da autoridade policial e objeto principal de nossas indagações.

2. Uma ação excepcional em um ambiente de crise: a polícia de Eusébio de Queirós

Através de seus relatórios, os ministros da Justiça teceram importantes considerações acerca do lugar da polícia nas sociedades modernas e sobre a sua vigência no Brasil. Por meio deles podemos compreender que a construção da imagem da instituição no período esteve

² As referências aos relatórios serão descritos pela abreviatura RMJ.

³ RMJ, 1834, p. 17.

vinculada às percepções e posicionamentos decorrentes dos efeitos provocados pela constituição do Código do Processo Criminal de 1832. Ministro em 1837, Bernardo Pereira de Vasconcelos deixou claro esta situação em seu relatório, ao salientar a abundância de “azedos queixumes” à legislação⁴.

Em seus relatos, grande parte dos ministros aqui abordados ratificaram a importância da polícia para o bom desenvolvimento da nação e fortalecimento do Estado. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, por exemplo, ressaltou o seu papel de entidade civilizatória; Manoel Alves Branco a colocava apenas abaixo da religião para o estabelecimento da verdade, e possivelmente como “a cousa de maior importância para a tranquilidade das nações”. Já Francisco Ramiro de Assis Coelho a reputou como merecedora de atenção dos governos ilustrados⁵.

Um dos principais elementos utilizados como referencial para constituição de um ideal de polícia foi a elaboração de uma memória sobre a atuação da Intendência Geral de Polícia da Corte. Criada pelo alvará de 10 de maio de 1808, a Intendência pode ser tomada como resultado do ímpeto aplicado à construção de um novo arcabouço político-administrativo colonial, que visava dotar o Rio de Janeiro de condições compatíveis com o *status* de sede do Império lusitano. Por isso suas principais incumbências se dividiam entre a construção e manutenção dos empreendimentos urbanísticos – como aterramento de pântanos, iluminação pública e construção de chafarizes –, e as atividades que apontavam para o controle rígido exercido pelo regime português, relativas, sobretudo, ao monitoramento e controle da circulação de impressos, e de pessoas, residentes e estrangeiros⁶.

A interferência da polícia no cotidiano urbano, para o controle ostensivo das atividades cidadinas, envolvia dos festejos populares aos assuntos familiares e conjugais. Esse aparelho policial, paramentado para regular a entrada e saída de pessoas, e a condição de vida de cada habitante, informada por recenseamentos e vigilância, capacitavam a Intendência de Polícia a ser, por exemplo, um braço ativo de recrutamento para o então temido serviço militar, bem como para a inibição de deserções das tropas⁷.

Da crítica à Intendência resultou a construção de uma alteridade entre a atividade pregressa da polícia e as novas bases às quais ela deveria se adequar. Desta forma, os aspectos

⁴ RMJ, 1837, p. 12.

⁵ RMJ, 1833, 1834, 1839.

⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A Intendência Geral de Polícia: 1808:1821”. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1986, p. 187-204.

⁷ Ibidem.

que haviam constituído a polícia de outrora, e sido considerados ultrapassados, eram mostrados como símbolos a não serem repetidos na formatação da nova força policial; e aquilo que fora abolido - mas julgado relevante-, era utilizado como retórica para reforçar a sensação de retrocesso em relação a um ponto já considerado inadequado.

A extensão dos poderes da polícia foi um dos objetos de maior apreciação dos ministros. Antonio Paulino de Limpo Abreu salientou o autoritarismo e a arbitrariedade praticada pela Intendência de Geral de Polícia da Corte, que cabe lembrar, na maior parte de seu tempo de existência teve como fundamento legal os ditames do Livro V das Ordenações Filipinas. Somente com as garantias liberais da Constituição de 1824, e com a instituição do Código Criminal de 1830, sua base de atuação encontrou maiores restrições legais⁸. A esse respeito, Limpo Abreu discorreu no relatório referente ao ano de 1835:

A Policia, que existia entre nós, desconhecia limites ás suas attribuições, era o instrumento que executava a vontade, os caprichos do Poder Absoluto para violentar a consciência, e opprimir a liberdade. D'aquí proveio o odioso, com que sempre foi olhada, e a ancia, com que foi abolida, apenas assomou hum momento oportuno⁹.

Talvez essa perspectiva tenha motivado Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja a estabelecer uma distinção entre o que chamou de “polícia preventiva” e “polícia espionaria”. Na definição talhada no relatório de 1836, enquanto que a primeira é apontada como instrumento da ordem, a segunda, considerada uma perversão, teria como demérito a prática de incursar em campos vedados ao escrutínio público, no “segredo das famílias que não são do domínio da Sociedade, e que a moral, e a razão põe fora da esfera das atribuições das autoridades policiais”¹⁰.

Se Limpo Abreu e Gustavo Pantoja, quando de suas passagens pelo Ministério da Justiça, revelaram preocupações em relação a grande amplitude das funções policiais à época da Intendência, Oliveira Coutinho e Alves Branco relataram uma concepção justamente em contrário: ressentiam-se de suas limitações. Oliveira Coutinho esboçou um quadro em que a Intendência de Polícia era demonstrada como uma instituição carente recursos, e suas atribuições – delimitadas em: “administração de obras publicas, a apreensão de ladrões, e malfetores, de objectos roubados, e de escravos fugidos” – consideradas de extensão acanhada¹¹.

⁸ FREGADOLLI, Luciana. “Antecedentes Históricos do Código Criminal de 1830”. *Akrópolis*, Paraná, Vol. 5, nº 20, 1997, p. 20.

⁹ RMJ, 1835, p. 25.

¹⁰ RMJ, 1836, p. 8.

¹¹ RMJ, 1833, p. 14.

Manoel Alves Branco também teceu duros comentários sobre a Intendência de Polícia. A incipiente autoridade e a carência de uma unidade voltada à coordenação da atividade nos mais diversos recônditos foram suas principais manifestações contra a instituição, salientado que no entendimento dele ela “não formava huma repartição systematica, que levasse sua influência, e ação as mais pequenas seções do território do Império”¹². Alves Branco utilizava a crítica à instituição para fazer o contraponto e reafirmar o quanto era combatida a nova organização policial proveniente do Código do Processo Criminal de 1832:

No entanto assim mesmo era melhor, do que aquella, **que se acha hoje** estabelecida entre nós, formada pelos Juizes de Paz, Municipaes sobrecarregados de affazeres, tendo por chefe nas cidades populosas hum juiz de Direito sem alguma attribuição legal, e sem alguma relação com as authoridades, que constituem os seus primeiros auxiliares¹³. (grifo nosso).

A afirmação de que o Código do Processo Criminal de 1832 havia produzido distorções que, ao invés de corrigirem aquilo que era considerado errado, havia conferido o poder de polícia a juízes de Paz despreparados, e criado um cargo chefe de polícia apenas figurativo é um dos consensos que subjaz do conjunto dos relatórios aqui analisados.

As alegações mais constantes proferidas pelos ministros eram: que o Código em questão não havia designado as atribuições do chefe de polícia, deixando-o circunscrito às contingências do juiz de Direito; que não havia estabelecido um nexos organizacional que regulassem as ações e dispusesse em ordem a cadeia de comando, com o chefe de polícia acima dos juízes de Paz; na ação fragmentada e incipiente da autoridade policial, derivada da delegação de poderes aos juízes de Paz, que, segundo os ministros, além de produzir poucos resultados para as questões policiais, havia prejudicado na execução das demais tarefas dos juízes eleitos.

Essas acusações contra o Código do Processo Criminal de 1832 remetiam na maior parte das vezes à soluções relacionadas a necessidade de centralização do sistema. O mais interessante é que esse posicionamento era colocado com base em análises amplas, que abarcavam não só as instituições policiais, mas também as condições demográficas e culturais do Brasil daquela época, buscando os motivos para incidência de práticas violentas, e traçando um esboço da própria aplicabilidade das leis diante das especificidades que se apresentavam.

Uma das mais interessantes análises sobre as condições de execução da justiça e estabelecimento de segurança pessoal em meio às peculiaridades do Império Brasileiro esta

¹² RMJ, 1834, p. 17.

¹³ Ibidem.

presente no relatório de Paulino José Soares de Souza relativo ao ano de 1840. Debruçando-se sobre a questão da administração da justiça e segurança individual, o ministro diagnosticou um quadro em que aspectos sócio-ambientais, econômicos e educacionais, contribuíam de forma determinante para “o deplorável estado em que se acha (...) a administração da justiça”¹⁴. Diante deste quadro, que, de acordo com o ministro, só o tempo poderia demover, apenas a imposição de autoridade poderia acalmar os ímpetos, garantir a segurança e resguardar a propriedade.

Vasconcelos acrescentou a essa perspectiva, a ideia de que a imprecisão imputada à nova base legislativa derivava, de fato, de uma incompatibilidade entre as bases arcaicas, que se fundamentavam os costumes tradicionais da sociedade da época, prenhe de “preconceitos de remotos séculos”, e as bases dinâmicas, que propunha o novo código, e que traria princípios promotores da “organização das sociedades modernas” e das “necessidades da civilização crescente, baseada nos princípios da justiça”¹⁵.

A administração da lei, e o refreamento da violência estava fortemente vinculada a ideia de civilização e modernidade. Essa concepção ajuda a entender um dos pontos basilares do discurso dos ministros: a realização de uma dicotomia entre núcleos populosos e o interior, e mais especificamente o soerguimento da Corte como um caso à parte quanto a constituição de uma polícia exemplar.

Ainda em relação à análise de Paulino José Soares de Souza, consta em seu relatório a perspectiva de que a legislação que deu novas feições ao sistema judiciário, e a polícia, se teria atado à defesa de uma “liberdade exagerada”, condizente com a aversão ao regime colonial. A falta de rigor, e a ausência de autoridade, seriam mais sentidas no interior das Províncias, ainda sub-povoados, e lugares em que os habitantes se veriam obrigados a recorrer à justiça particular “tornando-se temido para ser respeitado”¹⁶. A esse respeito é necessário considerar as considerações que fez Manuel Alves Branco, ministro duas vezes no período estudado.

Lamentando, a ausência de “mappas completos” oriundos de outras Províncias, Alves Branco organizou um levantamento com os crimes cometidos na Corte, calculando a proporção de criminosos em 1 para cada 154 habitantes. O ministro considerou os dados alarmantes, e justificou: “sendo este município o mais civilizado do Império, deve presumir-se

¹⁴ RMJ, 1840, p. 18.

¹⁵ RMJ, 1837, p. 12.

¹⁶ RMJ, 1940, p. 19.

nos das outras Provincias huma proporção ainda mais aterradora, justificando-se talvez desta maneira as queixas contra o Codigo Penal”¹⁷.

A partir da análise dos relatórios, percebemos que a Corte ocupava um lugar especial para a avaliação dos sistemas policial e judiciário. Podemos inferir que o seu *status* de desenvolvimento e progresso, e a sua *capitalidade*, coadunava dois dos elementos mais propalados pelos ministros nas propostas de reformistas: civilidade e proximidade com a esfera de poder. Desta forma, a atuação da polícia da Corte, era acompanhada de perto pelas autoridades, e o sucesso que lhe era imputada, a tornava um espelho para o sistema como um todo. Neste contexto, as narrativas dos empreendimentos da polícia, criou uma exceção no universo de críticas, e uma figura foi colocada em destaque: o chefe de polícia Eusébio de Queirós.

Notabilizado pela liderança que exerceu junto ao Partido Conservador, ao lado de figuras como Paulino José Soares de Souza e Joaquim José Rodrigues Torres, Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Camara, também esteve à frente da chefatura de polícia da Corte por onze anos. Este cargo é, inclusive, entre tantos outros que ocupou nos quadros do Estado imperial, aquele que recebeu maior destaque em seu ensaio biográfico publicado na Galeria dos Brasileiros Ilustres em 1859. Ainda que concorressem para os critérios de seleção dos aspectos a serem enfatizados neste tipo de gênero discursivo, as orientações editoriais, tangentes aos propósitos da publicação, e as designações normativas próprias do fazer biográfico oitocentista, o espaço dedicado à descrição de suas proezas frente à instituição mostra a relevância que lhe foi conferida.

É interessante perceber o quanto o relato biográfico, ainda hoje o de maior projeção sobre o estadista, foi informado pelos discursos dos ministros da justiça aqui evocados. A própria condição de estabelecimento de verdade, buscada no cotejamento da apreciação dos aliados e adversários, aparece no ensaio biográfico sobre Eusébio de Queirós relacionado a alguns dos ministros que, tendo com ele desavenças políticas, o tinham prestigiado na função, como ocorre com Bernardo Pereira de Vasconcelos, e com Limpo Abreu, de quem inclusive, é reproduzido um dos trechos do relatório de 1836: “assim se exprimiu o Sr. limpo Abreu, visconde de Abaeté, no seu relatório: **Só uma atividade que não cansa, um zelo que não desmaia**, podem explicar algumas importantes diligências que se têm feito nesta Capital”¹⁸.

Observando os comentários dos ministros, e a sua projeção sobre um ensaio biográfico que tinha como pretensão a representação do homem publico em seu perfil de maior virtude,

¹⁷ RMJ, 1834, p. 5.

¹⁸ SISSON, Sebastião. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, Vol I, 1999, p. 30.

para o soerguimento de um monumento a ser integrado em um panteão nacional, percebemos como a avaliação positiva da atuação de Eusébio de Queirós contribuiu para a sua obtenção de prestígio. Os ministros construíram um cenário que remonta a um quadro em que a legislação retirava instrumentos da policia, implicando desta forma em uma reforma urgente de suas disposições; e posicionada neste contexto, a policia da Corte e seu chefe se tornaram dignos de felicitações por seu sucesso em meio à adversidade.

Em falta absoluta de meios regulares de Policia Sofrem as províncias; e os delitos, ou não são prevenidos, ou cobre-os o segredo em grande parte. **Na Capital do Império as coisas apresentam melhor face por algumas razões especiaes (...) O magistrado incumbido das funções de Chefe de Polícia merece que se faça menção especial do bem que desempenha os deveres do seu cargo.** A seus cuidados devem-se algumas felizes descobertas já de quadrilhas de ladrões¹⁹. (grifo nosso).

Além dos elogios, e outras menções que procuravam torná-la impar em um quadro de desorganização, a policia da Corte teve alguns seus feitos relatados nos relatórios; prisões de falsificadores de moedas e quadrilhas de ladrões possuíam maior relevo que questões relacionadas ao controle dos comportamentos. Segundo Holloway, crimes contra a propriedade, como estes, eram registrados em pequeno número no período. Lidar com quadrilhas de ladrões e falsificadores era uma exceção “se comparados com a rotina contínua de lidar com infrações menores e normalmente sem vítimas da ordem pública”²⁰. Fato que demonstra que os critérios relativos à seleção dos casos a serem descritos se coadunavam com o intento de explicitar uma estrutura policial voltada para o planejamento e prevenção.

À atividade implacável, mencionada pelo ministro Limpo Abreu no seu relatório, por exemplo, sucede um relato que atesta um grande numero de prisões, e põe em destaque a prisão de um francês com aproximadamente noventa contos de réis frutos de falsificação. Na argumentação, o ministro deixa claro sua satisfação com a prisão do criminoso e apreensão do dinheiro “na ocasião, em que elas hião ser introduzidas na circulação”, após um esquema de vigilância de um mês sobre a fábrica, e faz uma fervorosa apologia do trabalho de inteligência da polícia no caso em questão: “Huma dilligência delineada com tanta perspicacia, seguida com tanta perseverança, e executada com tão feliz resultado, faria honra á Polícia mais bem montada”²¹.

Ao fim da narrativa sobre os trabalhos da polícia, coordenada por Eusébio de Queirós, Limpo Abreu destacou o caráter distinto da policia da Corte, e das personalidades que

¹⁹ RMJ, 1839, p. 22.

²⁰ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 126.

²¹ RMJ, 1835, p. 26.

impunha suas diretrizes, e ressaltando um ambiente desfavorável, representado pelas determinações legislativas, que corroborava com a necessidade de uma reforma, salientou: “Entretanto, Senhores, he mister que tudo venha das leis, e pouco dos homens”²².

A veiculação de ações exitosas da policia da Corte, nos relatórios, contribui também para a publicização da escassez de recursos na qual padecia a instituição, no entendimento de diversos ministros. Abordando o tema, Thomas Holloway afirmou que os salários de alguns funcionários da Secretária de Polícia da Corte eram realmente baixos, e que isso dificultava a contratação de funcionários com maior qualificação. O autor aponta que os pedestres – funcionários responsáveis pela assistência coercitiva aos oficiais –, por exemplo, possuíam um dos menores vencimentos se analisado o conjunto composto pelos trabalhadores livres do Rio de Janeiro no período²³.

No relatório de 1837, Bernardo Pereira de Vasconcelos propunha um aumento no Projeto de Lei do Orçamento que provesse as gratificações da Secretaria de Policia da Corte, e outras instituições dos aparelhos policial e judiciário, alertando o perigo que uma policia desprovida poderia trazer, ponto que já havia sido destacado por seus antecessores, como Manoel Alves Branco, que fixou em 6.000\$000 réis além do valor orçado, a quantia necessário para o aumento das gratificações²⁴.

Desta forma, os ministros consideravam que uma das maneiras de estimular o trabalho policial, e aumentar sua eficiência, seria com o incremento das gratificações para compensar “ordenados tão tênues”. Se aparentemente a Policia da Corte parecia imune à escassez de recursos – como sugere Gustavo Pantoja: “Com tudo, apesar da insuficiência dos nossos meios, alguns bons resultados tem conseguido a Policia desta Capital”²⁵ –, o discurso ministerial remetia para o risco de um decaimento de sua disposição ao estado geral da policia no Império. Após enumerar a restituição de vultosas somas ao Tesouro, subtraídas em um roubo em 1835, e o combate a um incêndio nesta mesma instituição pela Policia da Corte, Gustavo Pantoja arguiu:

Não basta, Senhores, definir com Leis próprias as atribuições policiaes, **He necessário habilita-las com meios pecuniários**; os importantes serviços que ella prestou, e que são públicos, reclamão energicamente a vossa consideração; e eu conto que serei este anno habilitado por vós com uma maior consignaçoão, que a passada. **Sem isto pouco poderemos fazer, e a habilidade, e zelo infatigável do**

²² Ibidem.

²³ HOLLOWAY, T. Op. cit, 1997, p. 111.

²⁴ RMJ, 1837, p. 12; RMJ 1834, p. 21.

²⁵ RMJ, 1836, p. 12.

Magistrado, que tão bem tem desempenhado as funções do Cargo de Chefe della, não pode vencer obstáculos muito acima de sua faculdades²⁶. (grifo nosso)

A regularização, e ampliação da alocação de recursos na polícia da Corte, era somente uma das propostas feitas pelos ministros que tinham como justificativa a obtenção de uma força policial mais eficiente, tornando a chefatura de polícia o centro de coordenação do sistema. Neste sentido, é possível verificar opiniões que propunham que o aumento seus poderes – além de uma atuação que ultrapassasse os limites das comarcas, imposição à figura do juiz de Direito a que estava submetido o chefe de polícia - englobasse a supervisão dos juízes de Direito, de paz, municipais, além de escrivães e agentes do judiciário²⁷.

No discurso reformista, até mesmo a questão da contenção dos movimentos contestatórios, que se proliferaram durante a Regência, tangenciaram a recomendações dos ministros. Ao menos é que fica claro no relatório de Manoel Alves Branco, que desejava que a reforma propiciasse um aumento da autoridade policial concomitante ao cerceamento das vinculações dos agentes com o quadro das disputas políticas travadas no período, que no seu entendimento tinha como um dos principais focos as Sociedades secretas e políticas²⁸.

Embora argumentasse não desejar restringir as liberdades imanescentes à cidadania, o ministro pretendia restringir a associação de autoridades policiais a essas entidades, pois entendia que no Brasil: “quase todas mostram mais ou menos uma tendência sediciosa, e algumas tem levantado no império a bandeira da desordem”; caberia, então, às autoridades diluí-las sempre que se mostrassem perigosas, o que não seria possível se estas fizessem parte de seu quadro societário. É necessário enfatizar que quando Manoel Alves se referia a “Autoridade Policial”, tinha como principal alvo os juízes:

Os factos são manifestos, e recentes; se esta legislação (proposta) existisse talvez não tivéssemos as desordens de Cuiabá, das Alagoas, de Pernambuco, e do Pará; **por toda parte os juizes se apresentam influindo em sedições, ou como principais agentes delas;** cumpre que não passemos mais pela vergonha de vermos Authoridades criadas para a guarda da Paz Publica, derramando o terror, e a desordem na Sociedade²⁹. (grifo nosso)

Considerados fundamentais para a manutenção da ordem, os juízes ocupavam um lugar central nas considerações dos ministros. Uma melhor seleção daqueles que ocupariam a função de juiz de Direito foi uma preocupação que ganhou espaço nas reflexões de Paulino José de Souza Soares. O ministro contestou o fato de que para estar apto à nomeação para juiz

²⁶ RMJ, 1836, p. 12.

²⁷ RMJ, 1834, p. 20.

²⁸ RMJ, 1834, p. 19.

²⁹ Ibidem.

de Direito, ser exigido, além do título de Bacharel, apenas um ano de prática, “provada por atestações, muitas vezes graciosas”. O então ministro, afirmou que apenas a apresentação de papéis assinados não comprovavam a habilidade e probidade requeridas pelo cargo³⁰.

Sem aprofundar sua explicação nos meios para elevar a perícia dos bacharéis, sugeriu em um aumento das exigências para o ingresso na magistratura de 1ª instância, devendo-se aprovar uma lei que “unicamente pudessem ser chamados aqueles que houvessem previamente exercido taes e taes funções, com taes e taes circunstâncias”. Embora seja vaga a proposta, cabe ressaltar que por causa das determinações do Código do Processo criminal de 1832, qualquer alteração nas condições dos juízes de Direito também afetaria a chefatura de polícia. Paulino Soares preocupava-se em dotar os quadros do judiciário de Juízes mais experimentados³¹.

Eusébio de Queirós foi um exemplo de ascensão meteórica, o que, aliás, engrandeceu ainda mais a sua figura na construção de sua memória. Formado na Faculdade de Direito de Olinda em 1832, ocupou os cargos de juiz do crime e juiz de paz nesse mesmo ano, e no seguinte galgou os postos de juiz de Direito e chefe de polícia, quando ainda contava com 20 anos de idade³².

Sustentado, e prestigiado na função e tempos de crise, Eusébio de Queirós teria aplicado de maneira eficiente os dispositivos do Código de 1830, e se orientado quanto a organização que propunha o Código do Processo Criminal a maneira que os próprios ministros idealizavam em seus relatórios, como bem interpretou Holloway: “foi um administrador ativo e energético, que deixou marcas duradouras na instituição que chefiou por quase 11 anos (...) transformou a Polícia Civil em uma instituição orientada por princípios hierárquicos, centralizadores e autoritários”³³.

Para Sidney Chaloub essa marca seria um *modus operandi* pautado no cerceamento da cidadania da população composta por negros forros, africanos e a população pobre em geral³⁴. Reafirmar essa perspectiva foi, aliás, uma das balizas das críticas do autor a “The party of order: the conservatives, the state, and Slavery in the Brazilian Monarchia (1831-

³⁰ RMJ, 1840, p. 26.

³¹ Ibidem.

³² SISSON, S. Op. cit, 1999, p. 28.

³³ HOLLOWAY, T. Op. cit, 1997, p. 106.

³⁴ Sidney Chaloub indicou uma perpetuação do que chamou de “pressuposto queiroiziano”: “de que todo preto – e muitos pardos também – era escravo até prova em contrário”. Cf. CHALHOUB, Sidney. “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império”. In: AZEVEDO, Elciene; et al. (Org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009, p. 19.

1871)”, de Jeffrey Needell, o que suscitou uma interessante discussão entre os autores em relação a construção da identidade de Eusébio de Queirós³⁵.

À revelia das discordâncias, diante da ideia fomentada por Chalhoub, de que Queirós fora responsável por uma doutrina de criminalização da população negra baseado em um sistema de vigilância e punição que abarcava do serviço militar forçado à deportação, e que extrapolava a culpabilidade e se vinculava à suspeição, Needel assumiu um posicionamento de que o prestígio e a estima dedicadas à figura de Eusébio de Queirós, na ocasião em que ocupava a chefatura de polícia, indicam que teria havido uma gestão “cruel, desapiedado, cuidadoso, e competente em reprimir escravos e africanos”, que segundo o autor, seria uma exigência posta ao chefe de polícia de uma sociedade escravocrata.

Devido suas especificidades, os relatórios não facultam uma análise nesse sentido, já que, como o próprio Chalhoub sugeriu na resenha, as correspondências da polícia da Corte são fontes mais úteis para visualizar esse horizonte. Os relatórios fornecem uma ótima base para o levantamento de números relativos ao encarceramento, mas dão poucos detalhes para a delimitação de uma rotina. Por outro lado, a concepção de que a ideia de construção da nação se teria vinculado à manutenção da ordem e reforço do aparelho de Estado, e formulação de um ideário pragmático – neste caso, resultante da constatação de disparates –, pode ser observado claramente nos discursos dos ministros. Considerada fundamental, a reforma do Código do Processo Criminal de 1832 foi realizado em 1841.

A Reforma do Código do Processo Criminal, também conhecida como Lei de 3 de dezembro, teria sido um dos ícones do regresso conservador. Uma de suas determinações suprimiu as funções policiais dos juízes de paz, substituindo por agentes nomeados pelo Executivo. Com a medida centralizadora, chefes de polícia, delegados e subdelegados aumentaram consideravelmente a sua autoridade:

Para todos os crimes, excetuando-se os de maior gravidade, o chefe de polícia, ou delegado por ele nomeado no âmbito local, transformou-se em acusador, investigador, oficial de prisão e promotor, além de juiz, jurado e carcereiro³⁶.

Em 1844, o ocupante da Pasta de Negócios da Justiça, Manoel Antonio Galvão, observou que seria conveniente eliminar estas sobreposições de atribuições sob uma mesma autoridade. É interessante notar como após a reforma do Código do Processo Criminal, as

³⁵ À resenha “Conservadores no Brasil Império” de Sidney Chalhoub, publicada na edição 35 da revista *Afro-Ásia* (2007), Jeffrey Needell replicou com “Resposta a Sidney Chalhoub e à sua resenha ‘os conservadores no Brasil Império’” na edição 37 da mesma revista (2008). A discussão decorreu de discordâncias entorno dos motivos e marcos cronológicos da composição do núcleo central do partido conservador.

³⁶ HOLLOWAY, T. Op. cit, 1997, p. 158.

críticas ao sistema policial se tornam mais amenas; falta de autoridade, ausência de um centro de comando forte e operante, reclamação dos Juízes de Paz: nenhum destes pontos ocupam um lugar relevante nos documentos produzidos entre 1842 e 1844. As críticas mais veementes foram dirigidas por Manoel Alves Branco, aos delegados e sub-delegados, que vistos como convencionalmente oriundos de “huma classe da população sem letras, e talvez mesmo sem meios seguros de subsistência”³⁷, deveriam, segundo o ministro, ser substituídos por juízes de Direito e municipais.

Passado o período regencial, os ministros descreviam a maior tranquilidade que gozava o Brasil, e aprovando as medidas da Reforma de 1841, indicavam a necessidade de tempo e mais recursos para que os resultados comesçassem a ser colhidos. Nos relatórios pós-reforma também escasseiam notícias dos trabalhos da Polícia da Corte ou do seu chefe de polícia, Eusébio de Queirós, que deixou o cargo em 1844, permanecendo como Deputado Geral e Desembargador.

Cabe indagar o quanto a transição para um código reformado influenciou nos trabalhos da Polícia da Corte, referência para as críticas lançadas ao Código do Processo Criminal de 1832. Jorge Luís Werneck Vianna que, observando a grande ressonância que a Corte possuía para todo o Império, também a considerou como um cenário de experimentação dos modelos policiais – “balão de ensaio”, nos seus termos –, percebeu um acirramento do controle social e supressão dos poderes locais, com o controle sobre o código de posturas municipais³⁸. Para Thomas Holloway, na Corte o processo de centralização da autoridade policial, capitaneado por Eusébio de Queirós, e respaldado pelos ministros da justiça, teria começado começa ainda sob o efeito do Código do Processo Criminal de 1832, sendo formalizado e reforçado em 1841³⁹.

O que se pode perceber, através dos relatórios elaborados entre 1833 e 1844, foi que as ações da Polícia da Corte, consideradas exitosas, tornaram-se um modelo a ser seguido, e importante elemento de contestação em uma retórica que buscava definir o lugar da polícia no Estado em construção, e que além de apontar para uma necessidade urgente de reformar estruturas consideradas arcaicas, desconsiderava os dispositivos legislativos legados pelo código do Processo Criminal de 1832. Destacado com gestor talentoso, Eusébio de Queirós foi o grande beneficiário do olhar dos ministros, tornando-se uma referência fulcral das

³⁷ RMJ, 1843, p. 7.

³⁸ NEDER, Gizlene; NARO, Nancy Priscilla ; SILVA, José Luiz Werneck da. *A polícia na Corte e no Distrito Federal, 1831-1930*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1981, p. 155-117.

³⁹ HOLLOWAY, T. Op. cit, 1997, p. 109-212.

disputas políticas e diretrizes estatais relacionadas ao processo de constituição do Estado nacional brasileiro.

Documentos digitalizados

Relatórios do Ministério da Justiça apresentado a assembleia Geral Legislativa. In: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/justica/>

1833 – Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

1834 – Manoel Alves Branco

1835 – Antonio Paulino Limpo de Abreu

1836 – Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja

1837 – Bernardo Pereira de Vasconcelos

1838 – Francisco de Paula Almeida e Albuquerque

1839 – Francisco Ramiro D'Assis Coelho

1840 – Paulino José de Souza Soares

1842 – Paulino José de Souza Soares

1843 – Honório Hermeto Carneiro Leão

1844 1A – Manoel Alves Branco

1844 2 – Manuel Antonio Galvão

Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império”. In: AZEVEDO, Elciene; et al. (Org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. *Os conservadores no Brasil Império*. Resenha de NEEDELL, Jeffrey D. “The party of order: the conservatives, the state, and Slavery in the Brazilian Monarchia (1831-1871)”. Stanford: Stanford University Press, 2006. *Afro-Asia*, UFBA, Bahia, nº 35, 2007, p. 317-326.

NEDER, Gizlene; NARO, Nancy Priscilla ; SILVA, José Luiz Werneck da. *A polícia na Corte e no Distrito Federal, 1831-1930*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1981.

NEEDELL, Jeffrey D. “Resposta a Sidney Chalhoub e à sua resenha ‘os conservadores no Brasil Império’”. *Afro-Asia*, UFBA, Bahia, nº 37, 2008, p. 291-231.

FREGADOLLI, Luciana. “Antecedentes Históricos do Código Criminal de 1830”. *Akrópolis*, Paraná, Vol. 5, nº 20, 1997, p. 17-22.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A Intendência Geral de Polícia: 1808:1821”. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1986, p. 187-204.

SISSON, Sebastião. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, Vol I, 1999.